

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitor

Prof. Paulo Roberto Volpato

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Lenã Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Mônica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Regina Lucia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Departamento de Ciências Sociais

Prof^a. Maria Claudia Pereira Coelho

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof. Bernardo Medeiros Ferreira da Silva

Prof^a. Sandra Maria Correa de Sá Carneiro

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 16 número 2
dezembro de 2014

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Helena Bomeny, Maria Claudia Coelho e Paulo D'Ávila

Assistente Editorial

Fabiola Cordeiro

Estagiários

Arthur Doring, Ian Ribeiro e Gabriel de Andrade

Revisão e Diagramação

Metatexto Revisão e Editoração de textos

Publicação Semestral – 2014.2

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Clara Cristina Jost Mafra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – *in memoriam*
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Claudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maria Luiza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)
Susana Durão (Universidade de Lisboa)
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 16, n.2 (2014)- .
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning.

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

De “cidadão” a “sem abrigo”: o laço de cidadania no fenômeno dos sem abrigo 229

João Aldeia

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16588>

Imagens de guerra: uma leitura sociológica do foto jornalismo..... 245

Aline Gama de Almeida e Clarice Ehlers Peixoto

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16589>

Refletindo sobre a modificação corporal em contexto urbano 265

Felipe Moreira

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16590>

Da homossexualidade à ‘homoafetividade’: trajetórias adotivas no Rio de Janeiro 283

Alessandra de Andrade Rinaldi

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16591>

O igualitarismo de um liberal: com e para além de Tocqueville 307

Renato Moraes e João Alexandre Peschanski

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16592>

Do ‘Colosso do ‘Derby’ a ‘Arena do Maracanã’: a cidade, o estádio e as percepções dos torcedores de futebol sobre a Copa do Mundo 2014 328

Bernardo Buarque de Hollanda e Jimmy Medeiros

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16594>

Mobilizando os direitos humanos: a denúncia pública do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e suas implicações..... 354

Gabrielle Oliveira de Araújo

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16595>

Uma análise comparativa do impacto dos fatores individuais e de vizinhança sobre os
riscos de vitimização 379

Doriam Borges

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16597>

A voz da cidade portuária: a presença do porto urbano em Vitória/ES 409

Flavia Nico Vasconcelos

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16598>

Ensaio

“Pomeranos: a trajetória de um povo (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk)” e a
construção de um passado mitificado entre descendentes de imigrantes pomeranos no
Espírito Santo..... 425

Rodrigo Pereira

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16600>

Resenha

Fotografia e império: paisagens para um Brasil moderno 442

Raquel Paterman Brasil

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16602>

Contents

Articles

- From “citizen” to “homeless”. The citizenship bond in homelessness 229
João Aldeia
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16588>
- Images of war: a sociological interpretation of photojournalism 245
Aline Gama de Almeida and Clarice Ehlers Peixoto
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16589>
- Considerations about body modification in an urban..... 265
Felipe Moreira
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16590>
- From Homosexuality to 'homoaffectivity': adoption tales from Rio de Janeiro 283
Alessandra de Andrade Rinaldi
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16591>
- Egalitarianism of a liberal: with and beyond Tocqueville..... 307
Renato Moraes and João Alexandre Peschanski
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16592>
- From “Colosso do Derby” to “Arena Maracanã”: city, stadium and perceptions from soccer fans in organized associations of supporters on the 2014 FIFA World Cup 328
Bernardo Buarque de Hollanda and Jimmy Medeiros
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16594>
- A mobilization for human rights: public denunciation by the World Cup People's Committee in Porto Alegre and its implications..... 354
Gabrielle Oliveira de Araújo
DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16595>

A comparative analysis about the impact of individual and neighborhood factors on the risks of victimization..... 379

Doriam Borges

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16597>

A port city voice: the presence of an urban port in Vitória, ES..... 409

Flavia Nico Vasconcelos

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16598>

Essay

“Pomeranians: the trajectory of a people (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk)” and the construction of a mystified past among the descendants of Pomeranian immigrants in Espírito Santo state 425

Rodrigo Pereira

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16600>

Review

Photography and empire: landscapes for a modern Brazil 442

Raquel Paterman Brasil

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16602>

Artigos

De “cidadão” a “sem-abrigo”. O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo

João Aldeia*

Resumo

O fenómeno dos sem-abrigo é explicável por processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais, levando a uma redução da protecção e do reconhecimento que estes, teoricamente, garantem aos indivíduos. A reconfiguração do laço de cidadania é fundamental para compreendermos este fenómeno devido à reconversão do estatuto político dos sujeitos, que, vivendo na rua, são reconvertidos de «cidadãos» em «sem-abrigo», levando a que lhes sejam negados direitos de cidadania. O texto olha para esta questão através da experiência de vida na rua de um indivíduo sem-abrigo, interpretada como exemplar do fenómeno.

Palavras-chave:

Fenómeno dos sem-abrigo. Laço social de cidadania. Reconhecimento.

Abstract

Homelessness is explainable through a series of processes of reconfiguration of different types of social ties, which leads to a reduction of both the protection and recognition that they, theoretically, guaranteed to individuals. The reconfiguration of the citizenship tie is fundamental for the understanding of homelessness because of the conversion of the political status of subjects, who, living on the street, are converted from «citizens» into «homeless», leading to a negation of citizenship rights. This text looks at this issue through the experience of life on the street of a homeless individual, which is interpreted as an exemplar of homelessness.

Keywords

Homelessness. Social tie of citizenship. Recognition.

* Doutorando pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com o acolhimento do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade e financiado com uma bolsa individual de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: alvesaldeia@gmail.com.

Introdução

A presença de indivíduos a viverem na rua é uma visão habitual nas grandes cidades do mundo. Também em cidades mais pequenas, como aquela em que se realizou este estudo, parece estar a tornar-se normal esta imagem. Aquilo que designamos hoje como o fenómeno dos sem-abrigo tem uma história longa nas sociedades ocidentais modernas. Desde o início da modernidade capitalista, o problema constituído pela existência de pessoas a viverem na rua esteve presente no imaginário colectivo e suscitou respostas políticas diversas (CASTEL, 1996; VEXLIARD, 1997; CASTEL, 2009). O fenómeno, contudo, nunca suscitou o interesse que outros fenómenos despertaram nos autores canónicos das diferentes áreas dos estudos sociais. Temos de chegar ao século XX para encontrarmos as primeiras obras de referência sobre o tema. O sociólogo da Escola de Chicago, Nels Anderson (ANDERSON, 1965; ANDERSON; RAUTY, 1998), terá sido, talvez, o primeiro a interessar-se academicamente pelo tema. Precisamos de esperar algumas décadas antes de Alexandre Vexliard (1997)¹ se interessar pelo problema, desta feita, em França. Porém, encontramos várias obras na literatura dita «não-científica» dedicadas ao tema de quem vive na rua. Neste campo, há de se destacar os trabalhos de Jack London (2002) e de George Orwell (2003). A teoria sociológica pode não ser por eles mobilizada, mas os seus trabalhos não deixam de ser sociológicos, revelando grande capacidade de descrição e análise das realidades que viveram em Londres e em Paris. Talvez mais até do que para Anderson e Vexliard, seja para London e Orwell que devemos olhar em busca de informação sobre o tema, na primeira metade do século passado.

Porém, reconhecermos o valor desses contributos não nos pode cegar para a enorme variação sócio-histórica do fenómeno dos sem-abrigo. Ou, dito de forma mais acertada, se sempre existiram pessoas a viver na rua desde o início da modernidade capitalista ocidental, o fenómeno reconfigurou-se ininterruptamente até aos nossos dias – num entrelaçado de processos que continua hoje a sentir-se e que levará o fenómeno a assumir no futuro uma forma diferente da que conhece no presente. Falar no «fenómeno dos sem-abrigo» só faz sentido **hoje**. Só há indivíduos «sem-abrigo» desde as últimas décadas do século XX. Antes disso, havia pobreza,

¹ Sobre a obra de Vexliard, cf. Mucchielli (1998).

dramática em muitos casos, havia vulnerabilidade, havia vagabundagem; em suma, existia uma série de fenómenos que antecedem e influenciam o que designamos actualmente como o «fenómeno dos sem-abrigo», mas que tinham formas específicas, em espaços-tempo particulares, e que divergiam em aspectos fundamentais da forma que o fenómeno toma hoje em dia.

Ao falarmos do fenómeno dos sem-abrigo, é necessário um enquadramento histórico recente. As décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial marcaram, nos países da Europa Ocidental – ainda que de formas diversas consoante o país concreto de que falamos –, um aumento das protecções sociais estatais e do bem-estar geral que, entendido no longo tempo da modernidade capitalista, foi atípico. Situações de pobreza variadas permaneceram, mas, durante quase 30 anos, esta passou a ser vista de um modo diferente do que vigorara até então. Falava-se, sobretudo, em termos de pobreza relativa e não tanto de pobreza absoluta; parecia-nos – a nós, cidadãos do Ocidente Norte capitalista – que os efeitos mais nefastos das situações de pobreza podiam ser controlados; no limite, acreditava-se que estes poderiam mesmo desaparecer com o «progresso» que estas sociedades conheciam. A pobreza era real, mas o Estado Social garantia a todos os seus cidadãos um lugar concreto e identificável na estrutura social e a todos prestava um nível de apoio que amortecia os efeitos mais drásticos das situações de pobreza. Sobretudo, falávamos de um tipo de «pobreza integrada» (PAUGAM, 1991, 2003; CASTEL, 2009; GOWAN, 2010; PAUGAM, 2010).

Porém, chegados à década de 1970, as ilusões de um bem-estar garantido e crescente começam a desfazer-se. A pobreza não regressa, dado que nunca desapareceu, mas se reconfigura novamente. Situações de pobreza, precariedade e vulnerabilidade extremas começam a ser inegáveis no seio dessas sociedades e assim permanecem nos nossos dias. A fome ou a falta de habitação, para referir apenas duas das formas mais drásticas e dramáticas que a pobreza assume, tornam-se numa presença nesses países, apesar de um grau mínimo de protecção social que os Estados nacionais ainda procuram assegurar (CASTEL, 2009).

Viver na rua apresenta-se como uma das mais extremas manifestações dessa pobreza, vulnerabilidade e precariedade crescentes. Desde as últimas décadas do século XX, o fenómeno dos sem-abrigo ganha uma visibilidade pública que o tema das pessoas a viverem na rua tinha perdido durante as décadas das fortes protecções sociais estatais. Renova-se o interesse no tema nos *media*, na academia, no sistema político, no imaginário colectivo em geral (BROUSSE; FIRDION; MARPSAT, 2008; DAMON, 2008; GOWAN,

2010). Iniciando-se nos Estados Unidos da América, essa nova visibilidade do fenómeno estende-se progressivamente aos outros Estados ocidentais.

O fenómeno dos sem-abrigo é um problema de pobreza. Todavia, temos de entender a pobreza num sentido lato de a observar como algo que ultrapassa a dimensão económica e corresponde a toda uma escassez multidimensional de recursos. Nesta medida, o fenómeno dos sem-abrigo pode ser interpretado como algo que é gerado por processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais. São ligações ao mundo do trabalho que se fragilizam e se perdem, mas é também uma questão de redução das possibilidades de acesso aos direitos de cidadania que, *in extremis*, se traduz em exclusão política. E, de modo complementar, trata-se igualmente de uma redução da protecção e do reconhecimento que derivam dos laços com a família, os amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho. Tudo isto está para além das dificuldades económicas dos sujeitos, ainda que as inclua. São dificuldades constituídas em vulnerabilidade e precariedade crescentes que dirigem e mantêm certos indivíduos a viver na rua.

Os laços sociais são fundamentais para os sujeitos em duas dimensões sobrepostas: a protecção e o reconhecimento. Como afirma Paugam,

os laços são múltiplos e de natureza diferente, mas eles fornecem todos aos indivíduos simultaneamente a protecção e o reconhecimento necessários à sua existência social. A protecção remete para o conjunto de suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos acasos da vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais...), o reconhecimento remete para a interacção social que estimula o indivíduo fornecendo-lhe a prova da sua existência e da sua valorização aos olhos do outro e dos outros. A expressão «contar com» [*«compter sur»*] resume bastante bem o que o indivíduo pode esperar da sua relação com os outros e com as instituições em termos de protecção, enquanto que a expressão «contar para» [*«compter pour»*] exprime a esperança, igualmente vital, de reconhecimento (2010, p. 63).

Os processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais são igualmente relevantes para a compreensão do fenómeno dos sem-abrigo. A reconfiguração da cidadania – a ligação entre os membros de uma mesma comunidade política, que lhes garante protecção jurídica (direitos civis, políticos e sociais) graças ao princípio de igualdade perante a lei, e que acarreta um reconhecimento dos sujeitos enquanto cidadãos, enquanto indivíduos soberanos, capazes de agir no seio de um corpo político

reivindicando direitos e cumprindo deveres (PAUGAM, 2010, p.75-76) – não é mais importante para entender este fenómeno do que aquilo que ocorre ao nível de laços de outros tipos. Contudo, é suficientemente significativa para merecer tratamento isolado.

Neste texto, analiso os processos de reconfiguração do laço de cidadania no fenómeno em discussão através da experiência de vida na rua de Rui, um indivíduo sem-abrigo.² Olhando para um único caso, esse procedimento metodológico não nos permite induzir dados da microrrealidade estudada para a macrorrealidade em que o fenómeno existe. Contudo, a experiência de vida na rua de Rui é aqui usada como caso exemplar no fenómeno dos sem-abrigo. Como afirma Machado Pais, “ao estudar-se um caso, o objectivo não é de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode nunca representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir” (2003: 109). Portanto, a experiência de Rui na rua não deve ser interpretada com algo inteiramente idiossincrático: ela apresenta semelhanças com acontecimentos vividos por outros indivíduos sem-abrigo, e essas parecências não devem ser subvalorizadas.

A entrada e a permanência na situação de «sem-abrigo» reconfiguram o laço de cidadania, reduzindo a protecção e o reconhecimento que este teoricamente garante. No plano oficial, a cidadania reduz-se à ligação aos serviços assistencialistas e à contratualização do RSI³. Ser «sem-abrigo» é estar numa situação de exclusão política. Pelo menos, é ver criadas condições do lado do Estado para que essa exclusão ocorra. Só a capacidade de acção individual permite a Rui sair parcialmente dessa exclusão e reivindicar uma ligação política mais forte e estável. A sua acção em dois laços institucionais é fundamental neste aspecto. Junto dos serviços do sector assistencialista, Rui acede à dimensão formal da cidadania como «sem-abrigo», mas reclama também mais protecção (para sair da rua) e reconhecimento (através de outro elemento de identificação que não o facto de viver na rua). Do lado do

²Todos os nomes de pessoas e locais presentes no texto foram alterados.

³ O Rendimento Social de Inserção (RSI) foi instituído em Portugal em 2003, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido, que vigorou desde 1996. Oficialmente, trata-se de uma prestação social estatal que procura garantir um rendimento mensal a sujeitos que não possuem outros rendimentos, visando combater situações de pobreza, mediante a assinatura de um contrato de inserção individual. Em 2014, tem um valor máximo de 178,15€ mensais, o que corresponde a cerca de 36,7% do salário mínimo nacional (485€ mensais).

laço com a biblioteca que frequenta habitualmente, trata-se, sobretudo, de uma reivindicação constante de reconhecimento; de uma batalha contínua para ser percebido como cidadão e ser humano e não como «sem-abrigo».

Os serviços de assistência

Vivendo na rua, os laços desenvolvidos com as instituições assistencialistas estão bem presentes na vida de Rui. Esses laços configuram um tipo particular de cidadania, construída na mais extrema privação. A relação que Rui estabelece com as instituições assistencialistas reforça a sua localização na pobreza da vida na rua. Os fluxos paliativos de carácter de urgência permitem-lhe somente obter um mínimo essencial de comida para sobreviver quotidianamente.⁴ O RSI contratualiza a relação com a assistência sem, todavia, permitir uma saída da rua, e pouco apoio estatal existe para além dele.

Essa constatação não reduz a relevância desses laços na vida de Rui: eles são importantes precisamente por funcionarem como funcionam. A noção de “vulnerabilidade *depois das protecções*” [*d’après les protections*] (CASTEL, 2009, p. 747), permite-nos ler esta situação: a pobreza extrema perdura apesar de um grau mínimo de transferências estatais, insuficiente para que Rui ganhe segurança e, em parte, é precisamente essa forma de ajuda estatal que cria condições para que Rui permaneça na rua. A relação com a assistência revela-se importante para a sobrevivência diária na rua, mas dificulta o desenvolvimento de estratégias de saída.

No caso de Rui, essa dificuldade em estabelecer um plano de saída da rua através do contacto com a assistência é, em grande parte, derivada da postura crítica e reivindicativa por si demonstrada. Em vários casos, esta é mal recebida pelos profissionais das instituições assistencialistas, levando

⁴Thelen (2006), comparando Portugal, Bélgica e França, afirma que no nosso país os serviços assistencialistas se encontram reduzidos à mais básica das emergências no tocante ao apoio disponibilizado a quem vive na rua. Segundo o autor, os outros países estudados conseguem fornecer um grau de ajuda que se encontra para além das necessidades de sobrevivência diárias mais básicas. É certo que o trabalho de Thelen é realizado antes da redacção da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo (INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, 2009), mas é razoável afirmarmos que a assistência portuguesa continua a funcionar em carácter de urgência. Assim sendo, mesmo que o seu apoio seja útil para a sobrevivência quotidiana de quem vive na rua, torna-se difícil para os indivíduos sem-abrigo desenvolverem planos de regresso à sociedade domiciliada através da relação com a assistência.

a que Rui sinta que está “marcado” por eles devido a uma sucessão de acontecimentos conflituais. Esses conflitos ocorreram com vários serviços assistencialistas, das equipas de rua (que, nos seus giros nocturnos, levam aos indivíduos sem-abrigo alguns bens essenciais, entre os quais comida) às instituições que fornecem refeições a baixo custo a pessoas pobres, passando pelos locais em que é possível a quem vive na rua realizar a sua higiene pessoal. Em vários momentos do contacto com essas instituições, Rui sentiu que era tratado de modo injusto pelo simples facto de viver na rua, considerando que a estigmatização e desumanização decorrentes do rótulo de «sem-abrigo» penetram a assistência. Parece verificar-se nessa relação de Rui com a assistência a negação de reconhecimento que Sennett (2004) afirma estar a tornar-se habitual nas nossas sociedades, em particular no que aos indivíduos desprovidos de poder diz respeito. Segundo o autor, “a sociedade moderna carece de expressões positivas de respeito e de reconhecimento para com os outros” (*id., ibid.*: xv), o que se reflecte nomeadamente na forma como os «assistidos» são representados e tratados, tanto no plano informal como formal. No caso de quem vive na rua, essa negação de respeito traduz-se na produção dos indivíduos sem-abrigo como «menos que», revelando uma enorme e sempre presente injustiça de reconhecimento (*id., ibid.*). O facto de Rui contestar esse tratamento quando o sente aumentou o conflito. Rui considera que a assistência prefere lidar com indivíduos sem-abrigo que se comportem de forma submissa e aceitem sem protestar o pouco que recebem. Quando algum indivíduo sem-abrigo reivindica um melhor tratamento, os profissionais da assistência reagem mal, rotulando-o como «mau pobre imerecedor». Através dessa construção representacional, a possibilidade de fluxos de ajuda adicionais é reservada aos indivíduos sem-abrigo encarados como «bons pobres merecedores». Os poucos quartos de renda baixa disponíveis para quem vive na rua ficam reduzidos a um benefício decorrente de um comportamento considerado correcto por quem vive na rua: o respeito pelo que foi contratualizado através do RSI, a aceitação incondicional das condições do recebimento da pouca ajuda disponível, e, sobretudo, a total ausência de qualquer forma de contestação social e do modo de funcionamento dos próprios serviços assistencialistas.

Apesar de Rui reconhecer o trabalho realizado pela assistência – sem a qual tem consciência de que seria mais difícil alimentar-se –, não deixa de criticar o que julga estar mal. Em várias situações, Rui disse a elementos das equipas de rua que a comida que estes levam a quem vive na rua é insuficiente em quantidade e qualidade para que um adulto possa sobreviver.

As discussões decorrentes dessas críticas são frequentes, com os elementos das equipas de rua a sentirem que Rui é “pobre e mal agradecido” (como lhe disseram directamente mais de uma vez). Algumas discussões mais violentas levaram a que algumas das equipas de rua deixassem de se deslocar ao seu local de pernoita. Em geral, a interacção com a assistência leva a que Rui sinta que não é tratado com respeito, fazendo com que reivindique, ainda mais veementemente, a dignidade a que sente ter direito. Para o fazer, tem de protestar contra o comportamento e a acção institucional de indivíduos que controlam de forma directa a distribuição da ajuda de emergência, o que leva a que Rui se sinta prejudicado por essas instituições.

Lyon-Callo (2008) e Gowan (2010) defendem que a assistência, ao interagir com os indivíduos sem-abrigo, lhes nega a capacidade e o direito de reivindicação. Frente à crítica, o diferencial de poder entre indivíduos sem-abrigo e técnicos torna-se inegável. Normalmente, Rui dirige-se aos técnicos «assistencialistas» pelo nome próprio. Aquando de um dos conflitos ocorridos, um desses profissionais, ao sentir o seu trabalho criticado por Rui, exigiu que este se lhe dirigisse por “doutor”. Ao deparar-se com aquilo que é lido como um ataque ao desempenho das suas funções, esse profissional assistencialista decidiu apoiar-se num elemento de distinção social discursivo que fazia o poder pender a seu favor na discussão. O efeito simétrico desse acto é a negação da legitimidade de Rui em contestar o que julga estar mal. Caso Rui tivesse aceite a situação tal como ela se lhe apresentava, vindo como um dado incontestável a forma como o circuito assistencialista se organiza e demonstrando-se grato pelo serviço que lhe estava a ser prestado, teria sido criada uma situação de falsa igualdade entre si e o profissional da equipa de rua. Contudo, essa eliminação discursiva do diferencial de poder entre esses sujeitos não os tornaria em seres humanos com iguais direitos, mas, antes, obscureceria a possibilidade – sempre presente – do lado com maior poder negar por inteiro o poder do lado socialmente desqualificado – e de o negar a um ponto em que se deslegitima a capacidade de acção de quem vive na rua que, ao ser reenviada para a sua posição social desprivilegiada (de onde, em verdade, nunca sai), é encarada como apenas detendo uma opção de comportamento: o agradecimento submisso de quaisquer migalhas que caíam da mesa da sociedade domiciliada.

A biblioteca

Rui desloca-se várias vezes por semana a uma biblioteca pública. Vai lá com assiduidade desde a sua chegada à rua. A frequência com que é possível aí encontrá-lo indica uma rotina na vida na rua. Se, como Rui me disse uma vez, a vida na rua “é um marasmo”, a rotinização do espaço e do tempo permitem-lhe normalizar uma vida passada na rua: através dela, Rui estabelece horários e dá um sentido às suas movimentações pela cidade. Vários autores falam da importância da estandardização dos horários e dos espaços para quem vive na rua. Esta permite a manutenção do *self* na medida em que, através dessas rotinas, os indivíduos sem-abrigo provam a si mesmos que ainda são capazes de controlar (minimamente) o ambiente em que vivem e, através desse mínimo de controlo, podem organizar a sua sobrevivência diária (SNOW; ANDERSON, 1993; GIROLA, 1996; PICHON, 1996, 2002; GOWAN, 2010). Os movimentos quotidianos dos indivíduos sem-abrigo podem ser forçados por constrangimentos estruturais (*e.g.*, locais públicos com horários de encerramento que obrigam quem os frequenta a ir para outro lado), mas isto não é tudo o que eles são: na decisão dos locais frequentados, há acção e reflexão individual, há escolhas que são feitas, há objectivos específicos (GIROLA, 1996; CLÉMENT; DRULHE; MANTOVANI, 2004). A biblioteca apresenta-se com um destino ao qual Rui pode chegar ao mesmo tempo em que se vê privado de uma casa ou de um emprego que possam desempenhar essa função de estandardização do espaço-tempo diário. Na biblioteca, lê livros que lhe despertam atenção. Lê também jornais, dado que considera ser importante estar informado sobre o mundo, mas também para poder procurar emprego nas secções de classificados. A biblioteca tem uma sala própria para o visionamento de materiais audiovisuais, o que é importante para si dado que, como me disse, se considera um “cinéfilo”.

Bauman (1998, p. 106-120) afirma que a liberdade e a capacidade de escolha associadas ao movimento funcionam como um dos principais factores de hierarquização social da modernidade líquida. Segundo o autor, actualmente, todos estamos em movimento perpétuo durante as nossas vidas, e a forma como este é realizado é fundamental para definir a posição que ocupamos na sociedade. Os constrangimentos ao movimento são desqualificados e, por um processo de reificação, tornam-se num atributo que desqualifica o próprio sujeito que os experiencia. Representar os indivíduos sem-abrigo como sujeitos sem controlo sobre as suas movimentações diárias contribui para os desvalorizar estatutariamente. Contudo, como o caso de

Rui nos permite observar, a realidade é bastante mais complexa do que o simples binómio movimento livre/condicionado. Rui move-se para ir aonde deseja, quando deseja. Os locais e os horários que o orientam podem ser estandardizados, e isso é factor de desqualificação, visto que se contrapõe a uma diversidade de espaços e de tempos que não está presente na vida de Rui. Aos olhos da sociedade domiciliada, essa estandardização indica constrangimentos ao nível da possibilidade de escolha e da liberdade de acção. Contudo, no seu caso, essa rotinização do espaço-tempo é um modo de provar a si mesmo que possui uma certa medida de capacidade de acção e que controla a sua vida. Há constrangimentos vários e Rui tem consciência clara deles. Porém, dentro deles, vai para *onde* quer, *quando* quer. Sobretudo, vai para onde lhe é possível realizar certas actividades de que gosta (ver um filme, ler um livro ou um jornal) e, nesses locais, desenvolve relações com os indivíduos que aí encontra.

A interacção com os funcionários da biblioteca e outros frequentadores assíduos indica que as idas a essa instituição desempenham outra função para além da leitura ou do visionamento de filmes: uma função socializadora; é nesse espaço que Rui encontra grande parte dos indivíduos domiciliados com que se relaciona. A biblioteca é também um dos espaços em que convive com alguns outros indivíduos sem-abrigo. É também aí que Rui marca encontros com indivíduos domiciliados não relacionados com a assistência para poderem falar fora do seu espaço de pernoita na rua. Uma conversa no local de pernoita tem a desqualificação espacial desse lugar como pano de fundo, o que torna bem visível a situação de Rui enquanto «sem-abrigo». A biblioteca é um espaço público onde Rui pode procurar diminuir a estigmatização. Os funcionários da biblioteca e os seus frequentadores assíduos sabem que Rui vive na rua, como o sabem os indivíduos domiciliados com os quais aí marca encontros pontuais. Contudo, é importante para si afastar-se do local de pernoita na presença de quem não vive na rua. Falar com alguém nesse lugar leva a que Rui não consiga esquecer-se nem por um instante da sua situação de vida actual; ao conversar fora desse espaço, procura diminuir a distância social que o separa dos eventuais interlocutores, colocando-o num lugar de inferioridade – que a biblioteca não elimina, mas pode atenuar um pouco. A desvalorização estatutária permanece, mas o espaço influencia-a.

Com o passar do tempo, os funcionários da biblioteca habituaram-se à presença de Rui, mas os conflitos não deixam de ser frequentes. Por várias vezes, Rui discutiu com funcionários, chegando mesmo a escrever reclamações em algumas dessas discussões. Em todos esses conflitos, Rui sente que o

trataram pior do que tratariam um indivíduo domiciliado. Quando começou a frequentar a biblioteca, Rui considera que era recorrentemente ignorado; passavam-lhe à frente nas filas, e os funcionários não o atendiam. A falta de respeito (SENNETT, 2004) parece verificar-se também nas relações que Rui desenvolve nessa instituição. A indignação que um tal modo de tratamento lhe causa é grande: ao ser ignorado, sente-se «desumanizado»; quando discutem, sente de forma directa toda a estigmatização e desqualificação social que o facto de viver na rua acarretam. A experiência desses acontecimentos conflituais leva Rui a protestar contra as injustiças que sente na pele. Mas leva também a alterações no seu comportamento. De uma das vezes em que nos encontramos neste local, ambos queríamos usar a casa de banho ao mesmo tempo. Rui insistiu que não o fizéssemos. De início, não entendi o motivo, nem Rui me deu uma razão para tal. Esperei por uma resposta enquanto Rui ia primeiro à casa de banho. Quando saiu, contou-me que eram frequentes na biblioteca problemas com indivíduos toxicodependentes que frequentavam uma instituição próxima que lhes presta apoio. Havia, por vezes, furtos cometidos por esses indivíduos, mas também consumo de droga na casa de banho. Apesar de Rui não consumir drogas duras, o conhecimento de que vive na rua provoca nos funcionários da biblioteca um efeito de associação desses dois fenómenos. Alguns indivíduos toxicodependentes consumiram drogas na casa de banho da instituição; *alguns* deles são «sem-abrigo»; então, *todos* os indivíduos sem-abrigo que entrem na casa de banho da instituição são representados como passíveis de ser toxicodependentes. O medo por parte dos funcionários de que alguém use esse espaço para consumir ou traficar droga levou-os a perseguir certos indivíduos quando estes se deslocavam em grupo à casa de banho para verem o que iam fazer. Rui, «sem-abrigo», foi vítima dessas perseguições (injustificadas). A discriminação no comportamento institucional é grande, levando a que só sejam vítimas de suspeitas indivíduos pobres e com um estatuto negativamente valorizado. Pessoas que os funcionários da biblioteca sejam incapazes de rotular de modo semelhante não são vistas como «alguém a controlar». Todavia, uma excepção a essa regra tácita existe, e eu encontrei-me nela: o caso de indivíduos domiciliados que se comportam de modo interpretado pelos funcionários como estranho pelo simples facto de serem vistos a falar várias vezes e durante muito tempo com alguém «rotulado». Lankenau (1999, p. 290-291) afirma que os indivíduos que mendigam sentem o seu estatuto elevado publicamente graças à sua interacção frequente com os mesmos indivíduos que lhes dão esmola – devido à interacção recorrente consubstanciada no acto

da dádiva ou em conversas passageiras. Para o autor, essas relações regulares “temporariamente transformam o mendigo de pária em pessoa” (*id., ibid.*, p. 290) na medida em que tais “associações com pessoas de status mais elevado tendem a avançar o status, dado que tais relações ou laços desempenham uma função legitimadora para a pessoa de status mais baixo” (*id., ibid.*, p. 291). Tal argumento pode ser transponível para o caso dos indivíduos sem-abrigo, *i.e.*, é possível que também esses sujeitos vejam o seu estatuto social elevado graças à interacção frequente e em público com os mesmos indivíduos domiciliados de estatuto substancialmente mais elevado do que o seu (sem que isto, todavia, elimine a sensação de desvalorização estatutária comparativa aos olhos do próprio indivíduo sem-abrigo: se este pode sentir que ganha uma posição social legítima ao interagir de forma regular com os mesmos sujeitos domiciliados de estatuto mais elevado – é «humanizado» por via dessa interacção –, o seu estatuto permanece sempre mais baixo do que o do seu interlocutor e é precisamente a sua relação com ele que realça a desvalorização estatutária do rótulo de «sem-abrigo»). Contudo, como o caso descrito nos mostra, o efeito inverso é também possível: ao interagir frequentemente com indivíduos cujo rótulo de «sem-abrigo» é conhecido, e, sobretudo, ao estabelecer com eles uma relação de difícil leitura para quem a olhe de fora (como é o caso de uma relação de investigação), um sujeito domiciliado pode ser vítima de uma desvalorização estatutária aos olhos dos observadores da interacção. A «osmose estatutária interaccional» que pode elevar em público o sujeito de estatuto mais baixo é passível de desempenhar também um efeito negativo simétrico sobre o indivíduo de estatuto mais elevado.

O comportamento de Rui, contudo, não é apenas alterado por via desses cuidados que é forçado a ter na sua apresentação pública. A forma como os funcionários da biblioteca lidam com ele é também propiciadora de comportamentos reivindicativos de dignidade e de direitos por parte de Rui. Por várias vezes, escreveu reclamações oficiais quando se sentiu tratado injustamente. Os problemas particulares que as motivaram podem ter sido legítimos, mas permitem-nos também observar que Rui, na sua interacção com os funcionários dessa instituição, sente o seu estatuto negativamente valorizado e estigmatizado muito presente. Parte da indignação que Rui sente é fruto disso e não só do facto de ser mal-tratado *de per se*. Ao apresentar uma reclamação oficial, Rui está a protestar não só sobre um problema particular, mas também a tecer uma crítica veemente à injustiça geral da sua vida na rua, reivindicando dignidade e humanidade. Está a afirmar publicamente que é

um ser humano com capacidade de acção sobre o mundo. Desta forma, o comportamento de Rui é também um modo de este se afastar parcialmente do rótulo de «sem-abrigo» e da desqualificação social a ele associada. Rui não nega a sua vida na rua, mas indigna-se perante o facto de este seu atributo excluir todas as suas outras características identitárias. Rui reclama contra factos específicos, considerados em si mesmos injustos. Contudo, reclama também nesses actos contra três anos de vida na rua sem vislumbrar uma saída. Pedir o livro de reclamações é reivindicar que alguém, em alguma coisa, lhe dê razão; é uma procura de uma afirmação pública de terceiros da justeza da sua postura que lhe permita observar a sua situação de vida na rua como algo injusto. Essas acções de Rui dão razão a Feldman (2006) quando este afirma que o fenómeno dos sem-abrigo é problemático não só ao nível da escassez de recursos materiais mas também numa dimensão de reconhecimento. Para o autor, “o reconhecimento é importante para as pessoas sem-abrigo e (...) as injustiças do fenómeno dos sem-abrigo são trivalentes: para além da má distribuição, os sem-abrigo enfrentam uma negação de reconhecimento e exclusão política” (*id., ibid.*, p. 25).

Essa injustiça sentida por Rui decorre, em grande medida, da sua consciência de que o rótulo de «sem-abrigo» o acompanha onde quer que ele esteja, sobretudo nos locais em que o conhecem. Ele não só sente com intensidade a estigmatização a que é sujeito nesses espaços como, para mais, tem a sensação de que essa estigmatização o acompanhará mesmo se conseguir sair da rua. Rui considera que, nos locais que durante tanto tempo frequentou como «sem-abrigo», vai estar sempre rotulado, mesmo que saia da rua.

Todavia, nem a consciência da estigmatização nem os conflitos levam a que Rui deixe de frequentar a biblioteca, espaço de lazer e de obtenção de informação sobre o mundo, conhecimento esse em que apoia o discurso crítico sobre a situação actual do país. Tal como os actos de reivindicação expressos pela redacção de uma reclamação oficial, a obtenção de informação sobre o mundo é uma forma de manter um – ainda que ténue – laço de cidadania. As várias reclamações oficiais que escreveu (na biblioteca mas não só) desde que chegou à rua são uma forma de intervenção cívica. Estar informado sobre o que acontece é uma recusa da redução da sua vida quotidiana à rua em que ela decorre. O facto de Rui receber o RSI é uma forma particular de ligação ao Estado. Por via dessa transferência, mantém uma relação com o mundo político e social nacional. Todavia, essa é insuficiente para que seja considerado um cidadão de pleno direito. Protestar perante uma injustiça

sentida ou ler jornais para saber o que ocorre e ser capaz de o discutir são modos de afirmar que deseja um laço de cidadania estável. Tal como com outros tipos de laços, o de cidadania é elusivo e encontra-se enfraquecido, mas isto não o torna menos importante ou menos desejado.

Conclusão

O laço de cidadania reconfigura-se por completo com a vida na rua, levando a que a protecção e o reconhecimento que teoricamente este fornece se reduzam de um modo drástico. Essa forma particular que a cidadania assume na rua não torna o laço menos relevante: ele permanece fundamental precisamente pela forma específica que assume na rua, que desvaloriza quem nela vive. No plano oficial, esse laço passa a existir somente através da ligação com os serviços de assistência, uma relação que desqualifica os sujeitos assistidos (PAUGAM, 1991, 2003; LYON-CALLO, 2008; GOWAN, 2010). A protecção que o laço garante é nula ou muito reduzida, traduzida numa acção assistencialista de emergência. Mas também a identificação enquanto cidadão e ser humano é relegada para segundo plano perante a negação de reconhecimento como «sem-abrigo». Na sua relação com os serviços «assistencialistas» ou com os funcionários da biblioteca, Rui sente com indignação e revolta essa inferiorização, mais ainda do que a ausência de apoio do laço. Os seus actos frequentes de reclamação e protesto são precisamente uma forma de dar conta da injustiça com que sente essa falta desumanização e negação de direitos. A consciência do tipo particular de laço de cidadania que conhece enquanto «sem-abrigo assistido» leva Rui a desejar um laço mais estável e que não o desqualifique. A leitura de jornais para estar informado ou o protesto quando se sente maltratado são indicadores desse desejo. Aquilo contra que Rui protesta é, sobretudo, a transformação do rótulo de «sem-abrigo» em *master status*⁵. Ou seja, reclama contra a caracterização de quem vive na rua através de um único atributo, que desvaloriza e estigmatiza. Becker afirma que “alguns status, na nossa

⁵ Sobre o conceito de *master status*, cf. Hughes (1945). Ver também Becker (1973, p. 33 *et seq.*). A ideia de que o rótulo de «sem-abrigo» funciona como *master status* é defendida por Gowan (2010) e Lyon-Callo (2008).

sociedade como em outras, anulam todos os outros status e têm uma certa prioridade” (1973, p. 33). A quem carrega consigo um tal *master status*, nenhuma outra fonte de criação de identidade é reconhecida, sobrepondo-se o rótulo de «sem-abrigo» a todos os rótulos alternativos, pelo menos, a todos os que seriam passíveis de elevar estatutariamente quem vive na rua. Rui sabe como ninguém onde vive, mas recusa ser identificado apenas por esse facto. Mais do que qualquer outra coisa, tem consciência clara de que “o que há de mais terrível na pobreza é o facto de nela haverem seres humanos que, na sua posição social, são pobres e nada mais que pobres” (SIMMEL, 2008, p. 101). Rui é «sem-abrigo», mas «sem-abrigo» não é tudo o que é.

Referências

- ALDEIA, João.
(2011). *A Barraca do Rui*. Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- ANDERSON, Nels.
(1965). *The Hobo. The Sociology of the Homeless Man*. Chicago e London: University of Chicago Press [ed. orig.: 1923].
- ANDERSON, Nels; RAUTY, Raffaele (Orgs.).
(1998). *On Hobos and Homelessness*. Chicago e London: University of Chicago Press.
- BAUMAN, Zygmunt.
(1998). *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar [ed. orig.: 1997].
- BECKER, Howard.
(1973). *Outsiders*. Studies in the Sociology of Deviance. New York e London: Free Press e Collier Macmillan Publishers [ed. orig.: 1963].
- BROUSSE, Cécile; FIRDION, Jean-Marie; MARPSAT, Maryse.
(2008). *Les sans-domicile*. Paris: La Découverte.
- CASTEL, Robert.
(2009). *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Gallimard [ed. orig.: 1995].
- CASTEL, Robert.
(1996). Les marginaux dans l’histoire. In: Serge Paugam (Org.); *L’exclusion, l’état des savoirs*. Paris: éditions La Découverte. p. 32-41.
- CLÉMENT, Serge ; DRULHE, Marcel; MANTOVANI, Jean.
(2004). Quand les sans-logis habitent ensemble. Modes de résidence et formes de lien social. *Espaces et sociétés*, v. 116-117, n. 1-2, p. 175-188.
- DAMON, Julien.
(2008). *La question SDF*. Critique d’une action publique. Paris: PUF [ed. orig.: 2002].
- FELDMAN, Leonard.
(2006). *Citizens Without Shelter*. Homelessness, Democracy, and Political Exclusion. Ithaca e London: Cornell University Press [ed. orig.: 2004].
- GIROLA, Claudia.
(1996). Rencontrer des personnes sans abri. Une anthropologie réflexive. *Politix*, v. 34, n. 9, p. 87-98.

- GOWAN, Teresa.
(2010) *Hobos, Hustlers, and Backsliders. Homeless in San Francisco*. Minneapolis e London: University of Minnesota Press.
- HUGHES, Everett.
(1945). Dilemmas and Contradictions of Status. *American Journal of Sociology*, v. 50, n. 5, p. 353-359.
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL.
(2009). *Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-abrigo*. Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015>. Acesso em 6 de maio de 2014.
- LANKENAU, Stephen.
(1999). Stronger than Dirt. Public Humiliation and Status Enhancement among Panhandlers. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 28, n. 3, p. 288-318.
- LONDON, Jack.
(2002). *O Povo do Abismo*. Lisboa: Antígona [ed. orig. 1903].
- LYON-CALLO, Vincent.
(2008). *Inequality, Poverty, and Neoliberal Governance. Activist Ethnography in the Homeless Sheltering Industry*. Toronto: University of Toronto Press [ed. orig. 2004].
- MUCCHIELLI, Laurent.
(1998). Clochards et sans-abri: actualité de l'oeuvre d'Alexandre Vexliard. *Revue française de sociologie*, v. 39, n. 1, p. 105-138.
- ORWELL, George.
(2003). *Na penúria em Paris e em Londres*. Lisboa: Antígona [ed. orig. 1933].
- PAIS, José Machado.
(2003). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar [ed. orig. 2001].
- PAUGAM, Serge.
(2010). *Le lien social*. Paris: PUF [ed. orig. 2008].
- PAUGAM, Serge.
(2003). *A Desqualificação Social*. Ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora [ed. orig. 1991].
- PAUGAM, Serge.
(1991). Les statuts de la pauvreté assistée. *Revue Française de Sociologie*, v. 32, n. 1, p. 75-101.
- PICHON, Pascale.
(2002). Vivre sans domicile fixe. L'épreuve de l'habitat précaire. *Communications*, v. 73, p. 11-29.
- PICHON, Pascale.
(1996). Survivre la nuit et le jour. La préservation de soi face au circuit d'assistance. *Politix*, v. 34, n. 9, p. 164-179.
- SENNETT, Richard.
(2004). *Respect in a World of Inequality*. New York e London: W. W. Norton & Company [ed. orig. 2003].
- SIMMEL, Georg.
(2008). *Les pauvres*. Paris: PUF [ed. orig. 1907].
- SNOW, David; ANDERSON, Leon.
(1993). *Down on Their Luck*. A Study of Homeless Street people. Berkeley: University of California Press.
- THELEN, Lionel.
(2006). *L'exil de soi*. Sans-abri d'ici et d'ailleurs. Bruxelles: Facultés universitaires Saint-Louis.
- VEXLIARD, Alexandre.
(1997). *Introduction à la sociologie du vagabondage*. Paris: L'Harmattan [ed. orig. 1956].

Recebido em

maio de 2014

Aprovado em

novembro de 2014

Imagens de guerra: uma leitura sociológica do fotojornalismo

Aline Gama de Almeida*

Clarice Ehlers Peixoto**

Resumo

A partir da comparação dos conteúdos e contextos sociais de produção das fotografias da Guerra da Criméia (1854-56), da Guerra da Secessão norte-americana (1861-65) e da Guerra do Paraguai (1865-1870), o artigo argumenta que essas imagens inauguram a convenção visual dada à temática da guerra. Para compreender como se estabelecem tais convenções, a análise se fundamenta na teoria dos processos sociais de Norbert Elias à luz dos conceitos de "figuração", "processo social" e "constância de direção", como um ferramental que permite revelar as implicações dessa produção visual. Trata-se, então, de uma análise sobre quais foram os fatores sociais e políticos que orientaram as primeiras imagens fotográficas de guerra que supõe-se nortear as produções fotográficas atuais.

Palavras-chave

Imagem de guerra. Fotojornalismo. Norbert Elias.

Abstract

Through the comparison of social content and context of photographs production from the Crimean War (1854-56), the War of American Secession (1861-65) and the Paraguayan War (1865-1870), the article argues that these visual images introduce the convention given the theme of war. In order to understand how such conventions are established, the analysis is based on the social processes theory from Norbert Elias in the light of the concepts of "figuration",

* Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: agamarj@gmail.com.

** Professora associada do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Coordenadora do grupo de pesquisas Imagens, Narrativas e Práticas Culturais (INARRA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (INARRA); Membro da Comissão de Elaboração e de Avaliação do Roteiro de Classificação da Produção Audiovisual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: peixotoclarice@gmail.com.

"social process" and "constancy of direction," as tools that reveal the implications of this visual production. Then it is an analysis of what were the social and political factors that guided the first photographic images of war that conduct the contemporary photographic productions.

Keywords

Image of war. photojournalism. Norbert Elias.

Introdução

A expressão emblemática “diante da dor do outro”, criada por Suzan Sontag, suscitou uma série de reflexões morais e éticas sobre as imagens de guerras e as violências produzidas a partir do século XIX. Esse artigo trata do processo de construção das imagens fotográficas das Guerras da Criméia (1854-56), da Secessão norte-americana (1861-65) e do Paraguai (1865-1870), e seus respectivos contextos de produção. Ele se inspira nos conceitos de “processo social” e “constância de direção” elaborados por Norbert Elias ao longo de sua obra. Assim, além da análise da composição, dos sentidos e dos significados dessas imagens, exploramos o contexto histórico e cultural de produção das fotografias à luz da teoria dos processos sociais.

O conceito “*constância de direção*” é usado por Elias (1990, 1994, 2001) para analisar os processos sociais de longa duração, e nos permite pensar a construção das imagens de guerra produzidas em diferentes momentos históricos. Ou seja, o autor afirma que “*embora não-planejados, muitos processos sociais conservam a mesma direção por centenas ou mesmo milhares de anos*” (ELIAS, 2006, p.31). São, então, as pequenas ações individuais e coletivas produzidas em diferentes épocas que reiteram a “*constância de direção*” dos processos sociais em andamento e expressam um tipo de “*figuração*”. Isto é, de símbolos socialmente apreendidos e expressos por indivíduos que, “*em virtude da sua interdependência fundamental uns dos outros*”, formam “*figurações*” específicas (ELIAS, 2006, p.26). Tais “*figurações*” não são fixas e muito menos planejadas individualmente, elas são construídas ao longo do tempo, existem e permanecem com certa autonomia em relação ao indivíduo. Elas norteiam as ações desses, mas não são necessariamente idênticas “*às regularidades da ‘mente’*” e do raciocínio individual. Para compreendê-las, como sugere Elias (2006), a dinâmica concreta do entrelaçamento social

deve ser diretamente ilustrada com referência a mudanças específicas e empiricamente demonstráveis.

As imagens fotográficas das Guerras da Criméia (1854-56), da Secessão norte-americana (1861-65) e do Paraguai (1865-1870) mostram o resultado de um longo processo cultural e social que é anterior ao surgimento da técnica de reprodução fotográfica. Ao analisá-las distinguimos a composição visual do seu conteúdo expressa em formas, cores e luz através das quais interpretamos sentidos e significados relativos ao contexto histórico e social (BANKS, 2001). Desse modo, “*ler* essas imagens é diferente da leitura de um texto onde decodificamos cada palavra buscando seu sentido; é, principalmente, uma análise do conjunto de seu conteúdo e de sua produção” (PEIXOTO, 1998, p.222). Todavia, tanto a composição visual como o conteúdo são produzidos a partir de normas e convenções que estabelecem como as imagens devem ser construídas para que encerrem sentido aos indivíduos de uma determinada cultura.

A construção das primeiras imagens de guerra: o início do fotojornalismo

As fotografias consagradas como fundantes da história do fotojornalismo ocidental foram as imagens da Guerra da Criméia produzidas pelo fotógrafo Roger Fenton para o governo britânico, em 1855. A opinião pública da Inglaterra vitoriana, que ficou estarecida com as notícias publicadas por William Howard Russell¹ no jornal *The Times*, pressionava por informações mais precisas do desenrolar das batalhas na Criméia e, por conseguinte, de uma justificativa para continuar apoiando a participação de seus militares

¹ No site do The Times o acesso é bloqueado. Mas, no da Biblioteca Britânica há uma referência mais completa sobre William Russell em *British Military History Collections, 1801-1945*: “*But the father of the modern war correspondent was William Howard Russell of The Times, whose frank revelations of military mismanagement and incompetence during the Crimean War shocked Victorian England. It resulted in radical changes to the army's attitude towards the treatment of its men and an overhaul of its inadequate administrative and logistical system. The importance and influence of Russell's work was immense, and his graphic descriptions of a British army in the field and reports from the Alma, Balaclava, Inkerman, and the fall of Sebastopol were a sobering contrast to the romantic and jingoistic heroism of most 19th-century reporting - objective reporting that would do much to undermine both the Government and Lord Raglan, the British commander*”. <http://www.bl.uk/reshelp/findhelprestype/news/britmilhist/britmilhist.html> Acessado em: 20 de julho de 2010.

no conflito. Após os horrores relatados por Russell, considerado o primeiro correspondente de guerra, o governo britânico aceitou a proposta do editor Thomas Agnew de enviar um fotógrafo para Criméia para registrar situações que abrandariam as notícias que tanto chocaram a opinião pública inglesa. Roger Fenton, fotógrafo oficial do Museu Britânico, foi então contratado. Ele havia estudado em Paris com Paul Delaroché e, recentemente, havia aberto um atelier fotográfico em Londres (1854).

O Ministério da Guerra britânico o orientou a não fotografar os soldados mortos, mutilados e doentes. Também não poderia registrar os combates ou qualquer efeito devastador da guerra, pois o trabalho fotográfico não deveria impressionar a sociedade britânica e, particularmente, os familiares dos soldados (FREUND, 1974). Guardadas as devidas especificidades de cada representação visual e textual, e de seu contexto social, poderíamos contrapor a orientação dada a Fenton com a produção das suas fotografias à representação pictural de Antoine Watteau sobre a ilha de Citera, como uma pequena ilha inserida no arquipélago grego, objeto de sonhos e desejos amorosos. No ensaio de Norbert Elias – *A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor* (2005) – o autor apresenta Gérard de Nerval, membro de um dos círculos parisienses de artistas da primeira metade do século XIX, o *Rue de Doyenne*. Encantado com a obra de Watteau, Nerval viajou para ilha de Citera em busca das imagens idílicas expressas nos três quadros². Elias ressalta a decepção de Nerval ao chegar em “*uma ilha árida e odiosa (...). O que tinha diante de si eram rochas nuas e, como sinal da crueldade humana, uma forca de três braços. De um desses braços pendia um corpo*” (2005, p.45)³.

A obra de Watteau idealizava a ilha de Citera e a vida na corte ali representada, do mesmo modo que as fotografias de Fenton não revelavam a dura realidade de uma guerra que já acumulava mais de vinte e duas mil mortes de soldados. Mortes em razão dos ferimentos em combate e doenças, mas também, do congelamento dos corpos devido ao intenso inverno russo. Esse conflito entre o real e o ideal compõe, para Elias, uma figuração social e define a produção sociológica de uma realidade imaginada e, ao mesmo tempo, concreta.

Voltemos a Roger Fenton.

² *A Ilha de Citera* (1709), *Peregrinação para Citera* (1717) e *O embarque para a Ilha de Citera* (1719).

³ Gérard de Nerval escreveu o ensaio “*Voyage à Cythère*” em 1844.

Apesar das condições naturais extremamente difíceis e de ter que carregar um material altamente inflamável e pesado, dificultando a locomoção, Fenton produziu 360 fotografias de paisagens da Criméia e dos envolvidos na guerra, principalmente, dos comandantes militares. Esta foi considerada a primeira cobertura “*fotojornalística*’ de guerra” e, também, o surgimento da “*censura prévia ao fotojornalismo*”. (SOUZA, 2004, p.34). Esta censura ou “autoregulação”, que na concepção eliasiana se transforma com o processo histórico de mudanças sociais, é regida mais pela sociedade do que pelo indivíduo e dá pouca margem aos desejos dos produtores de imagem.

Na época em que Fenton foi a Criméia, a produção de fotografias fora do ambiente dos estúdios, em espaços externos, era muito complexa e bastante onerosa. Outros fotógrafos tentaram produzi-las pouco antes de Roger Fenton. Por exemplo, a guerra Americano-Mexicana (1846-1848) foi a primeira a ter correspondentes jornalísticos, inclusive um daguerreotipista anônimo realizou uma série de imagens de oficiais e soldados. Em 1854, o fotógrafo amador Gilbert Elliott fez imagens de uma fortaleza no mar Báltico, mas as fotografias não sobreviveram ao tempo. Em junho desse mesmo ano, Richard Nicklin, um fotógrafo civil também contratado pelo governo para registrar a guerra da Criméia, morreu com seus assistentes, fotografias e equipamentos quando o navio em que estavam afundou durante um furacão em Balaklava.

Em 1855, dois oficiais do exército, Brandon e Dawson, foram treinados pelo fotógrafo londrino J. E. Mayall para, também, registrarem a guerra da Criméia. Suas fotografias foram arquivadas pelos militares ingleses, sem qualquer divulgação pública, e desapareceram sem deixar vestígio. Nesse mesmo ano, Roger Fenton chegou ao acampamento britânico, na Criméia, com uma equipe formada por um ajudante de fotografia, Marcus Sparling, e um servente, além de um amplo equipamento fotográfico, inclusive um laboratório para revelação das fotografias *in loco*. Suas fotografias foram as que tiveram maior divulgação e, por isso, Fenton tornou-se conhecido como o primeiro repórter fotográfico. (SOUZA 2004, SOUGEZ 1994).

O procedimento técnico usado nesse momento era o de colódio úmido, inventado pelo inglês Frederick Scott Archer (1813-1857), em 1848, e difundido a partir de 1851. O laboratório requeria uma câmara escura para a revelação da imagem e o aparato deveria ser usado imediatamente após o registro fotográfico. Nessa época, o fotógrafo transportava os equipamentos, os produtos químicos, as placas de cristal, a água destilada, os recipientes, entre outras coisas, para o lugar de produção das fotografias (SOUGEZ,

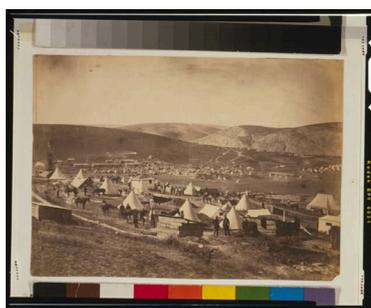
1994). Como o colódio era diluído em éter, o preparo evaporava rapidamente em lugares de temperatura elevada e em dias muito frios, congelava. Por isso, a expedição de Roger Fenton durou os três meses do verão russo. Suspeita-se que ele só tenha produzido imagens durante as primeiras horas da manhã, pois à tarde o laboratório estaria quente em razão do calor recebido durante o dia e, à noite, a luz era insuficiente para fotografar.

A produção de cada fotograma requeria a exposição do sujeito/objeto a ser fotografado de, pelo menos, quinze segundos. Dessa forma, as fotografias só podiam ser produzidas ao ar livre e nos dias mais quentes para evitar o congelamento dos líquidos; e elas eram “posadas”, pois exigiam a imobilidade. Impossível, assim, realizar imagens instantâneas da movimentação das tropas e dos soldados na guerra. Daí as fotografias produzidas serem imagens fixas dos soldados. Dado que elas foram encomendadas pelo exército britânico com a recomendação explícita de não registrar os horrores da guerra, não há imagens dos campos de combate e nem da destruição, dos corpos mutilados e das mortes.

Desse modo, as fotografias produzidas por Roger Fenton⁴ ou foram do acampamento militar, distante o bastante para não mostrar nenhum soldado ferido, ou de pequenos cemitérios que não denunciavam o número de perdas humanas, ou eram poses, como aquelas registradas em estúdio, de grupos de oficiais ingleses conversando (em pé ou sentados), e de soldados da cavalaria e da artilharia. Imagens que só mostram “*uma honrosa excursão em grupo exclusivamente para homens*” (SONTAG, 2003, p.44).



The valley of the shadow of death



Camp of the 5th Dragoon Guards,
looking towards Kadikoi

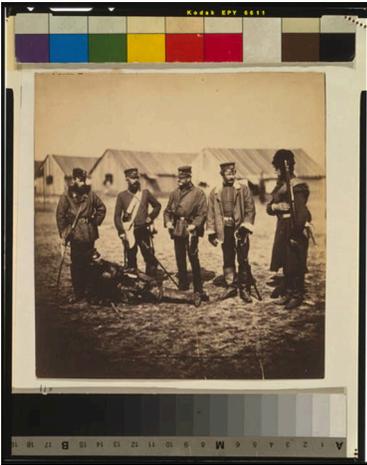
⁴ As fotografias de Roger Fenton foram retiradas do site da Library of Congress. Disponível em: http://www.loc.gov/rr/print/coll/251_fen.html Acesso em 20 de julho de 2010.



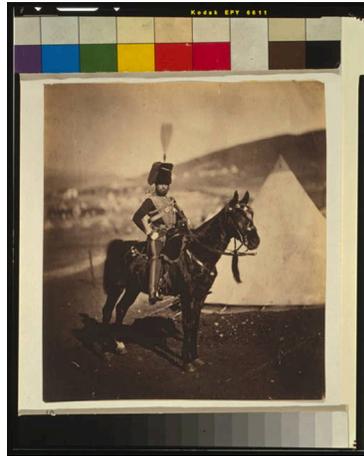
The tombs of the generals
on Cathcart's Hill



The cemetery, Redoubt des Anglais
& Inkerman in the distance



Lieutenant Colonel Munro & officers
of the 39th Regiment



Roger Fenton, Cornet Wilkin,
11th Hussars

O resultado desta expedição fotográfica, como planejado pelo exército britânico, foi bastante positivo. A sociedade britânica, horrorizada com as notícias que chegavam do campo de guerra, se sentiu afiançada diante das fotografias do alto comando e dos soldados em descanso ou em momento de entretenimento. Essas fotografias foram transformadas em pranchas xilográficas expostas em uma galeria em Londres, editadas em forma de livro e publicadas no *Illustrated London News*, um dos primeiros periódicos a publicar fotos, cuja linha editorial era menos crítica ao governo.

As fotografias de Fenton eram, para o público vitoriano, um testemunho visual e material da Guerra da Criméia. Elas retratavam uma realidade diferente daquela descrita pelo jornalista William Howard Russell. Depois

da Guerra da Criméia, todos os grandes acontecimentos foram registrados fotograficamente como as sequentes Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos e a Guerra do Paraguai (1865-1870) na América Latina. Se por um lado, as imagens da Criméia são produtos da “figuração” na qual os corpos em decomposição são afastados para os bastidores da vida social. Por outro, é possível supor que sejam, também, a expressão visual de uma “constância de direção” do “processo civilizador” construído ao longo dos séculos anteriores, como veremos adiante.

Em uma outra perspectiva, as fotografias da Guerra de Secessão (1861-1865) trazem novas questões para discussão da produção dessas imagens, pois apresentam os horrores da guerra. Esta foi a primeira guerra registrada por um grande número de fotógrafos. Alguns deles foram reconhecidos como nomes importantes na história do fotojornalismo como “*Mathew Brady (1823-1896) que foi fotógrafo oficial do candidato Lincoln, e os seus colaboradores mais importantes, Alexander Gardner (1821-1882), Timothy O’Sullivan (ativo de 1840-1882) e George N. Banard (1819-1902)*”. (SOUZA, 2004, p.35). Brady, que já tinha dois luxuosos estúdios fotográficos na Broadway e em Washington, contratou o britânico Alexander Gardner, em 1856, para ensinar a técnica do colódio úmido. Quando a guerra começou ele transformou o seu carro em laboratório e seguiu para frente de batalha.

Para cobrir todo o desenrolar dessa guerra, Brady formou vinte equipes de fotógrafos-correspondentes que produziram cerca de sete mil clichês do conflito. Contudo, a associação de Brady e seus colaboradores não durou muito, pois estes protestavam o fato de que ele raramente operava a câmera e, mesmo assim, assinava todas as fotos.

Os registros que revelavam os horrores da Guerra de Secessão só aparecem numa fase posterior, quando os editores perceberam o interesse dos leitores por “*notícias ‘factuais’ sobre o que realmente acontecia aos combatentes*” (SOUZA, 2004, p.37). As fotografias de Alexander Gardner e Timothy O’Sullivan sugeriam, pela primeira vez, a ideia do horror desta guerra: “*Os campos queimados, as casas incendiadas, as famílias em dificuldades, muitas mortes fotografadas por eles com uma preocupação da objetividade que dá estes documentos valor incomparável*”⁵ (FREUND, 1974, p.103 – tradução livre). A

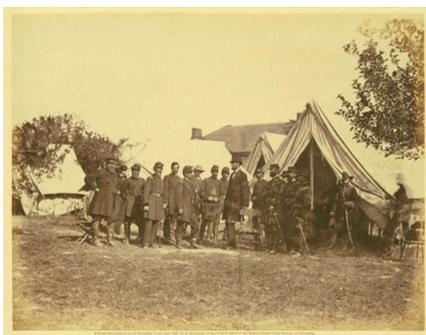
⁵ No original: Les terres brûlées, les maisons incendiées, les familles en détresse, les nombreux morts sont photographiés par eux dans un souci d’objectivité qui donne à ces documents une valeur exceptionnelle.

estética do horror passa, então, a ser um contraponto ao estilo de Roger Fenton e foi adotada por vários fotojornalistas de guerra que fotografaram corpos mutilados e até cadáveres em decomposição.

Algumas das fotografias dos horrores da Guerra de Secessão, feitas pelos colaboradores de Brady, foram reunidas por Gardner no livro *Gardner's Photographic Sketch Book of the War*⁶ (1865). São imagens de soldados no acampamento conversando e posados para o fotógrafo como se estivessem em um estúdio. O que ressalta na elaboração dessas fotografias que datam de 1862, semelhantes à narrativa de Fenton é o enquadramento: grande plano geral que procura descrever todo o ambiente, criando uma imagem que abrange o máximo da cena e na qual os sujeitos fotografados são pouco identificáveis.



A Fancy Group, Army of the Potomac.
Front of Petersburg, Virginia. August,
1864 Photographed
by David Knox.



President Lincoln on Battle-Field of
Antietam, October, 1862. Albumen
print photograph
by Alexander Gardner.

Já aquelas produzidas em 1865, mais próximas do final da guerra, mostram as ruínas e as perdas humanas, revelando o resultado da violência e os horrores do conflito.

⁶ As imagens foram retiradas do site da Cornell University Library e fazem parte do livro *Gardner's Photographic Sketch Book of the War*, de Alexander Gardner (1865). <http://rnc.library.cornell.edu/7milVol/index.html> Acessado em: 15 de maio de 2011.



A Harvest of Death. Gettysburg, Pennsylvania. July 1863 Photographed by Timothy H. O'Sullivan.



Ruins of the Arsenal. Richmond, Virginia. April, 1865 Photographed by Alexander Gardner.

Na documentação fotográfica da Guerra do Paraguai (1865-1870) destaca-se a produção do estúdio Bate & Cia. de Montevideo, no Uruguai. O norte-americano George Thomas Bate, e seu irmão, se estabeleceram como fotógrafo em Montevideo, em junho de 1861. Certamente, eles conheciam o trabalho dos fotógrafos da Guerra da Criméia e os de Mathew Brady e sua equipe sobre a Guerra de Secessão. Em 1865, Wander Weyde passou a ser o proprietário de Bate & Cia., e o estúdio enviou o técnico uruguaio Esteban Garcia para produzir fotografias sobre as batalhas do Paraguai, entre abril e setembro de 1866.

Esteban Garcia foi responsável pelos registros mais dramáticos da violência dessa guerra como, por exemplo, o instantâneo que retrata o coronel uruguaio León Palleja no exato momento em que foi levado numa maca para a retaguarda do front, após ser ferido na batalha do Boqueirão. Nesta imagem, soldados negros do batalhão uruguaio Florida apresentam as armas e inclinam suas cabeças em respeito ao coronel Palleja, um dos protagonistas da primeira fase da guerra.



Esteban Garcia (1866), Bate & Cia W: a morte do cel. León Palleja.
Biblioteca Nacional Rio de Janeiro (LAVARDA, 2009).

Mas a fotografia que mais chocou foi a que se intitula “*montón de cadáveres paraguayos*”, que retrata corpos de soldados em fase de decomposição, provavelmente vítimas insepultas dos combates, e um rosto retorcido no centro do plano. O enquadramento em plano geral tem um grande valor descritivo, mostrando detalhes da cena acentua a dramatização dos corpos dilacerados.



Esteban Garcia (1866), Bate & Cia W. Montón de cadáveres paraguayos (fragmento),
Albumina, 11x18cm, Biblioteca Nacional Montevideo (LAVARDA, 2009).

Já as imagens da Guerra do Paraguai, publicadas nos jornais do Rio de Janeiro, seguem o estilo de Roger Fenton e da primeira fase do registro fotográfico da Guerra de Secessão americana. Ou seja, as fotografias não apresentam os corpos mutilados, nem a destruição e a morte.

As pesquisas de Andrade (2004), Lavarda (2009), Morel (2003) e Toral (1999)⁷ assinalam que as primeiras imagens da imprensa carioca são ilustrações ou litografias baseadas em fotografias da Guerra do Paraguai (1865-1870). As litografias de Angelo Agostini foram publicadas no jornal a *Vida Fluminense* e as imagens de Henrique Fleiuss na *Semana Ilustrada*.

Estes dois jornais foram os primeiros que se destacaram com a publicação visual, no Brasil. Nessa época, ainda não existia um processo de reprodução das fotografias em papel e as imagens fotográficas impressas passavam pela mediação de artistas e artesãos. O original fotográfico era transposto em desenho para uma matriz de metal, madeira (xilografia) ou pedra (litografia), com a utilização de instrumentos ou ferramentas adequadas a cada um desses materiais. A partir dessas técnicas de gravação e reprodução em papel é que foram impressas as primeiras imagens em jornais, separadas das páginas dos textos. A técnica mais utilizada pelos jornais cariocas eram as ilustrações litográficas sempre acompanhadas de legendas que explicavam o que a imagem já revelava.

A *Semana Ilustrada* foi o principal jornal semanal do Segundo Reinado e o pioneiro na publicação de imagens a partir de fotografias do front. Publicado no período entre os anos de 1860 a 1876, o jornal “constituía-se de oito páginas sendo quatro dedicadas ao texto e quatro reservadas às imagens, com as dimensões de 22 x 28 centímetros. Publicava-se aos domingos e era distribuído na capital do Império e nas províncias” (LAVARDA, 2009, p.90). Ao indicar a autoria das litografias e declarar a sua origem fotográfica, o jornal aumentava a carga de realismo de suas publicações imagéticas. No entanto, a publicação de imagens copiadas de fotografias pelos jornais durante a Guerra do Paraguai foi bastante tímida, pois “surpreendentemente, mesmo no Brasil, onde o imperador D. Pedro II⁸ era fotógrafo amador e colecionador, a fotografia recebeu pouco apoio

⁷ As fotografias da Guerra do Paraguai foram retiradas dos trabalhos de pesquisa de Lavarda (2009) e Toral (1999).

⁸ D. Pedro II foi retratado por muitos profissionais estabelecidos no Rio de Janeiro, ou que visitaram a cidade. Conhecia os mais renomados e concedera o título de fotógrafo da Casa Imperial a mais de duas dezenas deles, entre 1851 e 1889. A sua coleção particular, intitulada Coleção Teresa Cristina, possuía mais de vinte mil fotos e foi doada à Biblioteca Nacional e ao Museu Nacional, após a proclamação da República e o exílio (ANDRADE, 1997).

oficial” para realizar a cobertura da guerra (TORAL, 1999, p.286).

A hipótese das pesquisas de Toral (1999) e Lavarda (2009) é de que o Imperador sabia do poder da fotografia como representação do que a guerra custava para a sociedade brasileira. Como a opinião pública oscilava entre ‘a favor’ ou ‘contra’ a guerra, não interessava ao Império as imagens da “realidade” do conflito, que se prolongou durante anos com muitas perdas humanas. Apesar dos jornais da época não serem de grande alcance popular, devido a seu preço e à linguagem empregada, visto que grande parte da população era praticamente analfabeta, eram as imagens que permitiriam maior acesso à informação. No entanto, não era só a elite que tinha acesso ao noticiário dos periódicos, já que também eram realizadas leituras públicas “*em voz alta, proferidas em pequenos grupos, esquinas, boticas, tabernas ou residências, registradas por diversas testemunhas – relativizando assim as fronteiras entre o universo letrado e a transmissão oral*” (MOREL, 2003, p.90).

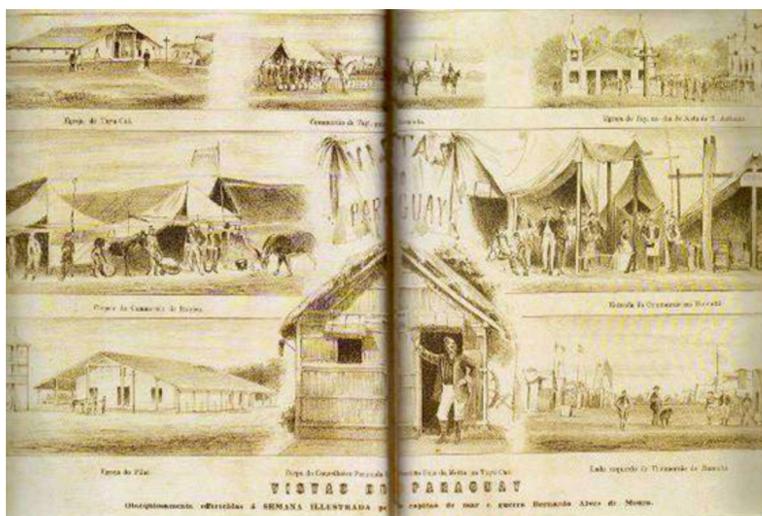
Ressaltamos ainda que, na época, a fotografia substituíra a pintura realista e apresentava para a sociedade uma verdade absoluta e inquestionável devido à sua capacidade de captar a realidade tal como ela se apresentava. É possível, então, pensar que uma suposta indiferença do imperador D. Pedro II na difusão dessas imagens de guerra seria uma estratégia política para ocultar da população brasileira a violência e a morte.

Além disso, os jornais não tinham seus próprios fotógrafos para a produção de imagens. Para obtê-las, o periódico *Semana Ilustrada* lançou uma campanha para arrecadação de fotografias da Guerra do Paraguai: “*todas as pessoas que possuírem os retratos de alguns dos bravos que ali se distinguirem, e quizerem obsequiar a Semana, hajão de remette-los ao Imperial Instituto Artístico, largo de São Francisco de Paula n16.*” (*Semana Ilustrada*, 22/01/1865, p. 1723 apud LAVARDA, 2009). Incontáveis *cartes-de-visite*⁹ chegaram às redações dos jornais e algumas serviram de matriz para as ilustrações de Henrique Fleiuss.

As imagens não mostravam os campos de batalha, os homens e a cavalaria em ações de guerra. Os artistas que assistiam as batalhas à distância, ou

⁹ A “*Carte de visite*” foi criada pelo fotógrafo André-Adolphe-Eugène Disdèri e consistia em uma aplicação do colódio copiada em papel albuminado e colada sobre um cartão suporte em formato de cartão de visitas. A imagem menor diminuiu o custo de fabricação e popularizou o retrato fotográfico.” (ROUILLE, 2009, p.52).

que recebiam os relatos por escrito diretamente do *front*, é que tentavam reproduzir o desenrolar dos acontecimentos. Todo o aparato técnico usado na época para fotografar impedia a proximidade de fotógrafos nos instantes de confronto. As imagens fotográficas divulgadas pela *Semana Ilustrada* também não reproduziam as consequências das batalhas, como os corpos mutilados ou mortos. Algumas cenas de batalhas eram apresentadas em forma de ilustração e não faziam referência nenhuma à fotografia, reiterando “o discurso de que a fotografia era o espelho da realidade” (LAVARDA, 2009, p.120).



Semana Ilustrada, n. 411, 25/10/1868, p. 3284-5 (LAVARDA, 2009, p.116).

As fotografias da Guerra do Paraguai eram publicadas em forma de ilustrações, muitas vezes em quadro montado a partir das *cartes-de-visite* como o acima, e registravam o cotidiano de acampamentos e os soldados. As mortes, inerentes às ações bélicas, eram representadas em forma de vida. A partir dos cartões de visitas doados, o semanário *Semana Ilustrada* apresentava os heróis mortos em combates, mas vivos no retrato. Como podemos ver na ilustração abaixo, a fotografia da *carte-de-visite* era inserida em outras imagens de anjos que rodeavam os mortos retratados. Alguns eram apresentados com uma coroa de louros que simbolizava premiação e vitória dos mortos pela pátria. Abaixo do retrato a legenda indicava o nome do militar e a referência à morte em combate. Algumas dessas ilustrações eram, também, acompanhadas de poesias que enalteciam a atuação do soldado.



Semana Illustrada n. 240, 16/07/1865, p. 1916 (LAVARDA, 2009, p.116).

Com o final da Guerra do Paraguai, em 1870, os jornais começaram a divulgar imagens sobre o conflito franco-prussiano que então iniciava. Segundo Toral (1999), os jornais necessitavam de uma guerra, qualquer uma, para vender mais exemplares. A virada do século XIX para o XX foi marcada pelo uso das ilustrações e da insipiente fotografia em diversos jornais e folhetins literários que circulavam pelo Rio de Janeiro. As notícias sobre crimes começavam também a ter lugar na imprensa ilustrada, mas desde o início a ilustração da violência foi um desafio. Assim, a reprodução de retratos fotográficos das vítimas ainda em vida surgia como um recurso para o noticiário de violência. Havia casos em que as cenas do crime eram reproduzidas nas páginas dos jornais em forma de desenhos, numa linguagem próxima das histórias em quadrinhos. Tais desenhos se assemelham “*guardada o devido distanciamento histórico, à “infografia” tão em voga na grande imprensa jornalística atual*” (ANDRADE, 2004, p.161).

A “constância de direção” nas imagens de guerra

As histórias das fotografias de Roger Fenton da Guerra da Criméia, em 1855; e das imagens publicadas pelo *Semana Illustrada* da Guerra do Paraguai tratam da produção de fotografias que revelam uma distância visual das mutilações do corpo e da morte próprias da violência da guerra. O fotógrafo Roger Fenton e o ilustrador Henrique Fleiuss, do *Semana Illustrada*, foram orientados sobre como deveriam agir para que seus trabalhos fossem aceitos ou compreendidos pela sociedade local. A produção fotográfica

era controlada por aqueles que ditavam a linha editorial dos periódicos. Já dissemos que as fotos de Roger Fenton foram reconhecidas como o primeiro registro histórico do fotojornalismo, ainda que tenham sido elaboradas com o propósito de mudar a representação social da guerra. Essa forma de controle estabeleceu-se como uma norma social e supõe-se que, com passar do tempo, converteu-se em uma norma ou em uma convenção da produção fotográfica de guerra. Podemos pensar, novamente, que se trata de uma forma particular de “autoregulação” uma vez que esse mecanismo de controle é determinado não pelo fotógrafo, mas pela editoria do jornal – e pela sociedade – para a qual o fotógrafo produz as imagens encomendadas.

Podemos, então, dividir em dois conjuntos as fotografias das Guerras da Criméia (1854-56), da Secessão norte-americana (1861-65) e do Paraguai (1865-1870). De um lado, as imagens dos corpos em decomposição, dos mortos e da destruição; de outro, as imagens gloriosas da guerra com os soldados e o alto-escalão devidamente uniformizados, seus acampamentos e armamentos, nos quais os heróis se organizavam estrategicamente para lutar. Ou seja, existem movimentos em diversas direções e nuances dados pelas escolhas individuais e institucionais das diferentes empresas de comunicação.

Como propõe Elias ao longo de sua obra, na “constância de direção” há progressos e retrocessos relacionados à proximidade e ao distanciamento da imagem da violência e da morte. O espetáculo do fim da vida tão banal nas guerras está presente na primeira categoria. Essa característica da forma animal do homem em campo de guerra é afastada para os bastidores da vida social e não se reproduz na segunda categoria de imagens. A distância dos corpos em decomposição, dos moribundos e dos mortos, percebida por diversos autores (ARIÈS 1977, ELIAS 2001, RODRIGUES 2007, entre outros) como expressão de uma construção cultural e histórica, demonstra um tipo de sensibilidade que teve maior domínio sobre a obra artística e o registro histórico oficial, além de questões políticas, sociais e econômicas.

A questão social do fim da vida humana é apresentada por Elias (2001) como parte do impulso civilizador, examinado em diferentes momentos de sua obra como um dos aspectos do processo social do Ocidente. A impossibilidade, ou não aceitação, de ver a dor e o sofrimento retratados em imagens é parte da construção dessa distância das características animais do homem, ou seja, o sangue e as vísceras dos ferimentos; o corpo perfurado e retorcido e a face expressando a dor não são retratados nas fotografias convencionadas como uma imagem limpa da guerra. As fotografias de guerra

que seguem o estilo de Roger Fenton revelam imagetivamente um “*processo social*” de distanciamento de expressões do corpo e do fim da vida humana que constrói uma ideia de “*civilização*”. O seu estilo de produção fotográfica marca o início da história do fotojornalismo no Ocidente e, certamente, aparece em um conjunto amplo de histórias em diferentes épocas e lugares, envolvendo outros indivíduos com os mesmos valores ou sob a mesma orientação e censura. Transformou-se em uma norma ou em convenção fotográfica a ser revelada, desejada, aceita e compreendida por determinado grupo social com uma intenção específica. Como disse Elias (2005):

“Existem algumas sociedades cujas estruturas de poder de certo modo tornam obrigatória, por assim dizer, uma mentalidade idealista-otimista nos produtores de arte e de cultura. Nesses casos, os poderosos franzem o cenho todas as vezes que artistas, escritores e filósofos e, eventualmente, também cientistas, introduzem, na esfera do debate público, aspectos da vida humana que contrariam os ideais do cânone público consentido. O tratamento explícito de aspectos da realidade natural e social, que contrariam o ideal apresentado como real, é percebido como perigoso para ordem estabelecida.” (ELIAS, 2005, p.46).

Nesse sentido, os contextos social e histórico da produção de Roger Fenton, das publicações da *Semana Illustrada* sobre a Guerra do Paraguai, assim como de outros conflitos ao longo do século XX, mostram que por detrás de uma imagem heroica e estetizada da guerra há uma política a favor do conflito e da produção em grande escala do fim da vida.

Considerações finais

Inspiradas em Nibert Elias, as histórias das fotografias das Guerras da Criméia (1854-56), da Secessão norte-americana (1861-65) e do Paraguai (1865-1870), aqui analisadas, apresentam aspectos relevantes que permitem refletir sobre as convenções de produção de conteúdo presentes nas imagens de guerra.

Nas fotografias de Roger Fenton, a guerra em si, e todas as suas consequências devastadoras, não se constitui em um registro histórico e social. Não sem razão, as únicas imagens que permaneceram como testemunho das ações militares da época são consideradas a primeira cobertura fotojornalística. Não há imagens do horror. A declaração da

guerra e sua manutenção precisavam ser suportáveis à sociedade britânica. Os homens fardados posam como exemplo de patriotismo e heroísmo. Essas fotografias protegem a visão do sofrimento já que não revelam a guerra cruel e, portanto, não constituem um argumento contra novas guerras. Elas ocultavam da nobreza e da sociedade vitorianas a brutal imagem do fim da vida.

No universo de 360 fotogramas, ele produziu quatro sobre cemitérios e tumbas de heróis da guerra: “*The cemetery, Redoubt des Anglais & Inkerman in the distance*”; “*The cemetery Cathcart's Hill - the Picquet House, Victoria Redoubt and the Redoubt des Anglais in the distance*”; “*The tombs of the generals on Cathcart's Hill*” e “*Cemetery on Cathcart's Hill - officers on the look-out*”, enquadrados em planos abertos que não mostram mais que cinco sepulturas embora a guerra já contabilizasse a perda de 22 mil homens. Já a foto “*O vale da sombra da morte*” mostra uma estrada larga com pedras e balas de canhão. Produzida em memória dos soldados mortos em uma emboscada na planície acima de Balaklava, a fotografia mais famosa do conflito também não choca e nada revela da Guerra em si, apenas seu título evoca o que não pode ser mostrado.

Contudo, não podemos afirmar que essas questões foram perceptíveis para Roger Fenton no momento em que produziu as imagens, pois já fotógrafo consagrado ele não pretendia decepcionar a opinião pública e a nobreza vitoriana de quem era servidor. A mudança ou aceitação das “normas” do que deve ser mostrado em imagens aparece no fluxo das relações sociais nas quais Fenton estava envolvido. O movimento não acontece por uma ação linear entre indivíduos: aqueles que constroem e os que são constrangidos. Todos os que participam de alguma forma da proposta inicial do trabalho pesaram na escolha individual que criou expectativa, desejo de aceitação e êxito.

Assim, esse afastamento da imagem dos soldados mortos violentamente relaciona-se à ideia da imortalidade e, por conseguinte, à invisibilidade de tudo aquilo que possa lembrar o fim da vida. Se estendermos esta reflexão para as sociedades contemporâneas poderíamos pensar que a construção social da distância da morte tem outros fatores a serem considerados como, por exemplo, a expectativa de vida mais longa, a oposição entre o fim natural e a finitude violenta particulares às sociedades avançadas, além do processo de individualização a elas inerente (ELIAS, 2001). Ou seja, essa experiência de um distanciamento visual, por meio da composição e do enquadramento fotográficos, atesta, como aponta Butler (2009), que a regulação das imagens

de guerra afeta a percepção e a responsabilidade política e social daqueles que as veem. Vale retomar, então, o que disse Elias (1994) sobre os envolvimento individuais tanto de produtores como de seus observadores:

“E embora, ao examinar do alto longos trechos da história, o observador possa notar, primeiramente, como é pequeno o poder individual das pessoas sobre a linha mestra do movimento e da mudança históricos, a pessoa que atua dentro do fluxo talvez tenha uma oportunidade melhor de ver quantas coisas podem depender de pessoas particulares em situações particulares, apesar da fixidez da direção geral. Somente as duas observações, longe de se contradizerem, resultam, quando adequadamente vinculadas, num quadro mais revelador e mais apropriado.” (ELIAS, 1994, p.47).

Dessa forma, o conjunto de imagens das guerras da Criméia, de Secessão e do Paraguai apresenta convenções de conteúdo que norteiam, ainda hoje, as produções midiáticas das imagens de guerra e da violência urbana¹⁰. Analisar seus conteúdos, contextos políticos e sociais à luz das teorias dos processos sociais de Norbert Elias contribui para o debate sobre as imagens de guerra na medida em que se vislumbra uma possibilidade de inserção de produções individuais que não se vinculam ao controle militar ou governamental, construindo uma abertura a uma multiplicidade de “vozes visuais” que sobrepesam na responsabilidade política e social dos produtores oficiais dessas imagens.

Referências

- ALMEIDA, Aline Gama de. (2013). *In memoriam: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. (2004). *História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- ARTÊS, Philippe. (1977). *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- BANKS, Marcus. (2001). *Visual methods in social research*. London: SAGE Publications.
- BARRETO, Maria Cristina Rocha. (2005). *Sofrimento social e violência na imprensa popular: a Folha de Pernambuco (1998-2002)*. Tese de Doutorado apresentada

¹⁰ Sobre violência urbana e fotojornalismo ver ALMEIDA (2013), BARRETO (2005) e QUINTO (2007).

- ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.
- BUTLER, Judith. (2009). *Frames of War - When Is Life Grievable?*. London, New York: Verso.
- ELIAS, Norbert.
(2006). *Escritos & Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- (2005). *A Peregrinação de Watteau à Ilha do Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- (2001). *Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- (1994). *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- (1990). *Processo Civilizador Volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FREUND, Gisèle.
(1974). *Photographie et société*. Paris: Éditions du Seuil.
- LAVARDA, Marcus Túlio Borowski.
(2009). *A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Illustrada - 1865-1870: um discurso visual*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.
- MOREL, Marco; BARROS, Marina Monteiro de.
(2003). *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers.
(1998). Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais. In: Feldman-Bianco, Bela; Miriam Moreira Leite (Orgs.); *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. São Paulo: Papirus. p. 213-224.
- QUINTO, Maria Cláudia.
(2007). *Imagens de morte na mídia impressa: o olhar do fotógrafo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, José Carlos.
(2007). *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- ROUILLÉ, André.
(2009). *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- SONTAG, Susan.
(2003). *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SOUGEZ, Marie-Loup.
(1994). *Historia de La Fotografia*. Madrid: Ed. Cátedra.
- SOUZA, Jorge Pedro de.
(2004). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Argos / Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- TORAL, André Amaral de.
(1999). Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*, v.19, n. 38, p. 283-310.

Recebido em
maio de 2014

Aprovado em
outubro de 2014

Refletindo sobre a modificação corporal em contexto urbano

Felipe Moreira*

Resumo

Este trabalho exploratório buscou compreender o fenômeno urbano da modificação corporal através das contribuições da antropologia ecológica em seus polos interacionais, conflitivos e construtores. Partindo da premissa cartesiana da separação corpo/mente e realocando-a através de estudos contemporâneos, buscou-se entender a situação de agentes sociais que, através de técnicas corporais, adornam seu corpo com tatuagens em um cenário ainda não propenso à aceitação dessa prática e que a pensa em conflito com os seus padrões sociais. Após discutir a tatuagem como marcador social, intenta-se acrescentar as questões de gênero e sexualidade presentes na rede social *inked-up.com* e seus usuários e usuárias. Esta pesquisa trouxe considerações a respeito das interações e limites sociais das pessoas praticantes da *body art*, de como se pensam, são pensadas e se projetam no mundo, de forma a causar estranhamento e ressignificar suas relações na sociedade.

Palavras-chave

Corpo. Modificação corporal. Gênero.

Abstract

This exploratory work sought to comprehend the urban phenomenon of body modification through ecological anthropology contributions in its interactional, conflictive and constructible poles. Based on the Cartesian premise that separates body and mind and relocating it through contemporary studies, it was intended to understand the situation of social agents that, through corporal techniques, adorn their bodies with tattoos in a social scenery yet not willing to accept this way of life and see it in conflict with their social patterns. After discussing the tattoo practice as a social marker, it is intended to bring questions of gender and sexuality present on the social network *inked-up.com* and on it's users. This research rises considerations about interactions and social limit of body art practitioners,

* Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: pilcef@gmail.com.

how they think themselves, how they are thought and how they project themselves in the world, in a way that causes strangeness and re-signifies their relations in society.

Keywords

Body. Body modification. Gender.

Introdução

Na ótica cartesiana, ainda hoje muito atual, tanto no senso comum quanto no meio acadêmico, compreende-se o corpo como material passível de se imprimir ideias vindas de cima, ideias nunca completas, pois nunca se há completude, apenas representações registradas no cérebro através dos estímulos. Então, o corpo é entendido como um receptáculo desses estímulos (INGOLD, 2000, p.260), apenas uma ferramenta que a mente, essa “coisa” atemporal, quase ser, possuindo o dom da ação, executa suas vontades (IBID, 2000, p.3) através do corpo. Não nos faltam exemplos de como essa visão ainda é comum e forte hoje em dia, basta olharmos os anseios impressos visualmente nos filmes de ficção científica que trabalham narrativas de inteligência artificial e os inúmeros investimentos econômicos que se têm feito no campo da ciência robótica. Na cultura letrada ocidental, o que valorizamos são as ideias, e como precisamos preservá-las, temos livros impressos, digitalizados e armazenados de forma a durar grandes períodos de tempo, com o intuito de deixar um legado para futuras gerações, legado que até pouco tempo só podia ser passado através da escrita. As civilizações ágrafas e sua história oral puderam, e deram muito, dar conta de inserir a história, tanto corporal quanto mitológica, através de expressões, danças e afins nas suas passagens do tempo sem necessidade de “registrá-las”, coisa que só “recentemente” o Ocidente tem feito, graças a novas tecnologias audiovisuais e de comunicação em massa. Diferentemente do Ocidente, nesse processo, nas sociedades ágrafas, a história tem sido rearranjada de inúmeras formas através dos elementos que elas dispõem para perpetuar no tempo (mas sem a imutabilidade opressiva que o funcionalismo lhe legava¹)

¹ Mudança não no sentido funcionalista que acredita na adaptação para perpetuação das instituições já existentes, e sim no sentido de formas criativas de adaptação cultural às diversas contingências.

suas percepções cosmológicas (o “bricolage” straussiano). No âmbito da arte, a teoria do bricolage é muito esclarecedora, ainda mais quando trabalhamos as questões da dança, pois o corpo age de forma híbrida, tanto como agente quanto como ferramenta, pois nas suas inúmeras combinações que surge o espetáculo da dança. Nesse aspecto, ele quebra com facilidade a dicotomia cartesiana, pois na dança “... o corpo é considerado não mais a sede da alma nem a morada da subjetividade mas, principalmente, a sua expressão mais autêntica e real, é somente por meio dele que se colocam em evidência as intenções e as forças de cada ser humano.” (SANT’ANNA, 200, p.20).

Já em se tratando da ciência ocidental, buscamos maneiras cada vez mais congeladas de guardar o tempo ao mesmo tempo dando à sua interpretação uma forma estática e incontestável (basta olharmos para os livros de história escolares, ali encontramos a morte da hermenêutica historiográfica) através de registros audiovisuais que reafirmam a primazia da mente sobre o corpo, pois, ao registrar o movimento em vídeo, temos ali a objetivação de um conceito estabelecido *a priori*, e a margem de interpretação desse vídeo (excluindo as formas de vídeo-arte das artes plásticas) se torna cada vez menor, pois quem executa aquela filmagem e, respectivamente, as “personagens” ali presentes, em sua maioria, já possuem um roteiro prévio de ação e, provavelmente, quando a exibirem futuramente, tenderão a guiar a quem assiste pela mão e explicar o que está acontecendo ali ou acolá. Ao discutir a diferença entre a pintura e a fotografia, Bazin crê que a câmera, como substituição do olho humano, tende a uma abordagem objetiva, cristalizadora, tanto que o nome da lente se chama “objetiva”. Para ele, a fotografia é uma das formas mais “reais” de se apreender a vida: “Ela age sobre nós como um fenômeno natural, como uma flor ou um cristal de neve cuja beleza é inseparável de sua origem vegetal ou telúrica.” (BAZIN, 1993, p.125).

De certa forma, alguns passos foram dados que tornam a sobrevalorização da mente mais frágil justamente pelo fato de que as mesmas tecnologias que foram criadas para poder armazenar dados para a posteridade permitem agora que não mais se gravem ideias somente através da escrita ou da voz, mas também através da imagem e, assim, o corpo poderia voltar à cena e não ser mero coadjuvante no papel de escrever ou falar o que quer que valha a pena ser dito e expressado. Outra forma, não tão recente (especialmente em culturas não ocidentais), mas só ultimamente disseminada (e pouco a pouco mais aceita) de se preservar legados, ideias, pensamentos e vivências tem sido a modificação corporal. Ato híbrido de subjetividade e objetividade sutil, desde as modificações extremas até a “pintura” corporal (tatuagem),

atua de forma similar à escrita, porém de forma dinâmica e interativa, como será demonstrado mais adiante. O foco deste trabalho se dará nas tatuagens, forma de modificação corporal bastante difundida nos dias de hoje, especialmente nas cidades médias e grandes. Longe de recorrer a uma deformação corporal da *tabula rasa* lockeana, buscarei compreender que o corpo como ambiente é também um corpo ambientado, utilizando-me das dissertações de Ingold sobre o viver no mundo (*livelihood*) e como esse mundo interage com as pessoas que passam pela modificação corporal da tatuagem. Mas esse mundo onde traçamos (e somos contornados pelas) nossas trajetórias e desvios sociais não é um mundo par e igualitário. Essa reflexão da dissidência será explorada através dos estudos de Bourdieu em complemento com alguns relatos das entrevistas realizadas e outras entrevistas reaproveitadas em trabalhos similares que tratavam da questão do corpo modificado e suas vivências e interações sociais.

Reconheço, porém, que este mundo desigual delineado por Bourdieu possui suas diferentes camadas e significação e relacionalidade. Apesar de ainda perceber uma resistência à prática da modificação corporal, a prática da tatuagem e dos *piecings* já é um reconhecido nicho de mercado e manifestação cultural difundida, mas não amplamente aceita. Nosso corpo ainda está sujeito a sanções sociais de definições de permissibilidade e tabu. E, no caso da modificação corporal, existem certos conteúdos e locais do corpo que configuram “áreas de contágio”. Essas áreas de contágio definem um espaço de atuação, segundo Douglas (1991, p.31). Assim, possuir tatuagens faciais ou em áreas mais visíveis aloca em um espaço de marginalidade e/ou lhe define como alguém que trabalha com aquilo. Ainda assim, fora do estúdio de tatuagem, novamente se está sujeito ao olhar discriminatório que não compreende, ao menos no contexto brasileiro, essas práticas fora daquilo com que estamos nos habituando a conviver. Portanto, quando falo de algum preconceito ou atribuição de marginalidade durante o artigo, é sempre pensando de forma relacional à vivência de quem ou de qual grupo está em contato com pessoas praticantes dessas modificações corporais. No caso específico, vejo uma maior resistência da sociedade, pois a rede social em questão não só está inserida neste debate e prática ainda em vias de aceitação social, que é a modificação corporal, mas a conecta com discussões de gênero e de estudos/práticas *queer*, também novas questões que vêm surgindo em nosso ambiente social e acadêmico. Portanto, se como Le Breton (2011, p.17-18) afirma, a representação social do corpo nos localiza socialmente frente a um sistema de valor, acredito que o fenômeno social da

modificação corporal, especialmente a tatuagem, tem se tornado uma prática difusa, mas que ainda encontra resistência, pois alguns grupos e pessoas são vistas como “extremas” ao as incorporarem em suas vidas. Porém, trato neste texto especificamente dessas modificações em ligação íntima com questões de gênero e sexualidade, através da plataforma social em questão, o *inked-up*.

O *inked-up.com*² se apresenta como um “espaço social *queer* para que pessoas tatuadas, perfuradas e modificadas se conectem, colecionem, se eduquem e inspecionem³”. Conta com a criação de um perfil em que se adicionam fotos (sempre de suas modificações corporais, o que é amplo, pois vai desde modificações no cabelo até tatuagens), fala-se sobre suas modificações, o que faz da vida, enfim, uma descrição ampla de si mesmo. Conta com *fóruns* de discussão, uma loja online onde as pessoas podem se anunciar, *links* para sites com conteúdo comum e uma plataforma de bate-papo online onde as pessoas podem conversar mais dinamicamente. Apesar de o conteúdo das modificações não serem sempre relacionadas iconicamente e diretamente a questões de sexualidade e gênero, há uma identificação pessoal com esses temas, principalmente com a proposta *queer*, já que as pessoas do site se identificam em algum ponto com uma estética que julgam não convencional em seus contextos. Há pessoas com mais de 50 anos extremamente tatuadas e com um visual tido como “agressivo” (como alguns relatam em seus perfis quando há uma discussão sobre impressões sociais no seu dia a dia) tal como barbas longas, cabeça raspada etc. Portanto, o conteúdo estético em si não é completamente *queer*, mas o conjunto das identidades se agrega de forma em que há um discurso sobre performance *queer* implícito em grande parte dos perfis e difundido pelo site. Como diz Keyes (2000) a respeito das mulheres negras no *rap*, o empoderamento vem através da performance em qualquer espaço, performance usada para reconstruir (ou refutar, em caso de conflito) diferentes visões sobre suas identidades. Acredito que fenômeno similar se encontra no caso das modificações corporais, já que é um processo constante. O *inked-up* é um espaço, vejo eu, onde as pessoas discutem essas

² O site está passando por problemas de hospedagem e, quando fui editar este artigo, seu endereço havia mudado para <http://inked-up.ning.com/>; mas nem o criador sabe se será temporário ou permanente. Acesso em: 10/03/2013.

³ Tradução minha: “Inked-Up is a queer social space for tattooed-up, pierced-up, and modded-up individuals to connect, collect, educate, and inspect.”

identidades, como elas afetam seu dia a dia, como superam seus conflitos ou como se reconfiguram face ao conflito, trocam experiências sobre as diferentes reações e apoios que recebem nos diversos âmbitos sociais que frequentam/transitam, enfim, é um espaço virtual (que porém é usado para marcar encontros ‘reais’) de afliências e dialogicidades identitárias.

Tem se buscado enxergar na juventude uma forma de contraponto e inovação que nem sempre se sustenta sob o escrutínio crítico, principalmente porque sua premissa é a ideia da globalização modernizadora e seus contra-agentes, quase sempre caracterizados com o rosto da adolescência e fases concebidas como pré-adultas. Esteves e Abramovay, citando Ribeiro (p.24), creditam esse imaginário ao século XX, mas hoje ainda podemos ver resquícios dessa visão, principalmente veiculada pela mídia, na moda jovem “transgressora” que dita “novas tendências”, indicando um afastamento do tradicional.

A tendência a ver as modificações corporais como uma quebra de padrões convencionais⁴ obscurece a diversidade sempre existente, mesmo em cenários supostamente homogêneos (MOORE *apud* BLANC-SZANTON, 1997, p.13) e atende mais a um desejo ideológico do que a uma inquisição intelectual. Inserido em um desejo idealizador e permeado pela ótica cartesiana da separação mente e corpo, é comum que o senso comum enxergue a modificação corporal como algo individualista, como um ato de imprimir ideias concebidas pela mente sob um corpo passivo. Vê-se tal força interior, de pouca ou nenhuma interação física com o mundo, se estetizar e se deslocar de um contexto padronizado e se tornar um foco de resistência, evocando uma noção de apropriação particular (ABONIZIO, 2010) e excluindo toda a rede de interações coletivas que subjetiva e objetivamente levam as pessoas a fazerem o que fazem, desde o ato de comer até modificações corporais extremas. É essa rede de interações que não são possíveis de se excluir, seja antes, durante ou após o processo de tatuagem. É esse tipo de visão que neste trabalho será colocada sob análise e então processada e ressignificada.

Há inúmeros processos envolvidos no ato da modificação corporal: os/as agentes do processo interagem de forma múltipla, seja entre os que se modificaram e os que não se modificaram (com o intuito ou não de fazê-lo um dia) e também processos com/entre os modificadores (tatuadores)

⁴ Até porque as tatuagens podem ser veladas através de roupas e produtos cosméticos disponíveis no mercado hoje em dia.

em si. Para tal, escolhi abordar de forma triádica tais processos, sob a luz das reflexões de Turner e suas inflexões sobre o trabalho de Van Gennep. Entendo como os fenômenos sociais em sua realidade e na vida diária são dinâmicos, múltiplos, heterogêneos e imprevisíveis, porém, como é preciso um recorte teórico, dividirei em três as etapas de análise segundo a lógica pré-liminar/liminar/communitas, conseqüentemente: a pré-modificação, a modificação (ocorrendo em si) e a pós-modificação. Apesar de a palavra “rito” ser uma categorização científica e não abranger todas as pessoas e a significação que elas dão às suas modificações, será uma categoria útil de análise para aqui discorrermos sobre o assunto.

Pré-Modificação

A primeira fase, a pré-modificação, é complexa como as outras e até mais problemática. Ela não envolve o total de pessoas sem modificação, mas as que já têm em si o desejo da modificação e assim passam por essa “fase” de inúmeras maneiras e por períodos que podem variar de uma pessoa para outra. Em muitas das entrevistas feitas por Cifuentes (2011), um fator essencial foi o contato com outras pessoas tatuadas; a curiosidade foi se tornando um senso agudo de observação. Assim, não há como determinar causas individuais para o surgimento desse desejo muito menos avaliarmos qualitativamente quão sinceras são as pessoas que dizem querer se modificar. Assim, proponho entendê-las através de uma “educação da atenção”, como proposta por Ingold, em que não são os componentes individuais das interações (a tatuagem em si, os tatuados ou o desejo individual do ser que deseja e faz seu cálculo racional de se preparar para uma modificação), e sim nesses todos e muitos outros processos em relação (INGOLD, 2010, p.12). Cabe aqui um contraponto sobre o poder simbólico existente em certos contextos onde essa “educação da atenção” aparece como um poder regulatório e não um propensor cultural e dialógico. Há ainda hoje uma visão marginalizada a respeito das modificações corporais e identificações de seus portadores com criminalidade, mau comportamento, drogas, entre outros (GOUVEIA *et al.* 2010, p.477). Assim sendo, pode ocorrer justamente uma educação da atenção negativa, ou seja, o que não se deve estimular e o que se deve reprimir. Em alguns casos reportados por Cifuentes, seus entrevistados perceberam reações negativas de pais e mães frente à curiosidade dos filhos e se questionaram se talvez o que eles iriam dizer aos seus filhos não fossem explicações preconceituosas e estigmatizantes. Como afirmou o entrevistado

do site inked-up, T:, “[...] teve 2 ou 3 casos em que as crianças ficaram com medo de mim, em todos esses casos eram crianças criadas dentro dos preceitos do cristianismo, que é algo que me preocupou.”

A decisão ou até mesmo o desejo inicial de se modificar está sujeita ao tipo de interação que se há entre as pessoas modificadas, as não modificadas e ao círculo de interações das pessoas não modificadas que, por sua vez, podem ter influenciado de forma positiva ou negativa sua visão frente às modificações (tal como uma educação da atenção negativa, exposta anteriormente). Nesse mundo de interações de Ingold, encontramos a noção de “sentido imediato do mundo” de Bourdieu (1998, p.9), imposta pelo poder simbólico, limitando (se não até mesmo inibindo) as diferentes percepções, tentando alinhar e direcionar os sentidos frente a um único sentido estabelecido, buscando eliminar e tornar marginal quaisquer outros que possam ameaçá-lo e transformar a diversidade em só uma palavra sem poder. Outro fator que vale a pena ser mencionado, apesar de não ser focado neste trabalho, é a relação estética que a tatuagem evoca em seus usuários e que causa estranhamento aos que não compartilham tal relação. Além dessa ligação com a marginalidade, há uma identificação com certo dispêndio de tempo juvenil que não é permitido quando se “cresce” e então é preciso “se ajustar” e buscar o sustento da vida “adulta”. A modificação não é compreensível aos que não compartilham dessa visão estética, pois esta “(...) disposição estética só se constitui numa experiência do mundo liberada da urgência e na prática de atividades que tenham nelas mesmas suas finalidades [...]”. Esta visão surge de um pré-conceito ligando à modificação a um certo classicismo que não se partilha na realidade, pois tanto os entrevistados de Cifuentes quanto os do site em questão (inked-up.com) são independentes financeiramente e atuam com certa estabilidade em seus empregos.

Se esse desejo estético se sobressai, se ele aflora na pessoa, começa-se a “[...] identificar el cuerpo como un lienzo vivo y sensible, como posibilidad de expresión artística [...]” (CIFUENTES, 2011, p.187), passamos para a segunda fase a ser analisada agora: o próprio ato de se modificar, de delinear o corpo com as cores da experiência pessoal.

A modificação em ato

O que exatamente uma pessoa busca exprimir em seu corpo (a palavra “imprimir” denota justamente a visão refutada no começo deste trabalho, sobre colocar para fora algo pensado unicamente por dentro), qual forma,

cor, localidade, traços etc. são o resultado dinâmico de um emaranhado de relações e ações acontecidas em sua vida, entre seus confrontos e encontros no mundo? Podemos pensar nas considerações de Mauss ao pensar no poder da sociedade sobre o consciente e o inconsciente corporal: “É graças à sociedade que há uma intervenção da consciência. Não é graças à inconsciência que há uma intervenção da sociedade. É graças à sociedade que há segurança e presteza nos movimentos, domínio consciente sobre a emoção e o inconsciente.” (MAUSS, 2003, p.421).

Assim, sendo um ser-no-mundo, apesar de longe de estar definida e acabada, sua personalidade surge como processo dessa emergência (INGOLD, 2000, p.168). Muitos dos relatos dos entrevistados e entrevistadas de Cifuentes apontaram para o desejo de tornar “vivo” um acontecimento passado que marcou bastante a pessoa. Assim, não há como falar em projetos individualistas e preconcebidos como na visão comum sobre a tatuagem, falar dela como uma marca, pois essa marca sempre esteve lá. Ao contrário, seria mais interessante compreendê-la como uma forma de dar cor, de expandir desejos, sentimentos e vontades que nunca deixaram de existir na pessoa, e tais desejos a orientaram e modificaram sua personalidade, suas escolhas e ações durante sua vida. Atuaram, inclusive, na sua relação com o ambiente e a orientam em suas identificações e projetos (IBID, 2000, p.169), a impulsionam a se dedicar ao que quer que seja que a apeteça em suas experiências cotidianas. Ao buscar um estúdio de tatuagem e decidir pela modificação (palavra que também pode ser relativizada, pois até que ponto não estamos nos modificando diariamente? Pela falta de um termo melhor é que a manterei), há um outro fenômeno interessante que diz respeito às críticas de Ingold sobre a separação natureza e cultura: a dor envolvida no ato de se tatuar. A suposta separação da natureza, como algo oposto ao reino da cultura, sendo a cultura como algo próprio do homem e a natureza um imponderável constituinte, mas não constituído pelo ser humano, (antes um lugar a ser dominado antes de habitado), sofre um ataque quando pensamos na relação existente entre a dor (considerada “biológica”, é uma reação “química” do corpo frente a uma ação supostamente danosa ao corpo onde são acionados mecanismos para controlar este choque) e a tatuagem. Deliberadamente, se escolhe suportar tal dor em prol de um desejo estético que não é uma “necessidade fisiológica”. Não é uma dor “necessária”, e sua intensidade não é a mesma em todas as pessoas. Nos relatos de Cifuentes, alguns entrevistados afirmaram que, após a sua primeira tatuagem, começaram a ter outra relação com a dor não só durante e depois das outras tatuagens,

mas com várias outras experiências de dor física, portanto não há como dizer que a dor é algo “natural” se há tanta variação. Se, como Ingold afirma, o ambiente nunca está completo e é tecido através das atividades dos seres enquanto vivem e estão continuamente sendo construídos e reconstruídos, juntamente com esses seres (IBID, 2000, p.20), há no estúdio de tatuagem um ambiente constitutivo e constituinte de relações, tanto entre pessoas quanto entre pessoas e situações. Diferentemente dos demais locais, ali no estúdio de tatuagem a dor é algo que constrói o ambiente e vice-versa, pois nos outros lugares a dor é uma quebra, é algo a ser suprimido e evitado:

Ora, a marcação do corpo corresponde a uma experiência estética que se sente (na dor que implica) e que faz sentir (emoções como repulsa, fascínio, medo, desconfiança, curiosidade, etc.). A sensação de dor que a invasividade implica, confere um *suplemento de realidade* à ação de marcar o corpo, uma forma de intensificar uma existência individual através da estimulação de uma nova vivência do corpo vivo, numa cultura em que a dor é, por defeito, uma realidade a ser suprimida, uma sensação a ser anestesiada, signo emocional de sofrimento e patologia, passível de ser medicalizado e controlado. (FERREIRA, 2007, p.236).

No ambiente do estúdio, o que se inscreve não são histórias no corpo, como uma página em branco, tais histórias sempre estiveram lá e foram construídas, “tecidas”, para usar uma expressão de Ingold, juntamente com ciclos de vida dos demais componentes da trajetória social das pessoas (INGOLD, 2000, p.199). Não se tatuam ideias e experiências no corpo, elas sempre estiveram lá⁵. Apenas foram ligadas às linhas de coexistência de diversas formas e cores diferentes, criando mosaicos vivos e mutáveis no corpo, que, como o corpo, passam pela existência mundana, interagem e aprendem com as experiências cotidianas. Mas assim como as relações e trajetórias de vida podem levar a pessoa, na primeira fase, a repudiar, ter preconceito, receio ou medo de encarar um estúdio, a fase intermediária também está marcada por relações de poder desiguais. Mesmo após a decisão de se modificar e sentar em um estúdio para tatuar, pode ocorrer um retrocesso devido ao medo e preconceito, pois ali se torna cada vez mais inevitável a marca que se irá ter

⁵ PupDon, usuário do site inked-up.com, diz que suas tatuagens não eram a realização de uma pessoa nova e sim um sinal de seu crescimento como “leatherman” (praticante de bondage-domination-sadism-masochism – BDSM), que já estava florescendo antes do processo de modificação.

para toda a vida (por mais que ela não seja estática, ainda assim é uma marca de diferenciação, é um fator agregado à vida, mesmo dinâmico e que possui um certo valor simbólico variado de contexto para contexto – da admiração e identificação ao repúdio e marginalidade). O peso do passado se impõe e pode haver retrocesso na decisão. Há também a questão de nossa sociedade repousar em um sistema de leis que definem a legalidade penal que limita a ação das pessoas, ou seja, é preciso ser maior de 18 anos para se fazer uma tatuagem. Tanto a maioria penal quanto a desistência guiada pela culpa e medo são atualizações de um “... passado que sobrevive no atual e que tende a se perpetuar no porvir ao se atualizar nas práticas estruturas de acordo com seus princípios” (BOURDIEU, 2009, p.91). Uma das características do habitus. Impondo sua própria lógica à incorporação (IBID, p.94), pode inclusive impor sua neutralidade e impedir a aquisição de símbolos que lhe sejam danosos. A medicina também atua como um saber instituído e, ainda como no século XIX da França foucaultiana, busca vigiar, delimitar e ganhar poder (FOUCAULT, 2008) através das prevenções técnicas, físicas e das remediações das doenças.

A pós-modificação

A terceira e última fase (analítica, cabe frisar, pois no mundo “real” ela é de longe a mais complexa e dinâmica) é o término, a pós-tatuagem. Ela é, acredito, como a transição no pensamento de Ingold, do “building” para o “dwelling” (INGOLD, 2000, p.173), pois, com a tatuagem, há uma simbolização do “morar” em seus próprios sentimentos, vivências, experiências, dores e prazeres ou a sensação de tê-los expandido. Perguntado sobre o significado e a relação entre suas tatuagens e sua vida, o entrevistado PupDon, responde: “A tatuagem completa celebra quem eu sou como um ser sexual e cada um destes personagens são lados diferentes de minha personalidade, são todos lados de mim. E eu os amo e uso com orgulho”. Praticante de bdsm (bondage, domination, sadism & masochism, formas de “fetishes” sexuais), PupDon, decidiu transpor e colorir seu corpo de acordo com suas vivências, que estão longe de se adequar à lógica cartesiana de que falamos mais cedo, pois não foram as ideias que ficaram inscritas no corpo de PupDon. e sim suas vivências, tanto mentais como corporais, pois a sexualidade que ele expõe em seu corpo foi incorporada através das práticas que ele viveu e vive. Suas tatuagens relatam cenas corporais de sexo dentro da lógica do BDSM. Se não temos acesso completo às sensações alheias, suas representações, ao contrário, são públicas (IBID, p.158). Sendo públicas, estão sujeitas às

múltiplas interpretações e significações, o que já as torna dinâmicas, pois há uma relação entre espectador e tatuado que pode significar mudanças relacionais de abordagem ou até mesmo modificar relações já existentes.

Outro fator interessante é a mudança na autoestima e uma mudança na relação introspectiva do tatuado. Em diversos relatos de Cifuentes e nos questionários aplicados apareceu a questão da “tomada do corpo”. Como diz T, houve uma “[...] sensação de pertencimento – algo como “esse corpo é meu” – se tornou maior ou talvez a consciência disso tenha se pontuado.” Relatos congruentes com a visão de Ingold sobre a incorporação e não inscrição do ambiente em nossos corpos, e vice-versa. (IBI, p.193). Esse sujeito que do estúdio sai, não novo, mas renovado, como quem não só restaurou, mas amplificou sua vivência na pele e sobre a pele, não só está coberto pela poética integralista de Ingold ao viver sua vida “lá fora”, mas também está sujeito a atritos decorrentes de um mundo desigual. Apesar de a moralidade atual não se fazer totalmente imponente e haver momentos de aceitação e até mesmo apreciação das modificações corporais, são momentos incomuns apontados pelas entrevistas em que apenas as pessoas mais próximas, no geral, aprovam, respeitam, toleram ou até admiram as modificações ocorridas. Como PupDon apontou em sua entrevista, pelo teor sexual de suas modificações, até apreciadores de tatuagens têm certos problemas em compreender as expressões sexuais desenhadas em seu corpo.

Esses momentos incomuns podem ser entendidos como erros e falhas momentâneas do *habitus* (WACQUANT, 2007, p.9), o que explicaria também o medo e retrocesso de pessoas que já se decidiram por tatuagens e no momento de se tatuar desistem e voltam atrás. Pode ocorrer também um fenômeno parecido, não de falha, mas de apropriação, que define e “legaliza” certas práticas sociais em função de outras. O *habitus* pode incorrer na falta de controle total sobre situações que possam lhe ameaçar, em adaptações e escolhas seletivas, influenciando e estimulando certo tipo de tatuagem em função de outras:

[...] o *habitus* tende a garantir a sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança mediante a seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de questionar a informação acumulada, e principalmente, desfavorecendo a exposição a tais informações. (BOURDIEU, 2009, p.100)

Por fim, é esse corpo renovado que, apesar das adversidades de um ambiente ainda não preparado para sua atuação inovadora e justamente

porque essa inovação fere seu preconceito, transita no tempo e no espaço tecendo diferentes relações, fazendo da sua história corporal um convite a um novo olhar sobre as relações dos, entre e com nossos corpos. A história corporal que está sendo escrita e pavimentada pelas modificações corporais, como diz Ingold, vem através do fascínio criado pelas cores, formas e diferentes traços das tatuagens, fazendo com que os ouvintes e leitores sejam atraídos (INGOLD, 2000, p.190) e cobertos pelas suas direcionalidades. A atenção é voltada para o corpo e tudo o que ele representa e pode representar, seja através de suas marcas naturais, acidentais ou propositais, como a tatuagem. É um convite involuntário quando se está transitando no mundo, porém é um convite a uma história incompleta e passível de mudanças. E essas mudanças são mudanças de um corpo ambiente, um corpo que se modifica modificando o próprio ambiente em que transita, ou seja, é um corpo ambientado também. No processo agencial onde, em um ambiente, o sujeito cobre o mundo reciprocamente e age nesse processo de “habitação” espaço-temporal, há interatividade (IBID, p.199) e interação. As modificações corporais não respondem meramente a um planejamento interno do sujeito que passa suas “ideias” ao tatuador e que então as executa como um operário o que foi concebido na “planta”. Ao contrário, as modificações refletem sua vivência social, estavam inscritas no corpo muito antes que as escrevessem com tintas. Se muito, no máximo ocorreu uma colorização do que sempre esteve ali, um contorno de experiências interligadas que agora exibem o que antes estava por dentro. A mente, as sensações, as ideias e os sentimentos nunca estiveram “dentro da cabeça”, mas no mundo (IBID, p.3), agora ornados com as mais diferentes formas e espectros estéticos possíveis. Há interação com o novo, com este mundo, aborda-se o diferente, há curiosidade. Essa curiosidade, se sincera e guiada por espírito inquisitivo livre de preconceitos (cenário não tão comum em nossa sociedade atual), pode gerar relações mais iguais e legítimas, alimentar ou desestigmatizar desejos reprimidos, fazendo com que as pessoas reinventem seus corpos à medida que os exibem, transgridam e coloram suas trajetórias de vida.

O *queer* e a corporeidade

Reconversão, deslocamento, reconfiguração, subversão e performance. Expressões utilizadas pela teoria *queer* para não só compreender, mas transformar a sexualidade humana, indicando performatividades que reapropriam marginalidades antes ofensivas para ostentá-las como provocação frente ao insulto, incorporando-as como identificação oportuna ao debate

científico e social (PEREIRA, 2008, p.500). Dentro dessa lógica, não basta apenas entendermos que as discriminações de gênero e sexuais têm um lugar definido pela heteronormatividade, que há um tempo-espaço reservado para as pessoas de acordo com seu sexo, gênero e sexualidade. No percurso do desenvolvimento humano, inúmeras instâncias sociais definem o caminho para que se atinja o ideal humano de ser social. Nesse caminho, as baldeações são segmentares, a primeira parada é o sexo e, de lá, parte-se rumo ao gênero para, por fim, baldear-se para a última estação, a estação da sexualidade. Essa pressuposição regulatória entre sexo, gênero e sexualidade (LOURO, 2009, p.90) são relocações necessárias para que se atinja o destino: a normalidade. O corpo é aí domado de forma a retratar seus gametas femininos ou masculinos de forma predeterminada pelo nascimento. Nesse percurso, aprende-se a adequar os hormônios junto a expectativas sociais de comportamento e relação com seus pares, direcionando seus desejos, impulsos sexuais, tesões e tensões somente onde lhes é devido. Não vamos aqui discutir as teorias e discussões de gênero e sexualidade. Essa pequena apresentação tem o intuito de esboçar o que é a heteronormatividade (o sistema sexo-gênero-sexualidade) e as expectativas sociais acerca dos papéis de gênero para que entendamos a pauta contra-hegemônica do site em análise.

Dentro desse quadro socioregulatório dos comportamentos sociais gostaria de trazer a experiência do *site inked-up.com*, lugar que, analiticamente, não só denuncia a exclusão heteronormativa, mas busca confrontá-la através da subversão corporal, usando o corpo como espaço de luta, encarnando na epiderme manifestos contra a normatização dominante, como fuga à prescrição, entendendo o corpo como potencialidade de reinvenção e combate à heteronormatividade (FERREIRA, 2007, p.298).

As contestações de teorias e de teóricos feministas e *queer* se voltam para a ideia funcionalista do corpo-estático. Dentro dessa ideia, lê-se o corpo como *tabula rasa* pronta para ostentar símbolos e signos de uma determinada cultura, de forma acrítica, compactuando com um ideal de sociedade monolítica e sem rupturas internas. A corporeidade é então vista como passividade motora, que, apesar de se movimentar e transitar em diversos espaços e instâncias socioculturais, apenas reproduz a desigualdade das posições e estruturas sociais, constatando relações assimétricas de poder existentes, sejam elas de classe, gênero, raça etc. (FERREIRA, 2007, p.291-292). Dentro dessa lógica, o próprio corpo pode ser entendido não só como portador dessas desigualdades, mas também objeto delas, configurando-se como mero artifício apropriado por uma sociedade desigual. Retira-se do próprio corpo sua capacidade de transformação e mobilidade, definindo

quando, onde e como transitar. Porém, o corpo está longe de ser mero efeito/objeto de um sistema fechado e é entendido aqui como potência, como alavanque para uma desestabilização desse *status quo*, principalmente no que se refere à sexualidade.

O ato de se tatuar e se reinventar constantemente evoca não só um protesto contra a usurpação do corpo mas também contra a própria ideia de modelação padronizada corporal. A heteronormatividade rechaça a criatividade, quer fechar o circuito das sensibilidades humanas de forma perfeita, porém, quanto mais se conhece o corpo, mais se indica o caminho da impossibilidade de dominar por completo suas vivências, sua motricidade e suas descobertas (SILVA, 2006, p.40). E nessa lógica de reinvenção, de reconfiguração e deslocamento já mencionada é que se verifica a ousadia e o protagonismo do *inked-up.com*. Seus usuários ressignificam sua vida de forma a marcar em suas peles um protesto contra a presunção heteronormativa, criam formas de não só se reapropriarem de seu corpo como bem entenderem, mas também de resgatar aquilo que lhes é de direito, a noção de que o corpo é propriedade exclusiva de seu portador e que nele exibem-se marcas de sua identidade e experiência de vida, por mais que estas não se adaptem ao que é esperado convencionalmente (ABONIZIO, 2010, p.7). O *site* em questão possui usuários que se identificam com uma comunidade *queer* e modificada, trocam experiências via fórum, exibem as fotos de suas alterações corporais, criam tópicos e comunidades de assuntos diversos, ligados ou não à modificação corporal, criando redes virtuais de sociabilidade e vivências, virtuais ou não. A própria afiliação ao *site* (que, cabe salientar, é gratuita), pressupõe essa identificação com o que é abjeto em nossa sociedade, a sexualidade desviante, e já cria, assim, um foco de resistência reforçado pela adoção desse padrão dissidente de comportamento não só na filiação ao *site*, mas na marcação de seus corpos com tatuagens que quebram essa hegemonia sexual. Podemos citar como exemplos perfis que compartilham fotos de tatuagens em seus corpos como o triângulo rosa invertido (Imagem 1 em anexo) tatuado na virilha, como símbolo da resistência *queer* (símbolo antes utilizado para identificação de homossexuais nos campos de concentração nazistas); patas de urso estilizada, símbolo de identificação com o movimento *bear*, contestando a padronização da beleza homossexual masculina (essa comunidade se compõe de gays que contestam o que entendem como padrão de beleza gay, ou seja, músculos, corpos sem pelos etc.); o símbolo do movimento punk hibridizado (Imagem 2 em anexo – explicação do símbolo dada pelo usuário do *site* com a *tattoo*) com o símbolo grego do masculino, representando contestação dessa sociedade expansiva e capitalista que busca

mercantilizar até mesmo a sexualidade ou desenhos que mostram pessoas envolvidas em práticas de dominação e bondage (Imagem 3 em anexo). Além das reapropriações positivas de termos pejorativos pelo movimento *queer* (como *slut*, *fag*, o próprio *queer* etc.), se pensarmos com Butler (2002), podemos ver nessas tatuagens iconoclastas subversivas um análogo corporal dessa estratégia textual-identitária.

Esses exemplos citados, ao mesmo tempo em que extrapolam o reino do individual e exibem uma contraestética desafiadora aos padrões atuais, desenham em seus corpos símbolos que vão na contramão da hegemonia sexual (SABINO; LUZ, 2006, p.254). Desafiam não apenas o binarismo generificante da sociedade, contestam não apenas os desígnios sociais do que é “ser homem” ou “ser mulher”, mas, à luz dos estudos *queer*, brincam e bagunçam com tudo o que tange a sexualidade humana. Não querem apenas evidenciar essa opressão que delineia um caminho direto à normalidade, mas buscam, através de suas cartografias corporais, mostrar que nunca houve e nunca haverá tal rodovia ligando a sexualidade humana a um destino de normalidade. Os usuários e usuárias do site, não se dobrando ao normativo sexual, trazem uma nova experiência de compreensão da sexualidade humana. Ao se empoderarem de suas sexualidades e resgatarem seus corpos, mostram que não há rota para a sexualidade, que ela nunca se desviou de seu caminho e que sempre lhe tentaram apontar uma direção que nunca existiu e que provavelmente nunca existirá.

Referências

- ABONIZIO, Juliana.
(2010). Aparências ímpares: Um estudo sobre os modos de ser e aparecer dos usuários de modificações corporais extremas. *Ponto Urbe*, n.6
- ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil.
(2008). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. *Anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: p. 1-14.
- BAZAN, Andre.
(1993). Ontologia da Imagem Fotográfica. In: Ismail Xavier (Org.); *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal. p. 121-134.
- BOURDIEU, Pierre ; SAINT-MARTIN, M.
(1976). Gôuts de classe et styles de vie. *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, n. 5, p. 18-43.
- BOURDIEU, Pierre.
(2009). *O senso prático*. Petrópolis: Vozes.
- (1998). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRAGA, Sandro.
(2009). A tatuagem como gênero: uma visão discursiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 9, n.1, p. 131-155.

- BUTLER, Judith.
(2011). Cuerpos que narran: La práctica del tatuaje y el proceso de subjetivación. *Revista Diversitas - Perspectivas En Psicología*, vol. 7, n. 1. 179-191.
- (1993). *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. London: Routledge.
- FERREIRA, Vitor Sérgio.
(2010). Tatuagem, Body Piercing e a experiência da dor: emoção, ritualização e medicalização. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.19, n.2, p.231-248.
- (2007). Política do corpo e política de vida: a tatuagem e o body piercing como expressão corporal de uma ética da dissidência. *Etnográfica*, vol. 11, n. 2, p. 291-326.
- DOUGLAS, Mary.
(1991). *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, Michel.
(2008). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.
- Gouveia, Valdiney; Medeiros, Emerson Diógenes; Mendes, Luís Augusto de Carvalho; Vione, Kátia Correa; Alves, Rebecca; Athayde, Aguiar.
(2010). Correlatos Valorativos de atitudes frente à tatuagem. *Psicologia & Sociedade*, vol. 22, n. 3, p. 476-485.
- INGOLD, Timothy.
(2000). *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- INGOLD, Timothy.
(2010). Da transmissão de representações a educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25.
- LE BRETON, David.
(2011). *Antropologia do corpo e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
(1989). *O Pensamento Selvagem*. Campinas, SP: Papirus.
- CHERYL, Keyes.
(2000). *Empowering Self, Making Choices, Creating Spaces: Black Female Identity via Rap Music Performances*. *The Journal of American Folklore*, vol. 113, No. 449. p. 255-269.
- Lise, Michelle Larissa Zini; Cataldo Neto, Alfredo; Gauer, Gabriel Jose Chitto; Zogbi, Hericka; Dias, Jorge; Pickering, Viviane Leal.
(2010). Tatuagem: perfil e discurso de pessoas com inscrição de marcas no corpo. *Na Bras Dermatol*. vol. 85, n. 5, p. 631-8.
- LOURO, Guacira Lopes.
(2010). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MAUSS, Marcel.
(2011). As Técnicas Corporais. In: Marcel Mauss; *Sociologia e Antropologia*. São Paulo.
- Pereira, Pedro Paulo Gomes.
(2008). Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas queer. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.12, n.26, p.499-512.
- SABINO, César; LUZ, Madel.
(2006). Tatuagem, Gênero e Lógica da Diferença. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 16, n. 2, p. 251-272.
- SANT'ANNA, Denise.
(2006). É possível realizar uma história do corpo?. In: Carmen Soares (Org.); *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados. p. 3-23.
- SILVA, Ana Márcia.
(2006). A natureza da physis humana: indicadores para o estudo da corporeidade. In: Carmen Soares (Org.); *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados. p. 25-41.
- TURNER, Victor
(1974). *O processo ritual*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Recebido em

maio de 2014

Aprovado em

agosto de 2014

Anexo



Imagem 1: Triângulo *queer*.
Fonte: www.inked-up.com
Acesso em março de 2012.



Imagem 2: Greek punk
Fonte: www.inked-up.com
Acesso em março de 2012.



Imagem 3: Bondage PupDon
Fonte: www.inked-up.com
Acesso em março de 2012.

Da homossexualidade à “homoafetividade”: trajetórias adotivas no Rio de Janeiro

Alessandra de Andrade Rinaldi*

Resumo

Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2011 reconheceu a união estável de pessoas do mesmo sexo, ações de adoções começaram a ser ajuizadas por pessoas de declarada orientação homossexual. Até essa data, de acordo com o art. 39, § 2º da lei 12010/09, para adoção conjunta era indispensável que os adotantes fossem casados civilmente ou mantivessem união estável comprovada. Por conseguinte, pares homossexuais encontravam dificuldades de viabilizar um projeto de filiação conjunta. Em razão disso, indivíduos que viviam uma união consensual decidiam adotar sozinhos. Sendo assim, o trabalho proposto busca analisar qual o tratamento jurídico dado a essa prática, na Comarca do Rio de Janeiro, quando os processos e as habilitações em adoção são movidos em âmbito da conjugalidade homossexual.

Palavras-chave

Adoção. Homossexualidade. Família.

Abstract

Due to The Supreme Court's (Supremo Tribunal Federal - STF) decision, which recognized the same-sex civil union in 2011, adoption lawsuits started to be filed by people with declared homosexual orientation. Until that date, according to the article 39 § 2 of the Law 12010/09, in order to have a joint adoption (two-sided), it was required that the adopters were legally married or living a recognized stable civil union. Therefore, homo-affective couples found it difficult to have a joint (two-sided) adoption. However, once legally recognized, a few gay and lesbian couples decided to adopt their partners' children, whether biological or not. This piece aims at making an analysis regarding the legal treatment for this specific kind of case, in Rio de Janeiro County.

Keywords

Adoption. Homosexuality. Family.

* Antropóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Introdução

Entre os anos de 2009 a 2011, desenvolvi, com apoio da FAPERJ, a pesquisa “A genetização do parentesco, adoção e o impacto na questão da infância e adolescência no município do Rio de Janeiro”. Naquele momento, havia o propósito de apreender o que moveria indivíduos ou casais a ingressarem com uma ação de adoção no município do Rio de Janeiro. Ao iniciar a investigação, tinha por objetivo analisar como as prescrições de gêneros levariam homens e mulheres “inférteis” a buscarem a filiação adotiva como alternativa a um projeto parental “biológico-natural sem sucesso”. Ao longo de sua execução, comecei a problematizar a exclusividade dessas prescrições ao notar que valores morais, laços locais de solidariedade, relações de parentesco e de amizade, além da vontade de perfilhar a prole do (a) parceiro (a) afetivo (a) e uma nova concepção sobre adoção poderiam influir na busca por uma “filiação socioafetiva”¹.

Sendo assim, em 2012, optei por desdobrar as análises realizadas em âmbito daquela investigação no município do Rio de Janeiro por meio de um novo projeto, “Adoção em seus múltiplos sentidos”, através do qual procurei apreender os diversos sentidos da adoção por meio de análises documentais em processos e habilitações em adoção²; através de etnografia em Grupos de Apoio à Adoção (GAA); de entrevistas com pais adotivos e/ou “requerentes”; com integrantes do Poder Judiciário (os membros das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso), com membros da Defensoria Pública, com Promotores da Infância e da Juventude, e com integrantes dos Grupos de Apoio à Adoção. Busquei entender as visões sobre família, parentesco e os diferentes sentidos que cada personagem integrante desse cenário constrói sobre o tema.

Além disso, no que tange aos documentos, procurei analisar comparativamente o tratamento jurídico dado à prática adotiva requerida tanto por heterossexuais quanto por homossexuais antes e após o ano de 2009. A proposta comparativa se justificava, uma vez que, em âmbito da pesquisa “A genetização do parentesco”, os dados levantados diziam respeito aos anos de 2000 a 2006. Não havia trabalhado nenhum documento iniciado

¹ Uso aspas para marcar as categorias provenientes do campo pesquisado.

² Habilitação é um procedimento administrativo obrigatório e prévio à adoção. Após a Lei 12010 foi tornada obrigatória. Sua composição será discutida à frente.

após a promulgação da Lei 12010/2009, conhecida como a “Nova Lei da Adoção”³. Sendo assim, a ideia era a de centrar no período de 2000 até os dias atuais, de forma a analisar a tramitação processual antes e após a referida Lei, além das ações movidas posteriormente à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro que, em maio de 2011, equiparou casais heterossexuais e homossexuais, em termos de direitos. Tal reconhecimento pôde possibilitar a adoção conjunta por pares homossexuais, porque, uma vez reconhecidos como casais em união estável, tornam-se virtualmente aptos a se habilitarem conjuntamente.

Para o presente artigo, minha proposta foi a de abordar os processos de adoção abertos por casais de gays e de lésbicas. Por meio da análise desses documentos, intencionei apreender: a) como são construídos, nos processos, os motivos que levam homossexuais à adoção; b) como aparecem nesses documentos as visões sobre o assunto produzidas por integrantes do Poder Judiciário (juízes, membros da equipe técnica – psicólogos e assistentes sociais), membros da Defensoria Pública e promotores que militam na área da infância e da juventude⁴.

O processo como objeto de análise

Para efetuar a pesquisa documental que abordo neste texto, usei métodos qualitativos com o propósito de coletar e produzir dados sobre a adoção no município do Rio de Janeiro. Para tanto, foram fontes os processos envolvendo adoção de crianças e adolescentes que tramitavam nas Varas da Infância, Juventude e do Idoso da Comarca do Rio de Janeiro. Dentre as três existentes – Vara de Infância Juventude e do Idoso da Comarca da Capital (VIJI), 1ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso (1ºVIJI), regional de Madureira e 2ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso (2ºVIJI), regional de Santa Cruz – realizei levantamento em duas, nas regionais de Santa Cruz

³ Essa Lei dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

⁴ A noção de campo jurídico, cunhada por Pierre Bourdieu (1989) pôde iluminar meu percurso analítico por proporcionar o entendimento de que as práticas e os discursos jurídicos são efeitos e/ou produtos de saberes que são elaborados tanto internamente quanto externamente ao universo do direito.

e de Madureira, uma vez que não foi dada autorização para a realização da pesquisa na VIJI Comarca da Capital.

Ao todo coletei 125 processos, sendo que cinco dizem respeito à adoção realizada por casais de gays e de lésbicas⁵. Dentre esses cinco de que trata a presente análise, três foram processos abertos em 2011 por gays que pleitearam conjuntamente a adoção. Um deles chegou aos filhos após habilitação e início de visitação às instituições de acolhimento. Outros dois, por meio de participação em “programas de apadrinhamento afetivo”. Desses dois, um foi iniciado em 2005, mas a adoção ocorreu em 2011, quando os “requerentes” participaram de um “programa de apadrinhamento afetivo” no Rio de Janeiro e acabaram adotando um adolescente.

Dois outros envolvem casais de lésbicas. Uma ação foi proposta com a intenção de filiar o filho adotivo da companheira, em 2012. Outro diz respeito ao requerimento realizado por duas mulheres que, ao viverem em regime de união estável, optaram pela adoção conjunta, em 2008. Chegaram à filha também por meio da participação em um “programa de apadrinhamento afetivo”.

Em termos metodológicos, os processos foram vistos tal como proposto por Adriana Vianna (VIANNA, 2002:4). Entendi esse material como um conjunto de relatos convertidos em depoimentos escritos por um mecanismo de controle burocrático e de construção de afirmação de autoridade fundamentais para a produção de uma decisão judicial. Compreendi um “auto” como resultado de um confronto de posições de autoridade entre os que depõem e os que são responsáveis em traduzir as falas em termos da universalidade jurídica. Uma vez demarcado o poder desses últimos, o que se tem como resultado e/ou depoimento é algo que foi produzido sob condições de constrangimento.

Em termos de utilização dos documentos, trabalhei de forma desigual com o material. Ora usei relatórios psicossociais, ora petições iniciais produzidas por advogados ou defensores públicos, manifestações do Ministério Público e /ou sentenças. Em um caso, analisei um processo mais denso, composto

⁵ De forma distinta ao trabalho realizado por Anna Paula Uziel (2007) utilizei exclusivamente documentos cujos requerentes eram declarados homossexuais nos “autos”. Uziel (2007) realizou uma pesquisa sobre adoção pleiteada por pais homossexuais, dedicando-se a entender a visão do Poder Judiciário sobre o assunto por meio de entrevistas com operadores do direito e análise em processos. Ao buscar informações sobre a sexualidade dos adotantes, pautou-se não só nas peças processuais, mas também em informações dadas por parte dos técnicos do Poder Judiciário.

por apelação cível proposta por adotantes em razão da delimitação do sexo e idade do filho pretendido e recurso do Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), alegando que casais do mesmo sexo não formam uma entidade familiar e, portanto, não poderiam adotar conjuntamente.

Essa forma pouco ortodoxa de análise se deveu também à natureza dos documentos. Alguns eram mais telegráficos, outros mais densos, e alguns estavam inacabados. Devido a isso, não poderia escolher compará-los sistematicamente. Posta essa dificuldade colocada pela natureza do material, procurei as peças, menos preocupada com o lugar que ocupavam e mais com o valor do discurso. Por isso, ao produzir minha análise, fiz o recorte demonstrativo em termos de relevância. Notei que, de um conjunto de múltiplas causas, algumas eram tornadas moralmente relevantes (EVANS-PRITCHARD, 1978) constituindo-se na “verdade” sobre a possibilidade adotiva.

A decisão do STF e o impacto na questão da adoção

Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal brasileiro julgou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 132 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 4277⁶. A ADPF 132 foi de autoria do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Segundo Chaves (2012: 231), requisitava-se que o STF interpretasse conforme Constituição Federal de

⁶ Tanto a ADI n° 4277 quanto a ADPF n° 132 têm como objeto de análise a interpretação da Constituição Federal em seus artigos que referenciem aos princípios fundamentais e o artigo n° 226, e o Código Civil no seu artigo n° 1723 e tem como cerne o debate sobre união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. A ADPF 132, ação apresentada pelo Governo do Rio de Janeiro, visou à garantia aos benefícios de licença, previdência e assistência. A ADI 4277, ação interposta pela Procuradoria-Geral da República, visou a que o STF declarasse como obrigatório o reconhecimento da união “homoafetiva” como entidade familiar. A ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – tem em seus objetivos viabilizar, em âmbito jurídico, ações com vistas a evitar ou, em última instância, reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Deste modo, passa a haver a possibilidade de se argüirem questões de relevante controvérsia constitucional relativa à lei, cujo objetivo é proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, violados ou ameaçados por atos do poder público, desde que tenham sido esgotadas outras medidas de caráter objetivo, de modo a propor uma melhor interpretação constitucional. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade – objetiva compreender se uma lei, ou parte dessa lei, está sendo operada de forma inconstitucional. Cabe ao Supremo Tribunal Federal concentrar seus esforços no desempenho da constitucionalidade frente à Carta da República.

1988 o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, aplicando analogicamente o art. 1723 do Código Civil brasileiro de 2002 às uniões estáveis “homoafetivas”. Como pedido subsidiário, foi pleiteado que a ADPF fosse recebida como Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que de fato aconteceu em 2009. Ainda segundo Chaves, nessa data a Procuradoria Geral da República propôs a ADPF 178, recebida pelo então presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, como ADI 4277.

Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade teve o objetivo de que a união entre pessoas do mesmo sexo fosse reconhecida como entidade familiar. O STF julgou favoravelmente o pleito e dessa forma, segundo Dias (2011:207), como se tratou de uma ADI, a decisão teve “efeito vinculante” aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública. Segundo Vecchiatti (2012: XIII), essa decisão girou em torno da interpretação constitucional dos artigos 226 § 3^o e do art. 1723 do Código Civil⁸. Através dessa interpretação, o STF reconheceu um quarto modelo de família brasileira: a “homoafetiva”. A Constituição Federal até então havia reconhecido três tipos de família: 1) a decorrente de casamento (art. 226, parágrafo 1^o e 2^o); 2) a decorrente de união estável entre pessoas de sexo diferente (art.226, parágrafo 3^o); e 3) a família “monoparental”, ou seja, aquela formada por apenas um dos pais e seus descendentes (artigo 228, parágrafo 4^o).

Segundo Chaves (2012:244)⁹, os dez ministros votantes manifestaram-se pela procedência das ações. Reconheceram a união “homoafetiva” como entidade familiar e aplicaram, por analogia à mesma, o regime concernente à união estável regulamentada no art. 1723 do Código Civil de 2002. Os

⁷ Artigo 226 § 3 “para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento”.

⁸ Artigo 1723 do Código Civil de 2001 “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

⁹ Segundo Chaves (2012:244), em seu voto final, como relator, argumentou que o artigo 3^o, inciso IV, da Constituição veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser discriminado em função de sua preferência sexual. Os ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso, bem como as ministras Carmen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie acompanharam o entendimento do ministro Ayres Britto pela procedência das ações e com efeito vinculante, no sentido de dar interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

fundamentos constitucionais que embasaram foram os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da vedação à discriminação odiosa (art. 3º, inciso IV), e da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput) e da proteção da segurança jurídica.

Tal decisão impactou a prática adotiva no Brasil. Até aquele ano, só poderiam pleitear conjuntamente uma filiação adotiva, de acordo com o art. 39, § 2º, da lei 12010/09, os adotantes casados civilmente ou que mantivessem união estável, “comprovada a estabilidade da família”. Assim posto, pares homossexuais vivenciavam dificuldades de, como parceiros, terem um filho de ambos através da adoção. Vale ressaltar que, mesmo nesse contexto houve, em âmbito jurídico, decisões favoráveis ao pleito¹⁰.

A análise dos processos. O parentesco como valor: os motivos para a adoção homossexual

Feita a reflexão sobre o impacto da decisão do STF na prática adotiva, passo à análise dos dados documentais¹¹. Para discutir as razões que levam à adoção, a partir dos processos, começo narrando a ação de adoção unilateral (perfilhação) proposta, em 2012, por Maria Rita em face do filho adotivo de Jandira, sua companheira amorosa.

Vale ressaltar que, em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal, ações de adoções unilaterais começaram a ser ajuizadas por companheiro de declarada orientação homossexual. Até antes dessa data, algumas pessoas que viviam em união consensual decidiam adotar sozinhos. Entretanto, após a decisão do STF, indivíduos que viviam uma situação fática de parentalidade começaram a mover ações para adotar filhos adotivos de seus companheiros. Essa foi a razão que moveu Maria Rita a ajuizar uma ação em uma Vara da Infância e da Juventude na comarca do Rio de Janeiro.

¹⁰ Como exemplo há a decisão, pelo Superior Tribunal de Justiça, acerca do recurso especial n. 889852- RS (2006/0209137-4). Trata-se da possibilidade de pessoa que mantém união “homoafetiva” adotar duas crianças (irmãos biológicos) já perfilhadas por sua companheira.

¹¹ Com o objetivo de preservar o “segredo de justiça”, alterei nome, idade, sexo das crianças e dos jovens adotados, assim como dos pretendentes à adoção. Além disso, misturei algumas histórias para evitar que pessoas fossem reconhecidas. Tal recurso não comprometeu, no entanto, a análise do material.

Jandira e Maria Rita, segundo a petição inicial dos “autos”, vivem conjuntamente em regime de união estável e “[...] acalentavam o sonho de ter um filho, sendo este mais um objetivo comum de ambas.” Como tal desejo foi iniciado antes do ano de 2011, apenas uma delas, Jandira, a companheira da requerente Maria Rita, ajuizou procedimento de habilitação em adoção e passou a visitar várias entidades de acolhimento até encontrar a filha que adotaria. Segundo a mesma petição inicial, não pensaram na possibilidade de adoção conjunta à época porque “temiam que a criança sofresse qualquer tipo de discriminação e preconceito por parte de pessoas que passariam a conviver com um dito novo modelo de família”.

Nesse sentido, pode-se supor que o casal optou por uma espécie de *encenação calculada* com o intuito de preservar a criança pretendida (DAS, 1999:39). Ao fazer essa escolha, participaram de um tipo de acordo fictício. Supostamente aceitaram silenciosamente a se submeter à ideia de que a constituição das relações de parentesco só pode ocorrer em âmbito heterossexual. No entanto, tal estratégia pode ser lida como uma possibilidade fática de resistência, uma vez que ordinariamente viveriam uma parentalidade e filiação em âmbito da conjugalidade homossexual. De maneira transgressiva, na qualidade de um casal que vive às “margens” do Estado (DAS; POOLE, 2008), seriam elas uma família com filhos. No entanto, na relação com o Estado, tratar-se-ia de uma família composta, por via da adoção, por uma mulher e sua prole.

No entanto, o tempo foi um fator primordial para que o casal deixasse de ser um núcleo “marginal” e passasse a ser uma forma de família reconhecida pelo Estado. Como um agente que trabalha nas relações, o tempo possibilitou que gays e lésbicas, que já se reconheciam como família pudessem buscar por via jurídica, após 2011, sair de uma condição simbolicamente violenta e insegura. Com a interpretação jurídica de que um par homossexual é uma família “homoafetiva”, rompeu-se um arranjo fictício. Por essa razão, a ação em questão trata-se de um pedido de reconhecimento de uma situação fática e legitimação de um núcleo de parentesco.

Segundo advogada da requerente, o pedido em questão não se deve à busca de constituição de uma família por meio da filiação. Segundo a mesma, a requerente “desde o momento em que começou a conviver com sua companheira experimentou o verdadeiro sentido de família, com um lar estável, harmonioso, repleto de amor e carinho”. O pleito decorre do

Desejo de ter legalmente a menor também como filha [...]. Assim, a requerente busca pelo presente procedimento formalizar

uma situação que já existe e que é comum e quer continuar proporcionando à criança amor, carinho, educação, saúde, mas acima de tudo, quer perfilhá-la.

Sendo assim, nas versões produzidas nos processos, essa busca pela adoção, ou mais especificamente pela filiação, pode ser tida como veículo de transformação de uma família homossexual em um núcleo do qual emergem relações de parentesco. Para tanto, há a necessidade de reconhecimento desta por parte do Estado. Sendo assim, compreende-se por que alguns casais homossexuais, que se representam como família, inclusive vivendo uma situação fática de paternidade e filiação, procuram a regularização legal dessa relação.

Além de Jandira e Maria Rita, Bianca e Beatriz buscaram a adoção com o intuito de passarem a ser um núcleo por meio do qual emergem relações de parentesco¹². Segundo o estudo social¹³ produzido no decorrer do procedimento de habilitação do casal, em 2011, “as requerentes formam um casal homoafetivo e vivem em regime de coabitação há anos [...]”. De acordo com a mesma peça documental, Bianca, “antes de definir a sua homossexualidade, já expressava o desejo da maternidade”. Beatriz, por sua vez, começou a desejar ser mãe aos 19 anos, no mesmo período em que “apresentou uma tendência homossexual”. Entretanto, foi Bianca que, em âmbito da conjugalidade em questão, demonstrou o interesse pela adoção, transformando seu desejo em projeto do casal. Com o intuito de amadurecer a ideia, ambas decidiram participar de um programa de “apadrinhamento afetivo”¹⁴, originalmente estimuladas pela “vontade de ajudar algumas

¹² Segundo Butler (2003:221) “a tarefa seria considerar a sugestão de David Schneider, segundo a qual o parentesco é um tipo de construção, um tipo que não reflete uma estrutura anterior, mas que só pode ser compreendida como prática realizada”.

¹³ O estudo social é um procedimento obrigatório realizado por psicólogos e assistentes sociais, membros da equipe técnica da Vara da Infância da Juventude e do Idoso. Este ocorre tanto durante a habilitação quanto no decorrer do processo de adoção. É um trabalho pericial dirigido aos adotantes, aos genitores e demais envolvidos na ação, por meio de entrevistas, visitas domiciliares e produção de parecer social e psicológico, remetido ao Ministério Público e, posteriormente, ao Juiz da Vara.

¹⁴ Há distintas modalidades de apadrinhamentos possíveis: o afetivo, que se responsabiliza pelo cuidado de uma criança ou adolescente O material, que trata do auxílio financeiro do(a) afilhado(a). A prestação de serviços, por meio da qual o padrinho/madrinha presta serviços gratuitos ao assistido pelo programa. A participação nesses programas fica sujeita à autorização do Juiz responsável de uma dada VIJI e à avaliação do Setor de Psicologia e Serviço Social.

crianças necessitadas”. Assim se aproximaram de alguns infantes acolhidos e “o sonho de adoção começou a ganhar espaço na vida das requerentes”. “A partir de então, visitaram alguns abrigos e perceberam que a ideia da adoção já estava delineada e amadurecida [...]”.

Nota-se que, nesse caso, a maternidade “socioafetiva” aparece como materialização de um desejo “que sempre existiu”, o de ser mãe e, ao mesmo tempo, permanecer homossexual. Essa é a versão que aparece no estudo social realizado no curso do processo de habilitação de Bianca e Beatriz, que, segundo os “autos”, “sempre desejaram adotar uma criança” e, por isso, procuraram uma Vara de Infância, da Juventude e do Idoso. Vale ressaltar que a escolha por essa forma de filiação não é unívoca. As motivações são inúmeras e, como pode ser visto, encontram-se relacionadas às vidas dos envolvidos. Além da busca pela maternidade e o desejo de serem “mães adotivas”, o fato de terem participado de um serviço de acolhimento, criado para evitar a institucionalização de infantes e jovens, também as conduziu para o projeto parental em questão.

Quando as Ciências Sociais se cruzam com o direito

Nos processos são construídas discussões sobre parentesco e homossexualidade por parte dos integrantes do Poder Judiciário (juízes, membros da equipe técnica – psicólogos e assistentes sociais), por membros da Defensoria Pública, por advogados e por promotores da infância e juventude. Do ponto de vista da viabilidade de um par homossexual ser reconhecido como família e como pais/mães, surgem ordens distintas de discursos. São elas suportadas em saberes psicológicos, sociológicos e antropológicos, cujo propósito é abordar a sexualidade como impedimento ou não à parentalidade. Aborda-se a subjetivação dos sujeitos com ou sem os referentes masculinos e femininos; as mudanças nos modelos de família e as possibilidades de arranjos homossexuais como produtos de relações de parentesco.

Do ponto de vista da concepção euro-americana de parentesco, de acordo com Strathern (2011), há exigência simbólica de que filhos tenham dois pais de sexos distintos, “iguais em termos de doação genética, mas desiguais em termos de papéis” (STRATHERN, 2011:305). Esse modelo, pautado na existência de estruturas universais, é concebido como composto por duas pessoas de sexos distintos com práticas sexuais monogâmicas, cuja finalidade

é reprodutiva. Nessa ótica universalista¹⁵, o sistema de parentesco é tido – em termos simbólicos – como organizador das identidades de gênero e sexuais, uma vez que é na dupla referência de um pai e de uma mãe, com a identificação com um deles e o afastamento simbólico do outro, por meio do “complexo de Édipo”, que se formarão os sujeitos.

Sendo assim, homossexuais vivendo em parceria e desejando serem pais, se compreendidos deste ponto de vista, podem ser vistos como “contrariando a ordem simbólica”. Essa visão se faz presente nos processos, sobretudo nos pareceres da equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais), mas de forma relativamente distinta. Isso porque, em todos os processos envolvendo parceiros homossexuais trabalhados, o posicionamento desses profissionais foi favorável ao pleito, sem isso significar a aceitação plena do parentesco fora do âmbito da heteronormatividade (BUTLER, 2004; 2010; MUSKOLCI, 2009)¹⁶.

Tal posicionamento pode se ver em algumas peças processuais. A título de exemplo, cito a visão contida no parecer técnico expresso no pedido de habilitação conjunta feita pelo casal Jairo e Joaquim, em 2005, em outro estado brasileiro, e que foi analisada porque fez parte do processo de adoção aberto pelos mesmos em 2011 na comarca do Rio de Janeiro.

O casal vive junto há tempo e amadureceu a ideia de adoção. Eles optaram por tentar conjuntamente obter a habilitação. O perfil de criança desejada era o de uma menina e um menino de aproximadamente cinco ou seis anos de idade. Como esse foi um dos primeiros processos dessa ordem, não só na cidade, mas no País, a sentença demorou em torno de três anos a ser deferida. Após esse período, o juiz responsável decidiu pela possibilidade da adoção conjunta, mas restringiu a idade e o sexo das crianças embasado no “princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente”. Por meio dessa escolha, o argumento era o de que uma infante ou jovem de

¹⁵ Ver Gayle Rubin (1993) e suas reflexões sobre o estruturalismo na antropologia e na psicanálise e seus efeitos nas concepções sobre parentesco, gênero e sexualidade.

¹⁶ Segundo Butler (2010), o mundo ocidental instituiu a heterossexualidade compulsória e naturalizada a partir da norma de gênero. Essa norma organiza os corpos e suas subjetividades por meio de um binarismo (masculino e feminino) heteronormativo, tornando a homossexualidade um tipo de desvio ininteligível (BUTLER, 2004:116). Inspirado nas reflexões de Butler, Miskolci pontua que [...] “heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo daqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”. (2009, p.172).

maior idade teria maior discernimento e possibilidade de escolha se desejaria ou não ser adotado por um casal gay. Sendo assim, o adotando deveria ser maior de dez anos e somente do sexo feminino, escolha não fundamentada. Frente a tal sentença, o casal, por entender que a decisão foi discriminatória, recorreu da decisão a uma segunda instância. Dessa apelação, ganharam por unanimidade o direito de adotar conjuntamente sem qualquer restrição. No entanto, houve recurso da apelação por parte do Ministério Público, que recorreu e levou o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A alegação, além da incompetência da decisão de um juiz da infância e juventude arbitrar sobre questões afeitas ao direito de família, foi a de que casais do mesmo sexo não formam uma entidade familiar e, portanto, não podem adotar conjuntamente. O STF rejeitou o recurso porque não dizia respeito à matéria em julgamento, qual seja a restrição quanto à idade e ao sexo das crianças. No entanto, como tal recurso não tinha efeito restrito, após maio de 2011, quando o STF estendeu o regime jurídico de união estável a casais homossexuais, o casal pôde adotar. Na peça processual da habilitação, datada de 2005, consta no estudo social o seguinte:

A alegação de que a adoção por homossexuais pode causar distúrbios na identidade sexual do adotado, estudo nesta área tem afastado essa hipótese, embora se reconheça que os filhos herdaram muito da história de vida de seus pais. O que se verifica é que a homossexualidade dos pais por si só não determina a identidade de gênero e orientação sexual da criança. No que diz respeito à construção dos papéis de pai e mãe, ocorrerá da mesma forma que nas adoções monoparentais. As funções paternas e maternas necessitam igualmente existir, porém exercidas independentemente do gênero sexual, pois são funções. A função paterna precisa existir em três vértices: proteção, limite e direção; e a função materna se realizará provendo o vínculo, a nutrição e a organização. Existindo as duas funções, estará garantida à criança sua estrutura psíquica. No caso dos requerentes, percebemos que o equilíbrio de ambos possibilitará, junto com a ajuda das madrinhas e dos amigos que os cercam, suprir de forma saudável essas funções.

Como pode ser visto, esse discurso aciona a visão de que em âmbito do parentesco se dá a estruturação dos sujeitos e que esta depende de referentes masculinos e femininos. No entanto, afirmam que estes não têm de ser

ocupados necessariamente por homens e mulheres¹⁷. Há que se atentar para tal posicionamento e sua aparente flexibilidade a um parentesco não heterossexual, uma vez que “de acordo com esse preceito, aqueles que entram nessas relações como não heterossexuais só poderão relacionar-se se assumirem o papel de Mãe e de Pai”. (BUTLER, 2003, p.251).

Ressalta-se que a sexualidade do “requerente” é posta em questão pela equipe técnica, o que não ocorre em outros procedimentos que envolvem heterossexuais. A homossexualidade é levada em conta quando se trata de definir a “aptidão” de uma pessoa para ser pai ou mãe adotivo. Isso porque, de acordo com Butler (2003, p. 221), no mundo ocidental, a heterossexualidade foi tornada legítima, freando em termos práticos e simbólicos outras possibilidades concebidas como desviantes ou anormais.

De acordo com Foucault (1993), a partir dos séculos XVI, inventou-se no Ocidente uma *scientia sexualis*. Multiplicaram-se, assim, discursos sobre o sexo que, como dispositivos, acabaram por normalizá-lo. Entretanto, o século XIX é um momento de destaque por ter um crescimento de produções de saberes médicos, que, sob uma suposta neutralidade científica, produzem verdades sobre o sexo. Houve, assim, a legitimação de preferências e práticas sexuais e, com destaque no século XIX, cresceu a produção de uma verdade científica sobre o sexo, multiplicando-se as categorizações de “má” conduta sexual. Desta forma, a prática sexual entre dois parceiros de sexos distintos, em âmbito do casamento, foi transformada ideologicamente em um valor universal, expulsando-se, assim, para a esfera da anormalidade, do desvio e da perversão as atividades sexuais divergentes desse modelo. Visão semelhante consta na sentença de habilitação de João e Rogério que, em 2011, ajuizaram ação de adoção de meninas que conheceram em “programas de apadrinhamento afetivo”, do qual faziam parte.

O psicólogo Roberto Granã ensina que “todos os desvios sexuais são, em qualquer idade, essencialmente, desvios sexuais infantis[...] o homossexualismo é fruto de um pré-determinismo psíquico

¹⁷ Zambrano (2006), ao refletir sobre “a emergência de famílias constituídas por pais/mães homossexuais, travestis e transexuais”, aborda o impacto que os princípios teóricos da psicanálise tiveram sobre os discursos e práticas de diferentes profissionais, como juristas psicólogos e assistentes sociais responsáveis em tratar do assunto. Segundo a autora, essa influência se fez presente na França. É possível afirmar que tais saberes foram incorporados também nos discursos e nas práticas dos profissionais do campo do direito do Brasil, responsáveis em tratar do assunto.

primitivo. Origina-se nas relações parentais das crianças, desde a sua concepção até os 3 ou 4 anos de idade, será mais ou menos corroborada de acordo com o ambiente em que ela se desenvolva, o que posteriormente determinará sua orientação sexual definitiva”[...]. Evidentemente que o Poder Judiciário não seria lícito expor criança já fragilizada a um contexto de opera bufa, mas no caso presente os **requerentes demonstraram publicamente uma atitude de vida adequada, com uma união de vidas, em que construíram o relacionamento sob forte resistncia exterior** [...].(grifo meu)

Nota-se que, em concomitância com um discurso essencialista e patologizante sobre condutas, emergem positavações morais dos envolvidos. Demonstra-se que, “apesar de gays”, vivem relações duradouras pautadas no “afeto, no companheirismo e não exclusivamente no sexo”. Ideia que pode ser vista claramente em um parecer técnico feito no curso de habilitação do já citado casal Jairo e Joaquim, em 2011.

Parecer técnico: MM Juiz, trata-se de um casal homoafetivo, que vivem sob regime contratual de união estável e possuem como principal desejo em suas vidas se tornarem pais [...]Relataram que no relacionamento não existe homem ou mulher, agem desfrutando das habilidades de cada um e assim se complementam[...]. **A união é pautada na compreensão, na confiança, no amor, fidelidade, estão juntos porque um tem carinho pelo outro e a relação não é baseada apenas no sexo**[...](grifo meu).

Aproxima-se assim, nos termos de Rubin (2003), um “mal” de um “bom” sexo. De acordo com a antropóloga, o mundo ocidental traçou limites – que funcionam como um sistema ideológico da mesma forma que o racismo, o etnocentrismo e o chauvinismo religioso – do que considera, em termos de expressão e práticas sexuais, um “bom” e um “mau” sexo. Ao hierarquizar condutas sexuais, O ocidente tornou algumas aceitas, outras toleradas e outras desprezíveis. Nessa lógica, atos sexuais passaram a ser avaliados de acordo com um sistema piramidal de valores sexuais. Segundo a autora, heterossexuais maritais e reprodutivos estariam sozinhos no topo da pirâmide erótica, seguidos de heterossexuais monogâmicos não casados e que não reproduzem. Casais lésbicos e gays estariam no meio dessa pirâmide. Por fim, estariam “sapatões”, os gays promíscuos e, na base, os mais desprezados, como os transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, prostitutas etc. (RUBIN, 2003, p. 50).

Retornando à positivação de gays e lésbicas, nesse tipo de processo pode ser destacada a manifestação do setor técnico da VIJI no processo de Bianca e Beatriz. Elas vivem juntas há anos e nutriram o desejo de serem mães e, por isso, habilitaram-se. Iniciaram visitas às casas de acolhimento infanto-juvenil, além de participarem de “programa de apadrinhamento afetivo”, por meio do qual conheceram a filha. Segundo o estudo social feito pelo setor técnico, “a família homossexual é capaz de preencher as necessidades biopsicossociais da criança”. Além disso, é manifesta por outros técnicos no processo de João e Rogério a necessidade de se considerar que atualmente a sociedade convive com diferentes formas de família e se mostra mais aberta para aceitar as novas configurações, tais como as “monoparentais”, as constituídas por procriações medicamente assistidas e as “homoafetiva”. Nessa ordem de produção, gays e lésbicas são postos como moralmente aceitáveis e, para tanto, psicólogos e assistentes sociais valem-se de produções antropológicas e sociológicas atuais para fundamentar seus argumentos, como pode ser visto:

Para fundamentar nosso parecer, citamos André Diniz e Cláudia Borges: a bibliografia que discorre especificamente acerca da paternidade homossexual busca compreender as tendências que tais estudos desenvolvem no processo de análise desse fenômeno e as possíveis diferenças que existem entre as criações de filhos por homossexuais e heterossexuais. Stacey e Biblarz (2003) fazem um levantamento dos argumentos que vão contra e a favor da paternidade/maternidade homossexual. Estes autores afirmam que os posicionamentos desfavoráveis alicerçam-se na concepção burguesa da família e na hipótese da homossexualidade configurar-se em patologia ou anomalia. Em contrapartida, os discursos favoráveis buscam tecer uma crítica histórica à patologização da homossexualidade, compreendendo a família e a sexualidade como instituições e dimensões construídas sócio-historicamente DINIZ; BORGES. *In*: GROSSI; UZIEL; MELLO (2007, p.260).

Sendo assim, discursos das ciências humanas e sociais surgem como dispositivos de “verdades”, atestando o sucesso de uma adoção feita por homossexuais. É nesse sentido que, no estudo social de Bianca e Beatriz, afirma-se que “a homossexualidade dos pais por si só não determina a identidade e orientação sexual da criança”. O mesmo argumento é encontrado em sentença cujo juiz cita não só psicólogos, mas também pediatras como selo de garantia de que pais homossexuais não criarão seres “pervertidos ou desviantes”.

Contudo, estudos científicos de respeitadas instituições (a Academia Americana de Pediatria e as universidades de Virgínia e Valência) apontam não haver qualquer inconveniente na adoção por companheiros em união homoafetiva, pois o que realmente importa é a qualidade do vínculo e do afeto presente no meio familiar que ligam as crianças aos seus cuidadores.

Da homossexualidade à “homoafetividade”

No material investigado, a adoção homossexual é tratada por profissionais do campo do Direito, a partir de princípios constitucionais e direitos fundamentais contemplados na Constituição Federal Brasileira de 1988. São considerados decisivos para o enquadramento da questão o princípio da igualdade; o da liberdade; o da dignidade da pessoa humana; o princípio da segurança jurídica e do melhor interesse da criança e do adolescente. Trata-se ainda da família e a possibilidade de esta ser composta por pares homossexuais. São abordadas as transformações sociais por que essa instituição passou e sua conseqüente mudança no ordenamento jurídico: a passagem de um modelo “matrimonializado” e “patrimonializado” e sua “repersonalização” em face dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da solidariedade e do afeto.

Para que esse pleito pudesse ser abordado positivamente nos processos, algumas transformações ocorreram no cenário jurídico brasileiro no que tange aos direitos das minorias sexuais. Diversas demandas, como partilha de bens, direito sucessório, previdenciário, mudança de sexo, de nome e de identidade de gênero, direito ao casamento, a ser reconhecido como família, à reprodução assistida e à adoção, vêm impactando o Judiciário nacional. Este vem se manifestando em decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), favoravelmente à maioria das questões propostas. Em razão disso, esses órgãos são acusados de atuar fora de sua esfera de competência, agindo como se legislassem. Vale ressaltar que a decisão de tribunais superiores não tem efeito de lei. Algumas são “vinculantes” – como as do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal –, promovendo a obediência obrigatória em território nacional. Outras, como as dos Tribunais Estaduais e dos Superiores, são apenas referências capazes de orientar diferentes julgados.

Um grande destaque tem sido dado à já abordada decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação de Descumprimento de

Preceito Fundamental ADPF 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 4277 que, em maio de 2011, reconheceu a união de homossexuais como entidade familiar e merecedora de proteção do regime jurídico de união estável. Tal decisão impactou a prática adotiva no Brasil. Isso pode ser visto na ação de adoção unilateral aberta por Maria Rita em face do filho adotivo de sua companheira. Segundo inicial,

Trata-se aqui de um caso de adoção unilateral, onde a requerente pleiteia a perfilhação do filho de sua companheira [...] O Código Civil em seus artigos 1.723 a 1.726, com a interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal os autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 134, e demais princípios constitucionais aplicáveis, em especial os da igualdade, a vontade, e o da dignidade da pessoa humana, constituem-se, igualmente, em base jurídica para o presente pedido.

Em ações abertas antes de 2011, é comum encontrar argumentos sobre a ausência de previsão legal sobre a possibilidade de reconhecimento de famílias homossexuais e a respeito da adoção conjunta por gays e lésbicas. Essa ausência é tratada ora como impedimento ao pleito, ora como algo que deve ser ultrapassado à luz de analogias entre leis existentes e interpretações conforme princípios constitucionais. Segundo sentença proferida em 2005, em face do requerimento de habilitação conjunta do casal Jairo e Joaquim, é dito:

Nós operadores do Direito, temos que nos preparar para, enquanto a Lei não for editada, assegurar os direitos contidos constitucionalmente e estendidos a essa minoria, conscientes de que a Lei existente não pode servir de limites de prestação jurisdicional [...] Para tanto, é necessário que façamos uma reflexão por meio de princípios e direitos fundamentais que são decisivos para o enquadramento ético e jurídico da questão [...]. Não há como se excluir legitimamente pessoas do mesmo sexo da categoria entidade familiar e nem regime jurídico da união estável, se o que as une é a mesma afetividade e o mesmo projeto de vida comum que ligam as pessoas de sexo oposto. Vale dizer ainda que a Constituição de 1988 faça menção apenas à união estável entre homem e mulher, no que foi seguida pela legislação ordinária, deixou o tema aberto à evolução dos costumes e do direito [...]

Já o promotor de justiça, no já citado recurso da apelação proposto pelo casal, manifesta-se sobre a impossibilidade da adoção por homossexuais. Defende que em, nosso ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional, só se reconhece como família a união entre pessoas do mesmo sexo e que só existe previsão legal para a adoção de homens e mulheres casados ou vivendo em regime de união estável. Segundo o mesmo, nos termos do art. 1622 do Código Civil de 2002, “ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou viverem em união estável” e de acordo com Art. 1.723 só é “reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradora e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Em algumas peças analisadas, os oficiantes do Direito elaboram considerações sobre a constitucionalização da família e sobre a importância do “princípio do melhor interesse da criança e do adolescente”. Buscam, assim, positivar ou tornar negativa a prática adotiva gay e lésbica. A título de exemplo, a advogada do casal João e Rogério afirma que:

[...] Desde a promulgação da Constituição de 1988, no que diz respeito à família deslocou-se do casamento para as relações familiares[...]. Desta forma, o conceito tradicional de família se modificou, não se restringindo mais ao casamento, nem tampouco às pessoas do sexo oposto. [...] união pelo amor e pelo afeto que caracterizam a entidade familiar e não mais o casamento ou diversidade de gêneros. É, antes disso, afeto a mais pura exteriorização do ser do viver, de forma que a marginalização das relações mantidas entre pessoas do mesmo sexo constitui forma de privação do direito à vida, bem como viola os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

De acordo com Torres (2009, p.75), com o advento da Constituição de 1988, “a família tornou-se um espaço de realização existencial das pessoas em suas dignidades e como lugar por excelência de afetividade, cujo fundamento jurídico é o princípio da solidariedade, consagrado em seu artigo 3º, inciso I”. Ocorreu, segundo o mesmo, uma mudança de concepção doutrinária promovendo uma “personalização” da organização familiar. Passou essa instituição a ser interpretada à luz do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Tal mudança esvaziou conceitos “patrimonializados” e “matrimonializados” de família presentes no Código Civil de 1916, substituído por outro, em 2002.

Através dessa mudança paradigmática, propalada pela Constituição Federal de 1988 e materializada no Código Civil de 2002, concebeu-se a família como plural e pautada na “afetividade”. Passou a ser considerada “eudemonista”, com a função de garantir a felicidade de seus membros. Baseado nessas mudanças paradigmáticas, as relações “homoafetiva”-estruturadas no “afeto”, na “solidariedade”, na “assistência mútua” e no “respeito” - puderam ser compreendidas como entidade familiar conjugal.

Nota-se que, nos processos trabalhados, essas doutrinas citadas são transformadas em fundamentos favoráveis à adoção por casais homossexuais, como já na citada sentença favorável à habilitação conjunta do casal Jairo e Joaquim,

[...] a) a uniões homoafetivas são fatos lícitos e relativos à vida privada de cada um, sendo papel do Estado e do Direito, em relação a elas como a tudo mais, o de respeito à diversidade e contribuir para a superação do preconceito e da discriminação; b) a Constituição de 1988 não contém regra expressa acerca de orientação sexual ou relações homoafetivas; c) a regra do art. 226 parágrafo 3º da Constituição, que se refere ao reconhecimento da união estável entre homem e mulher, representou a superação da distinção que se fazia anteriormente entre o casamento e as relações de companheirismo e trata-se de norma inclusiva, de inspiração antidiscriminatória; d) os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da liberdade impõem a extensão do regime jurídico da união estável às uniões homoafetivas; e) ainda, admitida a lacuna normativa, seria de se aplicar a analogia e sendo a situação mais próxima à da união estável pessoas do mesmo sexo, a união estável entre homem e mulher por terem ambas como características essenciais a afetividade e o projeto de vida comum[...].

Além do “afeto”, que transforma um casal homossexual em uma família “homoafetiva”, advogados, promotores, defensores e juízes se valem do princípio da integral proteção da criança e do adolescente para tratar do tema. Segundo Vechiatti (2012, p.499), o ordenamento jurídico brasileiro concede, por meio de sua Carta Constitucional e do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA), esse princípio para salvaguardar infantes e jovens de todo e qualquer mal.

Nos documentos analisados, esse princípio surge de formas distintas. De um lado, argumenta-se que a adoção pleiteada por casais homossexuais

atende ao “superior interesse da criança e do adolescente” por abrir maiores possibilidades para que exerçam o direito à convivência familiar e comunitária. Nessa perspectiva, quanto mais pessoas queiram adotar, mais infantes e jovens poderão gozar do direito de estar em família. Tal argumento está presente na petição inicial da ação proposta pelo casal de gays Brandão e Aristides, que vivem juntos há cinco anos. Um deles já vivera união heterossexual e teve filhos. O outro nunca teve filhos, além dos que eles adotaram. Em razão da união atual, decidiram pelo projeto de filiação adotiva. Segundo a petição inicial:

Vale finalizar dizendo que o objetivo de toda a nossa busca é atender o superior interesse da criança ou adolescente que se pretende inserir na família substituta, seja ela de que modelo for (monoparental, inter-racial, reconstruída, homoafetiva), sendo que neste particular é pertinente que se tenha claro que tudo o que uma criança ou adolescente institucionalizado quer e precisa é de uma família, logo devemos pensar na proteção de cada uma delas, que têm o direito de crescer dentro de família [...].

Por outro lado, esse princípio pode ser usado também para limitar ou restringir a possibilidade da adoção por homossexuais. À luz da representação de que pais adotivos gays e lésbicas podem expor seus filhos às discriminações em razão de sua orientação sexual, foi, por exemplo, defendido o argumento que se segue em uma sentença de habitação de Jairo e Joaquim já antes citada:

[...] DA OPINIÃO DA CRIANÇA QUANTO A SER ADOTADA OU NÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: "em vista da proteção integral e do melhor interesse da criança/adolescente acima discorrido, coloca-se como necessário a opinião da criança de ser adotada ou não por pessoas de uma união homoafetiva, sendo levado ao seu conhecimento de forma simples e precisa todas as dificuldades e preconceitos enfrentados por ter 'pais ou mães' homoafetivos para que se sinta interagindo com o próprio futuro[...]é imprescindível que o adotado se sinta confortável, amado e feliz dentro do seio familiar adotante e para que essa escolha seja possível, pois se viu nitidamente que necessário o é dependerá que a criança/adolescente disponha de idade com capacidade de discernimento para expressar perante o Juízo suas insatisfações, desejos, necessidades, emoções e opiniões a respeito da possibilidade de um casal homoafetivo adotá-la. [...].

Em diferentes pesquisas que tratam da visão dos operadores do Direito sobre parentalidades adotivas, Uziel (2007) e Zambrano (2006) relatam terem encontrado, por parte desses profissionais, uma maior preocupação com “superior melhor interesse da criança e do adolescente” quando os adotantes são homossexuais e/ou travestis e/ou transexuais do que quando os requerentes são heterossexuais.

Pude perceber, de forma semelhante às considerações das autoras que, quando os pretendentes são gays e lésbicas, esses são abordados como se fossem virtuais ameaças aos pretensos filhos. Entretanto, como ressalta Morelo (2014), esses mesmos requerentes podem ser interpretados como estivessem se afastando dos conteúdos “poluidores” associados tradicionalmente à orientação homossexual. Isso porque materializam também a incorporação de valores “tradicionais de família” por meio da aspiração à parentalidade. Assim, por meio dessa chave interpretativa, deixam de ser analisados exclusivamente como se fossem uma “ameaça” e passam a ser vistos também como uma “alternativa” para que infantes e jovens aptos à adoção tenham suas famílias.

Considerações finais

A questão central que norteou este artigo foi investigar, por meio da análise em processos de adoção, como na comarca do Rio de Janeiro são construídos os motivos que levam homossexuais à adoção e como aparecem, nestes documentos, as visões sobre o assunto produzidas por integrantes do Poder Judiciário (juízes, membros da equipe técnica – psicólogos e assistentes sociais), membros da Defensoria Pública, Promotores que militam na área da infância e da juventude.

Nas versões documentais, o que move casais gays e lésbicos ao projeto adotivo é o desejo de transformarem suas famílias em um núcleo do qual emergem relações de parentesco. Além disso, buscam as Varas da Infância e da Juventude para regularização de uma situação fática de paternidade e filiação vivida por ambos, mas só reconhecida pelo Poder Judiciário a um deles até o momento da ação. Afora o reconhecimento de uma situação fática, tanto para gays quanto para lésbicas, segundo o universo pesquisado, a adoção aparece como materialização de um desejo “que sempre existiu”, o de ser mãe e de ser pai e, ao mesmo tempo, permanecer homossexual.

No que tange às visões sobre o assunto produzidas pelos profissionais da área da infância e da juventude, o caminho trilhado foi o de investigar como

se conectavam, em suas argumentações, as discussões sobre parentesco e homossexualidade. Além disso, busquei compreender como se articulavam as produções jurídicas e os saberes oriundos das ciências humanas e sociais, cuja tendência era a de despatologizar as “sexualidades divergentes”.

Por meio desse percurso, observei que para alguns desses profissionais um par homossexual precisa ser reconhecido como família para ter o direito de estabelecer relações de parentesco/filiação. É necessário que ambos sejam vistos como sujeitos “estáveis”, que pautam suas relações no “afeto” e não no sexo. Assim podem cuidar de crianças na qualidade de pais e mães. Apesar de visões dissonantes, sobretudo por parte da promotora da infância e da juventude, essa perspectiva foi predominante. Em sua grande maioria, juízes, defensores públicos e advogados consideraram gays e lésbicas aptos a serem pais e mães conjuntamente porque vivem uma vida calcada na “assistência mútua”, na “solidariedade”, no “afeto” e no “respeito”.

Notei também que, dentre as ações pesquisadas, os saberes psicológicos, sociológicos e antropológicos são usados por defensores, psicólogos e assistentes sociais com a intenção de retirar a homossexualidade do lugar de patologia, possibilitando, assim, a parentalidade gay e lésbica. Nessa lógica, homossexuais podem ser pais e mães em âmbito conjugal. No entanto, ao filiarem crianças e adolescentes, deverão exercer funções parentais condizentes com o parentesco heterossexual. Precisam desempenhar funções paternas (proteção, limite e direção) e maternas (vínculo, nutrição e organização), e estas devem ser divididas entre os parceiros.

Referências

- ABREU, Domingos. (2002). *No bico da cegonha: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: Pierre Bourdieu; *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL. p. 209-255.
- BITTENCOURT, Sávio. (2010). *A nova Lei de Adoção. Do abandono à Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora.
- BUTLER, Judith. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (2004). Gender regulation. In: Judith Butler; *Undoing gender*. New York and London: Routledge. p.40-57.
- (1989). O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 219-260.

- CHAVES, Mariana.
(2012). *Homoafetividade e direito: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade*. Curitiba: Juruá.
- DAS, Veena.
(2007). *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of Califórnia Press.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah.
(2008). El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 19-52.
- DIAS, Bernerice.
(2011). *União homoafetiva: preconceito e a justiça*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- FOUCAULT, Michel.
(1993). *História da sexualidade I: a vontade desaber*. Rio de Janeiro: Graal.
- LUNA, Naara.
(S.d.). Natureza humana criada em laboratório: biologização e genética do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências e Saúde*, v. 12, nº2, p. 395-417.
- MUSKOLCI, Richard.
(S.d.). A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, ano 11, nº 21, p. 150-182.
- MORELO, Rafael.
(2014). *Atrás do processo tem gente: Homoparentalidade e suas repercussões no universo da adoção*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- PRITCHARD, E.E. Evans.
(1978). *Feitiçaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RUBIN, Gayle.
(S.d.). O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. *SOS Corpo*, n;1, p.1-31.
- RUBIN, Gayle.
(2003). Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, nº. 21. p. 01-88
- STRATHERN, Marilyn.
(1995). Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. *Revista Estudos Feministas*, V.3, N.2, p. 303 -329.
- TORRES, Aimbere Francisco.
(2009). *Adoção nas relações homoparentais*. São Paulo: Atlas.
- UZIEL, Ana Paula.
(2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- VECCIHATTI, Paulo Roberto.
(2012). *Manual da homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos*. Rio de Janeiro: Forense / São Paulo: Método.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto.
(2002). *Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ZAMBRANO, Elizabeth.
(2006). Parentalidade 'impensáveis': pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 26, p. 123-147.

Acórdãos, resoluções, códigos e legislações

BRASIL. LEI Nº 12.010, DE 29 DE JULHO DE 2009. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/818490/lei-12010-09>. Acesso em 5 de out. 2010

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A LEGISLAÇÃO CORRELATA. Lei nº 8069/90, de 13/07/90 Atualizada e legislação correlata. *Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude*. Rio de Janeiro, 2004.207 p.

RESOLUÇÃO. Disponível em <http://www.cremero.org.br/index.php/2011/01/06/conselho-federal-de-medicina-estabelece-novas-normas-para-reproducao-assistida>. Acesso em: 21 fev. 2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. TJPR, AC 529.976-1, Rel. Juiz Conv. De'Artagnan Cerpa Sá, j. 11/03/2009. Disponível em <http://www.direitohomoafetivo.com.br/jurisprudencia.php?a=2&s=5>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação direta de inconstitucionalidade (Med. Liminar) 4277. <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Recebido em
maio de 2014

Aprovado em
novembro de 2014

O igualitarismo de um liberal: com e para além de Tocqueville¹

Renato Moraes*

João Alexandre Peschanski**

Resumo

O presente trabalho percorre as observações tocquevilleanas quanto ao sentido histórico da formação da nação norte-americana para reconstruir o princípio norteador de sua análise: a possibilidade fática da coexistência de princípios de igualdade e de liberdade. Mais especificamente, analisa o caminho inexorável das nações modernas em assegurar a liberdade na igualdade, de acordo com Tocqueville. A relação interna da díade de valores aqui exposta enseja a construção de um tipo especificamente moderno, um conceito específico de democracia que, mais que uma simples forma de governo, constitui um tipo específico de sociedade, na qual ganha centralidade o papel assumido pelo “patriotismo municipal” das comunas e pela “liberdade política local” na construção de uma disposição dos indivíduos a tomarem para si a resolução conjunta de seus problemas coletivos. Com isso, o artigo pretende mostrar como, em Tocqueville, a noção de autogoverno representa a forma mesma da estruturação da liberdade fundada na igualdade cívica entre sujeitos autônomos.

Palavras-chave

Teoria política. Tocqueville. Autogoverno

Abstract

This article goes through Tocquevillean ideas on the historical formation of the American nation in order to identify a guiding analytical principle: the actual possibility of the principles of equality and freedom to coexist. More specifically, it analyzes the inevitable path of modern nations in order to ensure freedom in equality, according to Tocqueville. The internal relationship between these two values leads to establishing a specific modern type, a specific

¹ Agradecemos aos pareceristas anônimos os comentários e sugestões críticas que, além de pertinentes, contribuíram para aprofundar ainda mais o argumento aqui desenvolvido.

* Professor-adjunto de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos; Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. E-mail: rmoraes@ufscar.br.

** Doutorando em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison. joalpe@gmail.com.

concept of democracy, that more than a simple form of government constitutes a specific type of society, in which “municipal patriotism” of the communes and “local-political freedom” are central to building individual dispositions toward collectively solving their issues. With that, this article intends to show how, in Tocqueville, the notion of self-government represents the actual form of structuring freedom in civic equality among autonomous subjects.

Keywords

Political theory. Tocqueville. Self-government.

Introdução

Este trabalho se propõe a entender o papel das estruturas sociais na obra de Alexis de Tocqueville sobre a democracia na América. O objeto é de certo modo não tocquevilleano, pelo menos no que comumente é enfatizado como característico dessa vertente de pensamento: em sua etnografia política dos Estados Unidos no início do século XIX, Tocqueville enfatiza a ideia de que a sociedade que observa se sustenta não por uma administração ou um governo, mas por sentimentos partilhados, valores arraigados e propagados, voluntarismo e participação (JASMIN, 2002). Goldberg (2001) identifica duas formas dominantes de interpretação da obra tocquevilleana. A primeira, que nomeia “sistematizadora”, considera que a teoria democrática de Tocqueville já atingiu seu objetivo, a saber, identificar as condições com que a liberdade democrática pode se consolidar. Na nossa perspectiva, essa forma de interpretação é insuficiente na medida em que considera o pensamento tocquevilleano sobre a história como “morta”, isto é, sem capacidade explicativa das dinâmicas subsequentes, sendo incongruente com uma leitura tocquevilleana que se limita a entender teoricamente um processo histórico definido. A segunda, chamada “historicista”, esvazia ainda mais a capacidade explicativa de Tocqueville, argumentando que seu pensamento está diretamente vinculado ao contexto que observa, não podendo, finalmente, ser considerado uma teoria histórica. Distanciamos-nos dessas duas formas de interpretação e, seguindo Goldberg (2001, p.303), propomos uma reconstrução da teoria tocquevilleana, que

pressupõe que uma teoria tem de ser resgatada e reconstruída em uma nova forma exatamente porque, em algum aspecto, não atingiu seu objetivo, [...] em vez de simplesmente suprimir ambiguidades e

inconsistências não resolvidas, a reconstrução teórica reformula a teoria de modo a ser mais congruente.

A ideia de que a democracia nos Estados Unidos se fundamenta em valores partilhados se identifica com os preceitos do liberalismo; o enfoque proposto aqui apresenta uma leitura republicana da concepção toquevilleana da democracia norte-americana.

Neste artigo, propõe-se um triplo exercício no sentido de uma “reformulação congruente” do pensamento de Tocqueville. Em primeiro, identifica-se o mecanismo de explicação da história, de tal modo a explicitar as dinâmicas de encadeamento de evento que o autor desenvolve, o que se perde ao adotar uma estratégia de leitura fundamentada na recuperação do contexto em que as ideias são formuladas. A reformulação é, nesse sentido, a compreensão dos mecanismos abstratos da trajetória histórica, em que a própria história é objeto de análise, a partir de uma interpretação daquilo que veio e da direção à qual se vai. Em segundo, interpreta-se o fundamento da moral no pensamento toquevilleano, identificando as bases materiais da filosofia e da religião. A proposta aqui é entender a dinâmica em nível elevado de abstração entre vida filosófica, pensamento religioso e Estado. Por fim, busca-se desenvolver a teoria do individualismo própria a Tocqueville, indicando a confluência positiva entre particularismo e povo. Esses três elementos que aqui interpretamos sugerem que consigamos destilar da reflexão toquevilleana mecanismos analíticos que, independentemente do contexto histórico e de uma finalidade dada a priori, sirvam para estabelecer as bases relativamente estruturantes de sua conceituação da política.

Nesse sentido, entende-se que, no próprio Tocqueville, a existência de governos democráticos está associada a uma estrutura republicana prévia. Integram essa estrutura instituições e um tipo específico de cultura cívica² – que denominamos aqui republicana –, em interação dinâmica, dos quais

² É importante salientar que a noção de cultura cívica, assim como seu significado, ainda não havia sido formatada no período em que Tocqueville escreve. O modo como usamos a expressão aqui refere-se principalmente a dois processos interconectados: o consentimento de uma autoridade organizada coletivamente, como o Estado, e a participação ativa na condução associativa e política da coletividade. O argumento tal qual o construímos se propõe a entender as bases materiais desses processos, sendo que interpretações correntes da obra toquevilleana puseram principalmente o foco em aspectos conjunturais e circunstanciais e em questões ideárias.

emana a própria possibilidade da ação política. De certo modo, seguimos parte da trajetória analítica de Skocpol (1997), para quem a vitalidade cívica norte-americana que Tocqueville observou estava diretamente vinculada a instituições em processo de consolidação e nacionalização; distanciamos-nos dessa autora, entretanto, na medida em que ela constrói o argumento do vínculo entre vitalidade cívica e instituições como uma suposta contraposição ao pensamento tocquevilleano e, para nós, há elementos republicanos basilares na própria obra tocquevilleana, incluindo aí a concepção de tradição religiosa e de democracia.

Propomos aqui uma incursão teórico-analítica no pensamento tocquevilleano, não uma volta historiográfica à América do século XIX. Os elementos igualitários, mostramos, estão presentes na própria etnografia política de Tocqueville. A obra tocquevilleana, em especial *A democracia na América*, vale notar, é marcada por ambiguidade, pelo conflito entre a tradição do Antigo Regime e a convicção na existência de um sentido de justiça, influenciada pelas *Sagradas Escrituras*. A revelação dessa ambiguidade e desse conflito permeia a análise que segue, que pensa com e para além de Tocqueville.

Teorização e observação da história

Tocqueville não apresenta apenas observações históricas, a esmo, mas adota uma estratégia *sui generis* de teorização histórica. Destacam-se dois aspectos nessa estratégia: a criação do enredo histórico no modo da tragédia e a fundamentação explicativa em leis do desenvolvimento histórico de tipo mecanicista (WHITE, 1994). A combinação desses aspectos é, à primeira vista, esdrúxula: ao mesmo tempo literária e cientificista, fatalista e dedutiva; no entanto, expõe um posicionamento próprio de Tocqueville em relação ao mundo que observa – no geral oculto, já que este não tratou de fato de teoria da história, e, às vezes, com enunciação contraditória, em especial nos escritos mais propriamente de polêmica.

O estilo tocquevilleano é marcado pelo irônico e pelo trágico, mas o enredo mantém um fio ontológico trágico. Os traços irônicos remontam à experiência pessoal do autor, especialmente sua inserção ativa na vida política de seu tempo, ou seja, carrega o viés do polemista. A passagem da ironia para a tragédia, segundo Cohn (2000a), coloca-se necessariamente em um plano de disputa, até pela própria experiência de Tocqueville, dividido entre o universo aristocrata, seu *locus originário*, e a realidade democrática,

que observa e identifica como substancialmente determinado vir-a-ser. É trágico o enredo desse vir-a-ser, o movimento político de passagem para a democracia, que se apresenta quando, não satisfeito em perceber as mudanças ocorridas em seu tempo, busca caracterizá-las tanto em sua natureza peculiar quanto naquilo que as anima. Esse enredo o leva a considerar a ruptura do equilíbrio, o que a seguir denominamos transação de histórias, que no sentido mais radical desemboca na transição mais radical, a Revolução. “Mas não se mostra suficientemente claro a respeito de se a democracia é uma exigência da fraqueza resultante do individualismo ou se o individualismo é uma consequência inevitável da democratização”. (SANTOS, 2004, p.98).

A transação da história diz respeito ao tipo de teoria de ruptura histórica que Tocqueville desenvolve. Para ele, processos aparentemente desconexos estabelecem vínculos que fazem com que coevoluam. Assim, aquilo que parecia independente estabelece uma dependência que instaura uma relativa afinidade entre processos sociais. O dismantelamento da aristocracia, que ocorre por sua dinâmica própria, em perversões instauradas e reproduzidas no seio dessa própria configuração, cria um vínculo com outro processo, a constituição democrática, transacionando os incentivos próprios de cada dinâmica, a tal ponto que, quando afinados, já não se pode dissociá-los e, como peças de um mesmo sistema, agem um sobre o outro, criando assim um mecanismo histórico definido e relativamente robusto.

A perspectiva mecanicista do processo histórico se faz marcar por uma noção de que antagonismos políticos, quando ocorrem, estão determinados a encontrar uma e apenas uma solução histórica. Isso não quer dizer que embates conjunturais estão determinados, mas que, na perspectiva mais geral, no agregado, o conjunto histórico desses embates tem um devir determinado. Essa perspectiva enfatiza, portanto, a compreensão da finalidade do antagonismo e isso se expressa, no texto tocquevilleano, pela contraposição de categorias, por exemplo, entre igualdade e liberdade, privado e público, burguês e cidadão, interesses e vícios. Essas díades são empregadas no sentido de apontar para um movimento ascendente da história humana, rechaçando uma percepção circular. Vale notar que o mecanicismo de Tocqueville se caracteriza por um teor fraco, ou seja, é provável que a lei da determinação histórica opere em cada momento histórico, mas não é sempre necessário, por mais que, como dito, no agregado, haja uma tendência ascendente. Esse ponto é importante, pois mantém a centralidade de condução nos esforços continuados e na ação política humanos (VIANNA, 1997, p.94). Também cabe ao sujeito apaziguar as lutas entre os contrários, de tal sorte a produzir

alguma forma de harmonização.

O objeto de *A democracia na América* é, para além da estratégia *sui generis* de exposição histórica de Tocqueville, peculiar. Não se trata do excepcionalismo norte-americano apenas, entendido como um agregado de particularismos.³ O objeto tocquevilleano é fundamentalmente a comparação entre o que ele vê e o que ele viu, entre a sociedade de alhures e a sua natal. O componente comparativo, às vezes latente, outras manifesto, é o núcleo da etnografia política a que se dispõe Tocqueville – tratou-se de um esforço em olhar “para além da França para melhor ver a França”, nas palavras de Cohn (2000a, p.31). Nesse sentido, a análise do surgimento da democracia nos Estados Unidos, resultado monumental da obra tocquevilleana, é, de certo modo, consequência indireta de seu esforço comparativo. A comparação se fundamentou essencialmente na identificação de disparidades, singularidades, não comunalidades, possivelmente existentes.

Tocqueville não se limitou a descrever uma experiência histórica, temporalmente estabelecida e espacialmente determinada, nem a comparar características visíveis de duas sociedades díspares, mas enquadrou suas observações em uma preocupação orientada por um princípio norteador, em um nível mais elevado de abstração, a possibilidade fática de conciliar igualdade e liberdade ou, nos termos de Gahyva (2012, p.172), “a questão-chave para a qual se orientavam suas preocupações versava sobre a possibilidade de reatualização dessa qualidade aristocrática – a liberdade – em um contexto igualitário”. Em verdade, na obra tocquevilleana, trata-se não de uma possibilidade, mas de um destino inexorável: cabe às nações modernas assegurar a liberdade na igualdade. Para justificar essa colocação, Tocqueville estabelece parâmetros que possibilitem a coexistência harmoniosa entre as liberdades e um processo de desenvolvimento igualitário, de maneira coerente.

Apresenta-se, assim, um primeiro grande drama tocquevilleano: preservar a liberdade na igualdade. Em sua perspectiva, a democracia somente

³ Nesse aspecto, distanciamos-nos das vertentes culturalista e idealista de análise da formação norte-americana, que buscam identificar qualidades particulares da vida social nos Estados Unidos, dando-lhes fundamentação explicativa para desdobramentos institucionais e cívicos próprios, como o tipo singular de relação capital-trabalho ou o modelo de Estado de bem-estar social que aliás foi criado – são expoentes dessas vertentes Lipset (1997) e Sombart (1976) e, para uma discussão teórica dessas vertentes e seu impacto na teoria política, cf. Fagundes (2008).

se realiza mediante a efetividade das liberdades. Isso tem implicações importantes, entre elas a ideia de que pode haver um *continuum* de efetivação democrática, ainda sob a dimensão única da efetividade das liberdades, e, conseqüentemente, democracias diferentes. Um aleitamento mais extremo poderia identificar democracias típicas, qualitativamente diferentes, desdobrando em elementos plurais as características de efetividade das liberdades. Assim, pioneiro em perceber uma trajetória incluível de democratização nas sociedades modernas, Tocqueville também destacou características modulares da efetivação da democracia: seguindo Montesquieu, considerou que as instituições, mesmo singulares, não operam no vazio, são moduladas pelo que houve antes, por pressões do presente e ambições finalistas. As democracias estão, portanto, em permanente *transação* de tempos históricos, sendo estruturalmente afetadas pela experiência, institucional e cívica, do que veio antes e do que está determinado a vir.

A interpretação histórica de Tocqueville se volta a um caso, específico, em que se busca manter a liberdade em uma sociedade que não teve aristocracia, a sociedade norte-americana. Não se trata de negar ou sobrevalorizar uma trajetória histórica, mas de indicar seu fundamento e, em tom pessoal do autor, louvar seus méritos. Elemento-chave na dinâmica de constituição dessa sociedade específica é seu movimento de negação positivo do passado, ou seja, negação em prol da afirmação e reconstituição da pessoa, num retorno às *Sagradas Escrituras* em detrimento da tradição mais imediata (VOUGA, 2002, p.252).

O movimento de negação positivo do passado – em que positivo não é usado em acepção valorativa, mas na acepção de ato com vista em um fim – estabelece um parâmetro de compreensão da ação política. Para Tocqueville, os cidadãos devem lutar pelos ideais liberais e as revoluções, em condições determinadas, são necessárias, por exemplo, nas nações cujos cidadãos não são capazes de conduzir o processo democrático com liberdade. A democracia não é apenas igualitária, mas deve também permitir homens livres.

A linha teórica tocquevilleana se fundamenta em um ambicioso repensar da Teoria da História. Faz-se em oposição a uma perspectiva aplainadora da realidade historicamente apreendida, qual seja, a redução da diversidade dos fenômenos a uma unidade artificial determinista:

[O] perigo [do determinismo], nada negligenciável, é a história que se transforma em uma espécie de cabo ou corda, em uma imensa correia de transmissão estendida no tempo, em que os acontecimentos se ligam uns aos outros como que automaticamente,

impelidos por uma força ou potência (destino) a conduzir as mãos dos homens como se fossem marionetes – que dizer, uma história sem acontecimentos, sem ações e sem homens (DOMINGUES, 1996, p.100).

Não há, entretanto, em *A democracia na América* um *telos* historicamente determinado. Tocqueville “aposta” na existência provável de um futuro, mas não o prediz: a democracia é vista como uma era, um tempo no qual os povos chegam por haver um Deus que os percebe como iguais. Dessa forma, a igualdade se transforma em uma tendência histórica. É no seio dessa linha histórica, ainda que apenas tracejada, que Tocqueville introduz a experiência dos Estados Unidos como um meio termo entre a experiência inglesa e a francesa. Trata-se de um país de posição intermediária, uma vez que, ao contrário da França, já existe, originariamente, uma experiência de democracia:

[...] os norte-americanos constituem um povo democrático que sempre dirigiu por si mesmo os negócios públicos, e [os franceses] somos um povo democrático que, durante muito tempo, só pôde pensar em uma melhor maneira de conduzi-los. A nossa situação social já nos levava a conceber ideias bastantes gerais em matéria de governo, enquanto a nossa constituição política ainda nos impedia de retificar tais ideias pela experiência e de descobrir pouco a pouco a sua insuficiência, ao passo que, entre os norte-americanos, essas duas coisas se equilibram constantemente e se corrigem mutuamente (TOCQUEVILLE, 1977, p.331).

A dinâmica temporal em Tocqueville é singular, vale notar. Para Domingues (1996, p.129), “[...] pode algo que foi e não é mais (o passado) agir sobre algo que não é e não será mais (o presente), assim como sobre algo que será e não é ainda (o futuro)?”. A interpretação dos acontecimentos e estruturas históricas que permeiam a análise da obra tocquevilleana busca identificar parâmetros para conectar o tempo histórico em transação, entre esses elementos do ser-que-passou, do estar-a-ser e do vir-a-ser. Outra interpretação de Domingues (1996, p.148) é esclarecedora sobre a dinâmica dos tempos na construção da teoria do tempo histórico de Tocqueville, introduzindo “o seguinte esquema para pensar a relação entre o passado o presente e o futuro: passado necessário (pois os acontecimentos ocorridos no passado, uma vez ocorridos, não podem ser revertidos, mesmo que em sua origem esteja algo contingente) / presente (in)definido (em parte

determinado pelo passado, em parte voltado para o futuro, em parte dobrado sobre si mesmo, enquanto tempo da (re)atualização, da criação e da urgência da ação / futuro aberto (determinado pelo passado, porém criado no e pelo presente, que é a instância propriamente geradora da temporalidade)”. Para Tocqueville, assim, “o tempo não pode ser repostado a não ser pelo próprio tempo; assim, experimentando novas formas de convívio, os homens ‘treinariam’ a democracia naturalmente para que ela ganhasse raízes” (FAGUNDES, 2008, p.140). A chave explicativa dessa transação se coloca no campo da ação humana livre – que condiciona o tempo histórico que o determina –, enquanto experiência inovadora e prospectiva. Isso porque a introdução de um princípio de indeterminação do ser leva ao enfraquecimento da necessidade e à assunção da contingência, bem como à incorporação da mudança e do novo.

Filosofia prática e religião

A viagem que Tocqueville fez aos EUA, à época da restauração do regime monárquico na França, após a queda de Napoleão, e seu contato com a forma cívica das comunas da Nova Inglaterra possibilitaram-lhe entrar em contato com uma realidade descolada da tradição política aristocrática europeia e marcada por singularidades e idiosincrasias e repensar a sua própria experiência cívica e a França de seu tempo a partir de um novo parâmetro: a concepção norte-americana de Estado e democracia. Ele analisou um estilo democrático e um modo de engajamento cívico que lhe pareciam absolutamente novos. Vale notar que a pluralidade de experiências vivenciadas ao longo de sua viagem –a incipiente urbanidade em Nova York, a escravidão no Sul, a *wilderness* às margens dos Grandes Lagos – ensejou um quadro descritivo plural, considerando a multiplicidade de configurações sociais que compunham o cenário norte-americano, mas, indo além dos particularismos, vislumbrou um caso histórico singular e radical (JASMIN, 2001).

A experiência democrática norte-americana, segundo Tocqueville, se caracteriza por uma espécie de Estado Social. Compreende, portanto, democracia como um tipo de sociedade, não como uma forma de governo, mantendo-se nessa linha tributária de Montesquieu. O “patriotismo municipal” das comunas e a “liberdade política local” são a energia criadora que anima os indivíduos a tomarem para si a resolução conjunta de seus problemas coletivos, cuja origem remonta às próprias práticas cotidianas

da cidadania. Tocqueville percebeu que, em contraposição à França de seu tempo, onde os interesses das diversas facções pareciam impossibilitar uma ordem democrática, nos Estados Unidos, “[...] os costumes respiravam uma espécie de virtude que, sem anular os interesses particulares, os fazia servir às instituições livres”, na análise de Jasmin (2002, p.71). Chama a atenção do pensador francês o modo específico de organização social norte-americana:

Os homens que vivem em sociedade não seriam mais capazes de buscar as suas crenças nas opiniões de classe à qual pertencem, pois, por assim dizer, não mais existem classes, e as que existem ainda são compostas de elementos tão móveis que o corpo jamais poderia exercer ali um verdadeiro poder sobre os seus membros (TOCQUEVILLE, 1977, p.322).

Na sociedade norte-americana, a combinação entre satisfações individuais e envolvimento com o negócio público se dá de maneira diferente do que existe no Velho Continente, segundo Tocqueville. “Antes de mais nada, será preciso qualificar o adjetivo público, [...] Tocqueville nos mostra sua abrangência e em que ele consiste. Trata-se dos *hommes de lettres* que, no contexto da Revolução Francesa, ocuparam a cena pública e engajaram-se na política, aliando a pena e a baioneta” (DOMINGUES, 2011, p.470). A resposta analítica à possibilidade de combinação e coesão da comunidade se apresenta, pelo menos parcialmente, na identificação de um traço peculiar da filosofia norte-americana, vista como eminentemente prática. Compreendida em sua concretude pelos próprios norte-americanos, povo tido por Tocqueville como eminentemente ignorante das letras e da tradição filosófica, a filosofia prática, desprovida de maiores reflexões metafísicas ou especulativas, orienta as práticas cotidianas, fazendo com que os americanos “vivam filosoficamente”. Trata-se, pois, de uma filosofia empírica e eminentemente individualista. Cada indivíduo, desconsiderando a tradição erudita, reinventa seu próprio mundo: “cada norte-americano só apela para o esforço individual da sua razão. Por isso é a América um dos países do mundo onde se estuda menos e onde se segue os preceitos de Descartes” (TOCQUEVILLE, 1977, p.321). Uma das características da “vida filosófica” norte-americana é uma homogeneização das qualidades, com uma volta à própria razão e sua apreensão como a única detentora da verdade e das faculdades de se julgar o mundo.

A vida política peculiar nos Estados Unidos está intimamente vinculada a uma formação social que a estrutura. A “vida filosófica” só é possível na

medida em que se estabelecem condições de base para seu desabrochar, sua normalização. O igualitarismo norte-americano, fundante da democracia, se estabelece a partir da estruturação das condições mínimas para sua preservação e continuidade. “[A] força do igualitarismo era tão penetrante em todos os domínios da vida social norte-americana, que via sérios riscos para a manutenção futura dos direitos individuais, da liberdade de expressão e da pluralidade de pensamento” (BEIRED, 2003, p.64). Não há administração da vida pública como há na França, mas a genealogia da formação social norte-americana, que Tocqueville realiza, indica a presença de algum tipo, próprio, potencializador e garantidor da democracia, que encontra alicerce ideário na tradição bíblica e na filosofia secular.

Nessa genealogia da sociedade norte-americana, Tocqueville constata que foi especialmente no século XVIII que os “homens das letras” começaram a se envolver em política. Tanto a revolução americana quanto a francesa tiveram seus princípios norteados pelos ideais do Iluminismo, mas foi nas terras da Nova Inglaterra que tais princípios foram efetivamente mais bem colocados em prática. Essa “sofisticação” da política permitiu que os EUA das primeiras décadas do século XIX fossem capazes de articular um sistema de organização baseado em uma nova compreensão de Constituição, entrelaçada em sua configuração com o Estado Social, que aniquila a necessidade histórica de revoluções democráticas. Foi através da promulgação de uma Constituição “institucionalmente ingênua” que permitiu o reconhecimento positivo dos homens, em que, em vez de buscar a reforma da natureza humana, como foi a tradição europeia, se deu a conexão entre interesses e paixões individuais e a vida equilibrada em sociedade (TESSITORE, 2002). A aceitação do homem como ele é, sinalizada aliás nos pronunciamentos dos legisladores norte-americanos, que depositam pouca confiança na honestidade de seus concidadãos, preferindo, orienta filosoficamente a construção das estruturas da vida social.

Na análise genealógica da religião, afere-se que, “nos Estados Unidos, a religião confunde-se, pois, com todos os hábitos nacionais e todos os sentimentos que a pátria faz nascer; isso lhe dá uma força particular” (TOCQUEVILLE, 1977, p.323). É importante lembrar que Tocqueville se voltou, sobretudo, para a realidade dos Estados que constituíam a colônia da Nova Inglaterra, cuja criação se deveu, em grande parte, a fatores eminentemente religiosos.

A trajetória religiosa norte-americana se deve à evolução de duas características da filosofia da Ilustração, evolução que se diferenciou do que

ocorreu na Europa. A primeira consistia em considerar a natureza humana a partir de um cogito autônomo e isolado; a segunda era, justamente, o caráter antirreligioso (TESSITORE, 2002). Mas o próprio Tocqueville percebeu que esses dois princípios constitutivos da filosofia política iluminista não foram da mesma forma recepcionados na América do Norte. É inegável que os pensadores iluministas influenciaram, profundamente, os esforços das colônias da Nova Inglaterra em se identificarem enquanto nação; porém, a carga antirreligiosa, tão presente no pensamento europeu, não se espalhou em terras americanas.

A migração dos puritanos foi um movimento religioso fundamentado em uma crença primitiva na Bíblia. É justamente devido a essa dimensão do puritanismo que os habitantes da Nova Inglaterra puderam incorporar as teorias democrática e republicana (TESSITORE, 2002). Isso possibilitou, na formação dos Estados Unidos, o surgimento de um conjunto de leis e normas que parecia antecipar, ainda que de maneira inexata, o espírito de liberdade dos tempos de sua viagem, em contraste com um código penal invasivo aplicado alhures.

A cultura anglo-americana se consolidou a partir da junção de dois fatores que, ao longo da tradição europeia, foram recorrentemente vistos como opostos: o espírito religioso e o espírito de liberdade. Trata-se de uma inovação do ponto de vista da formação societal, que se originou das perseguições religiosas na Europa e se substancializou a partir da dinâmica comunitária própria ao Novo Mundo nascente; as perseguições religiosas alimentaram o fervor religioso dos fundadores pioneiros que, nos Estados Unidos, se viram livres para agir segundo suas convicções mais profundas, o que Tocqueville identificou como “o estado natural do homem em questão de religião”.

Nessa narrativa falta, entretanto, um elo entre o “método filosófico dos americanos” e a “formação religiosa” do povo. A descoberta de Tocqueville é importante, pois revela uma religião que se estrutura autonomamente, fixando seus próprios limites. Trata-se de uma realidade nova, uma configuração religiosa que se distinguiu quase inteiramente da ordem política, apartada:

[...] de tal sorte que se puderam modificar facilmente as leis antigas sem abalar as antigas crenças. Assim, conservou o cristianismo grande domínio sobre o espírito dos norte-americanos e, fato que desejo assinalar particularmente de modo nenhum reina apenas como uma filosofia que se adota depois de um exame, mas como uma religião na qual se crê sem discutir (TOCQUEVILLE, 1977, p.323).

Assim, os norte-americanos assumiram para o âmbito pessoal as verdades morais, e é desse entrelaçamento entre moral e religião, autonomia do indivíduo e coesão do grupo, que se inscreve o aporte analítico de Tocqueville. Na verdade, ele não apresenta em detalhe os mecanismos de que se vale a religião para influenciar a sociedade norte-americana, mas se desprende de suas observações a importância desse aspecto.

Um dos aspectos próprios dessa comunidade político-religiosa analisada por Tocqueville, que resulta da “associação” entre Lutero (com seu livre exame de consciência), Descartes e Voltaire, é a recusa radical do ritualismo. Essa recusa é às vezes vista como “simplicidade”, mas o termo – dúbio – pode ser enganoso. De fato, há simplicidade no sentido de haver menos complexidade no exercício político e religioso, tornando ambos mais diretos e individualizados, sem mediações complicadas. Mas não há simplicidade se esta for entendida como humildade, uma aversão à forma pela valorização da substância e uma incredulidade no sobrenatural, na crença, na ideia da existência de uma razão humana elevada, combinada com uma difícil identificação ou submissão a uma autoridade intelectual superior e para além da humanidade.

Vale notar que Tocqueville não desconsiderava a possibilidade de distanciamento do homem da religião, mas afirmava que essa negação das próprias crenças era, na verdade, uma espécie de “aberração intelectual” que forçava o indivíduo a violar sua própria condição natural de homem (TESSITORE, 2002). Para o autor, a separação entre religião e política não era apenas benéfica para a política, mas, especialmente, para a religião, uma vez que isso permitia que o sentimento religioso fosse percebido e aflorasse por aquilo que o fundamentava de maneira legítima: o princípio constitutivo da natureza humana.

Individualismo democrático

Em sua análise, Tocqueville apresenta um aparente paradoxo para a constituição da sociedade norte-americana: a constituição de uma sociedade democrática sobre bases aparentemente particulares e exclusivistas. Porém, é essa configuração que permite que os homens, em situação de igualdade, possam, pela similaridade que os identifica, especular, julgar e pressupor que todos possuem conhecimentos parecidos, o que, conseqüentemente, leva-os a validar o princípio de verdade segundo o qual a verdade encontra-se do

lado da maioria deles.

É mister pensar aqui, tendo em vista o processo igualitarista, os perigos da ditadura da maioria e a conseqüente perda da liberdade, numa perspectiva milliana. Há pelo menos dois riscos. “[O] despotismo das massas a que Tocqueville chama de tirania da maioria são formas próprias do mundo moderno que, ao destruir a essência básica do espírito aristocrático, ameaçam a liberdade do cidadão e projetam sombras imprevisíveis sobre o futuro” (MAGALHÃES, 2000, p.150). Primeiro, há a perspectiva de a maioria destruir as possibilidades de manifestação de minorias ou de indivíduos diferenciados e isolados, o que representaria, em suma, um movimento propriamente contrário ao individualismo. Um segundo risco é o advento de um Estado autoritário despótico, em que o Estado concentra todas as atividades, limitando as liberdades fundamentais.

Ao contrário de Mill, para Tocqueville a opinião da maioria exerce um papel moderador dos juízos individuais. No interior do Estado Social, à opinião da maioria caberia apenas tudo o que é igual, sem prejuízos para a descentralização naquilo que houvesse de diferente. Dessa forma, quando há descentralização administrativa há uma multiplicação do poder e da autoridade no interior da sociedade em virtude de uma participação “forçada” dos indivíduos na política. Para Tocqueville, a própria atividade política dos cidadãos pode impedir que os perigos millianos ocorram. Ele considera que a existência e a manutenção de certas instituições podem dificultar o surgimento de um Estado autoritário e de uma sociedade massificada. Tocqueville não se debruça diretamente sobre o Estado, pois o que procura analisar é a diáde livre exame e opinião da maioria. Essa preocupação se deve ao fato de não ser possível aos homens tematizarem, a todo momento, todas as questões do mundo da vida. Ao contrário de Deus, que pensa o gênero humano em sua individualidade, ao espírito humano é defeso agir dessa maneira – diz Tocqueville –, sob pena de perder-se na imensidão de detalhes típica da pluralidade de sua sociedade. Restam aos homens, portanto, reconhecer a insuficiência de sua inteligência e criar artifícios – ideias gerais – com os quais possam se orientar:

As ideias gerais têm a qualidade admirável de permitirem ao espírito humano fazer juízos rápidos sobre grande número e objetos de uma vez; mas, por outro lado, nunca lhes fornecem senão noções incompletas, e sempre lhe fazem perder em exatidão o que dão em extensão (TOCQUEVILLE, 1977, p.328).

É a identificação religiosa dos homens enquanto semelhantes entre si que os aproxima tanto em perspectiva cristã quanto democrática. A partir da associação entre ideias gerais e divina providência, herança da tradição religiosa, o princípio da igualdade assume a posição de regra geral. Assim, Tocqueville aponta no mundo burguês algo que remonta à tradição aristocrática: “a qualidade de saber manter unidos os desiguais, transferida agora para o mundo de homens iguais nas suas condições, mas desprovidos de elos que os unam” (COHN, 2000a, p.33). A percepção de que os homens são semelhantes entre si, associada à tradição cristã da existência de um Deus único que trata todos os homens igualmente, ou seja, um monoteísmo vinculado a ideias gerais, possibilita um desdobramento analítico importante, o argumento que associa Deus e ideias gerais pela via do cristianismo:

Homens semelhantes e iguais concebem facilmente a noção de um Deus único, que impõe a cada um deles as mesmas regras e lhes concede a felicidade futura pelo mesmo preço. A ideia da unidade do gênero humano leva-os sem cessar à ideia da unidade do Criador, ao passo que, ao contrário, homens muito separados uns dos outros e muito dessemelhantes chegam de bom grado a constituir tão numerosas divindades quantos são os povos, as castas, as classes e as famílias, e a traçar mil caminhos particulares para ir ao céu (TOCQUEVILLE, 1977, p.334).

Assim, passa a haver uma certa regulação da relação cristianismo-democracia pela religião, cujas características já foram anteriormente explicitadas.

A interseção entre religião e política provoca modificações na prática religiosa. A religião nos Estados Unidos tem um papel de mediação entre o divino e o terreno diminuído, passando a apresentar uma relação com o mundo. Aqui, o sobrenatural não é o objetivo último a ser alcançado; há uma revalorização das relações com o cotidiano e com a salvação da vida. Esse entendimento da religião solidifica a concepção de democracia norte-americana, já que se trata de uma quase-interpretação cosmológica (panteísta) da cristandade. Isso pelo fato de, no panteísmo, graças a uma radicalização do tomismo, haver uma naturalização de Deus e a percepção do mundo como uma só categoria. A figura de Deus distancia-se da visão agostiniana, segundo a qual o mundo das ideias está sujeito a alterações oriundas de desígnios divinos.

Para Tocqueville (1979), a democracia deve ser entendida como uma dimensão da Providência que, por ser diferente da fatalidade, faz parte

do mundo da experiência e, conseqüentemente, implica vários caminhos possíveis. Dessa forma, é possível traduzir – tradução que implica, necessariamente, tradição – a ciência pura, típica dos países de história aristocrática, em preceitos de uma ciência prática. A partir da relação entre democracia, liberdade e igualdade, Tocqueville acaba por apreender esta última como uma paixão mais arraigada que a liberdade. Isso estabelece um princípio de ordenamento de valor que, pela tradição totalitária, pode ser entendido como a aceitação de que os homens pensam em si mesmos enquanto iguais perante a lei ou, pela formação cristã, pode remeter à ideia de que a liberdade foi compreendida tradicionalmente como o poder de agir segundo o próprio arbítrio, e não como capacidade de participar da política. Aceitando-se a hipótese de que a sociedade é movida segundo a paixão (a igualdade), surge uma nova disposição nos homens: o individualismo, cuja consequência primeva é o isolamento em relação ao corpo social, passando cada qual a viver como se fosse, em si mesmo, toda uma sociedade.

Pela chave da “redescoberta” da liberdade, Tocqueville apresenta uma progressão desse individualismo:

Os norte-americanos combatem, por meio da liberdade, o individualismo que a igualdade fazia nascer, e o venceram. Os legisladores da América não acreditaram que, para curar uma enfermidade tão natural ao corpo social nos tempos democráticos, e tão funesta, bastava conceber à nação inteira uma representação de si mesma; pensaram que, a demais disso, seria conveniente dar uma vida política a cada porção do território, a fim de multiplicar ao infinito, para os cidadãos, as ocasiões de agir em conjunto e de fazê-los sentir todos os dias que dependem uns dos outros (TOCQUEVILLE, 1977, p.389).

A associação da ideia de uma sociedade igualitária (na qual o princípio político migraria da aristocracia para o conjunto dos indivíduos iguais) com a liberdade política (que pressupõe uma certa igualdade distributiva) acaba por gerar o risco de o “poder de todos” confundir-se com o “poder de ninguém”, além daquele risco de a dádiva da participação igualitária mostrar-se na forma de uma alienação cívica. Com isso, toma forma a imagem do despotismo democrático, cuja aparência de liberdade mascara a transfiguração dos indivíduos autônomos em seres incapazes de exercer plenamente suas faculdades humanas (JASMIN, 2002), uma vez que, se cada indivíduo cuidar apenas de seus interesses particulares, o interesse público

ficará à mercê do “déspota”. Tocqueville salienta que a ideia da defesa do interesse público acaba sendo boa para cada indivíduo singular. Mas essa perspectiva pressupõe indivíduos prontos para “construir a política”.

O fato de os norte-americanos se autogovernarem e trazerem suas ideias para o nível da experiência significa que há também neles algo de aristocrático. Afinal, na tradição política norte-americana, o poder descentralizado das comunidades em deliberar sobre questões que não são de domínio geral faz com que a ideia de poder perpassa toda a sociedade. As divisões que eram “naturais” na aristocracia (senhores que controlavam seus territórios) são transpostas para a comunidade, que passa a operar como “senhores” em determinadas esferas da vida. Esse misto de princípio aristocrático e democracia é visto por Tocqueville como a alternativa ao totalitarismo de um Estado central, aquele que comandaria um povo massificado, preocupado apenas com suas atividades particulares.

A realização dos atributos humanos depende de contínua autonomia e responsabilidade/responsabilização moral e política, o que o cristianismo alicerça. Mas Tocqueville percebeu uma falha na moral cristã, que o levou a salientar a necessidade do agir político:

Os deveres dos homens entre si enquanto cidadãos, as obrigações públicas, me parecem mal definidas e bastante negligenciadas na moral do cristianismo. Eis aí, me parece, o lado frágil desta admirável moral, e que é o único lado verdadeiramente forte da moral antiga (TOCQUEVILLE *apud* JASMIN, 2002, p.75).

Na perspectiva tocquevilleana, é importante que os indivíduos sejam dotados de uma virtude cívica, que lhes garanta confiança de suas capacidades frente ao Estado, à sociedade e à história, e que seja fundamentada em uma educação política prática que sustente essa confiança. Os indivíduos, empoderados, estabelecem uma rede de limite à expansividade do Estado burocrático, tendência normal em outro contexto na visão de Tocqueville, e garantem, a partir de posições de interesses diversos, a elaboração de metas coletivas e participam diretamente da administração da coisa pública. É essa soberania, exercida na comunidade local, que permite aos indivíduos pensarem a si próprios como comandantes de seus destinos, fazendo-os agir segundo seu livre-arbítrio.

No contexto do individualismo moderno, a “necessidade” da política se torna salvação, na medida em que a atividade pública destina-se a romper o círculo vicioso de ligação entre individualismo, particularismo e despotismo.

A base para a liberdade política se vê, portanto, indiscutivelmente associada ao espírito de cidadania, fazendo com que a política não mais seja vista como uma competição agonística entre indivíduos apenas preocupados em satisfazer seus interesses pessoais. Vale notar que, para Tocqueville, tanto o “fazer o bem sem interesse” quanto as doutrinas morais do desprendimento perderam forças ao longo da história (JASMIN, 2002), e a experiência norte-americana, que não é exclusiva em seu tipo de engajamento cívico, mas é um estágio superior, com a identificação racional entre interesses particulares e os da cidadania, pode se difundir e reverter o quadro de isolamento imposto pelo princípio de privacidade individualista. “[Tocqueville] atribui ao engajamento do cidadão em nível local valor fundamental não apenas para a democracia local em si, mas também para dar sustentação à democracia no nível nacional” (FREY, 2000, p.90).

A participação comunal, juntamente com as liberdades locais, impede o quadro desolador do individualismo, tal qual surge nos Estados Unidos. Isso se deve, segundo Tocqueville, à doutrina do interesse bem compreendido, bastante difundida entre os norte-americanos:

A doutrina do interesse bem compreendido não é nova, portanto. Mas, entre os norte-americanos de hoje, foi universalmente admitida; tornou-se popular: encontramos-la no fundo de todas as ações; ela penetra através de todos os discursos. Não a encontramos menos na boca do pobre que na do rico (TOCQUEVILLE, 1977, p.401).

Tocqueville faz aqui uma releitura inovadora da teoria republicana de Montesquieu, ao resgatar o antigo princípio da virtude:

Os norte-americanos não formam um povo virtuoso e no entanto são livres. O que não prova de modo algum que a virtude, como pensava Montesquieu, não seja essencial à existência das repúblicas. Não se deve tomar a ideia de Montesquieu em sentido estreito. O que o grande homem quis dizer é que as repúblicas só podiam subsistir pela ação da sociedade sobre si mesma. O que ele compreende como virtude é o poder moral que cada indivíduo exerce sobre si mesmo e que o impede de violar o direito dos outros. [...] Na América não é o desapego aos interesses que é grande, é o interesse que é bem compreendido, o que também dá quase no mesmo. Montesquieu tinha então razão quando falava da virtude antiga e o que diz dos gregos e dos romanos também se aplica aos americanos (NOLLA apud JASMIN, 2002, p.79-80).

“Discípulo de Montesquieu, Tocqueville, como o barão de la Brède, sabe perfeitamente que modelos institucionais não atuam no vazio, independentemente de meio físico, clima, costumes etc.” (VOUGA, 2001, p.120). Jasmin afirma que as experiências nas comunas, a existência de uma vida cívica “viril” e um grande número de cidadãos que participam diretamente dos processos de deliberação política e da própria administração não implicam a existência de uma comunidade de virtuosos, na existência de homens “imbuídos do dever de participação como antídoto consciente do despotismo” (JASMIN, 2001, p.208). Mesmo porque, no mundo, tal qual descrito por Tocqueville, a democracia goza da participação de poucos homens virtuosos, com um tipo escasso de convicção religiosa.

Conclusão

Tocqueville percebeu algo de novo no cenário anglo-americano que permitia surgir, numa comunidade formada por não virtuosos, resultados virtuosos. Tratava-se de um mecanismo que produz participação pública, apesar da tradição de valorização da privacidade e do autointeresse. Tratava-se, pois, do equivalente moderno da virtude dos antigos:

O conceito mobilizado por Tocqueville, nessa direção, é o do “interesse bem compreendido” que justamente descreve os modos pelos quais os indivíduos identificam a sua presença na discussão e na gestão da coisa pública como porte integrante do seu autointeresse (JASMIN, 2001, p.209).

Mas o interesse bem compreendido é uma doutrina moralmente fraca, apesar de resultar de duas características enraizadas no interior da sociedade norte-americana: a existência de um egoísmo que faz com que cada um apenas pense em si próprio e a concentração da alma nas coisas materiais (JASMIN, 2002). O interesse bem compreendido, se não forma indivíduos virtuosos, resulta, ao menos, em indivíduos mais comedidos e impede os homens de se perceberem para além do nível ordinário da sociedade:

O interesse bem compreendido é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura. Não tem em vista atingir grandes objetivos, mas atinge sem demasiados esforços todos aqueles que tem em vista. Como está ao alcance de todas as inteligências, cada um a toma facilmente e a conserva sem dificuldades (TOCQUEVILLE, 1977, p.402).

O autogoverno não é para Tocqueville um mero dispositivo constitucional, mas a própria forma política da liberdade, sua estrutura. É através dele que, além de serem constituídas as formas institucionais livres, os homens realizam a própria aprendizagem da liberdade. Assim, como nota Cohn (2000b), Tocqueville, crítico do Iluminismo, maximiza o ideal iluminista de emancipação e liberdade. A democracia é, nessa linha, fundamentada na constituição de homens independentes, autônomos frente a um poder externo, mas vinculados a partir de uma interdependência entre iguais, cívica.

A democracia tocquevilleana é um “modo de ser” da sociedade, como uma condição social de igualdade de condições, sob as quais vivem os homens, que não precisa passar por sua vontade consciente (COHN, 2000b). Essa situação se estrutura a partir de parâmetros sociais identificáveis, não nascendo a esmo a partir de predisposições individuais. As condições da democracia, aqui argumentamos, são culturais e institucionais, e estão no cerne da teoria da religião e da política em Tocqueville.

Referências

- BEIRED, José Luis Bendicho. (2003). Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. *História*, v. 11, n. 2, p. 59-78.
- COHN, Gabriel. (2000a). Perfis em Teoria Social: Tocqueville e Weber, duas vocações. In: AVRITZER, L.; DOMINGOS, J. M. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 27-37.
- COHN, Gabriel. (2000b). Tocqueville y la pasión bien comprendida. In: Atílio Boron; *La Filosofía Política Moderna*: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO, p. 247-267.
- DOMINGUES, Ivan. (2011). O intelectual público, a ética republicano e a fratura do *éthos* da ciência. *Scientiae Studia*, v. 9, n. 3, p. 463-485.
- DOMINGUES, Ivan. (1996). *O Fio e a Trama*: reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. (2008). Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. *Lua Nova*, n. 74, p. 131-150.
- FREY, Klaus. (2000). Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, nov., p. 83-96.
- GAHYVA, Helga. (2012). De Boulainvilliers a Tocqueville: da liberdade como defesa de privilégios à liberdade como defesa de diferenças. *Sociologias*, ano 14, n. 31, p. 168-190.
- GOLDBERG, Chad Alan. (2001). Social citizenship and a reconstructed Tocqueville. *American Sociological Review*, v. 66, n. 2, p. 289-315.

- JASMIN, Marcelo Gantus.
(2002). Interesse Bem Compreendido e Virtude em A Democracia na América. In: Newton Bignotto; *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 71-85.
- JASMIN, Marcelo Gantus.
(2001). As Américas de Tocqueville: a comunidade e o auto-interesse. In: SOUZA, Jessé. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. Unb, p. 201-211.
- LIPSET, Seymour Martin.
(1997). *American Exceptionalism: a Double-edged sword*. WW Norton & Company.
- MAGALHÃES, Fernando
(2009) Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. *Tempo Social*, v. 12, n. 1, p. 141-164.
- SANTOS, Rosmália Ferreira.
(2004). Individualismo romântico e modernidade democrática: uma configuração mútua. *Revista de Sociologia e Política*, n. 23, nov., p. 89-101.
- SKOCPOL, Theda.
(1997). The Tocqueville problem: civic engagement in American democracy. *Social Science History*, v. 21, n. 4, p. 455-479.
- SOMBART, Werner.
(1976). *Why is there no socialism in the United States?*. ME Sharpe.
- TESSITORE, Aristide.
(2002). Alexis de Tocqueville on the Natural State of Religion in the Age of Democracy. *The Journal of Politics*, v. 64, n.4, nov., p. 1137-1152.
- TOCQUEVILLE, Alexis de.
(1977). *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP.
- TOCQUEVILLE, Alexis de.
(1979). *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. Unb.
- VIANNA, Luiz Werneck.
(1997). O problema do americanismo em Tocqueville. In: *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, p. 89-124.
- VOUGA, Cláudio.
(2002). La democracia em el Sur América, una visión tocquevilleana. In: Alvaro de Vita; Atílio Boron; *Teoría y Filosofía Política: la recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, p. 247-258.
- VOUGA, Cláudio.
(2001). A democracia ao sul da América: uma visão tocquevilleana. *Tempo Social*, v. 13, n. 1, p. 117-128.
- WHITE, Hayden.
(1994). *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUsp.

Recebido em
novembro de 2013

Aprovado em
janeiro de 2014

Do “Colosso do Derby” à “Arena Maracanã”: A cidade, o estádio e as percepções dos torcedores organizados de futebol sobre a Copa do Mundo de 2014

Bernardo Buarque de Hollanda*

Jimmy Medeiros**

Resumo

O artigo lança luz sobre os megaeventos esportivos no Brasil, tendo por contraponto experiências prévias durante o século XX no país, e analisa os impactos urbanos das reformas no estádio do Maracanã para a realização da Copa de 2014. Argumenta-se, de início, que existe um duplo desafio na recepção desse importante encontro de envergadura internacional: o primeiro lida com o desempenho específico dos esportistas, o que provoca um debate em torno das potencialidades da nação brasileira, em um sentido antropológico mais amplo; o segundo relaciona-se às questões organizacionais, que se ligam à discussão sobre a racionalidade e a capacidade administrativa do Estado-nação. Com base em um survey feito no estádio do Maracanã em 2013, junto a integrantes de torcidas organizadas, procura-se mostrar neste artigo as controvérsias acerca das novas arenas no Brasil, considerando o comportamento desse segmento específico de espectadores e o seu tradicional modo de incentivo, não apenas no apoio aos clubes como também à seleção brasileira de futebol.

Palavras-chave

Copa de 2014. Estádio do Maracanã. Megaeventos esportivos.

* Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio); pós-doutor pela Maison des sciences de l’homme (MHS-Paris); pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e professor da Escola de Ciências Sociais e Coordenador do MBA em Bens Culturais (unidade São Paulo) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: bernardo.hollanda@fgv.br.

** Doutorando em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e assistente de pesquisa no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC). E-mail: jimmy.medeiros@fgv.br.

Abstract

This paper aims to provide a spotlight on Brazilian mega sporting events, focusing on the previous experiences during the the twentieth century, and analyzing the perspectives for the 2014 World Cup, Brazil. We argue that there is a double challenge in hosting such an important international meeting: the first deals with the performance of the sportsmen themselves, what provokes the debate around the capacity of the Brazilian people in the large anthropological sense; the second is related to overcoming the organizations' issues, what connects the discussion to the rationality and the administrative ability of the State. Basing on this second point, and on a survey made of the Maracanã stadium in 2013, using Brazilian club's fans, we aim to show in this article the controversies surrounding the new arenas in Brazil, considering spectator's behaviors and their traditional ways of support, not only for their clubs but also for the national team.

Keywords

2014 World Cup. Maracanã stadium. Major events.

Introdução

No decorrer do século XX, o Brasil elevou-se em âmbito internacional à condição de “país do futebol”. Conforme se sabe, a partir da Copa do Mundo da França de 1938, seu estilo de jogo passou a caracterizar-se como virtuoso, criativo e surpreendente. Os dois textos de Gilberto Freyre acerca do “football mulato”, publicados no jornal *Diário de Pernambuco*, em 1938, são lapidares a esse respeito, bem como seu prefácio ao livro de Mário Rodrigues Filho, *O negro no futebol brasileiro*, publicado originalmente em 1947 (RODRIGUES FILHO, 2003).

Tal imagem é acionada com frequência desde então pelo senso-comum. Sua caracterização, no entanto, tornou-se tão estereotipada que vem recebendo críticas acadêmicas nos últimos anos (FRANCO JR., 2013; SOARES; LOVISOLO; HELAL, 2001).

O cidadão brasileiro comum, mesmo aquele que eventualmente não se interessa por essa modalidade esportiva, é instado a falar sobre futebol, quer seja quando vai a uma reunião social, quando viaja para o exterior ou mesmo quando recebe um visitante estrangeiro em seu país.

A propagação internacional dessa representação coletiva da nação tornou-se possível, sem dúvida, graças à escala planetária atingida por esse

esporte. A difusão televisiva de torneios, como a Copa do Mundo, organizada pela FIFA, a partir de meados do século passado, é um dos principais fatores que permitiram a planetarização do esporte e a difusão mundial dessa representação da nacionalidade brasileira. Com erudição e percuciência, o professor José Miguel Wisnik apontou, em ensaio recente, a reciprocidade entre os processos de “mundialização do futebol” e de “futebolização do mundo”. (WISNIK, 2008).

Se, em 1958, quando a Seleção Brasileira conquistou o seu primeiro título mundial na Copa da Suécia, a televisão cobria os jogos de maneira ainda parcial, em 1970, o Brasil sagrou-se tricampeão no México, com uma cobertura televisiva já instaurada. A competição valeu-se, para tanto, de transmissões ao vivo por satélite e de imagens coloridas difundidas para boa parte do mundo. (GLANVILLE, 1973).

Nas últimas quatro décadas, o torneio tem-se expandido de maneira progressiva e tem hoje alcance pleno nos cinco continentes do globo. Para além de uma competição entre seleções da América do Sul e da Europa, a Copa do Mundo planetarizou-se, ora através do número de telespectadores, ora por meio do “turismo esportivo”¹, com o deslocamento de milhares de fãs para o local de destino do evento, ora através da estratégia geopolítica de aumento do número de países e de continentes representados no megaevento.

Até 1978, participavam 16 equipes nacionais por Copa; em 1982, o número cresceu para 24 países; e, desde 1998, o Mundial vem sendo disputado por 32 selecionados. No ano de 2002, a Seleção Brasileira ganhou pela quinta vez o torneio e cerca de um terço do planeta, ou seja, mais de dois bilhões de pessoas, assistiu à partida final entre o Brasil e a Alemanha.

Outra mudança significativa tem sido o critério de escolha dos países-sede para a competição quadrienal. Desde os anos 1990, a FIFA tem procurado alargar a sua representatividade continental, para além do revezamento entre países europeus e sul-americanos. América do Norte, Ásia e África foram as regiões contempladas nas últimas edições – 1994, 2002 e 2010, respectivamente – com a escolha para sediar tal torneio de envergadura multinacional. A Rússia, em 2018, e o Qatar, em 2022, confirmam essa

¹ Sobre a dimensão turística do estádio de futebol, ver capítulo no livro editado por SHARPLEY, R.; STONE, P. R. (Ed.) *Tourist experience: contemporary perspectives*. London: Routledge, 2011.

tendência à expansão da integração global por meio do futebol.

Diante disso, o prestígio e a tradição futebolística brasileira, somados à estabilidade democrática e ao crescimento econômico do país nos últimos anos – de “subdesenvolvido”, passou-se a chamá-lo eufemisticamente de “emergente”, integrante dos badalados BRICS –, contribuíram para que o Brasil fosse pela segunda vez escolhido como sede para o evento. Depois de receber em 1950 pela primeira vez para o torneio, a Copa do Mundo de 2014, em sua vigésima edição, colocou o Brasil agora no grande palco esportivo-midiático internacional.

A decisão de sediar a Copa não foi um fato isolado. Ela ocorreu em conjunto com a escolha da cidade do Rio de Janeiro para receber os XXXI Jogos Olímpicos, evento organizado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), entidade centenária situada em Lausana, na Suíça.

Mais do que uma coincidência, a simultaneidade dos dois maiores megaeventos esportivos no Brasil, entre 2014 e 2016, revela parte das conformações do poder geopolítico e econômico-financeiro contemporâneo. Chama a atenção, em particular, sua sinergia com a mudança do conceito de espaço urbano nas grandes metrópoles internacionalizadas e com o papel dos espetáculos esportivos nesse processo.

Estudiosos das áreas de geografia, arquitetura e urbanismo dedicaram-se nos últimos anos a apontar as tendências gentrificadoras e excludentes do novo perfil de cidade espetacular, projetada para abrigar megaeventos e regida sob a lógica mercantil. Tal processo de mercantilização se intensificou e se radicalizou desde pelo menos a segunda metade dos anos 1980. (WHITAKER, 2014).

No caso das Olimpíadas, o fenômeno se distanciou e se colocou na contramão de um modelo alternativo. Referimo-nos à proposta mais inclusiva, inaugurada em 1992, quando dos Jogos Olímpicos de Barcelona. Naquela ocasião, a cidade catalã, sob a égide de uma gestão socialista pós-Franco, assistiu a transformações que se tornaram paradigmáticas da demanda por alterações, neste caso mais includentes, ao propor uma relação mais equânime entre a instalação dos jogos, a inserção no contexto urbano e a população metropolitana diretamente atingida.

Nas duas últimas décadas, o gigantismo das intervenções urbanísticas e a criação das condições infraestruturais para a realização de megaeventos – a experiência de Pequim em 2008 foi emblemática nesse sentido – tendem não só a favorecer os deslocamentos em larga escala como a maximizar os lucros dos atores públicos e privados envolvidos.

A preocupação com o planejamento viário e com o controle do perímetro urbano soma-se à necessidade de adequação da Copa e dos Jogos Olímpicos à cobertura televisual e à performance multimidiática, tanto dentro quanto fora dos equipamentos esportivos.

De acordo com especialistas da USP, da UFRJ e da UFF, entre arquitetos e urbanistas que se dedicaram ao assunto, como Carlos Vainer, Raquel Rolnik e Fernanda Sanchez², um dos corolários desse conjunto de prerrogativas é a constituição de um estado de exceção. Neste, os direitos públicos e a soberania do Estado-nação são suspensos temporariamente, em prol do interesse majoritário das cadeias de patrocínio e dos contratos de transmissão, tais como assinados pelas duas grandes agências esportivas transnacionais, a saber, a FIFA e o COI.

Inspirados em teóricos clássicos e contemporâneos, de Henri Lefebvre a Milton Santos, de Agamben a Zizek, tais autores ressaltam a usurpação de princípios jurídico-constitucionais elementares e o constrangimento a projetos políticos nacionais. Com efeito, sob a capa presumidamente benfeitora dos “legados” esportivos, sociais e ambientais, constatam-se em contrapartida o favorecimento da especulação imobiliária, o investimento de grandes empreiteiras e a remoção de contingentes populacionais considerados inadequados aos padrões de fruição dos bens de consumo.

No alvorecer do século XXI, esses bens passam a ser capitaneados também pelos eventos ligados a competições de esporte, à medida que dinamizam a circulação de capitais, de marcas ou de mercadorias.

Nos limites deste artigo, queremos salientar a importância dos controvertidos debates que ocorreram no país, em especial na cidade do Rio de Janeiro, em torno da reforma e da construção dos estádios nas cidades-sede eleitas para receber a competição organizada para a FIFA. O crescente rigor das exigências dessa entidade, através de complexas cláusulas contratuais, materializadas em um Caderno de Encargos imposto ao país-sede, colocou em discussão o suposto “legado” esportivo e social desse megaevento para a sociedade brasileira. Destaquem-se, em particular, as obras destinadas a modernizar os estádios brasileiros, a proporcionar a mobilidade urbana, a prover a segurança de tecnologia e a permitir a renovação infraestrutural dos seus aeroportos.

² À guisa de aprofundamento, sugerem-se duas coletâneas: ROLNIK, R. *et. al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo, 2014; SÁNCHEZ, F. *et. al. A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. Niterói: Ed.UFF, 2014.

Uma das polêmicas que envolveu as arenas modernizadas para o torneio da FIFA disse respeito ao encarecimento do preço dos ingressos para o público frequentador de estádios no país. O dispêndio de dinheiro público e as parcerias do Estado com a iniciativa privada³ geraram também uma série de ceticismos e críticas por parte da opinião pública. Ao longo de sete anos, especulou-se em torno do ônus para o governo brasileiro no provimento de tal “legado”. Os protestos populares dos meses de junho e julho de 2013, que coincidiram com a Copa das Confederações realizada no Brasil, foram um sintoma contundente das discórdias em torno do acontecimento promovido pela FIFA.

O geógrafo Gilmar Mascarenhas apresenta os seguintes dados comparativos: “A Alemanha, em 2006, gastou 12 vezes mais do que na Copa de 1974 (em valores corrigidos, evidentemente). A África do Sul gastou mais do que o dobro dos alemães. Gastaremos para 2014, no mínimo, o quádruplo da edição de 2010.” (MASCARENHAS, 2014, p. 214)⁴.

Junto à elitização das praças de esportes, o modelo das arenas condicionou também uma mudança do tipo de comportamento do torcedor. Em especial, saliente-se a recomendação expressa dos gestores esportivos e dos arquitetos responsáveis para que os torcedores assistam às partidas sentados, em assentos individuais e personalizados. Isto se confronta com o hábito tradicional de parte significativa das plateias futebolísticas, ligadas a seus respectivos clubes, de assistir aos jogos em pé.

Assim, a aceção geral de “legado”, tal como requerida pela entidade suíça que comanda o futebol profissional mundial, encontrou no Brasil uma série de obstáculos quando aplicada a esse quesito. No país, os estádios têm uma tradição pública e não privada, isto é, foram construídos pelo governo e não pela iniciativa particular dos clubes. Ao mesmo tempo, os espectadores que tradicionalmente assistem às partidas são aqueles interessados no futebol de clubes e em campeonatos em escala nacional e regional dos quais seus times participam.

³ Sobre as PPPs (Parcerias Público-Privadas), consultar edição especial – “Virada de Jogo” – da *Revista Conjuntura Econômica*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, junho de 2013, vol. 67, n. 6.

⁴ Um acurado debate antropológico sobre as categorias “gastos” versus “investimentos” é feito por Arlei Damo e Ruben Oliven. DAMO, A.; OLIVEN, R. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus ócios e seus negócios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: n. 40, 2013.

Desde a década de 1990, são pouco frequentes as partidas da Seleção Brasileira no país, uma vez que a entidade privada CBF – Confederação Brasileira de Futebol – e suas empresas patrocinadoras cada vez mais preconizam um calendário de jogos no exterior, o que lhes proporciona mais dividendos financeiros.

Sendo assim, para além da necessária renovação e reforma dos estádios brasileiros – a maioria deles data da década de 1970 –, a adequação às exigências da FIFA colocou em questão a modificação da fisionomia social do público pagante e, por conseguinte, da configuração futebolística. Tratou-se de sua modernização e da subsequente adequação aos padrões internacionais das arenas multiuso.

Em poucas palavras, isso acarreta a correlata mudança de parcela significativa da “cultura torcedora” no Brasil, em particular daquela protagonizada pelas torcidas organizadas nos estádios nas últimas quatro décadas⁵. São essas disputas entre “tradição” e “modernidade” no interior dos estádios que têm dividido opiniões na sociedade e ocupado o centro das atenções nos meses que antecederam a realização do megaevento esportivo.

Em face dessa situação conflituosa, e a fim de analisar em termos acadêmicos essa questão, estruturamos o presente artigo da seguinte maneira: de início, apresentamos uma cronologia pontual de eventos esportivos sediados no Brasil durante os séculos XX e XXI, com foco na criação de espaços físicos para receber o torneio, de modo a mostrar a recorrência desse desafio arquitetônico a cada encontro internacional em larga escala.

Na sequência, lançamos luz no processo eletivo que resultou na escolha, pela segunda vez, do Brasil como país-sede de uma Copa do Mundo, com o aprofundamento de uma questão: o legado das praças esportivas proposto pela FIFA não coincide com o modo tradicional de torcer e o pertencimento clubístico nos estádios brasileiros. Grosso modo, a disparidade entre um e outro opõe-se à adesão contínua durante todo o ano ao “clube do coração” (DAMO, 2007) e ao apoio sazonal – a cada quatro anos –, embora com apelo coletivo midiático, à seleção nacional.

Se a valoração positiva apareceu implícita na categoria “legado”, cunhada nas últimas décadas pela FIFA, com vistas em princípio a criar um

⁵ Para uma abordagem antropológica das práticas coletivas de torcer nos estádios, ver a premiada obra de Luiz Henrique de Toledo. Cf. TOLEDO, L. H. de. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados/ANPOCS, 1996.

compromisso social e uma contrapartida moral do país-sede para com a sua população, os gastos públicos com a reforma e com a construção de novas arenas ocasionaram efeitos inesperados e indesejados que apontam em sentido contrário, como os já mencionados distúrbios durante a Copa das Confederações, ocorridos no ano de 2013, e que podem se repetir durante a Copa do Mundo.

Ademais, as experiências negativas em alguns dos estádios inaugurados para a Copa, através de confrontos entre torcedores de clubes oponentes no Campeonato Brasileiro de 2013 – as arenas de Brasília, Porto Alegre e Fortaleza enfrentaram problemas dessa natureza –, fizeram com que a positividade supostamente intrínseca ao Mundial pudesse ser relativizada, ou vista com mais cautela, quando se pensa na forma de torcer dentro dos novos espaços futebolísticos.

Por fim, como estudo de caso, dar-se-á destaque ao estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, de importância simbólica para o país, posto que um dos ícones internacionais do futebol brasileiro, além de ponto turístico de crescente atração para o mundo.

Com base em um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq⁶, realizamos um *survey* no estádio durante o ano de 2013, tendo por foco central a identificação de um perfil socioeconômico e de uma dinâmica espacial das associações de torcedores dos principais times do Rio. O mesmo foi aplicado a pouco mais de quatrocentos frequentadores, ligados, por sua vez, às torcidas organizadas dos grandes clubes da cidade. A recente inauguração do estádio e a então proximidade com a Copa do Mundo nos fizeram incluir na amostra questões relativas à apreciação dos torcedores organizados acerca das arenas, bem como à sua conformidade com o megaevento por vir.

Assim, nesta terceira parte do artigo, serão apresentadas as percepções amostrais desses torcedores associados com relação a três variáveis: a. o grau de satisfação com o novo estádio logo após a sua reinauguração; b. a avaliação que os mesmos fizeram da infraestrutura da arena Maracanã para a Copa de 2014; e c. a possibilidade de a arena ainda ser palco para as formas coletivas de animar e de apoiar o time.

⁶ Trata-se do projeto “Mapeando torcidas organizadas: pertencimento clubístico, dinâmicas do confronto e distribuição territorial no espaço urbano do Rio de Janeiro”, contemplado no edital universal do CNPq. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N.º 18/2012.

1. Breve histórico dos eventos esportivos internacionais no Brasil

A constituição do campo esportivo brasileiro não dependeu apenas, conforme sugere o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983), do processo de autonomização de seus três atores sociais: os profissionais – principalmente, os atletas –, os especialistas – os jornalistas e a imprensa especializada – e os amadores – espectadores e fãs de esporte em geral. Um dos fatores fundamentais para a autonomia dos esportes modernos na segunda metade do século XIX foi a criação de espaços próprios, cercados e isolados, que permitissem não só a prática como a assistência das competições. (GAFFNEY, 2008).

À medida que a popularização do futebol se impôs no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, os campos improvisados ao ar livre e os terrenos baldios, tão importantes para a revelação de jogadores talentosos, deram lugar à construção de estádios. Estes possuíam em sua maioria um formato circular, ou ovalado, projetado para acolher competições oficiais em diversas escalas: local, nacional e internacional. Com as praças de esporte construídas, todos os interessados teriam de pagar ingresso para ver os lances do jogo e acompanhar com boa visão a emoção das partidas.

Se a popularidade dos clubes foi fundamental para a febre contagiante despertada pelo futebol em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, foram os jogos da Seleção Brasileira, a partir da década de 1910, um dos fenômenos decisivos capazes de articular o sentimento de identidade nacional à representação coletiva acionada pelo jogo praticado com os pés no Brasil. Após partidas amistosas contra nações vizinhas, foi criada em 1914 a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade privada, mas com poder de influência em âmbito governamental, incumbida de organizar e de formalizar as disputas com outros países por meio de torneios regulares (SARMENTO, 2013).

Um dos primeiros campeonatos criados ainda naquela década foi o Sul-Americano, em que o Brasil jogava contra Argentina, Chile e Uruguai. Na terceira edição daquele evento, em 1919, o Rio de Janeiro, capital da República brasileira de então, teve a oportunidade de sediar a competição. O campo escolhido foi o do Fluminense, o primeiro clube brasileiro, inaugurado em 1902, dedicado especialmente à prática futebolística.

O estádio teve de ser ampliado e reformatado para receber aquele evento internacional de grande importância. A ampliação e a reforma culminaram na configuração de um espaço destinado a acolher até vinte mil espectadores,

que se dividiam em dois tipos: os sentados, que ocupavam as arquibancadas, e os em pé, que ficavam ao redor do gramado, em um local denominado “geral”.

Outra clivagem importante era a que distinguia sócios e não sócios do clube recreativo. Os ingressos para os que ficavam em pé e para aqueles que não eram associados eram mais baratos. Ser sócio de um clube na cidade era um atributo de distinção no início do século XX, quando o futebol ainda era amador, e os jogadores eram filhos da burguesia e da aristocracia do Rio de Janeiro, capital política do país (ANDRADE, 2001). Uma série de fotografias de época ilustra, através da indumentária dos espectadores, uma característica aristocrática, denotadora de refinamento, entre aqueles que frequentavam a parte social dos clubes esportivos.

Nesse torneio sul-americano, o Brasil sagrou-se pela primeira vez campeão continental. A vitória contra os uruguaios foi considerada dramática, conquistada no segundo tempo da prorrogação. A mobilização da cidade do Rio foi surpreendente naquele dia, e o resultado vitorioso levou a torcida ao frenesi durante a comemoração do título pelas ruas do centro e da zona sul.

As décadas de 1930, 1940 e 1950 assistiram à profissionalização do futebol brasileiro, com a entrada de jogadores oriundos das classes populares e com a popularização dos estádios, associados menos às elites e mais às classes trabalhadoras que cresciam e que se aglomeravam nas grandes cidades do Sudeste do país. Tal popularidade fez com que o Estado se imiscuísse na regulamentação das competições, na criação de uma legislação esportiva federal e na construção de estádios em âmbito estatal.

Nesse sentido, o primeiro estádio público no Brasil foi construído entre 1938 e 1939, em São Paulo, tendo sido inaugurado em 1940, pelo presidente-ditador Getúlio Vargas. O Pacaembu recebia até setenta mil torcedores, e sua arquitetura inspirava-se no Estádio Olímpico de Berlim, construído por Hitler para os Jogos de 1936 na capital alemã.

A criação da Copa do Mundo pela FIFA em 1930, uma dissidência surgida durante os Jogos Olímpicos de Amsterdã em 1928, com o avanço do profissionalismo no futebol, contribuiu para o alargamento da escala de enfrentamentos entre seleções nacionais. Se europeus e sul-americanos não estavam acostumados a confrontar entre si, e apenas esporadicamente tinham de se enfrentar em excursões de um continente a outro, em traslados de navio que duravam semanas, o Mundial aproximou e tornou regulares esses encontros intercontinentais.

Depois de participar três vezes da Copa da FIFA, em 1930 no Uruguai, em 1934 na Itália e em 1938 na França, o Brasil conquistou o direito de ser o país-sede da quarta edição do Mundial, em 1950, doze anos depois do último torneio, interrompido em razão da Segunda Guerra Mundial. Uma das condições impostas por Jules Rimet, presidente da FIFA na época, era a construção de um estádio compatível com a grandeza do evento.

Esse estádio dá hoje nome ao conhecido Maracanã, construído entre 1948 e 1950 pela prefeitura da cidade do Rio. Além do Distrito Federal, as cinco outras cidades-sede – Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e Recife – utilizaram estádios preexistentes, em sua maioria pertencentes a clubes locais, com modificações apenas pontuais para a Copa.

Já o Maracanã foi alvo de uma grande ambição: a edificação do maior estádio do mundo, com a capacidade para receber oficialmente cento e cinquenta e cinco mil torcedores. Não obstante, sabe-se que, durante a Copa de 1950, os números chegaram a duzentos mil presentes. Destes, também segundo números oficiais, trinta mil lugares eram reservados para torcedores em pé, expostos ao sol, à chuva e a uma visão parcial e precária do campo de jogo. Por isto, pagavam ingressos a preços módicos e se tornaram bastante emblemáticos do torcedor anônimo, típico representante do povo brasileiro que habitava a periferia e as favelas do Rio.

Com um formato elíptico, o Maracanã comportava dois patamares e seis subdivisões internas, assim estabelecidas: no primeiro piso – geral; cadeiras comuns; cadeiras perpétuas; no segundo andar – arquibancadas; cadeiras especiais; tribuna de honra. Além disto, também neste patamar de cima, havia o setor reservado para a imprensa e para as cabines de rádio. Em 1950, a televisão acabava de surgir no Brasil e não tinha seu espaço demarcado nessa divisão.

A derrota da Seleção Brasileira para o Uruguai em 1950 teve um significado trágico para a população do país, convencida por antecipação, em razão do desempenho arrebatador dos jogadores na Copa, de que o Brasil conquistaria o torneio. Apesar da surpresa e da decepção, a educação esportiva dos torcedores foi comentada positivamente pelos jornais, uma vez que os brasileiros aplaudiram os rivais uruguaios e aceitaram o resultado do vice-campeonato.

Desde os anos 1950, o Maracanã tornou-se o padrão dos estádios brasileiros, considerado usualmente como democrático, acessível economicamente a todos e, sobretudo, supostamente interclassista. Réplicas desse modelo apareceram entre 1965 e 1975, quando o regime militar brasileiro construiu

cerca de trinta praças esportivas nas mais diversas capitais do país, inspirando-se no caso do Rio de Janeiro. Assim, as características populares do futebol foram nacionalizadas, com espaços físicos para torcedores oriundos das massas urbanas acompanharem seus times nos estádios das suas cidades.

Na segunda metade do século XX, o Brasil só voltou a sediar o campeonato sul-americano – realizado três vezes antes no país, em 1919, 1922 e 1949 – no ano de 1989, quando a competição já tinha um outro nome: Copa América. Dez seleções disputaram a Copa, organizada pela Conmebol, acrônimo da Confederação Sul-americana de futebol. Com quatro cidades-sede, nenhuma grande obra foi verificada naquela ocasião para a modernização dos estádios, quando o Brasil venceu o torneio graças à virtuosidade de jogadores como Romário e Bebeto.

Outro evento de impacto esportivo continental são os Jogos Pan-Americanos, cujas cidades-sede alternam-se a cada quatro anos entre a América do Sul, a América Central e a América do Norte. O encontro ocorre desde o ano de 1951, quando o evento foi criado. São Paulo foi a cidade que hospedou a quarta edição do acontecimento poliesportivo, em 1963 (MASCARENHAS; BIENENSTEIN; SÁNCHEZ, 2011).

Na capital paulistana, a maior parte dos equipamentos e dos espaços utilizados para esse encontro já existia, a exemplo dos clubes e do estádio municipal do Pacaembu. Dadas as especificidades dos torneios olímpicos, uma vila foi construída para a hospedagem dos atletas, sendo hoje usada como residência para estudantes da Universidade de São Paulo.

Os Jogos Pan-Americanos só voltaram a ser realizados no Brasil em 2007, e a cidade escolhida para acolhê-la foi o Rio de Janeiro. Desta feita, já em princípios do século XXI, a preocupação com um legado urbanístico e social para a cidade-sede foi alvo de disputa e objeto de interesse nos anos que precederam o evento. Parques e equipamentos esportivos, vilas e novos estádios esportivos estiveram no centro dos debates desde então.

Com o Maracanã já envelhecido pelo tempo e com estádios de clubes sem condições adequadas para comportar megaeventos, a prefeitura do Rio lançou-se à construção de uma praça de esportes moderna, inspirada na arquitetura de arenas europeias. A inspiração principia na própria denominação dos setores internos do estádio e na abolição dos espaços para torcedores em pé, ainda que as cadeiras não tenham impedido de todo esse hábito. Com o Engenhão, foram criados no Brasil quatro setores para compartimentar as arquibancadas. A denominação inspira-se em uma nomenclatura de orientação geográfica: Setor Norte, Setor Sul, Setor Leste e Setor Oeste.

O Estádio Municipal João Havelange, mais conhecido como Engenhão, em razão de sua localização no bairro suburbano do Engenho de Dentro, foi o principal legado resultante do Pan-2007 para a cidade. Ao final dos jogos, no entanto, a impossibilidade de a prefeitura administrá-lo favoreceu a sublocação para um clube tradicional da cidade, o Botafogo. Após a identificação de erros estruturais em sua projeção, o mesmo se encontra hoje interditado e sem previsão de reabertura.

2. A escolha do Brasil para a Copa de 2014: reformar é preciso

De há muito o Brasil pleiteava a chance de sediar novamente uma Copa do Mundo. Se foram poucos os países que tiveram essa oportunidade – a França (1938 e 1998), o México (1970 e 1986), a Itália (1930 e 1990) e a Alemanha (1974 e 2006) – o pentacampeonato conquistado pelo Brasil em 2002 indicava que o único país que participara de todas as edições merecia uma nova ocasião.

É evidente, no entanto, que o fator esportivo não foi o único a influenciar na decisão. A opção pelo Brasil teve um significado político e econômico mais amplo. Depois de o país ficar marcado nos anos 1980 pelo endividamento externo, pela hiperinflação e pelas altas taxas de desemprego, a primeira década do século XXI recolocou pouco a pouco o Brasil no cenário da economia e da política internacional, apesar de suas disparidades sociais ainda notórias e abissais.

O papel brasileiro na diplomacia e nas relações internacionais foi um dos quesitos mais destacados pela opinião pública, desde a instauração do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. O protagonismo diplomático mostrou-se eficaz até mesmo na utilização da popularidade internacional do time de futebol brasileiro para resolver problemas em outros países, em parceria com a ONU.

Tal fato ocorreu, por exemplo, em 2004, quando um amistoso entre o Brasil e o Haiti foi realizado na capital deste último. A pobre ilha caribenha vivenciava uma forte tensão política e a iminência de uma guerra civil, desde o golpe de Estado que destituiu o presidente Jean-Bertrand Aristide do poder. A passagem de Ronaldinho e demais ídolos da seleção fez o pequeno país, que só disputou uma Copa do Mundo em sua história, vivenciar o êxtase coletivo.

O anúncio do Brasil como país-sede da Copa de 2014 pela FIFA deu-se em 2007, no mesmo ano de realização dos Jogos Pan-Americanos, no Rio

de Janeiro. A partir de então, uma série de medidas passou a ser tomada, e as relações entre o governo brasileiro, em suas três instâncias de poder – união, estados e municípios – e a entidade futebolística sediada na Suíça se intensificaram e, em algumas ocasiões, foram tensionadas por declarações públicas que revelavam desentendimentos e ruídos de comunicação.

Entre as diversas frentes de trabalho em pauta – rede hoteleira, estradas, aeroportos –, a adequação dos estádios à padronização exigida pela FIFA foi um dos itens que gerou mais polêmicas. O debate era proporcional ao número de cidades-sede responsáveis por promover o torneio.

Por motivações de representatividade política, o Brasil solicitou o maior número de cidades para sediar jogos da Copa. Ao todo foram doze cidades, distribuídas nas cinco regiões principais do Brasil: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, quase metade dos estados do país foi contemplada com uma arena para a realização das partidas, mesmo sem ter projeção futebolística no Brasil, como foi o caso de Manaus, de Natal e de Cuiabá.

A situação dos estádios variou de cidade para cidade. Em alguns locais, era necessária a construção de uma praça de desportos inteiramente nova, uma vez que as existentes não atendiam às condições mínimas requeridas pela FIFA. Em outras cidades, os estádios de clubes poderiam ser aproveitados, ainda que com transformações espaciais profundas dentro e fora deles, como nas capitais Porto Alegre e Curitiba.

Por fim, havia os estádios públicos, como o Maracanã, cuja história e tradição provocaram inúmeras controvérsias quanto à sua remodelação e descaracterização, condizente com o padrão internacional do Caderno de Encargos da FIFA. A título de exemplo, vale citar a querela em torno da demolição do teto do estádio, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio (INEPAC), cuja legislação não foi respeitada pelos realizadores das obras, desde seu tombamento pelo IPHAN em 2000. (MESENTIER *et al.*, 2014, p. 185).

A proposta inicial de uma reforma pontual para o torneio foi sendo radicalizada à medida que o estádio passava pelas mudanças e pela redução drástica da capacidade de público dentro dele. Se, de início, o Maracanã, chamado de “colosso” ou “gigante do Derby”⁷, à época da sua construção,

⁷ A designação refere-se ao fato de o estádio ficar situado em área onde, durante a segunda metade do século XIX, existiu o *Derby Club*, reservado às corridas de cavalo, que contava com a prestigiosa presença do imperador D. Pedro II.

comportava mais de cento e cinquenta mil pessoas, as obras em curso reduziram seu tamanho à metade, com a perda de seu caráter monumental.

A destruição da concepção original do Maracanã encontra paralelo na solução feita proposta pela Inglaterra para Wembley, estádio londrino tradicional, construído em 1923 para abrigar cento e vinte mil torcedores. Ao invés de reformado, Wembley foi inteiramente destruído em 2003 para dar lugar a um novo espaço futebolístico, reinaugurado em 2007.

Afora a divergência acerca da preservação e da modificação da parte interna do estádio, o Maracanã ainda teve de enfrentar diferentes polêmicas com respeito ao seu entorno e ao seu complexo esportivo. Além do campo de futebol, a praça de esportes envolvia uma escola municipal, uma piscina olímpica, uma pista para atletismo e um ginásio de basquetebol, chamado pelo diminutivo de Maracanãzinho, além de inúmeras salas administrativas de repartição nas suas dependências.

Os projetos de modernização previam a extinção de todos esses espaços outrora destinados à educação, ao lazer e à formação de atletas amadores. Sob a alegação de que iria oferecer maior conforto aos frequentadores, o objetivo primordial dos modernizadores do estádio era atender às exigências de construção de um amplo estacionamento, bem como de associar-se a um *shopping* acoplado nas suas adjacências, em prejuízo também de um terreno que ocupara décadas atrás a sede do Museu do Índio.

A insurgência dos movimentos sociais, como o Comitê Popular da Copa, com seu slogan “O Maraca é nosso”, e de grupos indígenas contra a ocupação desse museu desativado foi um dos pontos da discórdia durante a Copa das Confederações. Com a cobertura da imprensa, inúmeros conflitos foram protagonizados entre policiais e índios. Embora estes tenham sido, ao final, removidos do espaço, o governo do estado do Rio acabou por recuar em relação às decisões de erguimento do *shopping* e do parque de estacionamento. (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 105).

Por fim, o altíssimo custo das obras⁸ fez com que os meios de comunicação colocassem em foco se se tratava de um investimento ou de um gasto a atuação do bem público financeiro em obras esportivas para um megaevento privado. Se o modelo de parceria público-privada, conhecida pela sigla PPP, era considerada a ideal pelos gestores esportivos e pelos organizadores do

⁸ Os pesquisadores Gustavo Pietro e Juliana Viana estimam em R\$ 1.2 bilhão de reais as reformas do estádio entre 2007 e 2014. (Ver PIETRO; VIANA, 2014, p. 163)

empreendimento, a triplicação dos custos para reformar o Maracanã – de duzentos milhões de dólares no início, saltou para seiscentos milhões – e a entrega subsequente a um edital vencido pelo Consórcio Maracanã, capitaneado pela empresa Odebrecht, contribuíram para a atmosfera insurgente e belicosa contra o governo brasileiro, durante os protestos populares ocorridos em 2013, desde sua irrupção com o Movimento pelo Passe Livre, em São Paulo.

3. Visões da arquibancada: os torcedores organizados e a nova dimensão espacial do Maracanã

Após 32 meses de interdição e de gastos da ordem de mais de meio bilhão de dólares para modificar a estrutura do estádio do Maracanã, os antigos frequentadores do espaço puderam em 2014 retornar e assistir aos jogos de futebol. Desde o dia 27 de abril de 2013, quando ocorreu o jogo entre as seleções do Brasil e da Inglaterra, o novo estádio foi reaberto e passou a ser utilizado em jogos da liga nacional pelos quatro grandes clubes da capital fluminense: Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco da Gama.

Durante o Campeonato Brasileiro de Futebol 2013 e a Copa do Brasil, os dois principais torneios profissionais em âmbito nacional, ambos organizados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), foi realizado um *survey* com membros das torcidas organizadas desses quatro clubes cariocas.

Embora os integrantes das torcidas organizadas não esgotem o multifacetado espectro de indivíduos, grupos e subgrupos que compõem a “cultura torcedora”, essas associações, marcadas pelo etos juvenil, representam um segmento de frequentadores assíduos das arquibancadas.

Sobre a ocupação segmentar desses torcedores nas arquibancadas do Maracanã, Pietro e Viana (2014, p. 169) afirmam:

Apesar de torcedores não pertencentes às torcidas organizadas frequentarem esses territórios, o conjunto de prática desses espaços é diferenciado e sua estetização é realizada para o *time do coração* pelas TOs de presença predominante. Nesses territórios, a concentração de torcedores é maior, e são estes que entoam os cânticos e os hinos dos clubes, tocam bumbos e tambores e hasteiam uma maior quantidade de bandeiras.

O comportamento gregário e a dinâmica de rivalidade das torcidas organizadas são conhecidos e polêmicos na contemporaneidade. Em razão

da beligerância e do arrivismo, eles foram envolvidos nas últimas décadas em um crescente processo de repressão e de penalização, chegando às raias da suspensão e da criminalização, decorrentes de episódios taxados como antidesportivos e, no limite, antissociais.

Uma série de medidas legislativas tem sido levada a cabo pelas autoridades, a exemplo do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03), modificado e sancionado pelo ex-presidente Lula em 2010. Para casos extremos, setores da opinião pública e alguns juízes e promotores reivindicam a extinção das torcidas organizadas pelo Ministério Público, pela Justiça Desportiva e pelas Federações de Futebol em diversos estados.

Na outra ponta, pela via indireta da exclusão social, observa-se, com a reforma arquitetônica dos estádios para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e com a construção de arenas privadas, o aumento crescente do valor do ingresso. Sob a égide do conforto, preconiza-se agora um torcedor-consumidor, atomizado, mais passivo que ativo no acompanhamento corpóreo, gestual e emocional das partidas. (TEIXEIRA, 2013; MURAD, 2012).

Segundo Teixeira (2013, p.12), tal fenômeno:

vem afetando práticas culturais inventadas e consagradas nas arquibancadas que passam a simbolizar algo a ser superado, evidenciando uma outra concepção de ser torcedor, valorizado como espectador e não protagonista, que almeja o conforto e a segurança individual.

Ao mesmo tempo, as imagens multicoloridas das torcidas organizadas nas arquibancadas e sua ambiência polifônica costumam ser utilizadas pelos detentores dos direitos de transmissão televisiva – a TV Globo para os canais abertos e a SporTV para os canais fechados – como forma de promoção dos campeonatos nacionais e estaduais.

Percebe-se assim que a presença desses agrupamentos é dotada de ambiguidade para os gestores esportivos: ora eles são valorizados pela via festiva, sendo sua imagem performática retransmitida pelas redes de televisão, ora eles são reprimidos. Na chave de um enquadramento moral, repudiam-se seus comportamentos, tidos por transgressivos e por responsáveis pelo afugentamento das “famílias” dos estádios.

Dessa forma, em face desse terreno minado, verificar como um determinado subgrupo compreende as transformações no estádio do Maracanã é item fundamental para um entendimento mais amplo da gama de questões relacionadas a um processo complexo e ainda sem resolução.

Para efeito de seleção dos entrevistados, foi considerado “torcedor organizado” o sujeito que vestia camisa, boné, calça ou bermuda da facção investigada, bem como aqueles que portavam bandeira ou instrumentos musicais. Uma vez identificado com uma dessas características, a pessoa estava apta a ser abordada pela equipe a participar da pesquisa.

Para o *survey*, foi elaborado um questionário estruturado, composto por 66 perguntas. Como não existe um cadastro dos torcedores organizados dos clubes cariocas, o que possibilitaria a adoção de uma amostra probabilística, foi escolhida uma amostra do tipo não probabilística para a realização da pesquisa de opinião⁹.

O trabalho de campo ocorreu durante 20 jogos transcorridos pelas duas competições. Seu início deu-se em 1º de agosto e seu fim em 16 de outubro de 2013. Neste período, foram coletados 426 questionários nas arquibancadas do estádio Maracanã. Em escala proporcional, foram feitas entrevistas também no estádio de São Januário, onde atua o Clube de Regatas Vasco da Gama, a fim de contemplar os torcedores dessa agremiação.

A pesquisa permitiu mensurar informações como o perfil sociodemográfico do torcedor organizado e produzir indicadores quantitativos para entender o seu vínculo com o futebol. O questionário proporcionou também entender a forma pela qual o torcedor manifesta adesão ao seu clube, além de conhecer um pouco mais sobre os hábitos do torcedor organizado e de avaliar a percepção desse grupo sobre o “novo Maracanã”.

Em 2013, é necessário ressaltar, as torcidas organizadas voltaram a protagonizar atos violentos no interior dos estádios e foram por isso acusadas pelos meios de comunicação de serem os responsáveis pela violência no futebol brasileiro. Uma das expectativas subjacentes aos megaeventos é a de que as novas arenas vão contribuir para impedir os seus comportamentos belicosos e antidesportivos.

O propósito foi tentar compreender como esse tradicional subgrupo de fãs futebolísticos, que acompanham sistematicamente as partidas de seu clube, avalia e percebe as mudanças ocorridas na “cultura torcedora”, em face da nova estrutura física do estádio.

⁹ Ver Earl Babbie (1999) para maiores detalhes sobre a adequação da metodologia de *survey*.

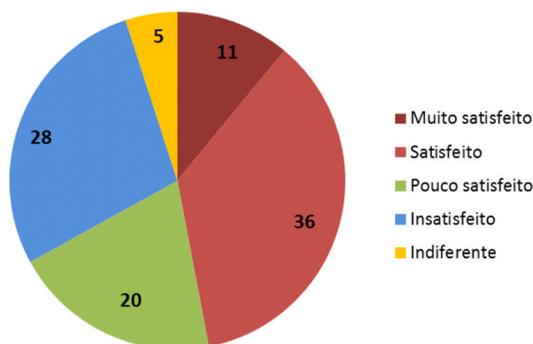


Gráfico 1: Grau de satisfação com o novo Maracanã

Fonte: Elaborado pelos autores.

O grau de satisfação com o novo Maracanã, no entanto, a primeira variável utilizada neste estudo, pode ser considerada uma surpresa. Ele apresentou-se elevado, uma vez que 68% dos respondentes declararam estar satisfeitos com a configuração atual do estádio.

Essa avaliação em muito se deve à aparente “modernização” do estádio para sua adaptação ao modelo das arenas europeias. As maiores mudanças, por exemplo, são as novas rampas de acesso ao interior do estádio, a limpeza dos corredores, a reconfiguração dos banheiros, a iluminação das marquises, os novos assentos com encosto nas arquibancadas, o maior grau de sinalização interna e o suporte do *staff* para orientação dentro e fora do equipamento esportivo.

Por outro lado, torcedores organizados indicam a redução da capacidade das arquibancadas, a elevação no valor do ingresso e a mudança do perfil do frequentador como aspectos negativos. Relatos colhidos no trabalho de campo, com integrantes das torcidas organizadas, indicam que eles vão em conjunto até as imediações do Maracanã, mas não ingressam nas arquibancadas. Esse indicador refuta a ideia de que o puro e simples aumento do preço do ingresso impedirá por completo os problemas relacionados a comportamentos violentos no futebol.

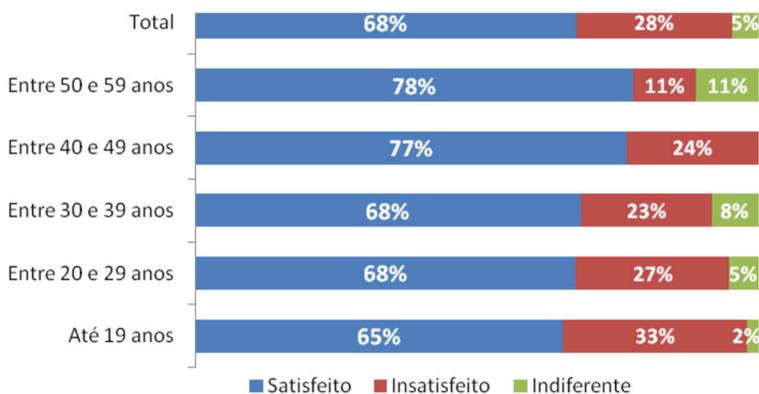


Gráfico 2: Grau de satisfação com o novo Maracanã por faixa de idade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em nosso levantamento, o grau de satisfação com o novo Maracanã aumenta à medida que cresce a faixa etária (por década) do torcedor organizado. Em menor proporção, 65% dos entrevistados com até 19 anos de idade se autodeclararam satisfeitos com o novo Maracanã. Em um patamar pouco maior, 68% dos respondentes, com idade entre 20 e 29, e os com 30 e 39 anos, se dizem igualmente satisfeitos. Por fim, 77% dos participantes, com idade entre 40 e 49 anos e, ainda mais alto, 78% daqueles com idade entre 50 e 59 anos manifestaram sua satisfação com o novo estádio.

Há uma distância próxima a 10 pontos percentuais entre dois grupos de entrevistados: torcedores organizados com idade entre 40 e 59 anos e aqueles com até 39 anos de idade. Essa diferença no grau de satisfação com o novo Maracanã pelos torcedores organizados pode representar alguma distinção geracional, todavia, para isso é necessária uma investigação complementar mais detalhada.

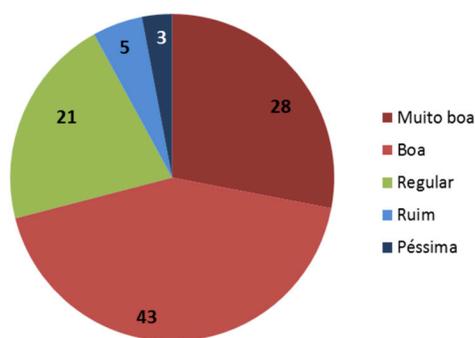


Gráfico 3: Avaliação da infraestrutura do Maracanã para a Copa de 2014

Fonte: Elaborado pelos autores.

A segunda variável mensurada possui distribuição bastante similar à anterior, uma vez que a avaliação que os mesmos fazem da infraestrutura do Maracanã para a Copa de 2014 também é alta. Afinal, 71% dos participantes da pesquisa possuem uma avaliação positiva desta dimensão, ou seja, segundo a percepção do torcedor organizado dos clubes cariocas, o estádio estava pronto para a realização do mundial de seleções da FIFA.

Com base nos dados levantados, somente 8% dos participantes da pesquisa avaliam a infraestrutura do estádio para a Copa de maneira negativa, como “ruim” ou “péssima”. Já 21% indicam neutralidade na avaliação do item.

Tabela 1: Grau de satisfação com o novo Maracanã pela Avaliação da infraestrutura do Maracanã para a Copa de 2014

		Avaliação da infraestrutura do novo Maracanã para a Copa de 2014		
		Positiva	Neutra	Negativa
Grau de satisfação em relação ao novo Maracanã	Satisfeito	52% (176)	12% (42)	4% (13)
	Insatisfeito	17% (57)	7% (22)	4% (14)
	Indiferente	2% (8)	1% (5)	0% (1)

Além disso, há uma tendência à associação entre as duas variáveis descritas anteriormente, uma vez que, quanto maior o grau de satisfação com o novo Maracanã, maior a tendência em avaliar de forma positiva a infraestrutura do estádio para a Copa 2014. Para ilustrar, saliente-se que nenhum entrevistado

que se diz “muito satisfeito” com o estádio julgou negativamente a sua infraestrutura.

Assim, 52% dos entrevistados se dizem satisfeitos com o novo Maracanã e percebem a infraestrutura dele de forma positiva para a Copa 2014. Por outro lado, somente 4% estão ao mesmo tempo insatisfeitos com a nova configuração do estádio e avaliam negativamente sua infraestrutura para mundial da FIFA. Um dado, não obstante, que chama a atenção são os 17% de respondentes que estão insatisfeitos com a nova configuração do novo Maracanã, mas, ao mesmo tempo, acreditam que ela é positiva para a Copa do Mundo 2014.

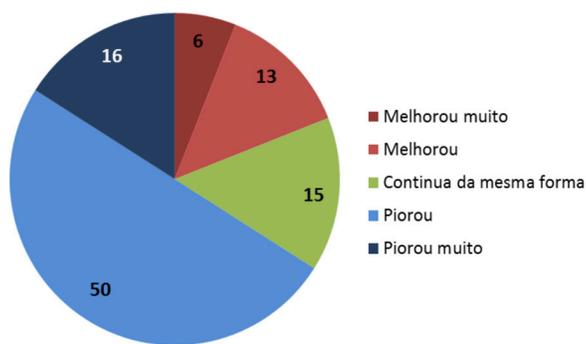


Gráfico 4: Avaliação do novo Maracanã para a festa das torcidas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Todavia, essas avaliações positivas do atual público que frequenta o Maracanã não se refletem na terceira variável abordada neste estudo, sobre a possibilidade de o estádio ser palco para as formas coletivas de animar e apoiar o time. Para 65,4% dos entrevistados, o novo Maracanã prejudicou as formas de apoio e de animação das torcidas de futebol aos seus clubes na cidade do Rio de Janeiro. A configuração arquitetônica da arquibancada do estádio, o uso de cadeiras fixas individualizadas, bem como o pouco espaço disponível para afixar as faixas das torcidas organizadas são reclamações recorrentes entre os torcedores.

Os 34,6% restantes dos avaliadores estão divididos entre percepções neutras e positivas. Enquanto 15,4% dos respondentes acreditam que as mudanças no estádio não afetam a “festa” – categoria nativa – das torcidas organizadas, um grupo relevante de 19,2% confia em melhorias para a festa coletiva nos próximos anos.

Nesse grupo de torcedores que percebe melhorias, são os entrevistados com menor grau de escolaridade a avaliar em maior proporção avanços para a festa das torcidas no novo Maracanã.

Ademais, à primeira vista, a avaliação do novo Maracanã para a festa nas arquibancadas está associada ao grau de satisfação com o estádio atual e também com a avaliação que fazem da sua infraestrutura para a Copa de 2014. Quanto pior é a percepção da possibilidade de o estádio ser palco para as formas coletivas de animar e apoiar o time, mais negativo tende a ser o grau de satisfação com o novo Maracanã e, ao mesmo tempo, mais negativa tende a ser a apreciação da infraestrutura do estádio para o Mundial da FIFA.

Dessa forma, no atual momento, é possível identificar o novo Maracanã como um estádio bem avaliado e percebido pelos torcedores organizados. Para estes, trata-se de um equipamento esportivo preparado para atender à Copa do Mundo da FIFA de 2014. No entanto, sua nova configuração piorou para as formas gregárias e coreografadas de incentivo ao time das arquibancadas.

Isso acarreta a possibilidade de representar a existência de campos simbólicos distintos operados pelo torcedor organizado: um especificamente voltado para o clube e o outro direcionado para a seleção brasileira. Os dados mensurados com a pesquisa quantitativa permitem-nos tão-somente circunscrever o alcance das conclusões e condicionar o grau de inferências mais aprofundadas sobre o tema. Desta forma, ainda é necessária uma investigação mais detalhada, complementada em termos qualitativos, sobre os diferentes campos discursivos e práticos associados ao torcedor organizado.

Conclusão

Neste artigo, procuramos explorar tanto aspectos histórico-esportivos ligados à construção de espaços públicos futebolísticos na cidade do Rio de Janeiro quanto elementos contemporâneos relativos à ambiência e à conjuntura que se acerçou com a Copa de 2014 no Brasil. Embora seja usual nos meios de comunicação a projeção da imagem de uma nação unanimemente voltada para o futebol, tivemos por finalidade relativizar em parte essa suposta unanimidade futebolística, com um debate em torno do legado do Mundial para o Brasil, em especial a renovação dos seus estádios para os meses de junho e julho de 2014.

Se, de fato, o apelo popular dessa modalidade esportiva pode ser observado

no dia a dia do país, com as conversas regulares entre os cidadãos brasileiros a respeito dos jogos, indicando um modo de sociabilidade constitutivo de um etos nacional, o futebol não é apenas motivo de consenso. Veículo identitário, esse esporte também reflete a estrutura dos conflitos presentes na sociedade brasileira, e a Copa é um momento privilegiado em que tal dimensão conflitiva vem a aflorar, sobretudo em se tratando de um Mundial sediado no Brasil.

Vivemos uma fase do futebol globalizado em que a espetacularização modificou a função e a natureza dos estádios. Se, no passado, uma praça de esportes necessitava de amplas capacidades para absorver o maior número de pessoas, evoluindo das precárias construções de madeira e/ou tijolo do início do século XX às gigantescas armações de concreto e cimento armado verificadas após a Segunda Guerra Mundial, nos dias de hoje seu tamanho não é decisivo como dantes. Podemos dizer que a figura do telespectador afigura-se mais importante na atualidade que a do espectador presente no estádio.

Com a redução de sua capacidade, as atuais arenas tendem igualmente a redefinir o público desejado nas suas dependências. As massas trabalhadoras que marcaram a formação do século XX já não fazem mais sentido nos estádios ultramodernos do início do século XXI. É esse fenômeno social que incide atualmente também no Brasil, palco de um megaevento esportivo cada vez mais próximo, cujo impacto atinge o futuro dos espaços físicos que circundam o campo de jogo.

Em nosso estudo, procuramos recuperar experiências pretéritas dos estádios brasileiros, desde o primeiro encontro internacional de grande proporção no país, como foi o caso do Campeonato Sul-Americano de 1919. A partir da edificação do estádio do Fluminense, na zona sul do Rio de Janeiro, mostrou-se um panorama da evolução das praças de esportes no Brasil, com especial atenção para o Maracanã, construído em 1950, modelo para os congêneres nacionais na segunda metade do século XX.

Na sequência dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, a escolha do Brasil pela FIFA em 2007 acionou uma calorosa discussão político-econômica a respeito da escolha das cidades-sede brasileiras. Para cada uma delas, apontou-se a necessidade ora de reforma ora de construção de novos estádios, em conformidade com as convenções da entidade máxima do futebol profissional.

O Maracanã, referência icônica em nível internacional, foi eleito o nosso estudo de caso, em virtude das reações populares despertadas pela mudança

radical da fisionomia do estádio. Para fundamentar essas controvérsias, trouxemos dados levantados durante a conjuntura do ano de 2013, junto a torcedores organizados dos quatro grandes clubes de futebol profissional do Rio de Janeiro.

Foi possível apurar que, segundo esse assíduo segmento de frequentadores do Maracanã, os resultados da profunda reforma do estádio foram, de maneira geral, avaliados positivamente. Se o grau de satisfação com as condições da infraestrutura é alto, a avaliação se torna menos positiva quando os subgrupos de torcedores opinam acerca das coreografias e dos modos tradicionais de torcer, sensivelmente prejudicados com as arenas modernizadas.

Sendo assim, mais do que pensar sobre os trinta dias de realização da Copa em 2014, o legado dos novos estádios interroga-nos tanto com a elevação do preço dos ingressos e com a exclusão das camadas populares quanto com a principal incógnita que ele deixa: em face da nova configuração social, será possível continuar a representar o Brasil como “país do futebol” no decorrer do século XXI?

Referências

- ANDRADE, Victor Melo de. (2001). *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/Faperj.
- BABBIE, Earl. (1999). *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOURDIEU, Pierre. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- DAMO, Arlei. (2007). *Do dom à profissão: a formação do futebolista no Brasil e na França*. São Paulo: Aderaldo & Rithschild.
- DAMO, Arlei; OLIVEN, Ruben. (2013). O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus ócios e seus negócios. *Horizontes Antropológicos*, n. 40, p.19-63.
- FRANCO JR., Hilário. (2013). Brasil, país do futebol? *Revista USP*, n. 99, p. 45-56.
- GAFFNEY, Christopher. (2008). *Temples of the earthbound gods: stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Texas: University of Texas Press.
- GLANVILLE, Brian. (1973). *O Brasil nas Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Cia. Gráfica LUX.
- MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. (Orgs.). (2011). *O jogo continua: megaeventos e cidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Faperj.
- (2014). *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

- BIENENSTEIN, Leonardo; MESENTIER, Bruna Guterman; TEXEIRA, Vitor Hugo. (2014). A batalha pela preservação da alma do Maracanã: disputas simbólicas, lutas sociais e arquitetura. In: Fernando Sánchez; Glauco Bienenstein; Fabrício Leal de Oliveira; Pedro Novais (Orgs.); *A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. São Paulo: Boitempo.
- MURAD, Maurício. (2012). *Para entender a violência no futebol*. Rio de Janeiro: Editora Benvirá.
- OLIVEIRA, Nelma Gusmão; VAINER, Carlos. (2014). Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção. In: Fernando Sánchez; Glauco Bienenstein; Fabrício Leal de Oliveira; Pedro Novais (Orgs.); *A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. São Paulo: Boitempo.
- PRIETRO, Gustavo; VIANA, Juliana Nazaré Luquez. (2014). No templo do futebol, a privatização da vida cotidiana: da festa para a elitização na cidade do espetáculo. In: Fernando Sánchez; Glauco Bienenstein; Fabrício Leal de Oliveira; Pedro Novais (Orgs.); *A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. São Paulo: Boitempo.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. (2013). *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, junho de vol. 67, n. 6.
- RODRIGUES FILHO, Mário. (2003). *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- JENNINGS, Andrew; VAINER, Carlos; ROLNIK, Raquel (et.al.) (Orgs.). (2014). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo.
- SANCHÉZ, Fernando; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro. (Orgs.). (2014). *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. Niterói: Ed.UFF.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. (2013) *A construção da Nação Canarinho: uma história institucional da seleção brasileira de futebol*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- SHARPLEY, Richard; STONE, Philip. (Ed.). (2011) *Tourist experience: contemporary perspectives*. London: Routledge.
- SOARES, Antônio Jorge; LOVISOLO, Hugo; HELAL, Ronaldo. (2001). *A invenção do país do futebol*. Rio de Janeiro: Mauad.
- TEIXEIRA, Rosana da Câmara. (2013). Futebol, emoção e sociabilidade: narrativas de fundadores e lideranças dos movimentos populares de torcedores no Rio de Janeiro. *Esporte e Sociedade*. Rio de Janeiro: ano 8, n 21, março 2013.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. (1996). *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados/ANPOCS.
- WHITAKER, João Sette Ferreira. (2014). Um teatro milionário. In: Andrew Jennings; Carlos Vainer; Raquel Rolnik (et.al.) (Orgs.); *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo.
- WISNIK, José Miguel. (2008). *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido em
junho de 2014

Aprovado em
dezembro de 2014

Mobilizando os direitos humanos: a denúncia pública do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e suas implicações

Gabrielle Oliveira de Araujo*

Resumo

Neste artigo proponho o diálogo entre a sociologia da ação coletiva e o campo de discussão sobre direitos humanos para analisar a relação entre direito e mobilização coletiva numa conjuntura de conflito político em torno do direito à cidade e à moradia digna. Os dados que dão sustentação à análise resultam de uma pesquisa etnográfica em andamento sobre as ações coletivas contestatórias do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre às intervenções do poder público municipal para as obras da Copa do mundo FIFA na cidade. O foco é dado para a dimensão estratégica e simbólica do direito e dos tribunais no curso da mobilização de grupos políticos e movimentos sociais. Tal análise visa a uma reflexão sobre como e por que as organizações sociais mobilizam as normas jurídicas e tribunais como recurso estratégico de mobilização contestatória com o objetivo de intervir no curso das políticas públicas e os efeitos para os diferentes agentes implicados nessa questão.

Palavras-chave

Mobilização coletiva. Direitos humanos. Comitê Popular da Copa de Porto Alegre.

Abstract

In this article I propose dialogue between sociology of collective action and the scope of the discussion on human rights to analyze the relationship between law and collective mobilization in a context of political conflict over the right to the city and dignified housing. The data that support the analysis result of an ongoing ethnographic research on collective action contesting the People's Committee of Porto Alegre Cup interventions of municipal government works for the FIFA World Cup in the city . The focus is given to the strategic and symbolic dimension of law and courts in the course of mobilization of political groups and

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; integrante do Grupo de Pesquisa *Associativismo, Contestação e Engajamento* (GPACE). Email: gabie.araujo@gmail.com.

social movements . This analysis aims at reflecting on how and why social organizations mobilize the legal framework and courts as a strategic resource mobilization contestatory in order to intervene in the course of public policy and the effects for the different actors involved in this matter.

Keywords

Collective mobilization. Human rights. World Cup People's Committee of Porto Alegre.

Introdução

Manhã de março de 2013. Desço do ônibus em frente ao escritório do Departamento Municipal de Habitação, instalado pela prefeitura na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre, para tratar da política de remoção de 1500 famílias atingidas pela duplicação de uma avenida, a qual comporá o acesso ao Estádio Beira-Rio nos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Caminho pela avenida em obras, num cenário de demolição urbana. Eu me encontro, no posto de saúde do bairro, com dois militantes do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. Nosso destino era a casa de Dona Joana¹. Quando chegamos lá, nos deparamos com um terreno cheio de entulhos e tijolos. Ao fundo, uma portinha indicava que ali ainda havia pessoas morando. Após nos apresentarmos e dizermos que estávamos ali com o intuito de gravar um vídeo de denúncia das violações de direitos da política de remoção no bairro, a nora de dona Joana disse que ela chegaria logo. Enquanto esperávamos a dona da casa, sua nora nos mostrou o terreno, apontando o esgoto a céu-aberto e um canto cheio de ratos, os quais tinham comido a chupeta de seu filho e ela temia que o mordessem. Aquele cenário de destruição nos comovia e aos poucos descobrimos que aquela situação era resultado da demolição das casas dos filhos de Joana que já tinham saído do terreno. Era a *prática da prefeitura para pressionar os que ficaram a sair logo*², ela nos disse.

¹ Utilizo neste caso um nome fictício visando evitar exposição demasiada e possíveis constrangimentos.

² Ao longo do texto me utilizo do recurso itálico para fazer referência às falas empíricas.

Quando Joana chegou, ficamos sabendo que ela estava de mudança naquela semana, pois tinha optado pelo Bônus Moradia³. No relato que nos deu, Joana contou que morava na vila há 40 anos e que seu destino era Viamão, cidade vizinha, pois não conseguira encontrar casa em Porto Alegre. Ela também se queixou da demora da prefeitura para o atendimento no escritório e para a liberação dos papéis necessários para a mudança, chegando a mais de três meses de espera, o que estaria levando muita gente a perder as casas que encontravam à venda. A situação de violência me indignou e eu a questioneei se não tinham acionado algum advogado, pois a situação que sua família vivia se configurava uma violação de direitos humanos. Ela me respondeu sem espanto que não, que haviam resolvido o problema acionando “o Mota”. Perguntei: que Mota?, sem compreender do que ela falava. Ela me explicou então que era o apresentador de um programa popular chamado Balanço Geral e que com isso tinha conseguido pressionar a prefeitura a liberar o bônus e conseguir sua casa nova. Assim, ela se mudaria naquela semana mesmo.

O caso de Dona Joana ilustra a complexidade das lutas coletivas em torno dos direitos humanos, explicitando diferentes percepções existentes na apropriação da linguagem jurídica como forma de enquadrar e resolver situações sociais de conflito entre indivíduos e autoridades públicas. Esse fato chama a atenção para a necessidade de análises que levem em consideração as especificidades contextuais nas quais se dão as dinâmicas políticas e sociais contemporâneas, em especial nos países que têm suas políticas públicas estruturadas em longa trajetória de desigualdade social. É com intuito de contribuir com esse debate que este artigo visa problematizar a relação entre mobilizações coletivas e direitos humanos numa conjuntura específica de conflito urbano (à realização de grandes obras urbanas em função das obras da Copa FIFA 2014, na cidade de Porto Alegre).

Desse modo, analisa o uso da linguagem dos direitos humanos como recurso de interação política, em especial a partir da construção de uma denúncia pública (BOLTANSKI, 2000). O foco é dado para a dimensão estratégica e simbólica da linguagem dos direitos humanos a partir de uma

³ São três as alternativas disponíveis para as famílias que compõem o público-alvo da política de remoção: indenização, reassentamento (via aluguel social) e o bônus moradia. Este último refere-se a um valor disponibilizado pela prefeitura para a compra de moradias escrituradas, sendo a prefeitura a mediadora do processo de compra. Mais adiante falei com mais detalhes sobre a política de remoção.

perspectiva etnográfica do conflito, a qual pressupõe uma compreensão das interações entre as partes envolvidas, a partir do contexto de experiência e da atribuição de sentidos ao conflito (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010) e do diálogo com autores do campo da sociologia e da antropologia que têm se dedicado a problematizar dimensões sobre a interface entre direito e lutas políticas (MACIEL, 2011; TISCORNIA, 2005; BORGES, 2008; COWAN; DEMBOUR; WILSON, 2001; RIBEIRO, 2004; SCHUSCH, 2009; FONSECA; CARDELLO, 1999). Mais especificamente, viso explorar como organizações, movimentos sociais e indivíduos têm se utilizado do discurso de direitos em busca de fins particulares e como eles tornam-se enredados nessa lógica.

A discussão está baseada em uma pesquisa etnográfica que venho realizando para a dissertação de mestrado, a qual tem como objeto de investigação as narrativas públicas e ações políticas do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (CPC/POA). Este se constitui uma rede política que tem atuado nos últimos quatro anos na produção de denúncias públicas dos denominados impactos urbanos e sociais decorrentes das obras de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (Copa 2014) na cidade. Ao longo desse período, a principal atividade em que essa rede esteve engajada foi na contestação da gestão municipal da política de remoções descrita no início deste artigo. Nesse cenário conflituoso, a rede em torno do CPC / POA tem lançado mão de um conjunto de estratégias de ações que têm acionado, particularmente, o campo dos direitos humanos como alternativa para a resolução do conflito em que estão envolvidos.

A partir desta introdução, o artigo está estruturado em cinco partes. Primeiramente, exponho o debate acadêmico que se formou no Brasil em torno do fenômeno dos megaeventos esportivos, situando a perspectiva deste artigo frente às pesquisas que vêm sendo realizadas sobre o tema. Em seguida, descrevo elementos empíricos da conjuntura da Copa FIFA 2014 e a emergência de mobilizações coletivas em torno dos direitos humanos, explicitando a problemática em que meus interlocutores estão inseridos e descrevendo as principais instituições e agentes envolvidos no processo mais geral. Na terceira parte, eu apresento a constituição do CPC/POA, relacionando as intervenções urbanas em Porto Alegre para a realização dos jogos da Copa 2014, para, em seguida, entrar na discussão sobre a construção da denúncia pública a partir da linguagem dos direitos humanos, problematizando dimensões presentes na interação com o campo jurídico e as implicações na prática para os diferentes sujeitos envolvidos. Por fim, as considerações finais.

O País dos Megaeventos em Debate

O Brasil vem sendo, na última década, palco de diferentes megaeventos esportivos⁴. Esse fato tem gerado um amplo debate político, social e acadêmico acerca dos significados e implicações dos discursos e ações governamentais, que defendem a realização destes megaeventos para as cidades brasileiras.

No Brasil, os pesquisadores dedicados a essa temática têm argumentado, de maneira consensual, que os governos brasileiros têm buscado atrair as competições esportivas como uma forma estratégica de promover um tipo de desenvolvimento pautado na implementação de grandes projetos de reestruturação e embelezamento urbano (MASCARENHAS; BORGES; MARQUES, 2011; RAEDER, 2011; FREIRE, 2011; MAGALHÃES, 2013; MARGUERITES, 2013; ÁLVARES; BESSA; BARBOSA, 2013; SANCHEZ; LIMA; HERDY, 2011). A realização desses megaeventos é apresentada pelas autoridades públicas brasileiras como um mecanismo promotor, meio ou até condicionantes para o exercício de políticas públicas, surgindo como uma verdadeira solução para o enfrentamento de problemas do país (GARCIA; LIMA; HERDY, 2011). Como contraponto a esse discurso centrado apenas nos aspectos positivos propiciados por tais competições, a literatura tem explorado os denominados impactos sociais e urbanos.

A problemática das remoções como um dos efeitos dos megaeventos tem sido um dos principais aspectos apontados pela literatura. Magalhães (2013) argumenta que o governo do Rio de Janeiro tem se utilizado do termo “legado” para reatualizar um repertório de remoções na cidade, justificando assim esse tipo de intervenção nas favelas cariocas. Diversos outros pesquisadores da temática urbana brasileira têm realizados estudos sobre essa questão em diferentes cidades brasileiras (CAPENA *et al.*, 2011; FREIRE, 2011; SIQUEIRA; LAHORGUE, 2011; MARGUERITES, 2014).

Resultam dessas análises conclusões semelhantes: as grandes obras dos megaventos, em sua maioria de mobilidade urbana, estão sendo realizadas em regiões da cidade com grande interesse imobiliário, resultando na remoção de milhares de famílias. Apontam também para a instrumentalização das

⁴ Em 2007, a cidade do Rio de Janeiro recebeu os Jogos Pan-Americanos; no ano de 2013, diversas cidades brasileiras receberam a Copa das Confederações, a qual foi seguida pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, que teve início no mês de julho do presente ano; por fim, em 2016, o Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos.

políticas habitacionais brasileira e a flexibilização de leis como meio de garantir o cronograma das obras, impondo um cenário atípico para a formulação das políticas públicas urbanas, no qual procedimentos normais de planejamento urbano são suspensos e os mecanismos de participação, ignorados (MARGUERITES, 2014). Essa conjuntura tem levado ao acirramento dos conflitos fundiários, isto é, à luta em torno do direito a ocupar uma determinada localidade da cidade (CAFRUNE, 2009). Famílias e organizações sociais têm se articulado na tentativa de barrar esse amplo processo de violação de direitos humanos.

Assim, a analítica em torno do país dos megaeventos traz as cidades e os conflitos territoriais para o centro do debate. Ao enfatizarem os impactos sociais e urbanos suscitados pelas obras públicas associadas às competições esportivas, os pesquisadores brasileiros têm reatualizado temas importantes do nosso país: projetos de desenvolvimento urbanos, políticas públicas de remoções populacionais, violação de direitos humanos e conflitos políticos. É justamente sobre tais questões que este artigo trata ao analisar a relação entre mobilizações coletivas e direitos humanos na conjuntura da preparação de Porto Alegre para a Copa 2014, a partir da construção da denúncia pública das remoções forçadas elaboradas pelo CPC/POA.

No entanto, tomo uma direção diferente e busco explorar a partir de dados etnográficos questões ausentes neste debate, isto é, problematizo o uso da linguagem jurídica na dinâmica dos conflitos políticos, visando desnaturalizar a ideia em torno da noção de direitos humanos como algo positivo e consensual da realidade social brasileira. Ressalto que o trabalho não visa se esgotar no tema dos megaeventos, mas a partir deste problematizar dimensões importantes ao campo de discussão contemporânea da ação coletiva e dos direitos humanos, contribuindo para a compreensão das especificidades brasileiras no momento presente.

Mas primeiramente irei expor os elementos característicos da conjuntura da Copa 2014 e a emergências de mobilizações sociais – objeto da minha pesquisa.

A Copa 2014 e a Mobilização Coletiva dos Direitos Humanos

No momento em que finalizo a escrita deste artigo, o Brasil já é o país da Copa 2014. Esse fato, quando do seu anúncio, em 2007, foi comemorado pelos governos brasileiros, que afirmaram que a realização do evento deixaria um relevante legado em infraestrutura, criação de emprego e renda e promoção

do país em escala global. A comemoração se intensificou em 2009, com a escolha das doze cidades brasileiras que receberam os jogos do mundial⁵.

Os festejos “da Copa do Mundo é Nossa” foram seguidos pela instituição de um aparato institucional específico, em todos os níveis – municipal, estadual e federal -, visando à promoção de ações governamentais para o megaevento. Neste sentido, uma das primeiras ações governamentais foi a elaboração de um Programa de Aceleração do Crescimento para a Copa (PAC Copa)⁶, o qual destina recursos públicos federais às cidades brasileiras sede dos jogos para obras estruturantes de infraestrutura e serviços urbanos, com a condição de que essas estejam concluídas antes do início da competição. Tais empreendimentos foram definidos e pactuados através da assinatura da Matriz de Responsabilidades⁷, em abril de 2010, entre União, Estados e municípios.

Todavia, a tentativa de constituição de um consenso pátrio dos benefícios da Copa 2014 para o país não tem se dado sem conflitos. As ações governamentais, resultantes da assinatura da Matriz de Responsabilidade, têm implicado numa importante intervenção no espaço físico da cidade, alterando seus usos pelos diversos grupos sociais (MAGALHÃES, 2013) e promovendo alterações significativas no ordenamento jurídico. Adquire centralidade nessa conjuntura a emergência da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas (ANCOP)⁸.

Essa rede que reúne acadêmicos, organizações sociais, militantes diversos e lideranças populares das doze cidades-sede do mundial foi formada em meados de 2010, num momento em que a Copa 2014 ainda não tinha se

⁵ Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

⁶ Mais informações disponíveis em: www.pac.gov.br/especial/10. Acesso em 10 de abril de 2014.

⁷ Segundo o site do governo federal para a Copa 2014, a Matriz de Responsabilidade trata das áreas prioritárias de infraestrutura nas doze cidades-sede. O instrumento tem como objetivo definir as responsabilidades de cada ente signatário (União, Estados, Distrito Federal e municípios) para a execução de medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do Mundial. Ao longo dos últimos anos, a Matriz de Responsabilidade passou por diversas alterações. Para mais informações: www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades. Acesso em 10 de abril de 2014.

⁸ As informações utilizadas neste trabalho foram obtidas a partir do relatório de atividades da ANCOP, elaborado por seus membros no ano de 2013.

transformado em um problema público⁹. A iniciativa de constituí-la resultou de discussões, ao longo de 2010, que tinham como eixo os impactos que o Brasil passaria a sofrer com a chegada dos megaeventos. Esse debate inicial centrava-se nas experiências internacionais e nacionais de cidades que foram sede de megaeventos esportivos e que tiveram como resultado a violação de múltiplos direitos fundamentais.

Dessas discussões surgiu a proposição de que fossem organizados Comitês Populares locais nas cidades-sede, demarcando, assim, o início da constituição da articulação nacional para a busca de soluções conjuntas aos impactos sociais, através da construção de ações coletivas visando monitorar e publicizar as violações de direitos e fortalecer as lutas sociais locais, principalmente relacionadas ao direito à cidade e à moradia digna de milhares de famílias em situação de vulnerabilidade.

Deste então, a ANCOP se transformou num importante interlocutor político entre governos e sociedade, particularmente dos denominados atingidos pelas obras da Copa, desenvolvendo diversas atividades que vão desde a realização de plenárias, formação de lideranças populares, produção de materiais informativos, atos públicos e elaboração de denúncias de violação de direitos humanos em diversos âmbitos e, mais recentemente, dos protestos de rua contra a Copa 2014. Embora haja um eixo comum que articula essa rede nacional, a mobilização coletiva e a elaboração de denúncias a partir dessa linguagem enfrentam a composição de força forjada em cada cidade-sede.

Passemos agora à análise do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, objeto específico de análise neste artigo.

O Comitê Popular da Copa e as Intervenções Urbanas em Porto Alegre

A constituição da rede política, em torno do CPC/POA, se formou em meados de 2010, quando representantes de distintas organizações e movimentos sociais (Movimento Sem Terra, (MST), Levante Popular da Juventude (LPJ),

⁹ Ressalta-se aqui que em junho de 2013 as ruas das cidades brasileiras deram lugar a um intenso embate público acerca das políticas públicas urbanas governamentais. Para mais informações ver: Silva (2014); Damo (2014); Muhale (2014).

Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, (PCQS), ONG Cidade, ONG Amigos da Terra (NAT/BR) passaram a se articular com moradores (ameaçados de remoção) na constituição de espaços não estatais de luta coletiva por conta de projetos urbanos da Copa 2014 na cidade.

A origem dessa configuração de forças é fruto, em grande parte, de experiências recentes de lutas sociais na cidade. Neste sentido, a vitória do Movimento “O Morro é Nosso”, na defesa do Morro Santa Teresa, constitui-se num momento emblemático. Iniciado em 2010, o movimento foi formado por um coletivo plural - reunindo sindicatos, organizações sociais diversas, indivíduos, grupos civis e lideranças comunitárias – em torno da contestação de um projeto de lei do executivo estadual, que implicava na alienação de um terreno público localizado no Morro Santa Tereza.

O envolvimento das múltiplas organizações visou confrontar a apropriação de áreas públicas por grupos específicos da sociedade, particularmente pelos agentes da denominada *especulação imobiliária*. O Morro Santa Teresa, localizado no início da zona sul da cidade, com vista para a Orla do Rio Guaíba, é considerado uma importante área de preservação ambiental e histórico-cultural e componente da paisagística da cidade e, ao mesmo tempo, é habitado por quatro mil famílias que não possuem a posse regular dos seus terrenos. Através de uma série de caminhadas, marchas e distribuição de cartazes pela cidade, criou-se uma forte mobilização social (GUTERRES, 2011) em torno do direito à cidade, que resultou na retirada, em junho de 2010, do projeto de lei.

A derrubada de um projeto de governo e a conquista do comprometimento dos agentes governamentais de regularizar as moradias das famílias no seu local de origem passou a ser visto como uma oportunidade de fomentar outras formas de luta política na cidade. A vitória é importante na medida em que se deu no mesmo período no qual os governos municipal e estadual assinaram a Matriz de Responsabilidade, pactuando as intervenções a serem realizadas na cidade a tempo do início dos jogos.

Dentre os projetos assumidos, as principais obras a serem realizadas referem-se ao eixo “entorno do estádio”, referente à arena oficial dos jogos, e que abrange a região do Morro Santa Teresa. O poder público municipal anuncia como o projeto de maior relevância a duplicação da Avenida Tronco. A justificativa em torno da sua prioridade é dada pela oportunidade que a Copa 2014 proporcionará de realizar uma importante obra de mobilidade urbana da cidade, facilitando o acesso ao estádio nos dias dos jogos do mundial.

No entanto, o projeto viário governamental prevê a duplicação da avenida numa extensão de cinco quilômetros. O longo traçado abarca três bairros da zona sul da cidade¹⁰ - Cristal, Santa Teresa e Medianeira -, atravessando áreas públicas e privadas habitadas por 1500 famílias de sete vilas diferentes¹¹. Assim, para concretizar a obra, o poder público municipal necessita deslocar as famílias que ali habitam.

As famílias impactadas pela duplicação tiveram o primeiro contato com o projeto da política pública no dia 19 de julho de 2010, numa reunião entre comunidades e governo municipal. O projeto viário elaborado por técnicos da prefeitura e apresentado por representantes da Secretaria do Município de Porto Alegre chegou pronto, sem alternativas ao traçado e sem uma solução concreta às moradias:

Foi apresentado um mapa. Eles colocaram na parede e mostraram que não tinha espaço. Mas nós não íamos sair da região. [...] O habitacional nunca foi apresentado. [...] Era só uma bela figura para encher os olhos. [morador da Vila Cristal]

É a partir desse momento que alguns moradores passam a se mobilizar para desenvolverem estratégias de resistência às ameaças de remoção. O histórico de atuação das organizações em torno do “Morro é Nosso” aproxima diferentes grupos sociais e resulta na articulação com parte das lideranças comunitárias das vilas. Constituiu-se, assim, um espaço organizativo de resistência, o qual se consolida na “região Cristal”. Adquire centralidade nesse processo o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, centro comunitário localizado no bairro Cristal, onde ocorrem as reuniões semanais de mobilização coletiva, articulando organizações sociais e famílias que serão removidas. A Criação dessa nova forma de organização comunitária passa a se engajar particularmente na construção da permanência das famílias na região de origem.

¹⁰ Essa região vem sendo, pelo menos nos últimos quinze anos, palco de processos de disputas públicas acerca da ocupação do solo urbano, sobretudo o bairro Cristal. O atual bairro caracteriza-se por vasta infraestrutura urbana, grandes prédios comerciais, residências luxuosas e pela proximidade da Orla do Rio Guaíba, e, ao mesmo tempo, por uma ampla mancha de irregularidade fundiária.

¹¹ Vila Cristal, Vila Divisa, Vila Tronco, Vila Cruzeiro, Vila Maria, Vila Silva Paez, Vila Gaston Mazon

As ações da prefeitura frente à política de remoção estão atreladas ao cronograma do evento. A necessidade de finalizar a obra a tempo dos jogos resultou na elaboração de uma política habitacional específica para as famílias por meio de alterações dos mecanismos legais da política urbana. Assim, as ações da prefeitura frente à política têm configurado um regime legal específico “para a Copa”, inscrevendo um Estado de Exceção no ordenamento jurídico (AGAMBEM, 2004). Direitos e garantias constitucionais são suspensas temporariamente com o objetivo de acelerar os processos decisórios para a organização.

Ilustrativo disto é que o anúncio, feito pelo prefeito de Porto Alegre, de que as unidades habitacionais para as famílias seriam realizadas através do programa federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV)¹² foi seguido pela aprovação na Câmara de Vereadores de um projeto de Lei Complementar, elaborado pelo próprio executivo municipal. Essa lei decretou que os reassentamentos pelo programa MCMV em função das obras de infraestrutura associadas à Copa 2014 não precisavam ser realizados em áreas identificadas na própria região de origem, alterando assim uma das principais conquistas dos movimentos de moradia local (SIQUEIRA; LAHOURGE, 2011).

As propostas apresentadas para os moradores, na reunião citada, foram o bônus moradia e o reassentamento via aluguel social, dois instrumentos da política habitacional com caráter emergencial. O bônus moradia é um recurso ofertado para as famílias comprarem uma casa escriturada. O valor é definido pela prefeitura e só pode ser utilizado por meio da negociação entre o poder público municipal e o proprietário da casa a ser adquirida. Já o aluguel social é um recurso assistencial mensal fornecido pela prefeitura às pessoas que se encontram sem local para morar. Ele foi proposto como alternativa para as famílias que desejassem optar pelo reassentamento em unidades habitacionais construídas pela prefeitura, na medida em que o cronograma governamental para a Copa 2014 previa o início da obra viária antes de as casas estarem prontas. No entanto, nenhuma informação adicional – sobre valores, prazos, destinos ou critérios - e nem garantias foram fornecidas aos moradores.

Em contraposição ao discurso da impossibilidade da permanência nas proximidades da região de origem, representantes das organizações e dos

¹² Mais informações disponíveis em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv. Acesso em 22 de abril de 2014.

moradores se articulam, a partir do espaço do CPC/POA, e apresentam ao poder público municipal, em setembro de 2010, treze terrenos vazios, no bairro Cristal, como passíveis de desapropriação para a construção de moradias de interesse social¹³. O grupo passa também a buscar informações concretas e a possibilidade de incidir sobre a política pública governamental, garantindo a participação das famílias no processo decisório. Mas as tentativas frustradas de estabelecer um diálogo com a prefeitura levam moradores e organizações a constituir estratégias de denúncia da não observância dos direitos básicos das famílias.

É nessa conjuntura, que coloca em tensão o tempo para realizar uma avenida e o destino de milhares de famílias, que o CPC/POA passa a atuar e a se constituir como mediador entre famílias¹⁴ e agências governamentais. A partir da realidade vivida pelas famílias, a rede tem problematizado publicamente a ordem de prioridades envolvidas no projeto urbano governamental. Contrapõem-se as ações governamentais em prol da avenida a partir da afirmativa de que estas possuem direitos consolidados. Acionando o campo jurídico, inicia-se a elaboração de uma denúncia pública das *remoções forçadas*.

Todavia, a tentativa de constituir um espaço de enunciação pública acerca das remoções por meio da linguagem dos direitos humanos não é a garantia do seu exercício de fato, necessitando um intenso trabalho de construção, que envolve dimensões políticas e morais, se dando na interação entre organizações e indivíduos engajados no CPC/POA e outros agentes sociais e políticos. Conforme Zemans (1993), o direito constitui uma forma de poder contingente que só se efetiva na medida em que é mobilizado e, desse modo, a mobilização do direito é uma atividade política pelo meio da qual a autoridade pública das normas é convertida pelos agentes coletivos.

¹³ Os terrenos foram desapropriados e gravados como áreas de interesse social em junho de 2013, no entanto, até o momento nenhuma moradia foi construída. Mais informações disponíveis em: www.camarapoa.rs.goc.br. Acesso em junho de 2014]

¹⁴ Gostaria de ressaltar que o CPC/POA não possui essa relação com todas as famílias que estão passando pela política de remoção, existindo diversos conflitos entre as comunidades, os quais não poderão ser tratados aqui pelas limitações do artigo.

1. A Elaboração da Denúncia Pública e a Linguagem dos Direitos Humanos

A situação problemática descrita dá início a uma disputa em torno dos significados e da legitimidade das intervenções governamentais e dos métodos para executá-las. Dessa maneira, as organizações e moradores participantes do CPC/POA passam a se engajar em ações que buscam transformar o caso das famílias ameaçadas de remoção num registro público a partir da elaboração de uma denúncia pública (BOLTANSKI, 2000). Conforme Araujo (2009), a fase da elaboração da denúncia pública é um importante momento na produção de um acontecimento político. Nesse sentido, um caso, que era em sua origem um problema local, visa ser transformado numa causa que diz respeito a todo mundo.

A denúncia elaborada a partir das ações do CPC / POA tem como núcleo central a noção de *remoções forçadas*, caracterizadas pela *intervenção vertical do poder público, que não conta com a participação das comunidades nas decisões*¹⁵. Desse modo, visa-se contrapor ao poder de intervenção do governo municipal de regulamentar os territórios urbanos, incidindo de maneira autoritária sobre as condições de vida e os destinos das famílias, recorrendo a uma consciência coletiva de que essa situação é inaceitável. No entanto, ao envolver-se com a construção da denúncia pública das *remoções forçadas*, o CPC/POA enfrenta o desafio de convencer as autoridades públicas e a população em geral de que a situação representa de fato uma injustiça, convencendo-as a associar-se ao seu protesto e mobilizá-las (BOLTANSKI, 2000).

O argumento em torno da noção de remoções forçadas mobiliza diversos mecanismos jurídicos (em nível local, nacional e internacional) que garantem o direito à cidade e à moradia das famílias (os quais asseguram a participação democrática das famílias): Constituição Federal, Estatuto da Cidade, lei orgânica do Município e pactos internacionais de direitos humanos, do qual o Brasil é signatário. Desse modo, a situação das famílias é traduzida para a linguagem jurídica, transformando-se numa causa dos direitos humanos.

A possibilidade de disputar publicamente a situação com o poder público se ampara na própria noção de universalidade contida no conceito de direitos humanos. Se as autoridades justificam suas ações em torno da

¹⁵ Retirada de documento elaborado pelo CPC/POA à Presidência da República.

política urbana a partir de uma retórica carregada pela ideia de oportunidade de desenvolvimento para toda a população porto alegreense, a denúncia do CPC/POA remete ao fato de que as famílias fazem parte desse todo e possuem direitos que têm que ser considerados. A chegada de uma obra de melhoria de infraestrutura urbana tem que beneficiar também os moradores atingidos pelo empreendimento.

Nesse sentido, reelabora-se a problemática da moradia no âmbito de elaboração da política pública em curso: ela não é uma questão técnica, mas um direito fundamental assegurado nos diversos mecanismos constitucionais. As famílias têm direito a uma *moradia digna*, ou seja, a moradia seria muito mais do que uma casa com quatro paredes, ela seria a possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde (ROLNICK, 2012).

Assim, moradia e avenida são articuladas na noção de direitos: o direito à mobilidade urbana e a mobilidade das famílias como violação de direitos, envolvendo uma disputa de prioridades. “*Para que esta avenida então senhor prefeito? Ela é tão importante assim? E nós para onde vamos? Nós temos direito, senhor prefeito*”¹⁶. Aqui um componente importante da denúncia pública é a noção de *comunidades consolidadas*. As *remoções forçadas* incidem sobre famílias que habitam os terrenos há mais de quatro décadas e que constituíram nesse período importantes relações com e no território a ser modificado. A denúncia mobiliza como argumento as histórias das famílias com o seu local de moradia, ressaltando os laços familiares, de vizinhança e de amizade. Ela remete também a trajetória da luta comunitária a partir da qual conquistaram diversos dos equipamentos públicos existentes hoje nos bairros, que constituem atualmente uma região de alto valor cultural e imobiliário.

A utilização dos direitos humanos como linguagem de interação política tem como especificidade o fato de a denúncia envolver uma situação que diz respeito a uma violação de que o Estado é responsável (TISCORNIA, 2005; MACIEL, 2011). Desse modo, as *remoções forçadas* em função da construção de uma avenida têm como intuito provocar a ação responsiva das autoridades públicas frente às intervenções arbitrárias da prefeitura de Porto Alegre na dinâmica sociourbana da cidade.

¹⁶ Questionamento de uma moradora da Vila Cristal ao prefeito de Porto Alegre.

O enquadramento jurídico da denúncia pública a partir do CPC/POA coloca os representantes das organizações e moradores em interação com diferentes níveis do poder estatal local (executivo, legislativo, judicial e administrativo) e internacional (tribunais internacionais de direitos humanos), os quais circunscrevem a arena da denúncia de violação de direitos humanos. As estratégias em atuar em um e/ou outro nível é contingente, condicionado às possibilidades contextuais de ação, estratégias e relações de poder (MACIEL, 2011; TISCORNIA, 2005; BORGES, 2008).

As ações coletivas a partir do CPC/POA atravessam todos os níveis - local, nacional e internacional. Através de campanhas, mobilizações de rua, audiências públicas com o ministério público estadual, denúncias no âmbito internacional e à Presidência da República e de uma articulação de visita de agentes da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Grupo de Trabalho sobre Moradia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a verificação da violação de direitos humanos, o CPC/POA vai compondo um repertório de ações coletivas de denúncia visando legitimar o processo de remoção no espaço público.

Esse percurso vai sendo trilhado ao longo da interação política conflituosa. A construção da denúncia tem início, no final de 2010, com a elaboração de documentos ao Ministério Público Federal e à prefeitura na tentativa de que as famílias possam ser protagonistas no processo de decisão sobre os seus destinos. Essas ações resultaram num ciclo de audiências públicas com diversas esferas governamentais – jurídica, legislativa e executiva. Com a falta de retorno efetivo por parte das diferentes instâncias públicas, as organizações sociais passam a elaborar denúncias no âmbito internacional (Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU) com o intuito de sensibilizar os representantes da ONU para que profiram recomendações aos governos brasileiros para suspender as *remoções forçadas*.

A primeira ação em torno dos direitos humanos de que eu participei junto ao CPC/POA, com referência em nível internacional, foi a vinda da relatora do direito à moradia digna da ONU, Raquel Rolnik¹⁷. A visita de Rolnik a Porto Alegre se deu a partir das relações com a rede nacional dos Comitês e visava como resultado à produção de um documento relatando as violações

¹⁷ A intervenção dela se vincula ao trabalho desenvolvido junto à relatoria da ONU sobre megaeventos dos mais diversos tipos e ao impacto destes nos países.

de direitos na cidade. Relato sinteticamente a visita por ser ilustrativa dos esforços do CPC/POA de tornar o caso das famílias uma causa coletiva.

Raquel Rolnik chegou a Porto Alegre no dia 18 de agosto de 2011. Em sua agenda, as visitas às comunidades em situação de remoção eram a principal atividade. O trajeto que ela percorreu, elaborado por representantes do CPC/POA e de outros apoiadores da luta urbana em Porto Alegre, resultou na visita de diferentes vilas na cidade¹⁸ localizadas em regiões que estão passando por grandes intervenções urbanas que têm colocado milhares de famílias em situação de ameaça. Assim, a situação das famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco vai sendo costurada a outras histórias semelhantes da cidade, visando-se estrategicamente tornar o problema particular de uma avenida em um caso exemplar. Ao se desenhar um quadro das remoções forçadas na cidade, buscava-se também identificar o prefeito como o sujeito responsável pelas violações, explicitando, assim, que as políticas urbanas por parte do poder público municipal caracterizavam-se por projetos urbanos que implicam violações de direitos humanos. Desse modo, a visita teve como objetivo visibilizar as remoções como problema coletivo e público e provar as injustiças causadas pela prefeitura.

No processo de elaboração da denúncia pública, o CPC/POA passa a se envolver numa intensa disputa argumentativa com os seus “adversários”, os quais levantam argumentos para buscar fazer com que seus interesses sejam reconhecidos como justos (ARAÚJO, 2009). Em grande medida, a mídia e o próprio poder público têm se utilizado estrategicamente da palavra “invasores” para descaracterizar essas famílias e deslegitimar as mobilizações coletivas de permanência na região. Um exemplo em que o sujeito de direitos e o estigmatizado se encontram foi uma situação que presenciei em campo, quando estávamos reunidos no espaço do Quilombo do Sopapo, numa reunião do CPC/POA, e um representante de uma das organizações colocou um áudio para ouvirmos, no qual o prefeito de Porto Alegre dava uma entrevista à rádio sobre as obras da Copa 2014, e, num determinado momento, ele argumentou, referindo-se ao CPC/POA, que havia “pessoas *baderneiras* contra o progresso da cidade”. O áudio provocou agitação entre as lideranças presentes, que imediatamente afirmaram que queriam direito

¹⁸ Raquel visitou, além das vilas atingidas pela duplicação da Avenida Tronco, as vilas do Morro Santa Teresa, a Vila Dique, a Vila Chocolate e a Ocupação 20 de Novembro. Mais informações disponíveis em: www.comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br. Acesso em: junho de 2014.

de resposta, pois afirmavam elas: *não somos contra o progresso, só queremos os nossos direitos*. A situação ilustra um importante papel simbólico do direito para as famílias no enfrentamento com os estigmas de marginalidade. Dessa maneira, o uso da linguagem de direitos humanos visa simbolicamente dar credibilidade e reconhecimento a essas famílias, de modo que pretende inverter a acusação de que eles seriam invasores para torná-los sujeitos desprovidos de um direito humano básico: o direito à moradia.

Mesmo com todos os esforços em torno da denúncia pública das *remoções forçadas*, as obras da avenida iniciaram em maio de 2012 num dos trechos da via projetada que não necessitava de remoções. Tendo em vista a necessidade de avançar com as obras, o poder público local, a partir do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), instalou o Escritório Nova Tronco, numa das Vilas atingidas pelas obras, para tratar da retirada das famílias. As modalidades ofertadas naquele momento eram o bônus moradia, definido agora no valor de 52 mil reais, o reassentamento via aluguel social – no valor de 400 reais mensais - e a indenização para casos em que a moradia possuísse um valor maior. Nessa nova fase de implementação da política urbana, outros elementos passam a figurar na denúncia pública: a ação da prefeitura via escritório, o início da derrubada das casas e os instrumentos utilizados como política pública.

Nessa conjuntura é lançada a Campanha *Chave por Chave*, a qual se refere ao fato de que os moradores só deixariam suas casas quando tivessem a chave da casa nova. A campanha, a qual foi definida em assembleia entre representantes do CPC/POA e moradores, é um repúdio ao aluguel social como possibilidade de política pública. Este é referenciado como *cheque despejo*, pois seria uma maneira de retirar as famílias para que as obras pudessem se concretizar, mas elas continuariam na situação de vulnerabilidade e à mercê das decisões estatais. A oposição ao bônus moradia se referia ao valor muito abaixo da realidade da cidade, que estaria levando a uma migração forçada das famílias para bairros distantes e até mesmo para cidades vizinhas (como foi o caso de Dona Joana, relatado no início do artigo), resultando na fragmentação comunitária.

A saída de algumas famílias das vilas deu início a um cenário de constrangimentos e violência. Ao optarem pelas políticas (bônus moradia, aluguel social ou indenização), assinavam um documento que autorizava os funcionários da prefeitura à demolição imediata das casas; no entanto, os entulhos não eram recolhidos, proliferando-se lixos e ratos na vila. Nas reuniões do CPC/POA com os moradores, os relatos faziam referências às

coações sofridas no Escritório *violador de direitos humanos*.

Naquele momento, as principais estratégias em torno da denúncia pública eram as possibilidades de filmar e publicizar as situações de violação sofridas pelas famílias, em particular para o governo federal, demonstrando a ele que estava financiando violação de direitos humanos. A ação descrita no início deste artigo (a tentativa de filmar a remoção de Dona Joana) era parte desse repertório de denúncia de violações de direitos humanos.

1.1 Direitos humanos como uma linguagem especializada

A busca por direitos exige que as pessoas se envolvam em políticas específicas e processos jurídicos (COWAN; DEMBOUR; WILSON, 2001). Ao acionarem a linguagem dos direitos humanos como recurso para denúncia pública, organizações e moradores se envolvem num campo político imbricado em relações de poder delimitado pelo conhecimento de um saber específico. Desse modo, para acionar a linguagem dos direitos humanos como um campo possível de luta, é preciso ter conhecimentos técnicos, saber manejar a linguagem burocrática, falar a língua dos universais, saber quem articular. Nesse sentido, a literatura tem apontado a importância da presença de mediadores nas lutas por direitos (MACIEL, 2011; BORGES, 2009; TISCORNIA, 2005).

A possibilidade do CPC/POA em atuar a partir dessa linguagem como um recurso para sustentação do processo conflituoso resulta do fato de os representantes das organizações terem como característica serem “técnicos” na questão em que estão envolvidos. Estes em sua maioria transitam por diferentes espaços – o acadêmico e os espaços institucionais da política – e acabam constituindo um conjunto de saberes especializados, que é levado para a sua atuação no CPC/POA. Os representantes são também profissionais das áreas de arquitetura, geografia e direito, as quais são reconvertidas em militância e, ao mesmo tempo, possuem trajetória em organizações sociais que os colocam em contato direto com a linguagem das políticas públicas, particularmente em torno da habitação e do funcionamento do Estado. Tal fato possibilita uma “politização da técnica”, isto é, o uso de saberes especializado como recurso de luta política.

Mas o manejo da linguagem dos direitos humanos depende não apenas um saber de como acioná-los, mas a quem acionar e como tornar legítima a denúncia de violação (um exemplo desse tipo

de estratégia foi a articulação para a vinda da relatora da ONU de direitos humanos, conforme descrito anteriormente). Nas diversas estratégias de ações a partir da linguagem de direitos realizadas pelo CPC/POA (descritas anteriormente), os representantes das organizações precisavam mobilizar diversos agentes influentes e especializados, organizar seminários bem como as comunidades para as visitas de órgãos públicos, além de fazer o levantamento de informações, tal como a construção de relatórios sobre as violações de direitos humanos, oficinas e mutirões com a intenção de explicar às comunidades atingidas pelas remoções da Copa 2014 os direitos que possuíam. Eu me formei na luta, aprendi muito. Nós fomos arquitetas, engenheiras, sabemos tudo de direito. Eu fui diplomada em direitos. A gente agradece pela comunidade ter sido abraçada por vocês. Vocês trouxeram o conhecimento (relato de uma moradora do Morro Santa Teresa numa reunião do CPC/POA)

Para além do conhecimento acerca da linguagem dos direitos humanos, sempre foi afirmado pelo CPC/POA a necessidade de mobilizações coletivas para que as denúncias pudessem ser efetivas e legítimas. Exemplo foi a presença de dois advogados, levados pela representante do MST, na reunião do CPC/POA, para discutir uma ação jurídica possível para desapropriar terrenos na região das comunidades. A função dos advogados era tornar acessível a linguagem jurídica para o entendimento das comunidades, mas, junto com a ação judicial, ressaltavam que era necessária a mobilização:

Vocês sabem que quem decide é o judiciário e que a chance de resultado é pequena, não se pode contar com isso. A ação é interessante na medida que dá visibilidade ao nosso argumento, mas é secundária. É preciso povo na rua. (advogado vinculado ao MST)

As experiências junto ao CPC/POA explicitam que apenas mobilizar o direito a partir de ações judiciais ou de denúncias públicas não é suficiente, sendo necessário um reconhecimento político e social de que as remoções forçadas constituem violações de direitos humanos merecedoras de “reparação”. Essa afirmação vai ao encontro da afirmativa de que os direitos humanos são produções históricas e culturais e resultam de tensas lutas políticas e dinâmicas específicas (SCHUSCH, 2009; FONSECA; CARDELLO, 2001; RIBEIRO, 2004).

1.2 Direitos Humanos como Ferramenta de Luta: apropriações e significados

o povo não acredita, nós falamos que eles têm direito, mas eles não acreditam em nós...e sem o povo...o povo é o combustível. (morador da Vila Cristal e integrante do CPC/POA)

Essas palavras eu ouvi de seu Zé, uma das lideranças comunitária ativas no CPC/POA, em resposta a minha indagação sobre a ausência das famílias numa atividade de mutirões de direitos humanos organizada pelo CPC/POA, em agosto de 2013, num espaço público nas proximidades das vilas que são alvo das intervenções do poder público municipal. Esse episódio é ilustrativo aqui de duas questões.

Por um lado, a fala de seu Zé remete ao fato de que uma denúncia pública, para ser efetiva, depende da participação da “vítima”. No meu campo de pesquisa, conquanto o movimento tenha acionado a linguagem dos direitos humanos na interação conflituosa com a prefeitura, os efeitos em termos de mobilizar as famílias a partir dessa linguagem têm sido pequenos, o que dificulta que o CPC/POA tenha sucesso na disputa acerca dos rumos das políticas públicas urbanas.

Por outro, evidencia a existência de uma tensão entre o discurso dos direitos humanos e a percepção destes como alternativas para as demandas das famílias. Nesse ponto, eu gostaria de voltar a história com a qual eu iniciei este artigo (da Dona Joana). A resposta de Dona Joana (“acionou a mídia local para resolver o seu problema”) a minha “oferta” de uma solução jurídica (“vocês não acionaram um advogado? Isto se constitui numa violação de direitos humanos!”), amparada em preceitos universais, revelava outra lógica, pessoalizada, que orientava suas ações na solução da problemática que envolvia a sua moradia. A mídia local aparece aqui como uma mediadora capaz de tornar eficaz o atendimento de sua demanda e chama a atenção para o fato de que, na verdade, o direito e suas instituições figuram como mais um dentre os vários recursos políticos e culturais por meio dos quais grupos ou indivíduos podem vocalizar suas insatisfações. O uso do direito ou dos tribunais é condicionado às interpretações dos sujeitos envolvidos acerca dos custos e oportunidades implicados (MACIEL, 2011).

Dessa situação desdobra-se a importância da dimensão da eficácia do recurso mobilizado na resolução da situação problemática no curso das disputas políticas. Voltando ao seu Zé, numa outra conversa que tivemos

sobre a trajetória da luta em torno dos direitos humanos a partir do CPC/POA:

eu não acredito em mais ninguém. No ministério público? Não acredito. Na prefeitura? Não acredito. Na ONU? Não acredito. Não acredito em nenhuma instituição! Depois de tantos documentos que elaboramos mostrando as violações de direitos e eles não fizeram nada. Se isso não é violação de direitos humanos, então, não acredito em ninguém.

O que essas situações parecem demonstrar não é uma passividade das famílias por não aderirem à luta por direitos, mas diferentes lógicas e ações empregadas por parte dos moradores como resposta num processo de resistência cotidiana frente ao cenário de extremo constrangimento por que estão passando. Ao mesmo tempo, para aqueles que se engajam na luta por direitos, é preciso percorrer um trajeto difícil e cansativo, deslocando-se do âmbito privado para o público e se inserindo no tempo da política. Para se constituírem como sujeitos políticos de direitos, precisam saber manejar conhecimentos específicos e esperar o tempo da burocracia, tendo muitas vezes como resultado das denúncias um maço de relatórios que “orientam ações ao Estado”.

A fala de outra moradora, pronunciada numa reunião do CPC/POA, é ilustrativa da dificuldade de incentivar as pessoas para a luta em termos jurídicos na conjuntura vivenciada por conta dos efeitos da política pública urbana:

Está sendo construído um cenário de violência que é incentivado todos os dias, a comunidade está definhando. Esta semana mataram aqui na Vila dois adolescentes [...] está difícil de incentivar as pessoas. Elas já resistem cotidianamente há muito tempo

Outro elemento que parece dificultar a mobilização é a condição de irregularidade fundiária (“os estigmas”) que marca as famílias, que impõem obstáculos acerca da legitimidade de se reivindicar publicamente direitos. Neste sentido, o lugar de onde falam (da vila, do despossuído, do ilegal) estabelece constantemente dificuldades para travar essa luta, envolvendo custos (materiais, e simbólicos) para as famílias ao se tornarem denunciante de violações de direitos humanos. Afinal, é sobre elas (as famílias) que as denúncias falam. São elas que necessitam expor sua vida e seus sofrimentos publicamente a fim de serem avaliados em seu sentido de justiça por uma

opinião externa. Um episódio que eu experienciei em campo expressa um pouco o enfrentamento constante do estigma da marginalidade: A reunião já tinha começado, quando um grupo de pessoas chegou ao local. [...] uma das mulheres que recém tinha chegado pediu para falar. Apresentou-se como conselheira do OP e moradora de uma das vilas que seria removida. Disse que estava muito preocupada, que tinha ido a uma reunião que foi feita às escondidas [...] *Se soubéssemos antes, só a vila do R. tem muito mais gente que eles.* “Eles” era referência à classe média do bairro. Sua preocupação era a apresentação de um abaixo-assinado com mais de 1.800 assinaturas contra a permanências das famílias. Falou que a reunião foi muito pesada e que falaram para o Baggio (Secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico) que, se ele gostava tanto de pobre, que levasse para a casa dele. *Nós fomos apresentados como o lixo do Cristal.*

Referindo-me novamente à história de dona Joana, ilustro outros riscos temidos pela reivindicação de direitos.

Naquele dia, depois de já termos iniciado as filmagens para elaborar a denúncia acerca das violações, o genro de dona Joana chegou ao local para ajudar na mudança. Ao nos ver, ele prontamente nos questionou sobre o que estávamos fazendo ali e, ao ficar sabendo da nossa intenção, nos disse: *eu não quero que vocês utilizem estas filmagens, eu trabalho como mestre de obra na casa de três juízes e não quero me incomodar com isto.*

Para finalizar, mas sem pretensões de esgotar este debate, atento para as profundas desigualdades brasileiras que remetem a uma situação de “não direito”. Como me disse uma das moradoras quando saímos de uma reunião do CPC/POA: *Na vila não temos direitos. Eles não existem. A polícia chega aqui e bate em quem quiser. Fazem o que quiser aqui, se quiserem matar, matam.* Desse modo, ela referia-se a casos em que há abolição de direitos constitucionais em algumas práticas governamentais em regiões de populações pobres, revelando uma realidade que desmente que o Estado opera pela lógica de acesso aos direitos constitucionais de forma igualitária a todos seus cidadãos.

Considerações Finais

As políticas públicas urbanas brasileiras vêm sendo articuladas a um novo momento político caracterizado pela atração do fenômeno dos megaeventos esportivos. Resultam desse processo grandes obras de infraestrutura urbanas, as quais têm implicado numa mudança significativa da dinâmica sociourbana nas cidades brasileiras, em especial o deslocamento de um

grande contingente populacional que habita assentamentos irregulares. Essa conjuntura tem reconfigurado os conflitos urbanos contemporâneos no país, emergindo amplas redes políticas contestatórias amparadas na noção de direitos humanos. Atentando para as especificidades contextuais dessa nova conjuntura, este artigo buscou contribuir a analítica da interface entre direito e dinâmicas políticas contemporâneas.

Delimitando como objeto de investigação as mobilizações coletivas do CPC/POA na elaboração de uma denúncia pública das remoções forçadas frente às intervenções governamentais na elaboração de uma política pública associada à preparação da cidade para os jogos da Copa FIFA 2014, busquei compreender o modo como as organizações sociais e os moradores têm se utilizado da linguagem jurídica como recurso de interação política.

A análise amparada em pesquisa etnográfica buscou, num primeiro momento, demonstrar como a linguagem dos direitos humanos se configura num campo possível de ser acionado e apropriado pelas organizações sociais como recurso para sua luta, enfatizando as dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva. Partindo disto, tentei explicitar, por meio do caso empírico, algumas implicações resultantes da apropriação desse campo específico: o que está em jogo no uso dos direitos humanos como uma retórica para ação, discutindo a construção da denúncia pública a partir de algumas dimensões envolvidas (moral, coletiva, política e generalizável); a interação com uma arena de denúncia específica que envolve diferentes níveis de poder (executivo, legislativo, judiciário e tribunais internacionais); a relação das mobilizações sociais com um campo que detém um saber específico, necessitando o manejo de uma determinada linguagem, e a importância dos mediadores; e os diferentes significados dos direitos humanos para movimentos sociais e famílias atingidas pelas políticas de remoções.

Por fim, expus sobre as diferentes percepções da apropriação da linguagem jurídica como forma de enquadrar e resolver situações sociais dos sujeitos envolvidos no conflito com autoridades públicas, chamando a atenção para a complexidade das lutas coletivas em torno dos direitos humanos, em especial num país com longa trajetória de desigualdade social. Assim, se, por um lado, acionar os direitos humanos possibilita e legitima a ação em diferentes esferas institucionais, por outro, há riscos de descolamento em relação à população a ser mobilizada, que em grande medida não se identifica com essa linguagem ou não a percebe como meio eficaz de resolução de suas demandas, acionando outras instituições mediadoras. Propus a partir dos dados empíricos da minha pesquisa algumas reflexões sobre esta questão

(a dimensão dos estigmas e a forma histórica estatal de lidar com esses grupos populacionais, por exemplo), no entanto, tais evidências empíricas necessitam ser mais bem trabalhadas em trabalhos futuros.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio.
(2004). *Estado de Exceção*. Trad. Iraci di Poleti. 2. Ed. São Paulo: Boitempo.
- ÁLVARES, Lúcia, BESSA, Altamiro, BARBOSA, Thiago.
(2013). Empresariamento da cidade e geração de conflitos: as várias faces da Copa 2014 em Belo Horizonte. *Anais da Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, vol. 15.
- ARAUJO, Fábio.
(2008). Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: Roberto Kant de Lima. (Org.); *Antropologia e Direitos Humanos V*. Brasília, Booklink.
- BOLTANSKI, Luc.
(2000). *El amor y la justicia como competencias*: três ensayos de sociologia de la acción. Buenos Aires, Amorrotu.
- BORGES, Nadine.
(2008). *O caso de Damião Ximenes*: uma análise sócio-jurídica do acesso à comissão e a corte interamericana de direitos humanos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
- CAFRUNE, Marcelo.
(2010). Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos: do Debate Teórico à Construção Política. *Revista da Faculdade de Direito UniRitter*, n. 11.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto.
(2010). A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista de Antropologia*, Vol. 53, no 2, p. 451-473.
- COWAN, Jane; DEMBOUR, Marir-Benedicte; WILSON, Richard Ashby (Eds.).
(2001). Introduction. In: Jane Cowan; Marir-Benedicte Dembour; Richard Ashby Wilson (Eds.); *Culture and Rights*. Anthropological Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press. p. 1-26.
- DAMO, Arlei.
(2014). A Copa das Manifestações. In: Antônio Davi Cattani (Org.); *#Protestos*: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Dossiê da Articulação Nacional dos Comitê Populares da Copa. 2. Ed.
(2014). *Megaeventos e Violações de direitos Humanos no Brasil*. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Acesso em dezembro de 2014.
- FONSECA, Cláudia. CARDARELLO, Andrea.
(1999). Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, vol. 10, p.83-122.
- FREIRE, Letícia.
(2013). Mobilizações Coletivas em contexto dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *O Social em questão*, ano XVI, nº 29.
- GARCIA, Fernanda; LIMA JUNIOR, Pedro; HERDY, Fabrícia.
(2011). *A estratégia urbano territorial do Projeto-Olímpico Rio 2016*: notas sobre as propostas para mobilidade e transportes. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/55.pdf>. Acesso em dezembro de 2014.

- GUTTERRES, Anelise.
(2011). Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre – RS. *Iluminuras*, v. 12, n.27. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/21188/pdf>. Acesso em outubro de 2011.
- MACIEL, Débora.
(2011). Ação Coletiva, Mobilização dos Direitos e Instituições Políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.26, n. 77, p. 97-11.
- MAGALHÃES, Alexandre.
(2013). O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizonte Antropológicos*, vol. 19, nº 40.
- MARGARITES, Gustavo.
(2014). *Políticas Urbanas em Contextos de megaeventos esportivos*: a formulação da política habitacional para a duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima.
(2009). Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.10.
- MUHALE, Miguel.
(2014). *Lutar, criar, poder popular*: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RAEDER, S.
(2009). Conflitos no ordenamento territorial em sedes de megaeventos esportivos. *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.10.
- RIBEIRO, Gustavo Lins.
(2004). Cultura, direitos humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: Claudia Fonseca; Veriano Terto Jr; Caleb Faria Alves et al; (Orgs.); *Antropologia, diversidade e direitos humanos*: Diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SILVA, Marcelo Kunrath.
(2014). #vempruarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In: Antônio Davi Cattani (Org.); *#Protestos*: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- SIQUEIRA, Lucimar.
(2011). A duplicação da Av. Tronco e a política habitacional de Porto Alegre, disponível no site <http://reformaurbanas.blogspot.com.br/2011/02/duplicacao-da-av-tronco-e-politica.html>. Acesso em dezembro de 2014.
- SCHUCH, Patrice.
(2009). Entre o “real” e o “ideal”: a Antropologia e a construção de enunciados sobre “direitos humanos”. In: Patrice Schuch; *Práticas de justiça. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre, UFRGS.
- TISCORNIA, Sofia.
(2005). Límites al poder de policía. El activismo del derecho internacional de los derechos humanos y el caso Walter Bulacio ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos. In: Sofia Tiscornia; Maria Victoria Pita (Orgs.); *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*: Estudios de Antropología Jurídica. Buenos Aires: E.A.
- ZEMANS, Frances.
(1983). Legal Mobilization: The neglected role of the Law in the Political System. *The American Political Science Review*, Vol. 77, nº 3.

Recebido em
fevereiro de 2014

Aprovado em
agosto de 2014

Uma análise comparativa do impacto dos fatores individuais e de vizinhança sobre os riscos de vitimização

Doriam Borges*

Resumo

Este estudo introduz o controle social público na investigação do impacto dos fatores da vizinhança e das características de seus residentes sobre o risco de vitimização em quatro localidades: nos Estados do Mato Grosso e Santa Catarina, na Cidade do Rio de Janeiro e no Bairro de Santo Amaro, em Recife. O controle social público se refere à habilidade da vizinhança em assegurar recursos externos necessários para a redução do crime e da vitimização. Descobrimos que vizinhanças com altos níveis de controle social público e laços sociais mais fortes tendem a reduzir os riscos individuais de vitimização. Vale ressaltar que os resultados não foram parecidos em todas as localidades estudadas, mas percebemos que o risco de vitimização pode ser explicado tanto por fatores do nível do indivíduo quanto da vizinhança.

Palavras-chave

Vitimização. Violência. Controle social..

Abstract

This study introduces the public social control in the investigation of the impact of neighborhood factors and the characteristics of its residents about the risk of victimization in four locations: in the states of Mato Grosso and Santa Catarina, in the Rio de Janeiro City and District of St Amaro, Recife. The public social control refers to the ability of the neighborhood to ensure external resources required for the reduction of crime and victimization. We found that neighborhoods with high levels of public social control and stronger ties members tend to reduce individual risk of victimization. Note that the results were not similar in all the studied localities, but realized that the risk of victimization can be explained both by the level of the individual factors as the neighborhood.

Keywords

Victimization. Violence. Social control.

* Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Nos últimos anos, o aumento da criminalidade, o surgimento de novas formas de crime, algumas vezes mais violentas, a insegurança nas ruas, a impunidade e o despreparo das forças policiais aumentaram a insatisfação da sociedade brasileira a tal ponto que tornaram a questão da violência um dos principais temas do debate público e social. As questões da violência e da criminalidade, além de terem se tornado temas importantes da agenda pública dos últimos anos, também passaram a ser estudadas em diferentes disciplinas de investigação social.

A insatisfação dos cidadãos está presente nas opiniões apresentadas por parte dos meios de comunicação, em manifestações públicas e, especialmente, pelas mudanças no uso dos espaços públicos, pelo aumento do uso de recursos de segurança privada, pela desconfiança revelada na ausência do envolvimento social na reformulação de casas e construção de condomínios para se tornar enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000). A insegurança das pessoas é um dos grandes problemas sociais que enfrentamos no Brasil. Notamos que tanto a opinião pública quanto a dos pesquisadores de diferentes disciplinas das ciências sociais têm sido fundamentais para aquecer o debate sobre a violência e a criminalidade ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, a partir de pesquisas de opinião pública com blocos voltados para a obtenção de informações sobre os aspectos ligados à vitimização, torna-se possível desenvolver estudos empíricos associados a construções teóricas relevantes dentro da perspectiva da compreensão do fenômeno da violência e da criminalidade.

Neste estudo, vamos apresentar o *controle social público* e estudar o risco de vitimização criminal através de *surveys* realizados em quatro diferentes localidades. Não obstante, vamos desenvolver modelos para examinar simultaneamente o impacto de fatores nos níveis contextuais e individuais sobre o risco de vitimização (ROUNTREE *et al.*, 1994; SAMPSON; WOOLDREDGE, 1987). Ao incorporar o controle social público na análise da vitimização, estaremos contribuindo com a discussão do tema da criminalidade, tendo em vista que a maioria dos estudos, ao conceituar fatores contextuais, o faz em termos de condições econômicas, demográficas e familiares. Ao avaliar o impacto do controle social público, este estudo é consistente com os esforços teóricos que enfatizam como as decisões políticas desenvolvidas pelas elites têm influenciado a dinâmica da vizinhança, o posicionamento sobre a habitação pública (BURSIK, 1989),

a desordem social e física (SKOGAN, 1990), e a segregação residencial (MASSEY; DENTON, 1993). Ao avaliar o papel do controle social público, devemos verificar se os benefícios na redução do risco de vitimização são maiores nas vizinhanças desfavorecidas do que em relação às mais abastadas. Pode-se prever tal resultado dadas as diferenças nos níveis de controle social público encontrado em vizinhanças desfavorecidas, quando comparadas com as mais ricas. Vizinhanças desfavorecidas normalmente têm níveis relativamente baixos de controle social público (SKOGAN; HARTNETT, 1997). Tendo em vista esses níveis de controle, qualquer aumento dos laços na vizinhança com agentes públicos somados a recursos externos poderia representar um enriquecimento social significativo que, por sua vez, poderá se traduzir em uma redução significativa do risco de vitimização. Vizinhanças ricas, ao contrário, já desfrutam de níveis altos de controle social público. Ademais, melhorias no controle social público não apresentam resultados significativos em localidades onde os riscos de vitimização já são baixos. Se o controle social público, de fato, oferece uma solução positiva para a vitimização criminal nas vizinhanças desfavorecidas, isso sugere que há uma solução politicamente viável, dado o papel fundamental que os moradores desempenham na garantia do controle social público ou facilitação das estratégias de policiamento comunitário (PIQUERO *et al.*, 1998).

1. Nível Individual

Nosso foco nesta seção é apresentar os fatores relacionados ao risco de vitimização violenta entre os indivíduos. Aqui, vamos abordar as seguintes questões: qual a distribuição entre as características individuais, tais como idade, sexo, raça, estado civil e nível socioeconômico entre os vitimizados? Essas diferenças são estáveis em diferentes lugares? Como as diferenças no risco de vitimização relativas aos indivíduos são explicadas pelas teorias de vitimização? Vamos começar com uma breve visão genérica dos aspectos gerais da vitimização violenta concernentes ao indivíduo.

As pesquisas de vitimização nos últimos anos têm produzido vários resultados consistentes em todo o mundo. Um dos principais resultados desse tipo de pesquisa mostra o risco de uma pessoa se tornar vítima de um crime. Por exemplo, o risco de uma pessoa sofrer um assalto em 2008 no Município do Rio de Janeiro foi estimado em cerca 11%. O risco de sofrer uma vitimização por roubo no Mato Grosso foi consideravelmente maior do

que no Rio de Janeiro (17,6%). Embora esse risco possa parecer baixo em uma base anual, o risco de violência por qualquer crime em particular é muito alto. Por exemplo, em 2011, a taxa de homicídio no Brasil foi de 28,2 por 100 mil habitantes, mas o risco de vida de ser assassinado é diferente, segundo os grupos. Para as mulheres brancas, a taxa foi de 5,5 por 100 mil habitantes; para os homens brancos, a taxa foi de 31 por 100 mil habitantes; para as mulheres negras, a taxa foi de 6,2 por 100 mil habitantes, e para os homens negros, a taxa foi de 64,3 por 100 mil habitantes (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM / Ministério da Saúde).

Como sugerido pelas diferenças nos riscos de homicídios ao longo da vida, a segunda maior descoberta em análises concernentes aos indivíduos é que a distribuição de vitimização violenta não é aleatória. Pelo contrário, o risco de sofrer violência pessoal varia consideravelmente entre os grupos demográficos e sociais (BORGES, 2008; BEATO *et al.*, 2004; HINDELANG, 1976; HINDELANG *et al.*, 1978; COHEN *et al.*, 1981; GOTTFREDSON; HINDELANG, 1981; SKOGAN, 1981; GOTTFREDSON, 1986; MIETHE *et al.* 1987). O padrão de diferenças sistemáticas encontradas entre os diversos subgrupos demográficos e socioeconômicos tem sido bastante consistente em análises que utilizam os dados de diferentes pesquisas de vitimização no Brasil (PIQUET; FAJNZYLBER, 2001). Padrões de associação semelhantes aos encontrados no Brasil também foram encontrados nas análises utilizando dados de outros países, como nos Estados Unidos (COHEN *et al.*, 1981; GOTTFREDSON; HINDELANG, 1981; SKOGAN, 1981; GOTTFREDSON, 1986); na Inglaterra (HOUGH; MAYHEW, 1983) e na Holanda (van DIJK; STEINMETZ, 1983).

Essas associações relativas aos indivíduos formaram a base das teorias do estilo de vida (HINDELANG, 1976; HINDELANG *et al.*, 1978; GAROFALO, 1987) e das atividades rotineiras (COHEN; FELSON, 1979; COHEN *et al.*, 1981) utilizadas para explicar o risco de vitimização. A proposta essencial dessas teorias é que a convergência no tempo e no espaço de alvos atrativos e a ausência de guardiões pode levar ao aumento da criminalidade, independentemente das condições estruturais e culturais que podem motivar as pessoas a se envolverem em atividades criminosas (por exemplo, desemprego, valores subculturais, impunidade etc.). Derivado dessa proposição geral, o princípio da teoria do estilo de vida indica que as pessoas são mais propensas a serem vitimizadas quando são desproporcionalmente associadas ou entram em contato com os membros de grupos demográficos que apresentam características consideradas significativas de delinquência

(HINDELANG *et al.*, 1978). Homens, jovens e solteiros, por exemplo, são mais propensos a desenvolver atividades sociais fora de casa do que os casados ou pessoas idosas do sexo feminino, e, portanto, são mais propensos a colocar-se em situações em que a exposição à vitimização é maior. Além disso, pessoas mais jovens podem sofrer um risco maior de vitimização violenta do que as pessoas mais velhas, porque os primeiros são mais predispostos a se associar com outros jovens que estão, desproporcionalmente, se envolvendo com a violência (HINDELANG *et al.*, 1978). O modelo teórico das atividades rotineiras foi proposto por Cohen e Felson (1979). Nele, uma ocorrência criminal necessita da composição formada por um indivíduo motivado a cometer o crime, uma vítima para esse crime é a falta de guardiões capazes de deter a vitimização. Posteriormente, o modelo teórico das atividades rotineiras foi ampliado por Cohen *et al.* (1981), que introduziu mais duas dimensões para explicar os riscos de vitimização: exposição e atratividade do alvo potencial.

As limitações das teorias das atividades rotineiras e do estilo de vida já foram discutidas longamente pela literatura (GOTTFREDSON, 1986; MAXFIELD, 1987; GAROFALO, 1987; MIETHE *et al.*, 1987). A crítica mais comum entre as pesquisas empíricas tem sido a medição inadequada de variáveis explicativas; as características demográficas e sociais dos indivíduos têm sido usadas principalmente como proxies ou indicadores indiretos para as atividades relacionadas ao estilo de vida das pessoas. As características sociais e demográficas são entendidas e utilizadas para explicar os efeitos sobre o risco de vitimização, pois determinam, em grande medida, as diferenças sistemáticas no papel estruturado do comportamento, através das diferenças de expectativas, de restrições, de oportunidades e de preferências (COHEN *et al.*, 1981). A principal crítica de grande parte da literatura é, portanto, que as medidas diretas das atividades de estilo de vida não são incluídas nos modelos, sendo contempladas apenas as características sociais e demográficas (HINDELANG *et al.*, 1978; COHEN *et al.*, 1981; GOTTFREDSON, 1986; MIETHE *et al.*, 1987; GAROFALO, 1987). Os tipos exatos de comportamentos que colocam os indivíduos em maior risco de violência ainda não receberam a devida atenção por parte das pesquisas.

Em função da falta de indicadores diretos sobre o estilo de vida, alguns estudos incluem medidas de atividades, tais como a situação de emprego, que verifica, especificamente, o que as pessoas fazem durante um período relativamente grande do seu dia. É relevante ressaltar que as atividades noturnas longe de casa são consideradas pelos autores como aquelas

mais propensas a envolver a ausência de guardiões ou o maior contato com infratores (HINDELANG *et al.*, 1978; COHEN *et al.*, 1981), o que aumenta as chances de vitimização. Esses fatores de atividades noturnas e diurnas longe de casa foram consideradas por Miethe et al. (1987) em sua análise da vitimização violenta. Eles descobriram que, embora o grau de atividade noturna tenha influenciado significativa e positivamente o risco de vitimização violenta, o efeito foi menor em magnitude do que a maioria das outras variáveis demográficas consideradas. Além disso, a inclusão dessas medidas de atividade não diminuiu significativamente a magnitude dos efeitos de sexo, renda, estado civil e idade. Por outro lado, a maior atividade diurna foi medida e mostrou não afetar o risco de vitimização violenta. À luz desses resultados, Miethe *et al.* (1987) concluíram que há pouco apoio para a função de mediação das variáveis de atividades rotineiras e de estilo de vida sobre as variáveis demográficas para explicar a vitimização violenta. Por outro lado, houve efeitos muito maiores do estilo de vida sobre a vitimização de roubo.

Esses resultados são intrigantes, mas não definitivos. Primeiro, a atividade noturna foi medida de forma dicotômica e, conseqüentemente, pode subestimar o risco de vitimização por pessoas que se envolvem em atividades à noite com mais frequência. Em segundo lugar, enquanto medida, essa variável não foi capaz de captar as atividades “longe de casa”, nem se o indivíduo estava sozinho, com estranhos, com amigos ou com familiares. Em terceiro lugar, a mensuração da variável da atividade diurna foi construída com base na previsibilidade dos comportamentos. Em outras palavras, as pessoas que vão para a escola foram incluídas na mesma categoria que aquelas que vão para o trabalho, pois sair e voltar para suas casas podem ser atividades previsíveis ao longo do dia – um elemento das atividades rotineiras assumido como sendo de interesse para os infratores motivados. No entanto, o grupo de comparação para a principal atividade abrangia donas de casa, aposentados, pessoas incapazes de trabalhar e desempregados (SAMPSON; LAURITSEN, 1994). Assim, foram incluídos na mesma categoria os grupos com alto risco (desempregados) e os com baixo risco (donas de casa e aposentados) de vitimização. Problemas de medição podem ter sido responsáveis pela falta de efeito da atividade diurna sobre o risco de vitimização violenta (SAMPSON; LAURITSEN, 1994).

Testes mais diretos sobre a hipótese das atividades rotineiras e do estilo de vida foram realizados com dados de diferentes países (van DIJK; STEINMETZ, 1983; GOTTFREDSON, 1986). Análises como essas não foram realizadas

no Brasil, principalmente porque a principal fonte de dados – as pesquisas de vitimização – não inclui medidas de atividades rotineiras detalhadas o suficiente para uma avaliação adequada dessas hipóteses. Com efeito, a falta de medidas diretas fez com que as hipóteses das atividades rotineiras e do estilo de vida fossem extremamente difíceis de testar no Brasil. Em geral, a literatura nacional tem lançado mão de medidas indiretas para estudar essas teorias de vitimização criminal (BORGES, 2008; BEATO *et al.*, 2004).

Por outro lado, medidas diretas de atividades rotineiras derivadas de pesquisas internacionais, especialmente o número de noites nas quais o indivíduo se expõe por semana sozinho, atividades realizadas tipicamente à noite, o tipo de transporte utilizado, o uso de bebida alcoólica, e comportamento ofensivo autodeclarado – foram significativamente associados ao risco de vitimização pessoal (SAMPSON; LAURITSEN, 1994). Corrado *et al.* (1980), por exemplo, encontraram um padrão semelhante nos dados demográficos canadenses em comparação com os dados do Brasil. No entanto, a inclusão de uma medida bruta de atividades fora de casa (dividido pela mediana) teve um efeito significativo sobre o risco de vitimização violenta (roubo e agressão sexual): pessoas que passam mais tempo longe de casa têm aproximadamente três vezes mais chances de serem vitimizadas do que aquelas que passam mais tempo em casa. A inclusão dessa variável não diminuiu os efeitos do sexo e da idade, mas reduziu a magnitude do efeito do estado conjugal. Smith (1982) também afirma que essas atividades fora de casa que aumentam o contato com estranhos são mais vitimogênicas. Da mesma forma, Hough e Mayhew (1983), van Dijk e Steinmetz (1983) e Gottfredson (1986) descobriram que a frequência e o tipo de atividades noturnas relacionados ao uso de transporte público e a ações como beber ou sair para bares aumentam a vitimização pessoal na Grã-Bretanha, enquanto as atividades como ir à igreja estão associadas com o menor risco. Além disso, usando os dados da Grã-Bretanha, Hough e Mayhew (1983) descobriram que a frequência de atividades noturnas combinada com a quantidade de bebida alcoólica consumida era importante para determinar o risco de vitimização entre as pessoas com menos de 30 anos de idade. Finalmente, Kennedy e Forde (1990), utilizando dados do Canadá, analisaram os efeitos relativos a uma variedade de atividades rotineiras sobre vitimização por agressão e roubo. Os autores relatam que certos tipos de atividades – especialmente o número de vezes que se vai a bares ou que se faz caminhadas à noite – estão diretamente relacionados com os riscos de vitimização violenta. Além disso, esses efeitos persistiram, apesar dos controles estatísticos a partir de fatores

demográficos tradicionais (idade, sexo, renda familiar) e de características do bairro (por exemplo, a porcentagem de famílias com baixa renda).

Em suma, diferentes autores indicam que detalhes sobre o tipo das atividades diurnas e noturnas são necessárias para avaliar adequadamente o estilo de vida e as atividades rotineiras nos modelos de vitimização violenta. Análises anteriores utilizando os dados de pesquisas de vitimização no Brasil foram limitadas devido à indisponibilidade de medidas, tais como o tipo de atividades noturnas envolvido. Assim, é possível que os padrões sobre os efeitos diretos do estilo de vida sejam exclusivos para países como a Grã-Bretanha, onde as condições culturais e estruturais (por exemplo, composição racial) são bastante diferentes em relação ao Brasil. Consequentemente, só podemos falar sobre os fatores de estilo de vida no nível individual associados com o risco de vitimização violenta para a população brasileira, através dos tradicionais fatores sociais e demográficos (idade, sexo, cor e renda familiar), que estão relacionados a diferenças no risco de vitimização violenta. Claramente, futuras investigações sobre vitimização precisam se concentrar mais especificamente no desenvolvimento do nível individual e das medidas necessárias para testar as hipóteses das teorias do estilo de vida e das atividades rotineiras no Brasil.

2. O papel do controle social da comunidade no processo de vitimização

O controle social da comunidade se refere à capacidade de uma comunidade se autorregular através do controle do comportamento dos residentes e seus visitantes (BURSIK; GRASMICK, 1993). A teoria da desorganização social propõe que a mediação do controle social da comunidade tem efeito sobre a redução da criminalidade na vizinhança (BURSIK, 1989; SHAW; MCKAY, 1942). Empiricamente, isso significa que o efeito das condições da vizinhança, como a pobreza, a criminalidade e a vitimização devem desaparecer ou reduzir substancialmente, quando o controle social da comunidade for levado em conta (SAMPSON; GROVES, 1989; SAMPSON *et al.*, 1997; WARNER; ROUNTREE, 1997).

Ao examinar essa hipótese, os pesquisadores se concentraram principalmente nos laços sociais locais - as relações entre os moradores - como fontes importantes do controle social da comunidade. Estudos têm enfatizado o impacto da vizinhança e do controle social informal sobre a criminalidade

(BURSIK; GRASMICK, 1993). A vizinhança, além da extensão territorial, se refere à capacidade de interação social entre os vizinhos, através das conversas, das trocas ou do tempo em que ficam juntos. Pesquisas demonstram que vizinhanças que possuem níveis mais elevados de moradores que usufruem de trocas sociais são associadas a taxas de criminalidade mais baixas (SAMPSON; GROVES, 1989; WARNER; ROUNTREE, 1997). Já o controle social informal se refere à capacidade da vizinhança de supervisionar o comportamento dos residentes (BURSIK; GRASMICK, 1993; HUNTER, 1985). O controle social informal pode assumir uma variedade de formas, incluindo vizinhos que cuidam uns dos outros e chamam a polícia ao primeiro sinal de problemas (BURSIK; GRASMICK, 1993; SAMPSON; GROVES, 1989; SAMPSON *et al.*, 1997). Sampson *et al.* (1997), por exemplo, descobriram que a coesão social acompanhada pela vontade de intervir em nome do interesse da vizinhança levaram a importantes reduções na criminalidade e na vitimização em bairros de Chicago.

Partindo das proposições da teoria do capital social e dos resultados de que as redes sociais de apoio podem melhorar o bem-estar geral, a hipótese é de que altos níveis de redes de apoio social podem levar a altos níveis de satisfação no bairro e a alta eficácia coletiva. Altos níveis de apoio social também são entendidos como um impacto positivo na adoção de medidas de prevenção e proteção, com base na especulação de que os indivíduos inseridos em redes de apoio serão mais propensos a empreender mecanismos de segurança para proteger a si mesmos e às pessoas próximas a eles do crime. Apesar da aparente ambiguidade em relação aos efeitos das redes sociais sobre o medo do crime, a hipótese de que altos níveis de apoio social podem influenciar negativamente o medo do crime tem tido um papel importante dentro da literatura internacional.

A noção de eficácia coletiva refere-se às expectativas compartilhadas e engajamento cívico mútuo pelos membros da comunidade no controle social local, com ênfase na capacidade conjunta dos moradores para agir em conjunto para gerar soluções para os problemas locais (SAMPSON, 2004). Exemplos de iniciativas de segurança da comunidade fundamentadas em princípios de eficácia coletiva incluem Neighborhood Watch e fóruns públicos, em que os problemas da comunidade são discutidos e localmente conduzidos e soluções são geradas. Considerando a variedade de mecanismos de segurança pessoal e coletiva, a eficácia coletiva pode gerar um efeito preventivo para o crime.

Apesar de existirem muitos trabalhos que abordem os laços estabelecidos

entre os moradores da vizinhança, poucos estudos da desorganização social têm investigado como os laços com agentes públicos e com a polícia – uma outra dimensão do controle social da comunidade – influenciam a criminalidade e a vitimização (BURSIK; GRASMICK, 1993), sobretudo no Brasil. Dentre os poucos trabalhos com essa abordagem, destacamos o de Bursik (1989), que examinou se o desenvolvimento de novos projetos habitacionais, um reflexo da tomada de decisões no nível da cidade, estava relacionado com a criminalidade nas vizinhanças de Chicago. Bursik (1989) constatou que os funcionários municipais inseridos nos novos projetos habitacionais em vizinhanças residencialmente instáveis, e que não haviam desenvolvido uma articulação prévia, não conseguiram organizar e negociar uma defesa eficaz para a sua construção. Por sua vez, a colocação de projetos habitacionais nas vizinhanças residencialmente instáveis levou a aumentos substanciais nas taxas de delinquência através do aumento na instabilidade social. As descobertas de Bursik sugerem que a tomada de decisão política é uma consequência no nível da vizinhança do crime e da vitimização. Uma implicação importante de seu estudo é que os residentes devem estabelecer vínculos com as elites da cidade, a fim de influenciar as decisões políticas que afetam suas comunidades, incluindo os seus níveis de criminalidade.

A literatura internacional tem ressaltado a importância do controle social público por diferentes motivos. Em primeiro lugar, o levantamento em trabalhos sobre policiamento comunitário permitiu verificar que, nesses programas, a polícia cultiva relacionamentos com moradores de bairros urbanos, em sua maioria, pobres (KELLING, COLES, 1996; PIQUERO *et al.*, 1998; SKOGAN, 1990). O sucesso dos esforços da polícia na redução da criminalidade, no entanto, muitas vezes, depende do envolvimento da comunidade no programa comunitário. Kelling e Coles (1996), por exemplo, documentaram como o Prefeito e o Chefe de Polícia de Baltimore criaram uma força-tarefa de órgãos municipais e associações comunitárias que se reuniam regularmente com moradores da comunidade de um bairro desfavorecido. Com o apoio do município, os moradores, por sua vez, foram capazes de melhorar os prédios abandonados, remover o lixo da vizinhança e bloquear os caminhos para impedir os esforços do tráfico de drogas. Essas ações ajudaram a reduzir a criminalidade violenta em 56% em três anos (KELLING; COLES, 1996). O desenvolvimento de relações com a polícia oferece aos moradores mais do que apenas a redução do crime. Skogan (1990), por exemplo, descobriu que os esforços de policiamento comunitário em Newark levaram para os moradores maior satisfação com sua vizinhança

e com a polícia, bem como uma diminuição do medo do crime entre os moradores.

Em segundo lugar, a pesquisa sobre a mobilização da vizinhança analisou as possíveis estratégias que os moradores podem depreender para estabelecer laços com as autoridades da cidade e, assim, formar as decisões políticas essenciais para o aprimoramento do bairro (ROONEY, 1995). Partindo do pressuposto de que os moradores de bairros desfavorecidos não costumam usufruir de fortes laços com os governos municipais e com a polícia (HENNING, 1982), esses estudos mostraram que os residentes deveriam primeiro se mobilizar para ganhar a atenção das autoridades municipais. A importância de as comunidades serem bem organizadas sugere que os laços sociais locais (relações entre os vizinhos) desempenham um papel importante na formação do controle social público.

3. Dados e Métodos

Neste trabalho utilizamos os dados de quatro pesquisas de vitimização realizadas pelo DataUFF: Pesquisa sobre Condições de Vida e Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizada em 2008; Pesquisa de Vitimização no Estado do Mato Grosso, realizada em 2010; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina, realizada em 2012; e Pesquisa de Imagem da Segurança no Bairro de Santo Amaro - Recife, realizada em 2013.

Essas pesquisas de vitimização possuem unidades espaciais distintas, ou seja, podemos classificar as observações dos dados em três escalas: Estado (Mato Grosso e Santa Catarina), Região Metropolitana (Rio de Janeiro) e Bairro (Santo Amaro). Com relação aos dados representados em áreas, destacamos o fato de que as estimativas obtidas na análise dependem das diversas formas em que essas áreas são agrupadas, podendo-se obter resultados diferentes simplesmente pela alteração das suas fronteiras. Esse problema é conhecido como problema da unidade de análise modificável. Assim, para minimizar seu impacto com relação a esses estudos, devemos procurar utilizar a melhor escala de levantamento de dados disponível, sempre buscando critérios de agregação dos dados que sejam consistentes com os objetivos do estudo. O ideal seria que a unidade espacial nas quatro pesquisas fosse a mesma. Como não há possibilidade de unificar a unidade nas pesquisas, podemos, ao menos, em uma delas, modificar a sua escala espacial e torná-la analiticamente mais interessante. Foi o que fizemos com

o Rio de Janeiro. Ao invés de trabalharmos com a Região Metropolitana, trabalhamos com a cidade do Rio de Janeiro. Com isso, temos três novas unidades espaciais: Estado, Cidade e Bairro. Apesar das dificuldades na comparação devido às questões já descritas, a análise dos resultados relativos nessas três unidades pode gerar discussões interessantes, considerando a perspectiva teórica utilizada neste estudo.

4. Uma análise descritiva das taxas de vitimização

As pesquisas de vitimização vêm ganhando terreno nas últimas décadas, tanto em nível nacional como internacional. Essas pesquisas abordam questões como as teorias explicativas da vitimização, a relação entre a vítima e o agressor, as interações entre as vítimas e o sistema de justiça criminal, bem como a conexão das vítimas com outros grupos sociais e com as instituições policiais. Segundo Lahosa (2002), existem referências a um primeiro levantamento das vítimas de crime realizado na cidade dinamarquesa de Aarhus, em 1730. Assim como a investigação sobre o suicídio e o crime pelos departamentos franceses, realizada durante a primeira metade do século XIX, pelo diretor Jean Baptiste Joseph Fourier (HACKING, 1990).

Um grande esforço foi desenvolvido pelas Nações Unidas, que coordenou um *survey* em mais de 70 países. O *International Crime Victim Survey* (ICVS) é um programa de padronização de metodologia de pesquisa de vitimização, realizado em diversos países, com o objetivo de compará-los. Esse programa de padronização foi desenvolvido pelo *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute* (UNICRI) e procurou ampliar a área geográfica de abrangência do projeto, incluindo países de diferentes continentes.

Em 1989, foi realizada a primeira aplicação de *surveys* internacionais em 14 países. Isso permitiu obter um panorama da criminalidade em 1988 daqueles países envolvidos, através de uma cooperação firmada entre Holanda, Reino Unido e Suíça. As entrevistas foram realizadas por telefone, com uso da tecnologia CATI (*Computer Assisted Telephone Interviewing*).

Em 1992 ocorreu a segunda aplicação de *surveys*, envolvendo 33 países, dos quais 20 utilizaram a técnica de entrevistas pessoais (*face-to-face*). Em 1996 foi realizada a terceira aplicação, contemplando 48 países, dos quais 36 utilizaram a técnica *face-to-face*. A quarta rodada foi em 2000, em 48 países. A mais recente rodada da pesquisa do ICVS aconteceu em 2004-2005, em 15 Estados mais antigos da União Europeia. Ela foi realizada em parceria com o Instituto *Gallup/Europe*, e com o *European Crime Survey* com supervisão

do UNICRI.

O objetivo final da medição da vitimização pode definir a direcionalidade das políticas públicas de segurança, de forma eficaz e respeitosa aos direitos de todos os cidadãos.

Desse modo, podemos dizer que a pesquisa de vitimização é um instrumento valioso tanto para medir o crime como para estimar com maior precisão o perfil das vítimas, bem como avaliar o impacto do fato delituoso na vida dos indivíduos, o que de outra forma, através dos registros de ocorrência, seria improvável.

Nesta seção, serão apresentados alguns dados sobre vitimização, além de um perfil simples da vítima. No Gráfico 1 podemos verificar que a estimativa da taxa de vitimização por roubo e furto nos últimos 12 meses varia segundo o local da pesquisa.

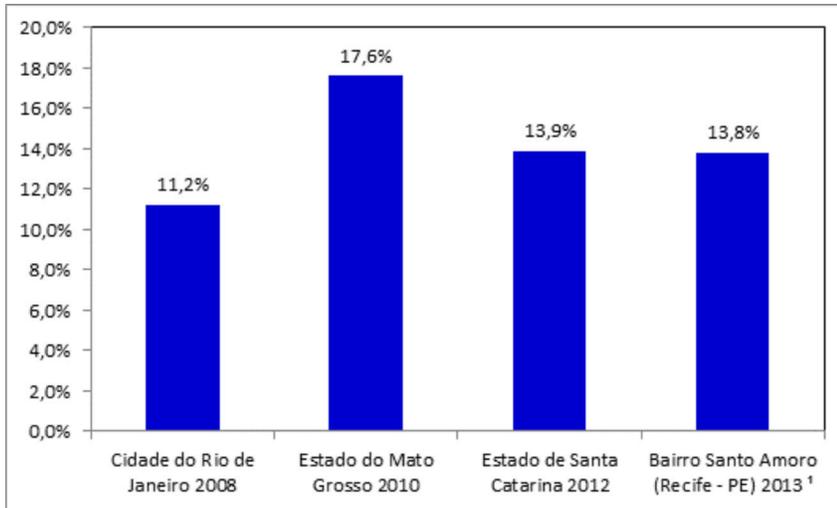


Gráfico 1: Taxa de vitimização nos últimos 12 meses

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização no Rio de Janeiro - 2008; Pesquisa de Vitimização no Estado do Mato Grosso - 2010; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina - 2012; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Bairro de Santo Amoro, Recife - PE - 2013.

¹ No questionário da pesquisa realizada no Bairro Santo Amoro, o período de referência da pergunta sobre a experiência de vitimização foi de 5 anos.

Algumas pesquisas analisam os efeitos de características demográficas e sociais sobre a vitimização, demonstrando que indivíduos que são, por exemplo, homens, jovens, solteiros ou moradores de zonas urbanas sofrem um risco maior de vitimização do que aqueles que pertencem a outros grupos (BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004).

O sexo da vítima, por exemplo, pode ser um fator importante na explicação das variações nas taxas de vitimização em função das diferenças de estilo de vida e comportamento entre os homens e as mulheres. A partir dessa abordagem, os homens tendem a apresentar maiores chances de serem vitimizados do que as mulheres, devido a sua maior exposição, tendo como referência a teoria das atividades rotineiras (FELSON; COHEN, 1980; COHEN *et al.*, 1981). Analisando as taxas de vitimização por sexo apresentadas na Tabela 1, verificamos que a diferença entre a vitimização e o sexo do entrevistado foi significativa apenas na Cidade do Rio de Janeiro e no Bairro de Santo Amaro. Esse resultado é interessante, pois mostra as diferenças culturais, sociais e econômicas de cada lugar. Ademais, há uma questão que talvez seja relevante e que devemos ter cuidado nesta análise e nas demais, que é o fato de estarmos comparando lugares cuja unidade espacial é diferente, ou seja, estamos confrontando os resultados de pesquisas realizadas nos níveis do estado, cidade e bairro.

Outro fator importante nos estudos sobre os riscos de vitimização é o momento do ciclo de vida do indivíduo. Segundo alguns autores, os indivíduos nas etapas iniciais do ciclo de vida (infância) bem como os mais idosos tendem a apresentar menor exposição, uma vez que tendem a frequentar menos os lugares públicos – a proporção de tempo em que essas pessoas passam em família é maior e, conseqüentemente, suas interações sociais são limitadas.

Tabela 1: Taxa de vitimização nos últimos 12 meses, segundo perfil

	Cidade do Rio de Janeiro 2008		Estado do Mato Grosso 2010		Estado de Santa Catarina 2012		Bairro de Santo Amaro (Recife - PE) 2013 ¹	
	Taxa de Vitimização	Sig.	Taxa de Vitimização	Sig.	Taxa de Vitimização	Sig.	Taxa de Vitimização	Sig.
Sexo								
Masculino	13,1%	*	17,4%		14,6%		17,2%	**
Feminino	9,3%		17,8%		13,1%		11,0%	
Faixa Etária								
16 a 24 anos	20,3%	*	20,5%	**	12,5%		15,4%	**
25 a 34 anos	15,5%		18,1%		14,0%		20,5%	
35 a 44 anos	7,4%		18,2%		13,5%		15,0%	
45 a 59 anos	8,3%		17,1%		15,2%		7,6%	
60 anos ou mais	5,8%		14,1%		13,9%		10,0%	
Estado Civil								
Solteiro	14,9%	*	19,4%	**	14,9%		14,5%	
Não Solteiro	9,3%		17,0%		13,3%		13,4%	
Cor								
Branco	11,6%	*	18,1%		14,7%	**	16,4%	
Negro	10,7%		17,4%		11,0%		13,0%	
Renda Familiar								
Mais de 5 SM	14,2%	*	23,8%	*	20,7%	*	25,0%	**
Mais de 3 até 4 SM	10,9%		23,3%		13,7%		6,5%	
Mais de 2 até 3 SM	12,0%		17,6%		17,0%		15,7%	
Mais de 1 até 2 SM	8,0%		16,5%		11,2%		14,7%	
Até 1 SM	7,0%		13,7%		10,1%		11,0%	

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização no Rio de Janeiro - 2008; Pesquisa de Vitimização no Estado do Mato Grosso - 2010; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina - 2012; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Bairro de Santo Amaro, Recife - PE - 2013.

(*) Diferença estatisticamente significativa com uma probabilidade de 99%.

(**) Diferença estatisticamente significativa com uma probabilidade de 95%.

¹ No questionário da pesquisa realizada no Bairro Santo Amaro, o período de referência da pergunta sobre a experiência de vitimização foi de 5 anos.

Na análise comparativa apresentada na Tabela 1, podemos perceber que apenas no Estado de Santa Catarina o fator faixa etária não foi significativo. Analisando os resultados significativos do fator faixa etária, percebemos que os grupos de pessoas com idade entre 16 e 24 anos são os que apresentaram maiores taxas de vitimização na Cidade do Rio de Janeiro e no Estado do Mato Grosso, enquanto que no Bairro de Santo Amaro o grupo etário com maior taxa foi o de 25 a 34 anos. Apesar dessas diferenças, podemos ter uma conclusão geral de que os jovens tendem a apresentar uma taxa mais elevada de vitimização do que os mais velhos. Seguindo essa abordagem,

podemos atribuir aos fatores "exposição", "menor capacidade de proteção" e "proximidade entre vítima e agressor" a explicação para esses resultados (FELSON; COHEN, 1980; COHEN *et al.*, 1981). Indivíduos mais jovens em sua maioria são solteiros, frequentam mais lugares públicos sem se preocupar muito com sua própria proteção.

A associação esperada entre estado civil e as chances de vitimização está diretamente relacionada com o fator de exposição. De acordo com a literatura, os solteiros apresentam riscos mais altos de vitimização do que os outros grupos (casados, separados/desquitados e viúvos). Os resultados encontrados nas pesquisas realizadas na Cidade do Rio de Janeiro e no Estado de Mato Grosso confirmam esse pressuposto. Os solteiros apresentaram maiores taxas de vitimização do que os não solteiros, pois possuem um estilo de vida que os torna mais expostos a situações de risco.

Outro aspecto analisado nas pesquisas foi a cor dos entrevistados. O Brasil, apesar de ser um país com altos índices de desigualdade racial, apresenta baixos níveis de segregação espacial por cor, o que leva essa variável a não capturar bem o efeito de proximidade e proteção, atribuídas a ela pela literatura (BORGES, 2013). Em sociedades racialmente segregadas, a mobilidade residencial dos indivíduos tende a ser limitada, e indivíduos de grupos minoritários apresentam uma propensão cultural a permanecer em bairros fortemente heterogêneos, o que, por sua vez, pode aumentar as chances de proximidade com os potenciais agressores e a diminuição da capacidade de proteção. Por outro lado, se a população não está segregada racialmente, a cor do indivíduo não terá efeito na determinação das probabilidades de vitimização. Os resultados apresentados na Tabela 1 confirmam essa hipótese para o Estado do Mato Grosso e para o Bairro Santo Amaro, ou seja, não existe diferença estatisticamente significativa entre a cor autodeclarada do indivíduo e a experiência de vitimização.

Diferentes autores utilizam a renda familiar como uma variável para explicar o risco de vitimização de um indivíduo. A renda pode ser um reflexo da posição do indivíduo na estrutura econômica da sociedade, que está relacionada ao fator de atratividade da vítima (FELSON; COHEN, 1980; COHEN *et al.*, 1981), ou seja, as pessoas com renda mais alta são mais atrativas, pois exibem maior retorno econômico esperado pelo crime. Analisando a Tabela 1, podemos perceber que esta foi a única variável significativa nas quatro pesquisas. Os resultados encontrados nas pesquisas confirmam as hipóteses teóricas, ou seja, as pessoas com mais renda tendem a apresentar maiores riscos de vitimização do que aquelas com rendas mais baixas.

5. Determinantes da Vitimização

Nesta seção é apresentada uma definição das variáveis dependente e independentes, com a especificação dos modelos adotados. A seguir, apresentamos os resultados dos determinantes da vitimização criminal na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Mato Grosso, no Estado de Santa Catarina e no Bairro de Santo Amaro, em Recife – PE.

Variável Dependente

Vitimização: foi perguntado aos entrevistados se seu carro ou outro bem havia sido roubado ou furtado nos últimos 12 meses¹. Usando essa informação, criamos variáveis dicotômicas (1 o entrevistado foi vitimizado; 0 o entrevistado não foi vitimizado) em cada pesquisa.

Variáveis Independentes

Controle Social Comunitário: inspirados por Bursik e Grasmik (1993), utilizamos o *controle social público*, a partir da definição de laços da comunidade com o governo local e com a polícia, duas instituições que controlam recursos e benefícios para a vida da vizinhança. Mensuramos o *controle social público* como a resposta às cinco perguntas a seguir: 1) Avaliação da oferta de transportes públicos como ônibus na vizinhança; 2) Avaliação do policiamento a pé, em viaturas ou moto na vizinhança; 3) Avaliação da oferta de serviços públicos de saúde na vizinhança; 4) Avaliação da coleta de lixo e entulhos nas ruas da vizinhança; 5) Avaliação da oferta de escolas públicas na vizinhança. Além disso, mensuramos os *laços sociais locais* a partir de duas perguntas: 1) Poderia contar com os vizinhos para tomar conta da casa enquanto não está?; 2) Poderia contar com os vizinhos para resolver conflitos ou brigas na vizinhança?

Desordem Social e Física: para trabalhar com as condições da vizinhança, utilizamos a abordagem da *desordem social e física na vizinhança* como variáveis importantes no estudo da vitimização. Para tanto, trabalhamos com as

¹ Na pesquisa realizada em Santo Amaro, o período de referência para a pergunta de vitimização foi de 5 anos.

seguintes questões: 1) Existem prédios, casas ou galpões abandonados na vizinhança?; 2) Existem carros abandonados, arrebentados ou desmontados na rua da vizinhança?; 3) Existem terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulhos ou com mato alto (cercados ou não) na vizinhança; 4) Existem barulhos de tiros na vizinhança.

Teorias das Atividades Rotineiras e Estilo de Vida: Seguindo a perspectiva da *teoria das atividades rotineiras*, a renda familiar e o sexo são *proxies* de alvo atrativo. Estado civil e idade, por outro lado, serão utilizados como variáveis representantes da *teoria do estilo de vida*. Já a cor entrará no estudo como uma variável de controle.

Estudos recentes de vitimização criminal têm enfatizado a inter-relação entre os efeitos individuais e estruturais para explicar os riscos de vitimização. No entanto, esses trabalhos ainda precisam incorporar os modelos de efeito misto – fatores do indivíduo e da vizinhança – com comparações entre diferentes regiões, estados etc. com economias, histórias ou culturas diferentes. O presente estudo aborda a generalização potencial das relações empíricas de nível individual e de vizinhança analisando o risco de vitimização de roubo ou furto em quatro localidades (cidade do Rio de Janeiro, Estados do Mato Grosso e Santa Catarina e o Bairro de Santo Amaro em Recife-PE), comparando os efeitos de variáveis sociodemográficas, de atividade rotineira e estilo de vida como fatores individuais, e de variáveis de desordem, laço e controle social como fatores de vizinhança e usando os dados de quatro pesquisas aplicadas pelo DataUFF.

Recorrendo à análise de Regressão Logística² para estudar o risco de vitimização, pretendemos avaliar a influência das variáveis explicativas relacionadas às abordagens teóricas das atividades rotineiras, estilo de vida, controle social público, laços sociais e desordem social e física. Na Tabela 2, verificamos os resultados dos quatro modelos. De forma geral, os resultados dos modelos confirmam a hipótese principal do estudo de que o risco

² O uso dessa técnica para ajustar modelos estatísticos permite identificar quais fatores explicativos possibilitam interpretar adequadamente o perfil do grupo com maior risco/probabilidade de ser vitimizado, utilizando outras variáveis escolhidas a partir de testes de qualidade do ajuste. Tal procedimento permite obter uma medida de como essas variáveis influenciam a probabilidade de uma pessoa ser vitimizada.

de vitimização pode ser explicado por fatores no nível do indivíduo e da vizinhança. Além disso, também podemos perceber ainda que os fatores ligados ao controle social público também influem na probabilidade de vitimização, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro modelo, para a cidade do Rio de Janeiro, todas as variáveis explicativas foram estatisticamente significativas. Entretanto, ao invés de realizarmos a análise por modelo, faremos o estudo por grupo de variáveis, considerando a perspectiva teórica a qual este está representando. Nesse sentido, iniciando pelas atividades rotineiras (FELSON; COHEN, 1980; COHEN *et al.*, 1981), utilizamos duas variáveis para representar essa teoria: sexo e renda familiar. O sexo do entrevistado, quando controlado pelas outras variáveis, deixou de ser significativo no Bairro Santo Amaro. Na Cidade do Rio de Janeiro, essa variável foi significativa, e as estimativas mostram que os homens possuem 1,4 vez mais chances de serem vitimizados do que as mulheres. Esse resultado corrobora com a hipótese de maior exposição ao perigo. A renda familiar, por sua vez, pode servir para mensurar o conceito de oportunidade de um alvo atrativo, na medida em que os indivíduos fornecem pistas na renda sobre o valor da casa em que vivem, o carro que dirigem, ou das roupas e joias que usam. A variável renda familiar é reconhecidamente uma *proxy* imperfeita para o fator atratividade, uma vez que os indivíduos menos abastados também podem possuir bens que sejam atrativos para potenciais criminosos (FELSON; COHEN, 1980; COHEN *et al.*, 1981). Apesar das limitações com o uso da renda familiar como uma *proxy* para a atratividade, medidas mais específicas não estavam disponíveis nas pesquisas. De qualquer forma, essa variável foi significativa nos quatro modelos, de forma que aqueles que disseram ter uma renda familiar mais alta possuem mais chances de serem vitimizados quando comparados com os que possuem rendas mais baixas.

Em se tratando da teoria do estilo de vida, a variável faixa etária foi significativa apenas no modelo para a Cidade do Rio de Janeiro. Os resultados dessa variável mostram que, quanto mais jovem, maiores as chances de vitimização, tal como sugere a teoria do estilo de vida (SAMPSON; WOOLDREDGE, 1987; MIETHE; MEIER, 1994), descrita anteriormente. Estado civil também é utilizado para mensurar essa teoria. Como podemos verificar na Tabela 2, somente no Bairro Santo Amaro, em Recife, essa variável não foi significativa. Nos Estados de Mato Grosso e Santa Catarina, os solteiros possuem mais chances de vitimização do que os não solteiros, confirmando a perspectiva teórica do estilo de vida, ou seja, os solteiros

tendem a se expor mais do que os outros grupos, por isso possuem mais riscos (MIETHE; MEIER, 1994). Por outro lado, curiosamente, na Cidade do Rio de Janeiro, o resultado foi o contrário do esperado.

As variáveis que representam o controle social público foram significativas no modelo para a Cidade do Rio de Janeiro e sinalizam a ideia apresentada pela hipótese de que quanto melhor a avaliação dos serviços públicos (melhores serviços) menores os riscos de vitimização (BURSIK; GRASMICK, 1993). Analisando as Razões de Chances na Tabela 2 para o grupo de variáveis que representam a teoria do controle social público, podemos perceber que as pessoas que avaliaram os serviços públicos como “Ruim” tendem a ter mais chances de vitimização do que aquelas que avaliaram os serviços como “Bom”. No modelo de Santa Catarina, a “Avaliação do policiamento a pé, em viaturas ou moto na vizinhança” foi significativa, e na mesma direção que a literatura internacional sugere, isto é, nas vizinhanças que possuem bons recursos de policiamento a pé (ou boa interação com as instituições responsáveis pelos seus serviços), os riscos de vitimização são menores.

Tabela 2: Modelos de Regressão Logística para estimar a probabilidade de vitimização em quatro localidades

	Cidade do Rio de Janeiro (2008)		Estado do Mato Grosso (2010)		Estado de Santa Catarina (2012)		Baixo de Santo Amaro / Recife - PE (2013)	
	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor
Intercepto	0,000	0,000	0,060	0,000	0,141	0,008	0,000	0,999
Sexo	Masculino	1,404	0,952	0,622	0,989	0,932	1,384	0,261
	Feminino	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Faixa Etária	16 a 24 anos	7,331	1,161	0,442	0,659	0,111	2,208	0,144
	25 a 34 anos	4,698	0,000	1,057	0,755	0,777	3,626	0,012
	35 a 44 anos	1,875	0,000	1,121	0,522	0,854	2,142	0,159
	45 a 59 anos	1,640	0,000	1,045	0,806	1,033	0,879	0,813
Estado Civil	60 anos ou mais	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
	Solteiro	0,739	0,000	1,274	0,045	1,391	0,056	0,961
Cor	Não Solteiro	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
	Branco	1,110	0,000	0,945	0,583	1,412	0,043	1,217
	Negro	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
	Mais de 5 SM	2,141	0,000	2,441	0,000	2,495	0,001	2,387
Renda Familiar	Mais de 3 até 4 SM	1,585	0,000	1,904	0,000	1,414	0,169	0,204
	Mais de 2 até 3 SM	1,698	0,000	1,371	0,053	2,073	0,002	1,134
	Mais de 1 até 2 SM	1,129	0,000	1,493	0,004	1,287	0,278	0,960
	Até 1 SM	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

	Cidade do Rio de Janeiro (2008)		Estado do Mato Grosso (2010)		Estado de Santa Catarina (2012)		Bairro de Santo Amaro / Recife - PE (2013)	
	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor
Avaliação da oferta de transportes públicos como ônibus na vizinhança	Bom	0,000	0,923	0,580	1,416	0,101	3,64E+09	0,999
	Regular	13,372	0,888	0,395	1,173	0,496	2,58E+09	0,999
	Ruim	11,139	0,000	1,207	0,143	0,993	9,99E+08	0,999
	Não tem	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	
Avaliação do policiamento a pé, em viaturas ou moto na vizinhança	Bom	0,957	1,114	0,639	0,572	0,015	1,582	0,718
	Regular	1,888	0,000	1,320	0,214	0,710	1,876	0,624
	Ruim	1,814	0,000	1,445	0,102	0,865	0,510	0,373
	Não tem	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	
Avaliação da oferta de serviços públicos de saúde na vizinhança	Bom	41,486	0,919	0,735	0,880	0,731	1,072	0,959
	Regular	34,359	0,000	0,980	0,935	0,801	0,885	0,928
	Ruim	49,942	0,000	1,039	0,878	0,957	0,908	0,608
	Não tem	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	
Avaliação da coleta de lixo e entulhos nas ruas da vizinhança	Bom	2,384	1,324	0,521	0,992	0,989	0,544	0,632
	Regular	2,045	0,000	1,209	0,667	1,038	0,951	0,452
	Ruim	1,674	0,000	1,658	0,257	0,870	0,828	0,287
	Não tem	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	
Avaliação da oferta de escolas públicas na vizinhança	Bom	41,486	0,947	0,844	0,777	0,506	1,072	0,959
	Regular	34,359	0,000	0,896	0,700	0,799	0,885	0,928
	Ruim	49,942	0,000	0,918	0,783	0,838	0,718	0,608
	Não tem	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	

	Cidade do Rio de Janeiro (2008)		Estado do Mato Grosso (2010)		Estado de Santa Catarina (2012)		Bairro de Santo Amaro / Recife - PE (2013)	
	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor	Razão de Chances	P-Valor
Poderia contar com os vizinhos para tomar conta da casa enquanto não está	Poderia contar	0,837	0,997	0,980	0,524	0,000	1,431	0,290
	Não poderia contar	1,000	1,000		1,000		1,000	
Poderia contar com os vizinhos para resolver conflitos ou brigas na vizinhança	Poderia contar	0,933	1,211	0,085	1,144	0,370	0,930	0,826
	Não poderia contar	1,000	1,000		1,000		1,000	
Existem prédios, casas ou galpões abandonados na vizinhança	Existe	1,126	1,082	0,500	1,227	0,261	1,714	0,101
	Não existe	1,000	1,000		1,000		1,000	
Existem carros abandonados, arrebentados ou desmontados na rua da vizinhança	Existe	0,696	1,067	0,732	0,904	0,668	0,983	0,962
	Não existe	1,000	1,000		1,000		1,000	
Existem terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulhos ou com mato alto (cercados ou não) na vizinhança	Existe	1,128	1,302	0,013	1,448	0,008	1,747	0,083
	Não existe	1,000	1,000		1,000		1,000	
Existem barulhos de tiros na vizinhança	Existe	1,298	1,575	0,000	1,656	0,002	0,980	0,947
	Não existe	1,000	1,000		1,000		1,000	

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização no Rio de Janeiro - 2008; Pesquisa de Vitimização no Estado do Mato Grosso - 2010; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina - 2012; Pesquisa de Imagem da Segurança Pública no Bairro de Santo Amaro, Recife - PE - 2013.

Outra abordagem importante desenvolvida pelos estudiosos da vitimização são os laços sociais na vizinhança. Segundo os autores, quando os vizinhos podem contar uns com os outros, os riscos de vitimização diminuem (SAMPSON; GROVES, 1989; WARNER; ROUNTREE, 1997; SAMPSON, 2004). Essa hipótese foi confirmada nos modelos da Cidade do Rio de Janeiro e do Estado de Santa Catarina.

Alguns pesquisadores têm procurado mostrar a relação dos indicadores de desordem com o medo do crime e a vitimização. Ao abordar essa relação, procura-se apontar a importância da dimensão de desordem física e social como possível causa dos elevados níveis de criminalidade, medo do crime e insegurança (WILSON; KELLING, 1982; SKOGAN, 1990; KELLING; COLES, 1996). Pesquisas têm confirmado essa relação e demonstrado que elevados níveis de desordem na vizinhança produzem maiores taxas de criminalidade, geram maior medo e insegurança para a população (SKOGAN, 1990). Nessa análise, encontramos um resultado coerente com a literatura para a Cidade do Rio de Janeiro e para os Estados do Mato Grosso e Santa Catarina.

Em suma, o objetivo principal deste artigo foi o de estender a literatura que aborda a relação entre o controle social e a vitimização patrimonial, controlando os efeitos através de dois níveis: individual e de vizinhança. Analisando os efeitos da dimensão individual sobre a vitimização, encontramos efeitos significativos para a compreensão da vitimização por crimes contra patrimônio para os locais estudados. No entanto, ao estudar os efeitos da vizinhança, verificamos que os resultados foram consistentes com a literatura para algumas das localidades analisadas. De qualquer forma, podemos concluir que a vizinhança desempenha um papel importante na explicação da vitimização patrimonial em termos de efeitos "principais". Ou seja, os contextos com níveis mais elevados de controle e coesão social tendem a acentuar a natureza protetora dos esforços individuais de proteção da vizinhança (SAMPSON, 2004). Assim como os ambientes com maior desordem física e tendem a apresentar mais chances de vitimização patrimonial (WILSON; KELLING, 1982; SKOGAN, 1990; KELLING; COLES, 1996). Como tal, encontramos apoio para a ideia de que o fornecimento de proteção mútua aumenta os custos do mercado associados com o crime, o que reforça as práticas de coesão e controle social e controle social público (SKOGAN; HARTNETT, 1997).

Assim, verificamos que o risco de vitimização pode ser explicado tanto por fatores do nível do indivíduo quanto da vizinhança, mas que os efeitos não são homogêneos nas comparações realizadas neste trabalho.

Conclusão

Dados de diferentes estudos sugerem que a violência tem vários aspectos e condições, que são desigualmente distribuídos no meio social, sugerindo que alguns grupos apresentam maiores riscos de vitimização do que outros, e as formas para resolver os conflitos interpessoais podem ser promovidos por um processo interativo entre instituições formais e a comunidade. Nessa perspectiva, este estudo apresentou uma análise da vitimização a partir da interpretação da influência de aspectos individuais e da vizinhança sobre o risco de ser vitimado. Para tanto, foram consideradas algumas abordagens teóricas que consideram a convergência entre o tempo e o espaço (teorias das atividades de vida e estilo de vida), e as condições sociais e físicas da vizinhança (controle social público, laços sociais, desordem física e social).

Ademais, uma das motivações para o desenvolvimento deste estudo foi a averiguação do potencial de generalização da explicação do risco de vitimização criminal a partir dos modelos de regressão logística, com base na perspectiva teórica referenciada neste trabalho. Com base nos resultados apresentados, podemos concluir que não existem evidências substantivas para a generalização dos resultados. Na análise comparativa das quatro pesquisas realizadas pelo DataUFF, percebemos que não existe um modelo padrão para explicar o fenômeno da vitimização para a Cidade do Rio de Janeiro, os Estados de Mato Grosso e Santa Catarina e o Bairro Santo Amaro. No que concerne aos fatores do indivíduo e da vizinhança, verificamos que as razões de chance para a vitimização de roubo e furto variam nas quatro localidades estudadas.

Portanto, nossos resultados sugerem três principais conclusões em termos dos efeitos da vitimização: (1) que os efeitos de vizinhança são importantes para explicar o risco de vitimização de roubo ou furto, (2) que os efeitos das características individuais e de vizinhança não são generalizáveis em contextos sociais distintos, e (3) que, controlando por fatores dos indivíduos, e com a adição de características da vizinhança nos modelos, o fenômeno da vitimização por roubo e furto pode ser mais bem explicado.

Vale destacar, também, uma abordagem apresentada na discussão teórica e nos resultados empíricos encontrados neste trabalho: o controle social público. Essa abordagem não só deve ser entendida como um caminho para a melhoria da comunidade em si, mas como a viabilidade ou o desenvolvimento político em bairros mais desfavorecidos. Em contraste com a visão de que os moradores de áreas menos abastadas são necessariamente mais alienados no

que se refere às relações com as instituições políticas e têm atitudes apáticas em direção ao andamento das políticas, o efeito do controle social público sugere que os bairros desfavorecidos exercem contextos politicamente viáveis para o sucesso de programas sociais ou planejamentos estratégicos desenvolvidos por parte do governo. Essa observação é apoiada claramente pelo importante papel que os moradores desempenham no estabelecimento do controle social público. A literatura sobre a mobilização do bairro salienta a influência que os moradores podem dar para as políticas locais, quando eles são organizados e usam táticas de pressão (ROONEY, 1995; RABRENOVIC, 1996). Tais ações, por sua vez, muitas vezes, têm obrigado as autoridades a alocarem recursos nesses bairros.

Da mesma forma, a ideia do policiamento comunitário é iniciar laços entre a polícia e os moradores. Na medida em que esses laços são fortalecidos, o programa de policiamento comunitário torna-se mais bem-sucedido (KELLING; COLES, 1996). De fato, um dos principais objetivos do policiamento comunitário é promover a autoajuda e fornecer à comunidade mecanismos de controle social informal que ponham em marcha o processo de tomada de posse da própria comunidade (SKOGAN, 1990).

Nosso entendimento sobre o controle social público está relacionado aos laços entre os moradores e o governo, bem como à garantia dos recursos para o desenvolvimento das políticas na vizinhança ou no bairro. Acreditamos que o controle social público é uma perspectiva teórica relevante, tendo em vista que esta apresenta a vizinhança como um espaço com condições politicamente viáveis para o desenvolvimento de políticas públicas para a redução da vitimização criminal. Os resultados deste trabalho corroboram com essa afirmação para algumas das localidades estudadas. Nesse sentido, podemos concluir que a articulação entre a gestão pública e os moradores de localidades desfavorecidas para o desenvolvimento de políticas públicas de redução e prevenção da violência e da criminalidade pode ser uma estratégia fundamental para o alcance da tão esperada “qualidade de vida”.

Referências

BEATO, Claudio; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), p.73-89.

BORGES, Dorian. (2013). Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, análise e contexto. *Revista Mediações*, n. 18.

- (2008). *Vitimização Criminal: Prevalência, Incidência e o Estilo de Vida*. In: Andréia Soares Pinto; Renato Dirk; Vanessa Campagnac (Orgs.); *Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização - 2007*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública.
- BRAITHWAITE, John; BILES, David.
(1984). *Victims and Offenders: The Australian Experience*. In: Richard Block (Ed.); *Victimization and fear of crime: World perspectives 3*. National Criminal Justice Reference Service / National Institute of Justice - United States Department of Justice.
- BURSIK, Robert.
(1989). *Social Disorganization Theories of Crime and Delinquency: Problems and Prospects*. *Criminology*, n. 26, p. 519-551.
- BURSIK, Robert; GRASMICK, Harold.
(1993). *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. New York: Lexington Books.
- CALDEIRA, TEREZA.
(2000). *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo - Edusp.
- COHEN, Lawrence; CANTOR, David.
(1980). *The determinants of larceny: An empirical and theoretical study*. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, n. 17, p. 140-159.
- COHEN, LAWRENCE; FELSON, MARCUS
(1979). *Social change and crime rate trends: a routine activity approach*. *American Sociological Review*, n. 44, p. 588-608.
- COHEN, LAWRENCE; KLUEGEL, JAMES; LAND, KENNETH
(1981). *Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: An Exposition and Test of a Formal Theory*. *American Sociological Review*, v. 46, p. 505-524.
- CORRADO, RAYMOND; ROESCH, RONALD; GLACKMAN, WILLIAN; EVANS, JOHN; LEGER, GERALD
(1980). *Life Styles and Personal Victimization: A Test of the Model with Canadian Survey Data*. *Journal of Crime and Justice*, n. 3, p. 129-139.
- DAWLEY, David.
(1992). *A Nation of Lords: The autobiography of the Vice Lords*. Prospect Heights, Waveland Press.
- FELSON, Marcus; COHEN, Lawrence.
(1980). *Human ecology and crime: a routine activity approach*. *Human Ecology*, vol. 8, p.389-406.
- GAROFALO, James.
(1987). *Reassessing the lifestyle model of criminal victimization*. In: Michael Gottfredson; Travis Hirschi (Eds.); *Positive Criminology*. Newbury Park, CA: Sage. p. 23-42.
- GOTTFREDSON, Michael; HINDELANG, Michael.
(1981). *Sociological aspects of criminal victimization*. *Annual Review of Sociology*, n. 7, p. 107-128.
- GOTTFREDSON, Michael.
(1986). *Substantive contributions of victimizations surveys*. In: Norval Morris; Michael Tonry; (Eds). *Crime and Justice: An annual review of research*, v. 7, p. 251-288. Chicago: University of Chicago Press.
- HACKING, Ian.
(1990). *The taming of chance*. Cambridge University Press.
- HENNING, John.
(1982). *Criminal Justice Reform (From Criminal Justice System in America, 1982, Part 3-See NCJ-93023)*.
- HINDELANG, Marcus.
(1976). *Criminal victimization in eight American cities: A descriptive analysis of common theft and assault*. Cambridge, Mass: Ballinger Publishing Company.
- HINDELANG, Michael; GOTTFREDSON, Michael; GAROFALO, James.
(1978). *The Victims of Personal Crime: An Empirical Foundation for a Theory of Personal Victimization*. Cambridge, MA: Ballinger.

- HOUGH, Mike; MAYHEW, Patricia.
(1983). *The British crime survey: first report*, London.
- HUNTER, Albert.
(1985). Private, parochial and public school orders: The problem of crime and incivility in urban communities. In: Gerald Suttles; Mayer Zald (Eds.); *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society*. Norwood, J=NJ: Ablex Publishing.
- KELLING, George; COLES, Catherine.
(1996). *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities*. New York: Free Press.
- KENNEDY, Leslie; FORDE, David.
(1990). Routine activities and crime: An analysis of victimization in Canada. *Criminology*, n. 28, p. 137-151.
- KRIVO, Lauren; PETERSON, Ruth.
(1996). Extremely disadvantaged neighborhoods and urban crime. *Social Forces*, n. 75, p. 619-650.
- LAHOSA, Joseph.
(2002). Delincuencia y ciudad. Hacia una reflexión geográfica comprometida. *Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales*, Vol. VII. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-349.html>. Acesso em agosto de 2013.
- MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy.
(1993). *American Apartheid: Segregation and the making of the underclass*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- MAXFIELD, Michael.
(1987). Explaining the Fear of Crime: Evidence from the 1984 British Crime Survey. *Home Office Research Study*, n. 41. London: Home Office.
- MIETHE, Terence; STAFFORD, Mark; LONG, Scott.
(1987). Social differentiation in criminal victimization: A test of routine activities / lifestyle theories. *American Sociological Review*, n. 52, p. 184-194.
- MIETHE, Terence; MEIER, Robert.
(1994). *Crime and its social context: Toward an Integrated theory of offenders, victims, and situations*. Albany: State University of New York Press.
- PIQUERO, Alex; GREENE, Jack; FYFE, James; KANE, Robert; COLLINS, Peter.
(1998). Implementing community policing in public housing developments in Philadelphia: Some early results. In: Geoffrey Alpert; Alex Piquero (Eds.); *Community Policing: Contemporary reading*. Prospect Heights: Waveland Press.
- PIQUET, Leandro; FAJNZYLBER, Pablo.
(2001). A Criminalidade nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo: Determinantes da Vitimização e Políticas Públicas. In: Pablo Fajnzlyber; Daniel Lederman; Norman Loyaza (Orgs.); *Crime e Violência na América Latina*. Banco Mundial/Alfaomega.
- RABRENOVIC, Gordana.
(1996). *Community builders: A tale of neighborhood mobilization in two cities*. Philadelphia: Temple University Press.
- ROONEY, Jim.
(1995). *Organizing the South Bronx*. Albany: State University of New York Press.
- ROUNTREE, Pamela; LAND, Kenneth; MIETHE, Terence.
(1994). Macro-micro integration in the study of victimization: A hierarchical logistic model analysis across Seattle neighborhood. *Criminology*, n. 32, p. 387-414.
- SAMPSON, Robert; RAUDENBUSH, Stephen; EARLS, Felton.
(1997). Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*, 277, p.918-24.
- SAMPSON, Robert; GROVES, Bryron.
(1989). Community Structure and Crime: Testing Social Disorganization Theory. *American Journal of Sociology*, 94, p.774-802.

- SAMPSON, Robert; LAURITSEN, Janet.
(1994). Violent victimization and offending: Individual-, situational-, and community-level risk factors. *Understanding and preventing violence*, v. 3, p. 1-114.
- SAMPSON, Robert; WOOLREDGE, John.
(1987). Linking the micro and macro-level dimensions of lifestyle-routine activity and opportunity models of predatory victimization. *Journal of Quantitative Criminology*, n. 3, p. 371-393.
- SAMPSON, Robert.
(2004). Neighborhood and Community: Collective Efficacy and Community Safety. *New Economy*, 11, p.106-13.
- SHAW, Clifford; MCKAY, Henry.
(1942). *Juvenile delinquency and urban areas*. Chicago: University of Chicago.
- SKOGAN, Wesley; MAXFIELD, Michael.
(1981). *Coping with Crime*. Beverly Hills: Sage.
- SKOGAN, Wesley.
(1990). *Disorder and Decline: Crime and the Spiral of Decay in American Neighborhoods*. New York: The Free Press.
- SKOGAN, Wesley; HARTNERR, Susan.
(1997). *Community policing*. Chicago Style . New York: Oxford University Press.
- SMITH, Douglas.
(1982). *Invoking the law: Determinants of police arrest decisions*. Dissertation. Indiana University.
- VAN DIJK, Jan; STEINMETZ, Carl.
(1983). *Victimization surveys: Beyond measuring the volume of crime*. Victimology.
- WACQUANT, Loic; WILSON, Willian.
(1989). The cost of racial and class exclusion in the inner city. *Annals of the American Academy of political and social science*, n. 501, p. 8-25.
- WARNER, Barbara; ROUNTREE, Pamela.
(1997). Local social ties in a community and crime model: Questioning the systemic nature of informal social control. *Social Problems*, n. 44, p. 520-536.
- WILSON, Willian.
(1996). *When work disappears: The world of the new urban poor*. New York: Random House.
- WILSON, James; KELLING, George.
(1982). *Broken Windows*. Atlantic Monthly. p. 29-38.

Recebido em
fevereiro de 2014

Aprovado em
julho de 2014

ANEXO 1 – Testes de Qualidade do Ajuste dos Modelos

	Cidade do Rio de Janeiro			Estado do Mato Grosso			Estado de Santa Catarina			Bairro de Santo Amaro (Recife - PE)		
	Wald Chi-Square	df	Sig.	Wald Chi-Square	df	Sig.	Wald Chi-Square	df	Sig.	Wald Chi-Square	df	Sig.
	Intercepto	14.801,77	1	0,000	75,77	1	0,000	44,77	1	0,000	0,00	1
Sexo	8.802,76	1	0,000	0,24	1	0,622	0,01	1	0,932	1,26	1	0,261
Faixa Etária	98.926,65	4	0,000	0,89	4	0,926	4,49	4	0,343	12,79	4	0,012
Estado Civil	4.847,82	1	0,000	4,00	1	0,045	3,64	1	0,056	0,02	1	0,894
Cor	818,90	1	0,000	0,30	1	0,583	4,11	1	0,043	0,40	1	0,525
Renda Familiar	18.125,17	4	0,000	26,87	4	0,000	19,50	4	0,001	7,20	4	0,125
Avaliação da oferta de transportes públicos	2.124,54	3	0,000	4,96	3	0,175	4,77	3	0,190	5,50	3	0,139
Avaliação do policiamento	19.461,85	3	0,000	5,05	3	0,168	7,51	3	0,057	3,48	3	0,324
Avaliação da oferta de serviços de saúde	1.446,60	3	0,000	0,77	3	0,857	0,27	3	0,965	2,33	3	0,507
Avaliação da coleta de lixo e entulhos nas ruas	4.104,16	3	0,000	5,20	3	0,158	0,38	3	0,944	4,11	3	0,250
Avaliação da oferta de escolas públicas	6.287,33	3	0,000	0,30	3	0,960	4,73	3	0,192	3,16	3	0,368
Contar com os vizinhos para tomar conta da casa	1.663,07	1	0,000	0,00	1	0,980	16,56	1	0,000	1,12	1	0,290
Contar com os vizinhos para resolver conflitos	251,70	1	0,000	2,96	1	0,085	0,80	1	0,370	0,05	1	0,826
Existem prédios, casas ou galpões abandonados	691,13	1	0,000	0,46	1	0,500	1,26	1	0,261	2,69	1	0,101
Existem carros abandonados ou arrebitados	6.865,11	1	0,000	0,12	1	0,732	0,18	1	0,668	0,00	1	0,962
Existem terrenos ou lotes vagos cheios de lixo	795,28	1	0,000	6,15	1	0,013	7,01	1	0,008	3,00	1	0,083
Existem barulhos de tiros na vizinhança	4.615,05	1	0,000	14,39	1	0,000	9,57	1	0,002	0,00	1	0,947

A voz da cidade portuária: a presença do porto urbano em Vitória / ES¹

Flavia Nico Vasconcelos*

Resumo

As cidades portuárias são marcadas por relações peculiares que se desenvolvem entre cidade e porto. Essas relações são mantidas historicamente quando cidade e porto mantêm interdependências ou reproduzem socialmente identidades e culturas criadas a partir da trajetória comum. Há casos em que porto e cidade seguem rumos diferentes e muito pouco do ser cidade portuária permanece na memória e no sentimento dos seus habitantes. Este artigo é resultado de pesquisa de campo realizada na cidade portuária de Vitória/ES. Ao ouvir os moradores e comerciantes que vivem no entorno do Porto de Vitória, percebemos que a natureza de ser cidade portuária está sendo perdida.

Palavras-chave

Cidades portuárias. Interfaces cidade-porto. Vitória/ES.

Abstract

Port cities are known for its special relations due to the interfaces between city and port. Those interfaces are historically sustained when both city and port keep growing and developing together and fostering its interdependence through the creation of identities and cultural aspects that resemble its common trajectory. There are cases when city and port follow different ways of development and the connections that sustained the port city as one single unity is kept only in the memory and nostalgic feelings of its inhabitants. This paper is the result of a field research that studied the trajectory of the port city of Vitoria/ES - Brazil and how the perception of being a port city has been lost by its inhabitants.

Keywords

City port. City port interfaces. Vitória/ES.

¹ Pesquisa financiada pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP) em 2012. Participaram da pesquisa de campo os alunos de iniciação científica Roberta Ferro, Patrícia Canci, Ana Luiza Pena e Romilson Neto.

* Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professora do curso de mestrado em Sociologia Política e da Faculdade de Relações Internacionais da Universidade de Vila Velha (UVV) / Espírito Santo. E-mail: flavia.nico@yahoo.com.

Apresentação

Tradicionalmente, as cidades portuárias vivem uma relação histórica, complexa e de interdependência entre cidade e porto. Em alguns casos, os portos que perderam sua capacidade competitiva e contam com espaços ociosos ou áreas degradadas têm esses espaços recuperados para uso urbano a partir de projetos de reconversão de seus *waterfronts* – como em Boston, Baltimore, Lisboa, Buenos Aires, Belém, dentre outros.

Há outros casos, em que as cidades convivem com seu antigo porto urbano apenas porque seguem localizados em sítios centrais, sem que com ele mantenham uma relação simbiótica, vinculação econômica direta ou mesmo identidade histórico-patrimonial – como em Barcelona, Antuérpia, Rio de Janeiro e Santos. Nesses casos, em algum momento, a função portuária se distanciou das atividades urbanas e segue como um equipamento da cadeia logística ainda localizado no centro dinâmico urbano. O referencial de ser cidade portuária é comumente perdido, as necessárias interações com o porto urbano tendem a acontecer de forma conflituosa, e a percepção da comunidade sobre a presença do porto recai sobre seus aspectos negativos – insegurança, foco de prostituição, barreira visual ao mar, estética desagradável, dentre outras.

Em Vitória/ES, a presença de um complexo portuário relativizou a importância de seu primeiro porto – o Porto de Vitória. A ausência de políticas públicas que tratem a cidade como cidade portuária e fortaleçam a identidade do porto urbano como bem cultural e patrimonial favoreceu olhar para o Porto como mera porta de entrada e saída de mercadorias ou como lugar isolado onde se desenvolvem atividades com fins econômicos.

Localizado no que hoje é o centro histórico da cidade (ou “Centro”) e outrora foi o núcleo de desenvolvimento econômico da capital, o Porto de Vitória ocupa área urbana ao longo da baía da ilha de Vitória, em trecho utilizado como via de passagem de grande fluxo de veículos na transição entre as cidades vizinhas de Vitória/Cariacica/Vila Velha e aproveitando-se de espaço nobre e histórico em frente à sede do governo estadual - o Palácio Anchieta.

Vitória ainda é uma cidade portuária? Respondemos a essa pergunta a partir das percepções daqueles que têm o Porto de Vitória em seu dia a dia – os moradores e comerciantes do entorno portuário. A pesquisa analítica utilizou-se de metodologia hipotético-dedutiva, estudo de bibliografia primária e secundária sobre Vitória e literatura especializada em cidades

portuárias. Sua principal contribuição é fruto da realização de estudo de campo através da aplicação de questionários estruturados que dão voz a moradores e comerciantes do entorno do Cais Comercial do Porto de Vitória².

A evolução histórica da interface cidade-porto em Vitória/ES

O conceito de cidade portuária não é consensual e caracteriza-se pelo seu sincretismo (DUCRUET, 2005; WANG; OLIVIER, 2003). Da dificuldade em encontrar um ponto que dê a especificidade do objeto *cidade portuária* e que aponte o que lhe é peculiar, Ducruet (s/d) parte para aquilo que a distingue: os portos sem cidade e as cidades sem porto. Afinal, nem todos os portos estão associados a uma cidade e nem toda cidade com um porto mantém com ele uma relação de proximidade.

O termo *cidade porto* (*port city* ou *ville portuaire*) refere-se a uma cidade portuária onde houve um porto, agora desaparecido ou inoperante, ou que guarda traços derivados da presença de um porto sem que mantenha com ele uma relação de proximidade (HENRY, 2006). Já o termo *cidade portuária* (*cityport* ou *ville port*) está relacionado a uma cidade efetivamente dotada de um porto urbano em operação. No primeiro, há uma ideia de justaposição e imbricação; no segundo, de interação, complementaridade e interligação.

Para Hoyle (1997/98), a ideia de cidade portuária é derivada da associação tradicional e íntima entre cidade e porto, que é seu maior componente. Brian Hoyle (1989)³ propõe um modelo de evolução da cidade portuária industrial ocidental composto por cinco fases de modificações nas relações de interação, complementaridade e interligação entre cidade e porto. Conseguimos utilizar esse modelo, com ajustes nos períodos históricos, para descrever a evolução da cidade e do porto urbano de Vitória/ES.

A história da cidade de Vitória se confunde com a história de seu porto urbano no longo período do século XVI até 1930/40. Durante todo esse tempo, a cidade e porto desenvolvem-se mutuamente em uma relação

² Além do Cais Comercial e do Terminal Flexibrás/Technip, que ficam do lado da baía em Vitória, o Porto de Vitória conta com seis cais ou terminais em Vila Velha.

³ Outras propostas de compreensão das relações cidade e porto podem ser encontradas em Hoyle (1997/98), Ducruet (2010), Bird (1963), Gravari-Barbas (1996), Norcliff et al (1989), Henry (2006) e Pinder *et al.* (1988).

simbiótica, que pode ser identificada com o que Hoyle (1989) classificou como etapa *Porto-Cidade Primitivos*, a primeira fase do modelo.

Uma retrospectiva histórica nos permite afirmar que a cidade nasce, em 1535, pretendendo ser cidade portuária. Um dos motivos da escolha da então vila de Vitória como sede da capitania do ES foi as boas condições de sua baía para o desenvolvimento da atividade portuária. A organização portuária acompanha o crescimento e urbanização da cidade. Os relatos dos presidentes da província no século XIX mencionam as obras de construção do porto de maneira associada à construção e urbanização da cidade (VASCONCELOS, 2011). Do período de fundação da cidade até 1928, o Porto fez parte dos planos da gestão pública junto aos planejamentos para construção da infraestrutura física da cidade – construção de avenidas, urbanização dos lugares, melhoria da qualidade de vida (SIQUEIRA; VASCONCELOS, 2012).

A função portuária também estava em sintonia com as atividades econômicas urbanas. Os diversos cais, que posteriormente deram lugar ao porto organizado, estavam associados às atividades da sociedade local – como o Cais Grande, construído com finalidades comerciais, e o Porto dos Padres, que atendia aos jesuítas e às populações que traziam lavoura do interior. A relevância do Porto foi estratégica no século XIX para o desenvolvimento local a partir do escoamento dos produtos de Minas Gerais, estado vizinho sem acesso ao mar, e no século XX, para consolidação da cidade como capital. A atividade da produção do café para exportação foi, por décadas, a base da economia local e, assim, estava diretamente associada à existência do Porto para seu escoamento.

A projeção comercial do Porto de Vitória oficialmente organizada ocorre em 1940, com a conclusão do seu aparelhamento pautado no incremento dos sistemas de transportes marítimo e terrestre. Até essa época, pensar a cidade era pensar o porto e vice-versa.

É a partir do governo interventor de Punaro Bley (1930/43) que identificamos os primeiros sinais de que as preocupações da cidade, agora voltadas para as necessidades sociais de seus habitantes, se desvinculam da construção do Porto, por sua vez mais associado à pauta de exportações, diversificação de atividades e demandas do transporte marítimo. O perfil do Porto muda com a transformação da base econômica primário-exportadora para a economia urbano industrial, e a perspectiva de exportação de minério de ferro leva a uma trajetória expansionista da hinterlândia e da estrutura física portuária (SIQUEIRA, 1995).

Cada vez menos o Porto de Vitória é visto como parte da urbe, tem seu

crescimento vinculado ao dela e é tido como instrumento para atingir metas vinculadas a interesses locais. Entramos na segunda etapa do modelo de Hoyle (1989), *Porto-Cidade em Expansão*. O modelo prevê o rápido crescimento comercial/industrial da cidade e forças que impelem o porto a desenvolver-se além do limite da cidade, com cais linear e indústrias de carga fracionada.

A expansão física do Porto para território continental, do outro lado da Baía de Vitória, em Vila Velha, acontece a partir da década de 1950. Primeiro, o novo cais, situado na base do morro de Atalaia, com três terminais para armazenamento e descarregamento de derivados de petróleo a granel. A seguir, o cais de Paul, também em Vila Velha, em área já provida de ligação rodoferroviária, para atender ao fluxo de minério fino (CAMPOS, 2004). Assim, até mesmo a interface física do Porto com a cidade passa a ser relativizada frente ao crescimento em direção ao continente.

Para atender à indústria do aço e aos grandes projetos industriais que chegavam ao ES, as instalações portuárias são progressivamente transferidas para fora do centro urbano da capital, como Porto de Tubarão (1966) e de Praia Mole (1984), e posteriormente totalmente afastadas da conurbação metropolitana, como Portocel/Aracruz (1978) e Porto de Ponta de Ubu/Ubu (1977).

A expansão física do novo complexo portuário é reflexo da inserção definitiva da economia capixaba no processo de industrialização e da mudança da dinâmica urbana e econômica da cidade. É nas décadas de 1970 e 1990 que verificamos o distanciamento cidade e Porto de Vitória. E é a partir desse momento que a cidade atrapalha o Porto e vice-versa.

Identificamos aqui a sobreposição da terceira e quarta fases do modelo de Hoyle (1989). Na terceira fase, o crescimento da indústria e a introdução dos contêineres impõem aos portos a necessidade de mais espaços – *Porto-Cidade Industrial Moderno*. Já na quarta fase, *Recuo das Frontes Marítimas*, as mudanças na tecnologia marítima induzem o crescimento das áreas de desenvolvimento industrial e marítimas separadas da cidade.

Destaca-se a desassociação da função portuária das atividades econômicas da cidade de Vitória. O Porto de Vitória passa a buscar a diversificação da pauta de comércio exterior, de maneira que muitos dos produtos que passam por ele não têm nem origem e nem destino o ES. A cidade se urbaniza, cresce economicamente e aumenta sua população. O Porto desenvolve sua atividade-fim e cresce fisicamente. A industrialização move as duas partes para o crescimento e semeia a expansão urbana e portuária no Estado. Com a industrialização, Vitória se torna ponto central da Região Metropolitana da

Grande Vitória e o Porto de Vitória é inserido num conjunto de outros portos que se destacam tanto ou mais do que ele. O dinamismo do crescimento urbano amplia a escala da cidade e a insere em um todo maior, e o mesmo acontece com o porto urbano, agora parte de um complexo portuário estadual.

A presença do porto urbano associou a navegação ao comércio e a associação destes à atividade econômica deram a Vitória um aspecto que no decorrer dos anos consagrou-se como *vocação portuária*. A formação de um complexo portuário composto por 6 portos e terminais alia a percepção dos portos como interface física de deslocamento, isto é, embarque e desembarque de cargas e pessoas, com uma nova visão do porto como polo de atração de atividades econômicas, um agente econômico, elo de cadeia logística e interface física (CAMPOS, 2004). A vocação portuária vincula-se exclusivamente às facilidades logísticas para empresas de comércio exterior e ao desenvolvimento econômico desencadeado por essas empresas. Não está atrelada à valorização do patrimônio portuário ou à perpetuação de uma identidade marítimo-portuária alimentadas por tradição ou por políticas públicas.

Na década de 1990, com sua lógica apartada da lógica urbana, a urbe se torna um empecilho ao bom funcionamento das operações e atividades portuárias. As mudanças no funcionamento do Porto passam a requerer mais espaços para acomodação de contêineres, águas com grande profundidade para navios gigantescos, corredores de transportes livres e com funcionamento 24 horas, dentre outras.

Também o porto atrapalha a cidade. O acesso e a vista para o mar tornam-se desejo dos habitantes da cidade, o que é impedido pelos muros do Porto; os espaços situados nos centros urbanos ganham valorização imobiliária, e os grandes sítios dos portos viram alvo do interesse de construtoras; a presença do porto é associada, em geral, a muita atividade durante o dia, com circulação de trabalhadores e caminhões, que atrapalham a mobilidade urbana, e de isolamento à noite, com muros altos, sujos, escuros e estimulantes às casas de prostituição. O porto urbano se torna uma pedra no caminho da cidade, que evolui em busca de melhor qualidade de vida de seus habitantes.

Uma nova fase, a quinta etapa do modelo de Hoyle (1989) aposta na reaproximação espacial cidade e porto em novos moldes. Como o porto moderno, os navios gigantes e a containerização passaram a exigir espaços amplos, os portos tendem a migrar para locais afastados do centro urbano e liberam espaços centrais que podem ser aproveitados para uso urbano. No

urbanismo ganha força o movimento dos *waterfronts*, que sugere que zonas portuárias em áreas urbanas sejam reconvertidas em espaços que valorizem o patrimônio histórico-portuário na forma de equipamentos de lazer para usufruto da cidade.

O debate sobre o futuro do Porto de Vitória começou primeiramente no âmbito acadêmico em meados de 1990. Professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES colaboraram para a elaboração de documentos e planos estratégicos para o setor público a partir das ideias do movimento dos *waterfronts*. A nova interpretação de reconversão dos espaços portuários, entretanto, não agradou a toda comunidade portuária (SOARES; LIMA Jr, 2005).

A polarização aconteceu entre o poder público local – a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) – e Autoridade Portuária – a CODESA. A PMV, no governo de Luis Paulo Velloso Lucas (1997-2005), apostou no fim da vida útil do Porto, e nos projetos de revitalização do Centro propôs a transformação de seus armazéns em centros de lazer e turismo. O projeto *Vitória do Futuro* destacava o Porto como marco histórico referencial nos planos de revitalização do Centro e apostava na recuperação da identidade da região a partir de suas vantagens paisagísticas e naturais. Sem uma posição consensual, alguns funcionários da CODESA reconhecem que o Porto de Vitória é inadequado para as atividades portuárias modernas e deve ser substituído por outro porto longe da capital, enquanto outro grupo defende que o Porto está em plena atividade, atuando no apoio logístico à exploração de petróleo *off shore* (PRATA, 2010; BRECIANI, 2010).

É somente com a troca de governo local e o recuo nas propostas do poder público de reconversão dos espaços portuários para uso urbano que o diálogo se restabelece (ZIMMER, 2010; PMV, 2010). Outros dois eventos vieram a impulsionar a reaproximação cidade e porto em Vitória: (a) a Lei 8.630/93, Lei de Modernização dos Portos, criou o Conselho Administrativo Portuário/CAP, com representantes do poder público, operadores portuários, trabalhadores portuários e usuários dos serviços portuários, e assim estabeleceu um fórum permanente de negociação; e (b) a realização da oficina internacional *Les Ateliers*, que trouxe as diferentes partes e arquitetos e estudiosos internacionais para um *workshop* no qual se discutiu a interface cidade-porto e grupos de trabalho apresentaram propostas diferentes para melhorar sua relação. O *Les Ateliers* é marco fundamental na reaproximação cidade e Porto de Vitória e tem papel central em colocar na agenda da PMV e da CODESA a necessidade de diálogo para assuntos que ainda são comuns

ou de interesse mútuo (BRECIANI, 2010).

Uma sexta etapa ao modelo de Hoyle (1989) é adicionada por Henry (2006), a *Renovação dos laços cidade-porto* (1980-2000), que prevê novas associações cidade-porto e estreitamento da integração entre eles. Após período de distanciamento e conflito na relação porto urbano e cidade, a tendência atual nas cidades portuárias é de harmonizar a convivência do porto com a cidade; isto é, buscar formas para que seja possível conservar a presença do porto na cidade.

Essa é a realidade atual de Vitória. Se, por um lado, verificamos que as relações entre a cidade e a CODESA passam longe do consenso; por outro, é importante destacar o restabelecimento do diálogo e das tentativas de se chegar a um denominador comum a partir de 2000. A CODESA tem demonstrado esforços para acomodar as necessidades de reforma para modernização dos espaços portuários em sintonia com as necessidades de mobilidade urbana de Vitória (BRECIANI, 2010). A PMV, por sua vez, tem realizado ações de revitalização das calçadas, muros e armazéns do Porto e implementado políticas pontuais objetivando aproximar o Porto da população (MENEGHEL, 2010).

Para além dos desafios que a presença do porto urbano e da cidade representam um para o outro, os atuais representantes e gestores da PMV e da CODESA resgataram a percepção de que há interesses comuns e que o diálogo e a parceria são as saídas para uma coexistência harmoniosa na histórica interface cidade e porto de Vitória (MENEGHEL, 2010; BRECIANI, 2010; ZIMMER, 2010). O centro histórico e o Porto de Vitória fazem parte de políticas e ações isoladas da Secretaria de Turismo/PMV - para atração de cruzeiros e definição de rotas turísticas no centro histórico - e da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade/PMV - para revitalização do Centro.

Presencia-se, atualmente, um posicionamento contraditório entre Secretaria de Transportes e Obras Públicas e Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Cultura do governo do Estado. A primeira prevê a passagem de corredores de ônibus do projeto BRT dentro dos armazéns portuários. A segunda apresentou, desde 2011, projeto para tombamento desses armazéns como patrimônio histórico-cultural, e seus conselheiros têm se aproximado da sociedade civil organizada, que reclama da perda do espaço cultural Estação Porto no Armazém 5.

No cenário atual, a ausência de uma política pública mais ampla e consistente que envolva as diferentes secretarias municipais em projetos que tenham como norte comum a projeção do Porto como bem cultural e

paisagístico e que resgatem o sentimento e identidade de ser cidade portuária impacta nas possibilidades de avanços no diálogo entre as partes.

A interface cidade-porto em Vitória/ES na percepção dos moradores e comerciantes do entorno portuário

A percepção do pesquisador da interface cidade-porto em Vitória é de que não mais se olha, não mais se pensa e muito menos se age como se Vitória fosse uma cidade portuária. Parece que o Porto se perdeu da cidade ou a cidade perdeu o referencial de seu Porto. Em busca da verificação dessa hipótese, ouviu-se a opinião daqueles que vivem na cidade e têm o Porto presente, fisicamente, em seu dia a dia: moradores e comerciantes do entorno do Cais Comercial.

A amostra foi calculada a partir da população de eleitores do Centro (8670 hab.), com margem de erro de 9% e 95% de confiabilidade. No total, foi aplicado aleatoriamente um único modelo de questionário estruturado a 110 moradores e/ou comerciantes, sendo 51 moradores e 59 comerciantes e, desses, 42 mulheres e 68 homens.

Por entorno portuário consideramos os espaços imediatamente em frente ao Porto, bem como a região comercial central do Centro de Vitória (Cidade Alta e arredores da Catedral e Praça Costa Pereira). O Porto ocupa uma área de mais ou menos 1,3 km desde a Vila Rubim até o começo da Av. Beira Mar, passando pelas Avenidas Elias Miguel e Presidente Getúlio Vargas e chegando até o começo da Av. Marechal Mascarenhas. A linha divisora entre o Porto e a cidade é quase toda marcada pelas paredes dos armazéns e demais edificações. São raros os vãos abertos, e contam sempre com grades ou muros.

Para a elaboração do questionário, utilizamos documento da Rede Mundial de Cidades Portuárias/AIVP, que sugere medidas de boas práticas para melhorias na interface cidade e porto. O documento apresenta cinco dimensões a serem trabalhadas: integração dos espaços, da dimensão urbana, das funções, do meio ambiente e da sociedade.

Elegemos como aspecto a ser investigado a *dimensão urbana*. O questionário de perguntas foi elaborado para obter a percepção e opinião de moradores e comerciantes sobre os três aspectos que deveriam ser atendidos para boas práticas nesta dimensão, quais sejam: (a) tratar o porto como espaço urbano, zelando pela arquitetura de qualidade e cuidando dos elementos separadores

cidade e porto; (b) tornar o porto visível pela combinação da redução do visual poluidor do porto com aberturas para a água e para ele próprio; (c) explorar as potencialidades da água, usando saídas para a água como meios para uma transição suave da cidade para o mar, compartilhando o uso da água, favorecendo o deslocamento dos habitantes por ela e movendo a cidade em direção ao porto através da água.

Primeiramente, questionamos a população sobre a percepção que têm da presença física do Porto. Buscou-se identificar se percebem as construções portuárias como parte da paisagem da cidade, se têm posicionamento crítico em relação à qualidade de conservação desses espaços e se os elementos separadores entre cidade e porto – as grades e muros – são necessários ou poderiam permitir maior integração do cidadão com a Baía de Vitória.

Identificou-se que 75% dos entrevistados percebem os armazéns e edifícios do Porto como parte integrante da paisagem da cidade. Cabe destacar que a percepção é mais forte por parte dos comerciantes (81%) do que pelos moradores (68%). Essa é uma tendência identificada no decorrer da análise dos dados coletados. Metade dos entrevistados concorda que a existência do Porto contribui positivamente para a paisagem do Centro; os demais dividem-se entre aqueles que acreditam que a contribuição é negativa (26%) ou indiferente (22%). Se nos aprofundarmos na percepção negativa, verificamos que a quantidade de moradores (29%) que percebe a presença das construções do Porto de forma negativa é maior do que a de comerciantes (24%).

Em relação às fachadas e conservação do espaço portuário, a maioria reclama da má conservação da pintura e da estrutura física portuária, sobretudo dos prédios (69%) e calçadas (71%). O descontentamento com as calçadas e ciclovias parte sobretudo dos moradores, dos quais 82% afirmam que as mesmas não atendem satisfatoriamente às suas necessidades. Vale destacar que os comerciantes (81%) são mais incisivos do que os moradores (65%) em relação à má conservação das fachadas. Ainda, 12% dos moradores nunca pararam para observar as fachadas do Porto, percentual que cai para 4% quando falamos com os comerciantes.

O muro que separa o Porto da cidade – e é tanto uma barreira visual para a Baía de Vitória, quanto uma medida de segurança para a atividade portuária – é percebido por 78% dos entrevistados como sendo necessário. Para 36% dos moradores o muro é necessário, mas deveria permitir uma maior integração dos moradores e passantes com a Baía. Apenas 7% dos comerciantes têm essa visão, 27% não têm opinião definida em relação ao

muro e 51% entendem que não teria como ser diferente por uma questão de segurança. O posicionamento dos comerciantes é mais pragmático e associado à atividade-fim do negócio portuário, o posicionamento do morador é o do cidadão que deseja usufruir da natureza que a cidade lhe oferece.

Em suma, a infraestrutura física portuária é percebida como integrada à paisagem e vida da cidade e, talvez pela identificação da prática econômico-comercial e da presença física do porto impactar no ambiente local de negócios, os comerciantes demonstram maior interesse, conhecimento e apresentam posicionamento mais crítico do que os moradores. A conclusão surpreende pelo perfil dos moradores do Centro, marcado por alto índice de envelhecimento, 6o bairro mais populoso de Vitória, sem relevante crescimento populacional e concentrando uma população formada, em geral, por moradores antigos da região.

Para o segundo aspecto da dimensão em análise, que trata da visibilidade da água e abertura do porto, elaboramos perguntas que visavam estimular os entrevistados a pensar o Porto como um espaço urbano aberto para usos culturais, de lazer ou para melhorar a mobilidade urbana.

No percurso da interface física do Porto com a cidade existem quatro aberturas visuais que permitem observar a baía que se esconde atrás dos muros. A primeira possibilita ao passageiro observar a entrada e saída de veículos, peças e tubos, a empresa Flexibras-Technip. Há dois pequenos vãos entre os antigos armazéns, onde há entulhos e visualiza-se o mar por um rápido olhar. Finalmente, a abertura central, que é a maior e está em frente ao Palácio Anchieta, onde observamos cargas vinculadas à atividade petrolífera, navios ancorados e o passar de pessoas e veículos.

Para os entrevistados, abrir mais espaços para visualização da baía entre os armazéns seria muito bom (51%), bom (24%), indiferente (19%) e ruim (7%). O que nos leva a concluir que há de fato o interesse da população por mais trechos com visualização da baía ou mesmo da atividade portuária. A abertura de mais trechos de visualização da atividade portuária seria uma excelente alternativa para aproximar o dia a dia do porto do dia a dia da cidade e ganhar a atenção dos indiferentes.

Observamos que o Porto é território desconhecido de número expressivo daqueles que convivem diariamente com ele – 44% dos comerciantes e 32% dos moradores nunca estiveram no espaço portuário. Dentre aqueles que já visitaram o Porto, 40% foi por motivação turística, seguidos de 23% que o fizeram por motivos profissionais. Há, portanto, interesse no Porto como um programa turístico, aspecto que pode ser potencializado para servir como

canal de aproximação cidade e porto.

Interessante observar que dentro do conjunto dos comerciantes que ainda não visitaram o Porto, 31% não o fizeram por falta de oportunidade. Por parte dos moradores, apenas 8% não tiveram oportunidade e 23% revelam falta de interesse, o que volta a reforçar o afastamento entre os moradores da cidade do Porto.

A falta de conscientização e debate sobre as interfaces cidade e porto pode ser verificado pelo percentual de desconhecimento das propostas da Codesa e do governo do Estado de destruição dos armazéns (75%)⁴. Perguntados se seriam a favor, contra ou indiferentes à destruição dos armazéns do Porto para aumento do espaço de armazenagem, 44% dos comerciantes e 43% dos moradores são favoráveis. Percebe-se maior percentual contra a derrubada entre os comerciantes (43%), do que entre os moradores (34%), indicando, em um olhar superficial, que os primeiros se identificam mais com os edifícios e armazéns históricos do Porto do que os moradores. Chama atenção a indiferença dos moradores (23%), o que reforça a hipótese de desapego ao valor histórico e patrimonial do Porto por parte dos moradores da cidade.

Quando fizemos a pergunta sobre a destruição dos armazéns com finalidade de uso para mobilidade urbana⁵ observamos a elevação do percentual médio daqueles que são a favor – de 43% para 59%. O posicionamento dos moradores contra a derrubada dos armazéns permaneceu estável independentemente da motivação. Verifica-se uma queda de 44% para 34% de comerciantes contra a derrubada dos armazéns, caso a motivação deixe de ser por finalidade da atividade portuária e passe a ser por melhorias na mobilidade urbana. Ou seja, os laços de identidade e valorização patrimonial e cultural dos comerciantes com o Porto não são tão sólidos ou relevantes como a princípio poderia se supor.

⁴ Há dois projetos de destruição dos armazéns. Um, proposto pela Codesa, para destruir os antigos armazéns construídos para carga a granel e abrir espaços para carga fracionada e, outro, do governo do Estado, para passagem dos corredores do BRT por dentro dos armazéns.

⁵ Existe um problema na mobilidade urbana decorrente das poucas saídas da ilha de Vitória para os municípios vizinhos. A entrada de caminhões de carga para o Porto situa-se na entrada da ilha de Vitória para os veículos que vêm de Cariacica e Vila Velha, região onde também há um estreitamento de pista. A movimentação de cargas do Porto utiliza-se do mesmo trajeto que os veículos de passageiros, ocasionando aumento do trânsito na região. Para amenizar os impactos no trânsito, o fluxo de caminhões é restringido pelo Decreto Municipal n.10.364/99 entre 7hs/9hs e 17hs/19hs, aspecto que é alvo de reclamações por parte da CODESA.

Em relação ao aproveitamento das instalações portuárias para uso urbano, 87% concordam que a administração portuária deveria permitir que espaços portuários ociosos fossem usados como área para cultura e lazer. Dentre os entrevistados, 65% conhecem o Projeto Estação Porto, projeto casado entre as Secretarias Municipais de Cultura e de Turismo, que acontece no Armazém 5, com a oferta de shows e atividades culturais. Dado que há considerável divulgação na mídia, é gratuito e acontece desde 2006, é alto o percentual de 35% de pessoas que desconhecem as atividades culturais que acontecem no Porto.

Enquanto 34% dos comerciantes não tiveram oportunidade de estar em algum dos eventos do Estação Porto e apenas 7% não têm interesse, a proporção se inverte ao considerarmos os moradores: 14% dos moradores não tiveram oportunidade e 25% não tiveram interesse em participar.

Considerando que essa é a única oportunidade que a população local tem de entrar no espaço portuário ou de vivenciar alguma atividade cultural desenvolvida em parceria cidade e porto, não surpreende que 59% dos entrevistados consideram o Porto pouco acessível à população. Surpreende, contudo, que o interesse em que o espaço portuário fosse mais acessível à população é maior entre os comerciantes (82%) do que entre os moradores (71%). Cabe ressaltar que 29% dos moradores são indiferentes ou não têm interesse em ter acesso ao espaço portuário, posicionamento que reforça a percepção do Porto como atividade isolada.

Pensando nas ações dos *waterfronts*, questionou-se o interesse e foram favoráveis que houvesse no Porto: um mirante para observação das atividades portuárias (80%), um museu sobre a história do Porto (86%), a retomada do transporte aquaviário ligando Vitória/Vila Velha/Cariacica (95%) e atividades de esporte na baía (92%). A possibilidade de criação de um museu do Porto foi o único aspecto em que um maior número de comerciantes (10%) do que de moradores (5%) considerou a ideia ruim. Nos demais aspectos, a quantidade de moradores que achou as propostas ruins ou se posicionou como indiferente foi superior ao posicionamento dos comerciantes. Ainda assim, os altos percentuais sugerem que uma política pública de resgate da identidade de cidade portuária através de ações culturais e esportivas poderia contornar os sinais de falta de interesse dos moradores pelo Porto.

Em suma, há interesse da população em ter maior acesso visual à Baía de Vitória, visão que é impedida pelas construções portuárias. O Porto é considerado um local fechado e continua sendo território desconhecido de grande número dos entrevistados. A perpetuação de programações

turísticas e culturais e a adoção de ações aos moldes dos *waterfronts* (museu, aquário, mirantes etc.) são bem vistas pela população e poderiam aumentar a integração cidade e porto. Os altos percentuais a favor da derrubada dos armazéns, independentemente dos motivos, apontam para a pouca relevância que a população atribui aos armazéns como patrimônio histórico. Fato que aliado à constatação do desinteresse e mesmo percepção negativa que os moradores apresentaram do Porto são um dos reflexos da perda da identidade de ser cidade portuária.

O terceiro aspecto considerado na dimensão urbana da interface cidade-porto é a exploração das potencialidades da água. Opção tradicional de uso da baía para transporte público são os catraieiros. Atividade tradicional, passada de pai para filho, Vitória conta com cerca de 10 catraieiros que por tarifa módica conduzem pequenos grupos pela baía, ao lado dos grandes navios, no percurso Vitória/Paul ou em passeios ao Penedo. 86% dos moradores conhecem a atividade dos catraieiros, número que cai para 47% dos comerciantes. Apesar de 41% dos entrevistados acharem a atividade muito importante, moradores e comerciantes do Centro não fazem parte do grupo dos maiores usuários, já que apenas 56% dos moradores e 20% dos comerciantes fizeram alguma viagem com eles.

Finalmente, incluímos nos questionários perguntas sobre a opinião em relação aos aspectos positivos e negativos da presença do Porto. Como aspectos positivos, destacaram-se na seguinte ordem: crescimento econômico, atração de turistas, simbolismo histórico e cultural e paisagem urbana do Centro. Verifica-se a associação direta do Porto com a atividade econômica – aspecto destacado como o mais importante – e também com a atração de turistas – aspecto vinculado à chegada dos grandes cruzeiros que atracam no Cais Comercial. O simbolismo histórico e cultural foi relegado a segundo plano, ressaltando o pouco peso histórico do Porto na vida da cidade.

Sobre os aspectos negativos, destacam-se na seguinte ordem: falta de segurança, poluição visual, falta de acesso à baía e mobilidade urbana. Os arredores do Porto são inseguros para 75% da população, o que foi muito lamentado por vários entrevistados. Sua presença física não se insere em percepção de constituição positiva de uma paisagem, tende para uma percepção como poluidor visual.

Quando questionados se as atividades desenvolvidas no Porto têm algum reflexo na qualidade de vida na região, 53% disseram que sim e positivamente, 33% disseram que não têm impacto relevante e apenas 14% disseram que sim e negativamente. Depreende-se que a atividade portuária acontece sem

que atrapalhe ou incomode a vida na cidade. Acreditamos que a percepção positiva em relação ao Porto está associada ao seu papel na economia, já que 70% concordam com a essencialidade da atividade do Porto para o desenvolvimento econômico da cidade.

Considerações finais

A cidade de Vitória nasce com cidade portuária. Porto e cidade desenvolvem-se em harmonia por séculos. Seguindo o modelo de Brian Hoyle (1989), identificamos que se segue a este momento outros onde cidade e porto se afastam, se atrapalham e novamente se reencontram.

As políticas e ações gerais da gestão pública municipal e estadual atual deixam em segundo plano a promoção da identidade de ser cidade portuária e, com isso, a história e tradição urbanas vinculadas ao Porto de Vitória têm sido perdidas e esquecidas. O desinteresse e descaso dos habitantes do Centro revelados na pesquisa de campo são reflexos de uma cidade que foi cidade portuária e hoje é muito mais uma cidade porto.

A comunidade do entorno portuário não chega a perceber o Porto com algo que atrapalha, mas, ao contrário, mantém opinião positiva. Entretanto, não tem interesse, apego histórico, identidade ou qualquer sentimento de vínculo. O Porto simplesmente está lá, um vizinho sobre o qual se sabe pouco e se quer saber pouco. Sobretudo os moradores do Centro adotam postura de indiferença ou distanciamento. Ao ouvirmos a voz da cidade portuária de Vitória, identificamos que restam muito pouco da simbiose, complementaridade e integração do ser cidade portuária.

Referências

- LE RÉSEAU MONDIAL DES VILLES PORTUAIRES - AIVP. (2007). *Plan the city with the port*. Disponível em: <http://www.aivp.org/en/blog/2007/1>. Acesso em 06 de agosto de 2013.
- BRECIANI, Marcus. (2010). A Interface Cidade-Porto de Vitória: o ponto de vista da Codesa. Vitória, 29 abril de 2010 - 05 maio de 2010. *Entrevista concedida a Flávia Nico Vasconcelos*.
- BIRD, James. (1963). *The major seaports of the United Kingdom*. Londres: Hutchison.
- CAMPOS, Martha Machado. (2004). *Vazios operativos da cidade: territórios interurbanos na Grande Vitória (ES)*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- DUCRUET Cesar.
(2005). Spatial structures and trends in port cities: from the local to the global. *Mappemonde*, 77(1). Disponível em: <http://mappemonde.mgm.fr/num5/articles/art05106.html>. Acesso em 22 maio 2010.
- HENRY, Magalie.
(2006). *Villes portuaires en mutation - Les nouvelles relations ville-port à Marseille dans le cadre du programme de renouvellement urbain Euroméditerranée*. Lausanne: Université de Lausanne, Institut de Géographie.
- HOYLE, Brian.
(1988). Development Dynamics at the Port-City Interface. In: HOYLE, B. S.; PINDER, D. A.; HUSAIN, M.S. (Eds); *Revitalising the Waterfront*. Chichester: Wiley.
- HOYLE, Brian.
(1997 / 1998). Cities and ports - concepts and issues. *Vegueta*, n. 3, p. 263-278.
- MENEGHEL, Clemir.
A Interface Cidade-Porto de Vitória: o ponto de vista da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC). Vitória, 07 julho de 2010. *Entrevista concedida a Flavia Nico Vasconcelos*.
- NORCLIFFE, Glen.; BASSETT, Keith.; HOARE, Tony.
(1996). The emergence of postmodernism on the urban waterfront: Geographical perspectives on changing relationships. *Journal of Transport Geography*, v. 4, n. 2, p. 123-134.
- PRATA, Eduardo.
(2010). *A Interface Cidade-Porto de Vitória: o ponto de vista da Codesa*. Vitória, 15 junho de 2010. *Entrevista concedida a Flavia Nico Vasconcelos*.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA - PMV.
(2011). *Dados da Sinopse - julho de 2011*. Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/dados_sinopse_populacao.asp. Acesso em 08 de agosto de 2013.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo; VASCONCELOS, Flavia Nico.
(2012). *Urbanização da cidade e nova concepção portuária: a trajetória compartilhada pela cidade e porto de Vitória na construção do progresso e de identidades*. Disponível em: <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Penha%20Nico.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2013.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo.
(1995). *O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940*. Vitória: Codesa.
- SOARES, Henrique Amorim; LIMA Jr., Pedro de Novais.
(2005). Argumentos intelectuais e articulações escalares: o debate em torno da revitalização do Porto de Vitória (Brasil). *Scripta Nova*, v. IX, n. 194 (45). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-45.htm>. Acesso em 06 abril de 2011.
- VASCONCELOS, Flavia Nico.
(2011). *O desenvolvimento da interface cidade-porto em Vitória do período colonial ao início do século XXI: uma cidade portuária?* Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- WANG, James; OLIVIER, Daniel.
(2003). La gouvernance des ports et la relation ville-port en Chine. *Les Cahiers Scientifiques du Transport*, n° 44.
- ZIMMER, Henrique.
(2010). *A Interface Cidade-Porto de Vitória: a experiência do ex-diretor da Codesa*. Vitória, 24 de maio de 2010. *Entrevista concedida a Flavia Nico Vasconcelos*.

Recebido em
abril de 2014

Aprovado em
agosto de 2014

Ensaio

“Pomeranos: a trajetória de um povo (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk)” e a construção de um passado mitificado entre descendentes de imigrantes pomeranos no Espírito Santo

Rodrigo Pereira*

Resumo

A análise do filme documentário “Pomeranos: a trajetória de um povo (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk)” permite perceber como o passado de um grupo étnico, no caso os descendentes de imigrantes pomeranos no Espírito Santo, tende a ser reconstruído a partir de uma agenda política e cultura que privilegie determinados fatos ou versões da história, tornando-a oficial não apenas para o grupo, mas para as populações que com ele interagem. A partir da decomposição do vídeo, pode-se perceber como a cultura é algo dinâmico e tem a possibilidade de criar-se e recriar-se conforme as necessidades do grupo.

Palavras-chave

Pomeranos. Etnicidade. Invenção da cultura.

Abstract

The analysis of documentary film "Pomeranians: the trajectory of a people (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk)" allows us to see how the past of an ethnic group, in the case the descendants of the Pomeranians immigrants in Espírito Santo, tends to be reconstructed from a political agenda and culture that favors certain facts or versions of history making it official not only for the group, but for the people that interact with this group. From the decomposition of the video you can see how Culture is something dynamic and has the possibility to create and recreate itself according to the needs of the group.

Keywords

Pomeranians. Ethnicity. Invention of culture.

* Doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: rodrigopereira.cso@uol.com.br.

Introdução

O filme documentário “Pomeranos: a trajetória de um povo” (2009/2010)¹ constitui uma das formas que o grupo de descendentes de imigrantes pomeranos do Espírito Santo tem desenvolvido para promover a sua história, a sua cultura e as suas tradições (vide imagem 1 em que apresentamos a capa do mesmo). Nesse sentido, é interessante observar como ele atua de modo a reforçar a considerada “história oficial” da imigração pomerana no município de Santa Maria de Jetibá (ES): caracteriza-se pela adoção de um tom épico na imigração desse grupo para o Brasil, as suas dificuldades na nova terra e a superação desses problemas

com a adoção de um meio de vida tradicionalmente pomerano, bem como a apresentação de uma narrativa mitificada de como ocorreu essa integração ao espaço natural do Espírito Santo (os meios encontrados para sobreviver e fazer sobreviver a cultura pomerana). Longe de constituir apenas uma crítica ao documentário, esta resenha visa analisar algumas características e postulações apresentadas durante o desenvolvimento da narrativa do documentário. Objetiva-se, assim, analisar como a narrativa do filme e a narrativa da história da cultura pomerana são, deliberadamente, uma escolha, sob certos aspectos, da forma e conteúdo da apresentação de sua identidade e história étnica.

Ficha técnica:

Filme documentário

Ano de produção: 2009/2010

Autores: Vanildo Kruger e Arilson Grunewald

Direção e produção: Vanildo Kruger

Áudio: Português e pomerano.

Formato: Colorido/NTSC, 16:9, WIDESCREEN

Duração: 60 minutos

Historiadores consultados:

Prof. Dr. Ismael Tressmann, Pastor Helmar R. Rölke e Pastor José Carlos Heinemann.

¹ Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=NB3qZiyXWIQ>. Último acesso em 14 de maio de 2015.

A organização do filme documentário

A narrativa do filme organiza-se de forma linear e histórica, iniciando-se na contextualização de onde localiza-se a Pomerânia, na atual Alemanha. Em seguida, destaca como a região foi assolada, por séculos, por invasões suecas, dinamarquesas, polonesas e de prussianos.

Segue-se a descrição das condições sociais e econômicas em que os pomeranos viviam, em especial a perda das terras para os *junkers*, os grandes agricultores que passaram a dominar a Alemanha após a sua unificação no século XIX. Essa condição teria levado fome e pobreza a pequenos produtores agrícolas da Pomerânia, pois perderam suas terras na expansão das grandes propriedades e viam-se obrigados a migrar para centros urbanos e, possivelmente, ser utilizados como mão de obra para a nascente indústria alemã.

A imigração para o Brasil, em franca expansão no século XIX, é a solução para o reencontro com a terra e com o trabalho agrícola de subsistência. Assim, a narrativa apresenta a viagem para o Brasil e seus desdobramentos – fome e morte durante a travessia atlântica. Durante esta viagem são destacáveis as demonstrações de força – frente a morte – e o desejo de reconstituir seu modo de vida.

Ao chegarem ao Brasil, o filme destaca as asperezas da terra desconhecida, em especial o desconhecimento da vegetação e fauna, bem como o descumprimento das promessas dos emissários brasileiros na Alemanha: terras já demarcadas e prontas para a prática agrícola. Assim, os pomeranos viram-se, conforme o filme, envoltos na necessidade de mútua ajuda para superarem as dificuldades iniciais.

Essa mútua ajuda é expressa não apenas em exemplos como a busca por alimentos, mas também na abertura de estradas e em momentos de sociabilidade como casamentos e festas. Após descrever como os hábitos foram transpostos e adequados à realidade brasileira, o filme desenvolve o tema proibição do uso do pomerano durante a 2ª Guerra Mundial por uma possível ligação com os nazistas. Após mostrar as continuidades de uma "índole pomerana" pelo trabalho, família e religião, encerra-se apresentando a cidade de Santa Maria de Jetibá, considerada "a mais pomerana do Brasil".

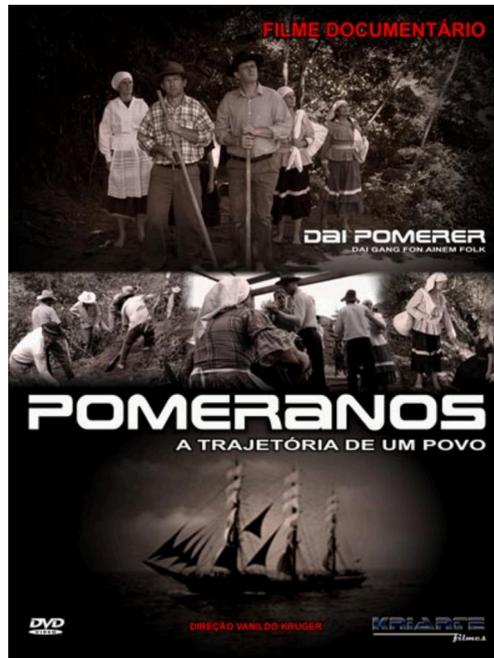


Figura 1: Capa do Filme Documentário Pomeranos: a trajetória de um povo (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk).

Nein, wir sind nicht Brasilien (“Não, nós não somos brasileiros”)

Um dos primeiros aspectos a ser observado na constituição do filme é a constante afirmação de uma identidade que não é a brasileira – homogênea e tipologizada no futebol, samba ou “jeitinho brasileiro”. A identidade é a pomerana e não uma identidade brasileira qualquer. Desde o início do filme até o seu fim, a afirmação de que Santa Maria de Jetibá é o município “mais pomerano do Brasil” traz consigo o discurso de uma identidade diferencial.

Poderíamos pensar, para o caso da imigração, um processo parecido ao de uma diáspora, entendendo o termo como algo a mais do que êxodo ou deslocamento, especialmente, mas, assumindo, ao contrário, a importância do aspecto transnacional. Assim, o conceito nos leva a perceber e refletir sobre a ausência de um lar em um primeiro momento e, em seguida, a reconstrução do ambiente acompanhada do frequente desejo de retorno ao que foi perdido. Desta maneira, podemos entender o filme como uma construção que conta, ou dá conta, da formação dos pomeranos no Espírito

Santo e, conseqüentemente, de suas experiências de trânsito e adaptação à nova terra.

No século XX, nos primeiros cem anos do processo imigratório, alguns teóricos (WAGMANN, 1949; ROCHE, 1968; FOUQUET, 1974; SEIDE, 1980), analisando o caso da imigração pomerana e alemã no Espírito Santo e no Brasil, constataram uma contínua negação do “ser brasileiro” em detrimento ao “ser pomerano”. Aspectos relacionados às fronteiras interétnicas (WEBER, 1999) estavam claras na manutenção desse discurso: os pomeranos eram vistos como imigrantes menos evoluídos frente aos alemães (forma genérica de tratar as diversas origens dos imigrados dos estados germânicos). Após o fim da 2ª Guerra Mundial e das extensas proibições aos teuto-brasileiros em expressar sua língua materna e costume, tornava-se necessária a revitalização da identidade e a reinstrumentalização dessa frente ao caractere nacional. Nesse sentido, na década de 1990, o próprio grupo pomerano começa uma sistematização de sua identidade e história. Desta forma, Rölke (1996) realiza uma primeira pesquisa da história pomerana desde o Estado Pomerano na Europa até as listas de imigrantes que entraram no Espírito Santo. O tom da obra é um tom de resgate não de uma história, mas da sistematização historiográfica², ou seja, chancelada pela ciência e da constatação da existência da diferença étnica no Espírito Santo entre o grupo alemão e o pomerano³.

Assim, o filme documentário tece um enredo em que, constantemente, tais fronteiras entre brasileiros e pomeranos estão sendo demarcadas e utilizadas para separar os dois grupos. Seja a religião luterana, a língua ou mesmo o isolamento geográfico dos imigrantes, tudo isso contribui para que tais diferenças sejam naturalmente aceitas e inequivocadamente instrumentalizadas pelo grupo como uma “Identidade Pomerana”. Em nenhum momento do vídeo-documentário ocorrem reflexões de como as fronteiras étnicas são fluidas e como elementos entraram e saíram dessas fronteiras na constituição de uma “identidade pomerana”. A narrativa da

² Adota-se o termo historiográfico para caracterizar que não houve uma análise crítica dos fatos históricos, mas apenas uma descrição de dados. Conforme Barros (2013), a história, como ciência parte da análise crítica de dados e não apenas de seu arrolamento.

³ É válido ressaltar que os diversos viajantes e mesmo pesquisadores, como Bahia (2011), consideram pomeranos e alemães grupos semelhantes, mas não idênticos, sendo a religião luterana o único ponto em comum entre ambos. Wernicke (2013) é um dos que aponta o fato.

história de grupo no desenrolar do documentário está dada, construída e solidificada. Se é pomerano e pronto!

Conforme Barth (2000), apesar de autoidentificação, as fronteiras étnicas são construídas em relação ao outro, o "não eu" do grupo. Conforme o autor, o conceito de etnicidade está relacionado com o sentido organizacional dos grupos étnicos, os quais são entendidos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores que, além de perpetuarem-se biologicamente, compartilham valores culturais fundamentais. O grupo se organiza para interagir e categorizar a si mesmo e aos outros.

Os agentes étnicos, especialmente as associações e círculos, são instauradores de novos quadros de socialização e expressão dos sujeitos e transformam as narrativas étnicas passadas em sinais diacríticos. Esses são, por sua vez, os signos e símbolos que o grupo cria para se representar, mostrar que é diferente e, em certo sentido, "que existe enquanto grupo". São sinais criados ou inventados que oscilam, não são fixos e podem ser negativos ou positivos, isto é, podem ser exaltados ou ignorados, minimizados e negados pelos membros do grupo. São, acima de tudo, uma reinterpretação da história étnica do grupo e, dessa forma, são visíveis para os outros.

O filme apresenta, ao contrário, que os pomeranos sempre foram como são e que não houve influências nacionais na elaboração de seus *habitus*. Pesquisas como as de Seide (1980) e de Rochê (1968) destacaram a introdução do uso do milho, da farinha de mandioca e de frutas tropicais na alimentação do grupo, o que é descartado pelo filme. Da forma em que se apresenta, entende-se que o grupo transpôs sua bagagem cultural para o Brasil e aqui deu continuidade sem interações com os demais grupos étnicos.

Den ernest de told, den zweiten die not, den drietten das brot⁴

A organização da narrativa do vídeo em uma forma de epopeia – com riscos, tristezas, agruras e alegrias passadas pelos imigrantes pomeranos – que não

⁴ "Aos primeiros a morte, aos segundos o sofrimento, aos terceiros o pão". Pensamento pomerano cunhado ao longo dos séculos XIX e XX pelos próprios imigrantes para explicar a sua vida nas terras capixabas: a primeira geração de pomeranos não resistiu à terra e às suas doenças e faleceu na viagem ou já no Espírito Santo; os segundos sofreram com a adaptação (alimentação, clima e língua portuguesa), mas a terceira geração, já aclimatada e adaptada, conseguiu prosperar com o trabalho na agricultura.

é apenas narrada, mas também encenada no filme, traz uma clara afirmação de como a cultura e as tradições pomeranas não são “inventadas”, conforme postula Wagner (1981), ou seja, o vídeo não apresenta a cultura como uma negociação consciente do grupo consigo mesmo e com os demais atores à sua volta, tentando obter o máximo possível de legitimidade para si e para a sua cultura (BARTH, 2000).

Assim, é perceptível como a Pomerânia, a imigração e a vida dos imigrantes é uma criação, ou melhor desenvolvendo: como é uma escolha de elementos recolhidos pela tradição, pela oralidade e, mais recentemente, pela história e antropologia (TRESSMANN, 2005; BAHIA, 2011) para comporem o “ser pomerano” e seu sentimento de pertencimento.

Durante o vídeo, a narrativa assume uma perspectiva linear e continuísta dos elementos que envolvem a cultura pomerana: desde a imigração até a atualidade os traços distintivos da cultura material e imaterial do grupo são os mesmos. O recurso narrativo apresenta uma cultura congelada ou petrificada no tempo-espaço. Como há um contínuo reforço do “tipo ideal pomerano”, a narrativa compõe-se de forma a dar ao passado da imigração e da resistência à fome, às guerras na Europa e na Alemanha, e à viagem um caráter de resistência ao grupo em manter-se coeso durante momentos de liminaridade por que passaram.

Nesse sentido, a história da imigração narrada no documentário passa a ter um papel de rito de passagem para o grupo e a busca atual por ela como sendo uma busca por esse rito iniciático e identitário para os descendentes pomeranos de Santa Maria de Jetibá. Assim, conforme Turner (1964, 1974 e 1987) poder-se-ia perceber a imigração pomerana como um microcosmo político e tensional (em relação ao caráter nacional brasileiro) em que o conflito que se desenvolve no âmbito dos “dramas sociais” (em que encontram-se quatro estágios: ruptura, crise, solução e reintegração ou cisma) tende a ser resolvido através do ritual, que, portanto, torna-se algo regenerador e criativo para o grupo.

Esse valor de solução ou reintegração do rito é verificado em vários momentos do vídeo em que se busca na imigração e na adaptação à terra a chancela para a manutenção dos traços identitários. Dentre esses momentos é válido destacar a narrativa da proibição do uso da língua pomerana durante a 2ª Guerra Mundial, a resistência de muitas crianças e adultos em falar o “brasileiro” (língua portuguesa), e como essa proibição quase consegue extinguir o grupo e sua cultura (via uso de castigos nas escolas para aqueles que utilizassem o pomerano). Porém, com os estudos de Tressmann (2006)

e a edição de um dicionário bilíngue (português-pomerano), o grupo conseguiu que o governo capixaba reconhecesse e normatizasse leis para o ensino da língua pomerana nas regiões com descendentes de pomerano no Espírito Santo.

Novamente a história foi acionada para o recolhimento das palavras, tradução e organização do dicionário. A antropologia e a história novamente estiveram à disposição do grupo para a chancela da existência da língua e de seu ensino. Assim, mais que uma mera ilustração para as dificuldades enfrentadas, o episódio da proibição do uso da língua pomerana é inserida no vídeo como forma de valorização da identidade étnica pomerana e para a afirmação de sua distância com o caráter brasileiro e com outros grupos de imigrantes europeus (suíços, italianos, holandeses e de outras regiões da própria Alemanha).

Para o caso deste dicionário é interessante observar que o pomerano é considerado como um dialeto pela linguística alemã (GRANZOW, 1975), mas para Tressmann (2006), utilizando-se do inglês, holandês e alemão, é possível fundar uma língua oficial pomerana. Observando-se a obra, vemos que palavras como "banana" não possuem o equivalente na língua, sendo utilizada a grafia em português. Isso é indicativo que, longe de pensarmos numa cultura que se manteve isolada, o dialeto pomerano tomou por empréstimo termos brasileiros e, como afirma Wagner (1981), ele teria passado por uma reinvenção, o que permitiu abarcar novos significantes linguísticos para objetos da cultura material.

O uso da língua pomerana na formulação do áudio do filme demonstra como a tradição do falar pomerano é valorizada e incentivada pelo grupo. Em nenhum momento o vídeo apresenta a proibição da fala pomerana como uma ação do governo na tentativa de integrar o grupo à cultura nacional/estadual. Antes, é visto como mais um problema a ser enfrentado pelos imigrantes e seus descendentes, em que a manutenção da língua, mesmo com a proibição, é vista como um traço de resistência e manutenção da identidade (mesmo que em sentido petrificado como já foi explanado).

Os estudos de Bahia (2010) e Pereira (2005) demonstraram como a cultura tem sido acionada entre os pomeranos como mediadora dos problemas relacionados à identidade e a fronteiras interétnicas. Um bom exemplo desse acionamento da cultura foi o resgate de um pensamento cunhado pelos próprios pomeranos no Espírito Santo - *Den ernst de told, den zweiten die not, den drielten das brot* –, que resume a epopeia pomerana da imigração e assimilação à terra e ao clima brasileiro. Apesar de ser uma ótima reflexão

sobre o passado, tal pensamento explora a morte como um dos elementos presentes na cultura pomerana no Espírito Santo e como ela também teve um fator constitutivo na cultura e na economia do grupo. Contudo, mesmo sendo uma clara expressão da cosmologia, esse pensamento não está presente no documentário. O peso da morte poderia manchar a epopeia pomerana e, ao que tudo indica, foi deixado de lado propositalmente na constituição da narrativa apresentada. A morte está lá, relacionando-se às matas, aos bichos e às doenças, mas tem pouco impacto frente à determinação pomerana de permanecer e prosperar na nova terra. Mesmo as perdas humanas existentes na travessia do Oceano Atlântico são colocadas em segundo plano ao se chocarem com a determinação de conseguir terras para a agricultura e para a manutenção de sua cultura e tradições.

Gott wacht für alle Gross und Klein, drum schlafe ohne Sorgen ein⁵

Um dos pontos mais interessantes sobre a intencionalidade na construção do filme-documentário “Pomeranos: a trajetória de um povo” é como ele foi construído a partir de uma série de entrevistas realizadas com dois pastores luteranos e com um professor universitário residente na região de colonização pomerana, descendente desse grupo e pesquisador da história e cultura local. Tais entrevistas estão presentes no filme dentro da parte de bônus do DVD (seção entrevistas), e somente se percebem tais entrevistas como fonte da narrativa do filme-documentário se assistidas antes do filme.

Toda a narrativa apresentada é a ilustração e a transposição dessas entrevistas para a linguagem fílmica. Todas as enormes cenas gravadas em sephia (para ilustrarem e apresentarem o passado) e os enormes diálogos presentes são formados pela apropriação dessas entrevistas. Apresenta-se, portanto, um diálogo oficial da história (chancelado pela Igreja Luterana e pela Ciência/Academia). Não há espaço para a história oral, para o relato de fatos por pessoas do grupo ou mesmo de outros grupos de imigrantes.

A história elaborada pelo vídeo é constituída acima dos membros do grupo pomerano. Ela não nasce da dinâmica de vida e das experiências das

⁵ “Deus é bom para todos, tanto para crianças como para adultos, para que durmam bem e sem preocupação”. (Frase escrita em uma manta utilizada para se batizar crianças na Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá entre os séculos XIX e XX. Atualmente em exposição no Museu do Colono naquele município).

pessoas, e sim dos discursos autorizados por instâncias superiores ao povo pomerano, no caso os historiadores e pastores consultados. Nesse sentido, há ser mencionado que a imagem que se tinha dos pomeranos até a década de 1990 era de um grupo inculto, pouco integrado à cultura nacional, grosso e mal-educado (SEIDE, 1980; RÖLKE, 1996).

É a partir da delimitação de uma história oficial/acadêmica que se começa a dissolver essa imagem. A valorização interna da própria cultura pomerana fez-se necessária ao grupo frente à sua inserção no “mundo moderno”, a partir de 1988/1989, quando Santa Maria de Jetibá, então distrito do município de Santa Leopoldina, inicia seu processo de desmembramento e formação do município. Os vinte anos que se seguem após o desmembramento de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá serão marcados por uma crise de identidade entre os pomeranos quanto a sua imagem percebida pelos demais grupos de imigrante capixabas e pela sociedade em geral. Tal processo culminará em uma “crise de identidade” relacionada a problemas entre agente e agência entre os pomeranos (PEREIRA, 2005). Tal crise será trabalhada não apenas pelas agências do Estado, mas, sobretudo, pela Igreja Luterana, que via seu rol de membros se esvaziar rapidamente para outras denominações (o que demonstra como o pomerano é capaz de se relacionar com outras culturas e reelaborar seu discurso, neste caso, o religioso evangélico em detrimento ao protestante histórico).

Assim, ao assumir um discurso oficial, o documentário está assumindo o discurso que conseguiu manter certa coesão entre o grupo e possibilitou a inserção de políticas culturais sobre os pomeranos e suas manifestações, acarretando, finalmente, na exploração de uma indústria cultural, histórica e turística nas regiões habitadas pelos descendentes de pomeranos (PEREIRA, 2005).

Nesse sentido, o da utilização do discurso vigente e dominante, não houve um “erro” na adoção do discurso acadêmico-institucional relacionado a pastores e/ou pesquisadores. Antes, o vídeo e seus produtores seguiram um discurso presente no próprio âmago da cultura pomerana na atualidade, mas no qual não é perceptível ver “outras histórias”, como as de imigrantes que se dedicaram ao comércio e não sofreram as dificuldades iniciais, como os que se dedicaram à agricultura (MEDEIROS, 1994⁶. Contudo, como já

⁶ Medeiros (1994) indica o caso das famílias Endinger e Holzmeister como grandes comerciantes da região e que enriqueceram com suas casas de comércio de café e de outros produtos para os imigrantes.

afirmado e desenvolvido por Limas e Dias (2007), não há como negar que esta tenha sido inventada, organizada e explorada em certos sentidos (língua, culinária, danças e ocupação do espaço) e em detrimento de outros (como a ação do Estado no ensino do português), em especial para o incentivo ao turismo rural em franco desenvolvimento na região na atualidade (LIMAS; DIAS, 2007).

Assim, no vídeo, não se faz menção, por exemplo, a uma manta de batismo produzida pelos imigrantes pomeranos e que sempre foi usada nas celebrações de batismo pela Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá (PEREIRA, 2005), mas se faz menção aos tocadores de trombone e concertina que animam festas religiosas, casamentos e bailes. Apesar de ambas as expressões serem “imponderáveis da vida humana” (MALINOWSKI, 1978), o vídeo conferiu aos concertineiros e trombetistas total ênfase como expressões pomeranas – com certeza essa ênfase se relaciona ao fato de que esses músicos têm uma visibilidade cultural muito maior entre os consumidores da cultura pomerana nas festas do município do que uma manta utilizada numa determinada igreja luterana e por um número restrito de membros desta (LIMA & DIAS, 2007).

Du kaft rina kooma⁷

O filme-documentário “Pomeranos: a trajetória de um povo”, apesar de possuir uma série de intencionalidades em sua construção, não deixa de possuir um enorme valor para pensar uma antropologia visual e para a construção e desconstrução da imagem.

Inicialmente devemos entendê-lo, como afirma Ribeiro (2005), como uma metáfora cultural digital que o grupo criou para si mesmo e das novas relações entre a antropologia e a antropologia visual:

[...] As novas tecnologias digitais e sobretudo a hipermídia constituem uma forma, porventura mais eficaz, de integração da antropologia visual com a antropologia (escrita) e da antropologia com a antropologia visual; de imagens, sons e audiovisuais com a escrita; dos filmes com a reflexão teórica – todo o aparelho crítico

⁷ Exclamação ou convite em pomerano que significa, aproximadamente, “você pode entrar, a porta está aberta”.

do filme (produção, utilização, reflexão teórica); das práticas atuais com o regresso “à antropologia clássica, para melhor sondar os seus fundamentos práticos e intelectuais e abordar a questão da construção discursiva de seus objetos no texto etnográfico [...] (RIBEIRO, 2005, p.620).

Se uma das relações básicas da antropologia é tornar o "familiar exótico" (VELHO, 1978) para a realização da pesquisa e se, ao mesmo tempo, deve-se deixar a subjetividade do pesquisador ou seu *anthropological blues* visível nos resultados, isso foi parcialmente alcançado com o vídeo. Fica claro o quanto subjetivo são os resultados apresentados: não é possível ver as categorias "família", "gênero" ou "imigrantes" sendo questionadas ou revistas ou mesmo dialogar sobre elas, pois parecem imutáveis. O filme, assim, as apresenta como existentes desde a Europa e sem nenhuma interferência do tempo-espço em suas significações.

Isso fica mais claro ainda se observarmos que, como postula Ribeiro (2005), quanto às semelhanças entre a antropologia acadêmica e visual e a construção de um filme: a observação como montagem (construção), a organização dos fragmentos de película em função de índices (hipóteses interpretativas), a montagem final subordinada a uma ideia geral do filme – a da escrita em antropologia. Não fica claro ou visível no documentário que houve hipóteses de interpretação dialogadas com sujeitos que não os entrevistados e inseridos dentro do "familiar" da cultura, mas apenas uma descrição da identidade e do que é ser pomerano.

Conforme Silva (2008), se a antropologia visual tem por método/função um modelo etnográfico em que o que se privilegia na tela são as narrativas de personagens que não são meros entrevistados, não poderemos encontrar isso plenamente no documentário. Também não se vê abordado

[...] um tipo de cinema que busca enfatizar não o conteúdo das falas que possam revelar “verdades” sobre o assunto tratado, mas as condições próprias de elaboração desses textos, como são articulados no sentido de constituírem os sujeitos que falam. Aposta-se assim numa narratividade que marca a forma como esses sujeitos se relacionam com o mundo. (SILVA, 2008, p.02).

Podemos, assim, tecer algumas críticas ao vídeo-documentário, bem como destacar pontos interessantes em sua produção e no debate sobre a etnicidade, imaginário social e sobre o que pensam os pomeranos sobre

si e sobre sua história. Em primeiro lugar, há de se perceber um aspecto extremamente interessante: ele foi produzido por um descendente de pomeranos e é visto por eles como a sua própria história⁸. Esse dado tem grande relevância se pensarmos que, em muitos casos, na antropologia visual, as imagens e vídeos etnográficos são produzidos por pessoas que não pertencem ao grupo. Sendo dirigido por Vanildo Kruger, um agricultor que pouco teve de instrução acadêmica e passou a produzir vídeos de forma caseira e vem se instrumentalizando cada vez mais, percebe-se como o grupo possui a capacidade de representar a si mesmo e a sua cosmologia. Contudo, como já colocado, não se observou o estranhamento do "familiar" (VELHO, 1978) na elaboração da narrativa, o que compromete uma criticidade sobre o produzido. Para que veja "Pomeranos: a trajetória de um povo (Daí Pomerer, daí gan fon ainem folk)", não será possível questionar se as manifestações culturais são como são ou se sofreram influências e trocas com os demais grupos populacionais capixabas.

Um segundo ponto é que, mesmo com o olhar direcionado, há o convite do autor/diretor a percorrer um conjunto de narrativas e imagens que compõem a sua leitura e apreensão do que seja a sua cultura. Mesmo sendo alvo de reflexões como as feitas anteriormente, o filme documentário é um caminho traçado pelo autor/diretor que informa, mesmo que de forma performática e ideacional, a história, a cultura e as tradições pomeranas em Santa Maria de Jetibá por meio do enredo desenvolvido para o filme.

Se adotarmos as premissas de Fonseca (1998), nas quais o audiovisual é um meio eficaz na mediação do processo de apropriação do conhecimento, porque comporta em sua composição vários elementos de linguagem que propiciam uma compreensão em vários níveis, o que desencadeia associações que levam aos sentidos e aos significados sobre a representação de um grupo, não poderemos fazer isso se não formos do grupo pomerano ou mesmo se não concordarmos com a forma "romântica" e épica que foi construída a narrativa.

Há, portanto, um convite para "entrar em casa" ou "entrar na cultura pomerana" e permitir-se perceber suas especificidades, suas formas de

⁸ Atualmente, o DVD pode ser adquirido no Museu de Imigração Pomerana presente no município. Quando foi produzido, foi amplamente distribuído para a população e interessados.

expressão e exercícios de alteridade ou etnocentrismo pertencentes ao grupo. Contudo, essa entrada "em campo" (para pensarmos na imersão que Malinowski nos propõe na antropologia) traz mais significados para a população pomerana do que para um expectador externo.

É indiscutível que o vídeo tem a capacidade de transmitir para as novas gerações de descendentes de imigrantes *parte* do que foi sua história e sua memória. Contudo, enquanto fonte de crítica da realidade da Europa que desencadeou a imigração, a situação da formação das colônias de imigração no Espírito Santo ou ainda do extremo fechamento que o grupo tinha a não alemães (racismo⁹). O documentário tem uma grande preocupação no que se refere à construção e divulgação do conhecimento sobre os pomeranos, isso nos fica claro a todo momento. Essa preocupação se reflete na necessidade de levar ilustrações que valorizem o pomerano em seus costumes e crenças e mostrem como a contribuição do grupo é essencial no processo de gestão da memória e de formação econômica do município, o que nos leva a concluir que o público-alvo não são apenas os próprios moradores de Santa Maria de Jetibá, o que, de certa maneira, exclui os demais núcleos pomeranos no Espírito Santo.

Conforme Barbosa e Cunha (2006), o uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da história cultural, permitindo aprofundar a compreensão do universo simbólico que se exprime em sistema de atitudes pelos quais se definem os grupos sociais, constroem-se identidades e se apreendem mentalidades. Contudo, ao escolher um único conjunto de fontes, permeadas pelo discurso acadêmico e excluindo o uso e apresentações de fontes orais, o vídeo-documentário peca em criar aparentemente em seu enredo uma única história, eliminando outras leituras sobre a imigração.

Portanto, entende-se que qualquer discussão sobre a imagem como instrumento de interpretação cultural como a aqui exposta, principalmente quando os livros didáticos e outras produções de audiovisuais capixabas são escassas sobre o tema, deve ser perpassada por uma abordagem mais ampla dos conceitos de memória e de identidade, o que talvez não seja o objetivo do vídeo e nem a intenção do seu autor.

Se, portanto, essa é uma das contribuições da antropologia para a

⁹ Medeiro (1994) indica, por exemplo, que pessoas de origem afro-brasileira e mesmo brasileiros ou descendentes de italianos não eram enterrados em cemitérios pomeranos, pois se consideravam estes inferiores ou desiguais aos pomeranos.

humanidade, o conhecer o outro, com certeza ela pode ser alcançada parcialmente nesse filme documentário e nas intenções do autor/diretor. Assim, se a antropologia não apenas mostra a cultura do outro, mas nos questiona sobre a nossa (PIAULT, 1999), é perceptível que essa reflexão esteja presente em “Pomeranos: a trajetória de um povo”, mesmo que de forma leve e sem profundidade. Melhor qualificando: percebe-se que eles existem e têm diferenças, mas estas não são debatidas no contexto da formação do caráter nacional ou regional.

Começamos, com isso, a nos questionar sobre nossa própria forma de nos representarmos, por exemplo, todos como brasileiros (uma massa formada da célebre tríade de Gilberto Freire, 1966), ou se este ou aqueles são brasileiros, mas são brasileiros descendentes de pomeranos (como no caso analisado). Passamos, portanto, a questionar a suposta identidade nacional e a memória como fatores tão coletivamente abrangentes (FERREIRA & ORRICO, 2002).

Portanto, o filme-documentário “Pomeranos: a trajetória de um povo” torna-se uma farta fonte de reflexões sobre como a antropologia visual e os autores/diretores desse tipo de produção representam, apresentam uma determinada cultura no momento de transpô-la para um filme e/ou documentário etnográfico. Mesmo frente às questões aqui levantadas, o vídeo tem um enorme potencial de reflexão no “saber fazer” e “como fazer” a antropologia visual e como esse discurso pode ser usado intencionalmente para apresentar uma versão da cultura e história do grupo.

Referências

- ANDRADE, Rosane de.
(2002). *Fotografia e Antropologia, olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade, EDUC.
- BAHIA, Joana.
(2011). *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro.
(2006). *Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BARROS, José D'Assunção.
(2013). *Teoria da História, Vol. 1. Princípios e conceitos fundamentais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- BARTH, Fredrik.
(2000). *O guru iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- FERREIRA, Lúcia. Maria; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Orgs.).
(2002). *Linguagem, Identidade e Memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A.

- FONSECA, Maria Tereza de Azevedo da. (1998). Realização e recepção: um exercício de leitura. In: Maria Tereza de Azevedo da Fonseca; *Comunicação & Educação*. São Paulo: Moderna. p. 95-106.
- FOUQUET, Carlos. (1974). *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil – 1808 – 1824 – 1874*. São Paulo: Instituto Hans Staden.
- FREIRE, Gilberto. (1966). *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- GRANZOW, Klaus. (1975). *Pomeranos unter dem Kreuz des Südens*. Stuttgart: Horst Erdmann Verlag.
- LIMA, Ana Paula de Abreu; DIAS, Reinaldo. (2007). Turismo e Cultura Pomerana em Santa Maria do Jetibá/ES. *Revista Reuna*, v.12, nº2, p.11-20.
- MALINOWSKI, Bronisław. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- MEDEIROS, Rogério. (1994). *Espírito Santo: encontro das raças*. Vitória: Reprorata.
- PIAULT, Marc Henry. (1999). Espaço de uma antropologia audiovisual. In: Cornélia Peixoto Eckert; Patrícia Mont-Mór (Orgs.); *Imagem em Foco: novas perspectivas em Antropologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p.13-30.
- PEREIRA, Rodrigo. (2005). *Análise e conservação do Patrimônio Cultural de Santa Leopoldina: soluções para a crise de identidade do município*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo.
- RIBEIRO, José da Silva. (2005). Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Revista de Antropologia*, V. 48 Nº 2, p. 613-648.
- ROCHÉ, Jean. (1968). *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- RÖLKE, Helmar Reinhard. (1996). *Descobrimos Raízes: Aspectos Históricos, Geográficos e Culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural.
- SEIDE, Frederico Herdmann. (1980). A colonização alemã no Espírito Santo. In: ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes (Org.); *Enciclopédia histórica contemporânea do Espírito Santo* (organizada, não editada, mimeo).
- SILVA, Marcos Aurélio da. (2008). O modelo etnográfico: antropologia visual e modos contemporâneos de subjetivação - o exemplo de Eduardo Coutinho. In: *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro/Bahia, p. 1-12.
- TRESSMANN, Ismael. (2005). *Da sala de estar à sala de baile*. Estudo etnolinguístico de comunidades pomeranas do Espírito Santo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TRESSMANN, Ismael. (2006). *Dicionário Enciclopédico: Pomerano e Português*. Santa Maria de Jetibá/ES.
- TURNER, Victor. (1964). *Schim and comunity in an African society*. Manchester: Manchester University Press.
- (1974). *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.
- (1987). *The antropology of performance*. New York: PAJ Publications.

VELHO, Gilberto.

(1978). Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.); *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 36-46.

WAGEMANN, Ernest.

(1949). *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949. (Boletim Geográfico, separata dos ns. 68, 69 e 70, nov. e dez. 1948 e jan. 1949).

WAGNER, Roy.

(1981). *The invention of culture*. Chicago: The University of Chicago Press.

WEBER, Max.

(1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB.

WERNICKE, Hugo.

(2013). *Viagem pelas colônias Alemãs do Espírito Santo: a população Evangélico-Alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Recebido em

abril de 2014

Aprovado em

agosto de 2014

Resenha

Fotografia e Império: paisagens para um Brasil moderno

Natalia Brizuela

Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles

São Paulo, 2012, 248 páginas

Nascida na Argentina, Natalia Brizuela é professora na Universidade de Berkeley, na qual desenvolve pesquisas sobre literatura latino-americana. Sua formação em artes talvez explique o interesse por imagens presentes em “Fotografia e Império”. Situado entre outros trabalhos da autora que se valem de registros fotográficos ou cinematográficos, este livro focaliza a relação entre a fotografia e a emergência da modernidade: nele, Brizuela discute como a fotografia participa da imaginação sobre o Brasil no século XIX, integrando, sob a forma de paisagens e retratos, narrativas articuladas por imagens de natureza.

Conforme Flora Süssekind sugere na apresentação ao livro, as paisagens que frequentam “Fotografia e Império” não parecem obedecer a usos estritamente documentais ou ilustrativos. Conformando discursos, essas fotografias condensam as ideias em circulação no contexto social e cultural em que se inscrevem, servindo, antes de mais nada, como material produtivo à investigação histórica.

O foco de Natalia Brizuela sobre a fotografia revela, por outro lado, uma abrangência capaz de contestar seu enquadramento em molduras estritamente históricas. Sua abordagem se apresenta produtiva a reflexões sobre pensamento social no Brasil. A autora discute como as paisagens do território nacional, proporcionadas pelo advento da técnica fotográfica, integram uma produção de imagens de Brasil em curso na escrita literária, científica e historiográfica. A seu ver, tais paisagens não apenas comportam reflexões sobre o país, como também agenciam determinadas maneiras de observá-lo. Em outras palavras, elas podem ser reconhecidas nas bases da imaginação sobre o Brasil.

O livro é constituído por quatro capítulos: o primeiro se intitula “Para cada dia, um mapa: d. Pedro II, os românticos, o IHGB e a visualização do Brasil”; o segundo, “O som da natureza, ou escrevendo com luz nos trópicos:

Hercule Florence”; o terceiro, “Lembranças da raça”; e, por fim, o quarto, “A fotografia às margens da história: Os Sertões”. Em cada ensaio, a autora focaliza diferentes “paisagens” e percepções sobre a nação. Conformando construções discursivas que não se restringem a formas visuais, tais “imagens” são inseridas pela autora no contexto social e cultural a que remetem e que lhes empresta sentido.

No primeiro ensaio, Brizuela reflete sobre o lugar assumido pela fotografia na construção de imagens de nação no Segundo Império. Ao chegar aos trópicos, a nova técnica é incorporada no amplo processo de racionalização da produção de imagens espaciais do qual emerge a cartografia moderna. Por esse caminho, a fotografia desempenha o papel de um instrumento objetivo e, nesse sentido, eficaz na visualização de um território em grande medida desconhecido. E, conforme a autora sugere, ao adentrar o Império, a fotografia integra um contexto de afirmação da nacionalidade, constituído pelas imagens de Brasil em curso nas narrativas literárias de escritores românticos, nos diários das expedições científicas de viajantes naturalistas, assim como na conformação de uma memória histórica nacional, levantada e organizada pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por sua vez, Brizuela ressalta que o Brasil “revelado” em tais imagens é necessariamente “construído”, emergindo das técnicas e enquadramentos de um observador subjetivo. As paisagens que inspiram, ao longo do Segundo Reinado, a percepção do país como um lugar de natureza exuberante remetem a uma determinada retórica, que desperta fascínio romântico, ao mesmo tempo que intenções racionalizadoras de controle.

A natureza concebida como potência singular e incontrolável é tematizada no segundo ensaio, no qual Brizuela discute a produção fotográfica em curso no território nacional à margem das paisagens oficiais do Império. Aqui, ela focaliza a vida e carreira de Hercule Florence, cujo interesse pela produção de imagens tem início nos desenhos de naturezas-mortas realizados junto à expedição científica de Langsdorff, e culmina em experimentos da fotografia como método de impressão e reprodução. Conforme sugere a autora, as invenções de Florence dizem respeito a usos eminentemente comerciais da fotografia, que indicam o afastamento dessa técnica em relação a outros campos e sua gradativa inserção em processos de industrialização. É assim que a produção em série, a padronização e, ao mesmo tempo, questões relativas à autenticidade e falsificação de imagens passam a integrar os discursos sobre a mídia fotográfica.

Por sua vez, a trajetória de Florence evidencia nuances do uso da fotografia que não dizem unicamente respeito a funções utilitárias e comerciais. Conforme a autora sugere, seu modo de utilizar essa técnica deriva, em última instância, de tentativas fracassadas de produzir um registro dos sons da natureza – imagens capazes de expressar, à diferença das naturezas-mortas, a “vida” em movimento. No fracasso de Florence, Brizuela identifica a presença de certo “encantamento” diante de um mundo que se revela mais e mais predominado por apropriações racionais da natureza.

O terceiro capítulo condensa reflexões da autora sobre outro aspecto das paisagens do Brasil oitocentista: a “natureza humana”. Aqui, ela se interessa pelas imagens que organizam o deslocamento dos corpos escravizados no contexto da abolição: de um lado, são incorporados ao discurso científico sob a forma de “tipos raciais”; de outro, integram a formação de subjetividades particulares como “suvenires exóticos”. A fotografia participa de ambos os processos, e é nesse sentido que a autora focaliza as produções de dois fotógrafos: Auguste Stahl e Christiano Júnior. Elas conformam, respectivamente, apropriações “científica” e “mercadológica” de escravos. Conforme sugere Brizuela, os registros, assim produzidos, de longe constituem “retratos”, aproximando-se antes a “signos da escravidão”. A seu ver, a técnica traz como efeito a anulação de subjetividades, operando a descontextualização de tais indivíduos da vida e da história nacional. Como efeito, eles são removidos da paisagem em que se inserem. É por esse caminho que a autora aproxima tais imagens de uma “natureza humana” brasileira a “naturezas-mortas”.

O quarto, e último, ensaio focaliza o cenário árido da Guerra de Canudos. Brizuela descreve e analisa as imagens do conflito da Primeira República produzidas pelo fotógrafo Flávio de Barros e pela escrita de Euclides da Cunha. Conforme a autora ressalta, tais narrativas comportam paisagens nacionais inteiramente discrepantes em relação àquelas imaginadas e fotografadas ao longo do Segundo Império. Aqui, a natureza luxuriante cede lugar a um cenário de devastação, no qual o Brasil surge como uma “terra desolada”. Não mais iluminada pelo sol tropical, a pátria aparece devastada pelo cruel sol do Sertão.

Até então desconhecido, esse espaço se torna visível através de tais relatos. Fazendo as vezes de uma alegoria, a paisagem sertaneja opera uma mudança radical na percepção dos processos de modernização constitutivos do Brasil como nação. Conforme sugere Brizuela, a “retórica de ruínas” de Euclides da Cunha constrói o país como fragmentos, vestígios. Deles, a autora aproxima

as “fissuras” e “hiatos” da modernidade, evidenciada como projeto impossível de ser cumprido e que encontra nas “ruínas” seu principal emblema.

Um retrato sutil e sofisticado da modernidade – é assim que pode ser lida a atenção minuciosa que Natalia Brizuela despende sobre a fotografia no Brasil oitocentista. O que, no final das contas, a técnica fotográfica parece revelar são as fissuras, os paradoxos constitutivos desse projeto. As fotografias constituem análogos perfeitos das rupturas modernas, não apenas representando – como metáforas –, mas também, em certa medida, agenciando divisões entre “realidade” e “representação”, “sujeito” e “objeto”, “natureza” e “cultura”.

Conforme a autora sugere, se, de um lado, a fotografia racionaliza a construção de imagens ao deter a intrusão da expressão subjetiva, de outro, ela promove um “reencantamento” da natureza, na medida em que a ela atribui a qualidade mágica de “imprimir a si mesma”. Por sua vez, ao garantir a objetividade, a técnica traz consigo a autenticidade – e, com ela, a falsificação. E, finalmente, ao servir a intenções de controlar a vida – seja a da fauna e flora luxuriante dos trópicos, ou a dos corpos humanos que integram e constroem sua paisagem –, a fotografia opera uma suspensão do espaço e do tempo, gerando não mais que vestígios e morte.

A esse respeito, vale salientar que não há como negar a influência de Walter Benjamin na argumentação de Brizuela, construída em termos de um diálogo permanente com o autor. Como contraponto a suas ideias, a autora toma a fotografia como “aprisionamento da história”: supondo a suspensão e a cristalização de um instante, ela traz como resultado a aniquilação da vida. É nesse sentido que Brizuela encerra o livro aproximando a fotografia da morte. Ao que parece, “escrever com luz” implica necessariamente gerar sombras. Depreende-se, enfim, que não parece possível produzir imagens sem que, como contrapartida, sejam criados negativos.

No que concerne a esse ponto, o estilo de escrita de Brizuela merece ser considerado. Sua narrativa, eminentemente literária, é, do início ao fim, atravessada pelo uso de metáforas inspiradas na técnica fotográfica. Através desse recurso, a autora insinua deter consciência da qualidade imagética de suas ideias. Não parece inadequado sugerir que ela o manipula intencionalmente. Permitindo articulações sutis e eficazes entre temas complexos, tais imagens compõem o cerne da riqueza de sua escrita. Há, no entanto, momentos em que Brizuela se lança de maneira arriscada em um jogo de “esconde” e “mostra” no qual não é possível discernir com clareza o ponto de sua argumentação. Nessas passagens, a alternância entre luz e

sombra gera problemas de objetividade, trazendo como efeito dificuldades de entendimento e mesmo suspeitas de contradições. De toda forma, a escrita de Brizuela produz uma obra que, tal como uma paisagem, supõe a justaposição e o entrelaçamento entre planos diversificados, exigindo certas técnicas para ser lida e apreciada.

Rachel Paterman Brasil*

Recebido em

maio de 2014

Aprovado em

outubro de 2014

* Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços (LAARES) / PPGSA – UFRJ. E-mail: rachelpaterman@gmail.com.